

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia



Dissertação

**MERCADO PÚBLICO DE PELOTAS NO PAÍS DAS MARAVILHAS: UMA
ETNOGRAFIA SOBRE A PLURALIDADE NARRATIVA DE UM PATRIMÔNIO EM
DISPUTA.**

Tanize Machado Garcia

Pelotas, 2018

Tanize Machado Garcia

**MERCADO PÚBLICO DE PELOTAS NO PAÍS DAS MARAVILHAS: UMA
ETNOGRAFIA SOBRE A PLURALIDADE NARRATIVA DE UM PATRIMÔNIO EM
DISPUTA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Louise Prado Alfonso

Pelotas, 2018

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

G216m Garcia, Tanize Machado

Mercado Público de Pelotas no país das maravilhas :
uma etnografia sobre a pluralidade narrativa de um
patrimônio em disputa / Tanize Machado Garcia ; Louise
Prado Alfonso, orientadora. — Pelotas, 2018.

212 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação
em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas,
Universidade Federal de Pelotas, 2018.

1. Mercado Público. 2. Patrimônio histórico-cultural. 3.
Cidade. 4. Turismo. 5. Conflito patrimonial. I. Alfonso,
Louise Prado, orient. II. Título.

CDD : 306

Tanize Machado Garcia

“Mercado Público de Pelotas no País das Maravilhas”: Uma etnografia sobre a pluralidade narrativa de um patrimônio em disputa.

Data da Defesa: 24/05/2018

Banca examinadora:

.....
Prof.^a Dr.^a Louise Prado Alfonso (Orientadora)

Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo.

.....
Prof.^a Dr.^a. Dalila Müller

Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

.....
Prof. Dr. Francisco Luiz Pereira da Silva Neto

Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

.....
Prof.^a. Dr.^a. Cláudia Turra Magni

Doutora em Antropologia Social e Etnologia na Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales.

Dedicatória

Este trabalho é dedicado à minha mãe, que mesmo sem saber de nada, me deu tudo. Também é dedicado ao meu pai, que mesmo sem saber de nada, me deu tudo. Eles me deram o mundo!

AGRADECIMENTOS

Enquanto pensava sobre como escrever esses agradecimentos muitas cenas percorreram a minha mente e tocaram profundamente o meu coração. Foram muitas as conquistas alcançadas.

Muitas amizades foram construídas e se solidificaram. Muitas pessoas foram fundamentais para que essa dissertação tivesse um fim circunstancial. E ainda que tomemos rumos diferentes em nossas vidas, estas pessoas estarão eternamente inscritas em minha jornada. Meus sinceros agradecimentos: Kelly Schmidt, Daniele Borges, Marta Bonow, Clara Gómez, Taís Aguiar, Guilherme Rodrigues, Lúcio Xavier, Helenira Brasil, e tantos outros amigos que foram colocados em meu caminho, suavizando cada passo dado.

Aos interlocutores que me receberam, abrindo, gentilmente, espaço em suas vidas para que essa pesquisa se fizesse existir.

Aos docentes, pela persistência, mesmo diante dos momentos de tensão. Com especial agradecimento à Professora Cláudia Turra-Magni, a quem agradeço pelo olhar terno, sorrisos luminosos e pelos chamamentos à razão, inspirando-me ao descobrimento e valorização de minhas habilidades.

À minha orientadora, Professora Louise Prado Alfonso, pela paciência e direcionamento. Por (me) ajudar a abrir meus olhos e descobrir o meu olhar. Por me ajudar a ver que sempre é possível aprimorar o que foi feito e construir novos horizontes, com apoio para que eu valorizasse o turismo sob a ótica do planejador, (o) caminho que me conduziu até aqui.

Agradeço, por fim, a minha família, afinal de contas os últimos serão os primeiros. Sem o apoio, amparo e compreensão dos meus, nada do que fiz teria sido possível. Em especial aos meus pais, minha avó e minha madrinha, que me sustentaram a alma nos momentos de aflição. Que compreenderam minhas ausências e vibraram comigo. Nessas poucas palavras, lhes agradeço com todo o amor do meu coração.

A todos, muito obrigada.

RESUMO

As construções narrativas que condensam histórias da cidade falam sobre histórias de vidas e de experiências que compõem sentidos de cidade. Ao considerar as narrativas oficiais como meio de pensar outras possibilidades de significação e leituras do espaço urbano, é possível compreender que o patrimônio histórico cultural edificado, institucionalizado pelo poder público, é (re)construído em várias dimensões, a partir das políticas de *requalificação* destes, em relação com os grupos que usam o espaço. As dinâmicas alteradas criam outras possibilidades de atuação dos atores sociais, de grupos heterogêneos, que não são necessariamente passivos às decisões dos poderes do Estado. Mas ao contrário, acirram disputas de representação e uso desses espaços. São expressões de conflito e de resistência não violentos, de negociações que revelam os jogos de poder e as variadas formas de habitar a cidade. Assim, a cidade é imaginada e criada para além de seus limites administrativos ou dos apagamentos sociais. Os usos dados à arquitetura construída no passado são ressignificados pelas dinâmicas do presente e em seu processo, nunca são os mesmos. E também não se encerra no presente, mas se desenha em linhas para futuros diferentes a cada nova narração. Essas questões foram refletidas a partir das formas como são narrados os modos de vida dos cidadãos que frequentam o Mercado Público em Pelotas (RS). Que dispõem de conhecimento sobre os dispositivos legais para lutarem e reivindicarem direitos de uso da cidade à revelia das constantes tentativas de higienização dos espaços públicos de lazer voltados, atualmente, para o Turismo.

Palavras-chave: Mercado Público; Patrimônio Histórico-Cultural; Narratividade; Cidade; Turismo; Conflito Patrimonial.

ABSTRACT

The narrative constructions that condense stories of the city talk about stories of lives and experiences that compose senses of city. In considering the official narratives as a way of thinking about other possibilities of meaning and readings of the urban space, it is possible to understand that the built cultural historical heritage, institutionalized by the public authority, is reconstructed in several dimensions, from the policies of requalification of them, in relation with the groups that use the space. The altered dynamics create other possibilities of action of the social actors, of heterogeneous groups that are not necessarily passive to the decisions of the powers of the State. But unlike, it strengthens disputes over the representation and use of these spaces. They are expressions of nonviolent conflict and resistance, of negotiations that reveal the power games and the various forms of inhabiting the city. Thus, the city is imagined and created beyond its administrative boundaries or social erasures. The uses given to the architecture built in the past are redefined by the dynamics of present and its process are never the same. Nor does it end in the present, but it is drawn in lines for different futures with each new narration. These issues were reflected in the forms in which the way of life of citizens who attend the Public Market in Pelotas (RS) are narrated. That they have knowledge about the legal devices to fight and claim rights of use of the city in the absence of the constant attempts to sanitize the public leisure spaces currently geared to Tourism.

Keywords: Public Market; Historical-Cultural Heritage; Narrativity; City; Tourism; Patrimony Conflict.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Aquarela. Uma representação da narrativa oficial do Mercado Público de Pelotas em 2017. Fonte: GARCIA, 2017.....30
- Figura 2: Folder informativo da cidade de Pelotas (RS). Uma representação de Conjunto Patrimonial. O *centro histórico* de Pelotas em folder distribuído pela Secretaria de Cultura de Pelotas. Fonte: SECRETARIA DE CULTURA (SECULT/PELOTAS), 2018.33
- Figura 3: Frame 04min06seg12sg de vídeo no episódio “As sete maravilhas de Pelotas: Mercado Público”. Mostra na sequência fotográfica da narrativa oficial de construção de Pelotas (RS), contexto socioeconômico histórico da construção do Mercado Público, Praça Cel. Pedro Osório e influência da economia das charqueadas, remonta a Pelotas no século XIX. Fonte: PELOTAS, 2018.....35
- Figura 4: Recorte de publicação do início do XX. Desqualificação do Mercado Público no século. Frame de vídeo “As sete Maravilhas de Pelotas: Mercado Público” entre 06min e 18seg e 06min e 26seg. Fonte: PELOTAS, 2018.36
- Figura 5: Banca sob a torre do relógio. Antigo pátio interno do Mercado Público de Pelotas. Frame vídeo "As sete maravilhas de Pelotas: Mercado Público", aos 05min e 32seg. Fonte: PELOTAS, 2018.....38
- Figura 6: O Mercado Público de Pelotas antes da reforma de *requalificação* patrimonial, imagem exibida como prova da “deterioração” do espaço público, pelo uso e pela relação das pessoas com o lugar. Frame de episódio "As sete maravilhas de Pelotas: Mercado Público", aos 25min e 37seg. Fonte: PELOTAS, 2018.39
- Figura 7: Fotografia que mostra a concentração do camelódromo no entorno do Mercado. Região onde atualmente acontece uma feira de antiguidades. Fonte: SECRETARIA DE CULTURA (SECULT/PELOTAS), 2017.....39
- Figura 8: “Pelota”. Aquarela. Herrmman Wendrorth, 1852. Material distribuído pelo SEBRAE/RS em evento para o desenvolvimento do turismo. Fonte: CUSTÓDIO, 2009, p. 96.....41
- Figura 9: A reforma encerrada em 2012. Episódio “As sete maravilhas de Pelotas: Mercado Público” Frame vídeo 26:46seg. Fonte: PELOTAS, 2017.44
- Figura 10: Desenho do Mercado Público pela rua XV de Novembro. Travesti na prostituição fazendo ponto e/ou apreciando a música? Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.....46
- Figura 11: Anoitecer de uma quinta-feira no largo do Mercado Público. Dinâmica dos bares e da feira de produtos orgânicos. Fonte: GARCIA, 2016.47
- Figura 12: Mapa que localiza o Mercado Público, demarcação com o círculo vermelho, no *centro histórico* da cidade de Pelotas, demarcação com círculo laranja. Fonte: GOOGLE MAPS, 2017.....47

Figura 13: Desenho das áreas de circulação e localização das bancas, pátios e delimitação das ruas ao redor do Mercado Público de Pelotas. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.	48
Figura 14: Fotografia das "ruas" do Mercado na dinâmica cotidiana. Fonte: GARCIA, 2017.	48
Figura 15: Desenho de Aele no "Mercado das Pulgas" no Largo do Mercado Público de Pelotas. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.	49
Figura 16: Desenho de Aele desmontando a banca na Feira das Pulgas enquanto artistas se apresentavam no meio da rua Lobo da Costa. Um sino na árvore fazia a comunicação entre o interlocutor e os artistas Uma cadeira, era a ligação do Mercado com a sua loja. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.	51
Figura 17: Fotografia de Aele interage com os desenhos transformando-os em mapa, localizando sua banca e algumas narrativas de conflito. Fonte: GARCIA, 2017.	51
Figura 18: Seu Agá contando histórias em sua barbearia. Fonte: GARCIA, 2018.	55
Figura 19: Desenho dialético da dinâmica semanal do Mercado Público de Pelotas, incluindo as relações com o espaço no centro comercial da cidade. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2018.	56
Figura 20: Seu Agá na linha do tempo, conta sua história de vida, dos túneis e traça trajetos e mostra que o Mercado conecta-se ao centro da cidade. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2018.	57
Figura 21: Rua XV de Novembro na esquina com a Rua Tiradentes. Área movimentada pela música e pelos encontros sociais. Ser pagante e consumir na banca não se mostra um impedimento. Fonte: GARCIA, 2017.	59
Figura 22: Para Eme o Mercado possui uma entrada principal, a das peixarias, onde ele costumava chegar com o seu pai, na infância. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.	60
Figura 23: Pátio 4 e Pátio 2 são áreas internas do Mercado que possuem diferentes dinâmicas de ocupação e uso. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.	61
Figura 24: A Prostituição no Mercado Público, proposta em grafite. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO GARCIA, 2018.	67
Figura 25: Barbearia antiga no Mercado Público. Fonte: Seu Agá; Acervo Pessoal, 2018.	68
Figura 26: Mercado Público de Pelotas antes da <i>requalificação</i> com fluxo de pessoas e bancas abertas. Fonte: tripadvisor.com, 2018.	70
Figura 27: Na banca do Seu Tê os antigos cartazes foram trocados pelo quadro negro e o giz, maneira atual com a qual é permitido realizar "anúncios" de mercadorias. Fonte: GARCIA, 2017.	72
Figura 28: Placa fixada na entrada do Mercado Público pela rua XV de Novembro. Fonte: GARCIA, 2017.	75

Figura 29: Agabê realiza a fiscalização dos eventos no Mercado Público. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.	78
Figura 30: Desenho de uma abstração do entardecer de sexta-feira no Mercado Público de Pelotas. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.	79
Figura 31: Fotografia de totem informativo disposto nas esquinas dos corredores internos do Mercado Público com mapa de localização das áreas internas de circulação. Fonte: GARCIA, 2018.....	82
Figura 32: Postagem feita em rede social na internet. Fonte: Facebook, acessado em 14 de março, 2017.....	88
Figura 33: Desenho das relações mantidas entre as pessoas que frequentam os eventos e as bancas no Pátio 4. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.	89
Figura 34: Desenho dos limites físicos da audiência pública onde, supostamente, todo o poder emana do povo. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.....	93
Figura 35: Desenho esquemático do espaço do Pátio 1 do MP antes. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.	94
Figura 36: Aquarela. Protagonismo negro na Audiência Pública. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.....	102
Figura 37: Fotografia do Pátio 4, movimentação de frequentadores durante a montagem do evento. Fonte: GARCIA, 2018.	116
Figura 38: Desenho do Pátio 2 com ocorrência da Sexta Black no Pátio 4 as dinâmicas não sofrem muitas alterações com relação aos demais dias da semana. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2018.	120
Figura 39: Placa de capacidade de carga e Câmera de segurança, no Pátio Interno 1. Fonte: GARCIA, 2018.....	125
Figura 40: Desenho Gestão Pública, entre agente e participante dos eventos. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.	127
Figura 41: Fotografia da “dona do Mercado” no Pátio 1 durante a Sexta Black. Fonte: GARCIA, 2017.....	128
Figura 42: Desenho em grafite. Mapa do Mercado Público em relação a sua localização no centro da cidade. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.....	131
Figura 43: Aquarela. O verão na <i>Sexta Black</i> de volta no pátio interno 4. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2018.	135
Figura 44: Imagem de divulgação digital do evento <i>Sexta Black</i> 2017. Fonte: facebook/groups, 2017.	137
Figura 45: Desenho em grafite do Deslocamento de D.J. cumprimentando os participantes e o carinho com os familiares. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2018.	139

Figura 46: Fotografia de frequentador registrando imagem da Torre do Mercado Público. Nesse contexto, era um símbolo do rap. Fonte: GARCIA, 2018.	140
Figura 47: Filas de dança e uso do espaço do Pátio 4. Fonte: GARCIA:2018	141
Figura 48: Progressão no número de participantes no evento “Sexta Black”. Fonte: GARCIA, 2018.	141
Figura 49: Aquarela. A multiplicidade de frequentadores que permite o evento realizado em espaço público na cidade. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2018.	143
Figura 50: Fotografia do período de reformas no Mercado mostra-o como local de passagem no centro da cidade. Fonte: JORNAL CORREIO DO POVO, s/d 2008.	149
Figura 51: Localização Mercado Público. I. Fonte: GARCIA, 2017.	151
Figura 52: Desenho em carbono com intervenção em grafite. Rua Lobo da Costa um Mercado Público habitado. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.	153
Figura 53: Rua Tiradentes em frente às barbearias, um pouco das histórias do Seu Agá. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA 2017.	153
Figura 54: Desenho da divisão do Mercado segundo Seu Erre. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.	156
Figura 55: Folder do mapa Informativo do evento Feira do Livro de 2017. Fonte: POSTO DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS DO MERCADO PÚBLICO DE PELOTAS, 2017.	160
Figura 56: Desenho entre o sagrado e o profano. Os centros em diálogo. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.	162
Figura 57: Aquarela. Camadas temporais da Praça Coronel Pedro Osório na Feira do Livro de 2017. Fonte: DIÁRIO DE GRÁFICO, GARCIA, 2017.	166
Figura 58: Fotografia de apresentação com técnicas circenses apresentadas na rua Lobo da Costa que fica bloqueada para o trânsito de carros aos sábados, quando ocorrem o Mercado das Pulgas. Fonte: GARCIA, 2017.	170
Figura 59: Desenho de Mister Negrinho e Eduardo, entre o centro e a periferia. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.	173
Figura 60: Cartão postal que estampa charqueada da cidade e o personagem Mister Negrinho. Fonte: GARCIA, 2017.	177
Figura 61: Aquarela “A torre do relógio do Mercado Público”, elevada como símbolo pela administração pública para tratar do tema cultura em imagens institucionais do <i>centro histórico</i> da cidade e do tema do turismo. Fonte: GARCIA, 2017.	184
Figura 62: Fotografia do mural de informativos turísticos e serviços variados em supermercado. Fonte: GARCIA, 2018.	187

Figura 63: Fotografia do banner de fotografias que mostra imagem do Mercado Público no ano de 1913, na doceria Otto, no centro comercial de Pelotas. Fonte: GARCIA, 2018.	188
Figura 64: Fotografia do banner dos prédios institucionalizados em Pelotas. Mercado o Mercado Público. Local situado na doceria Otto, no centro comercial da cidade de Pelotas, RS. Fonte: GARCIA, 2017.	188
Figura 65: Ilustrativo de calendário anual de uma ferragem no bairro Areal em Pelotas. Fonte: GARCIA, 2017.	190
Figura 66: Mapa construído a partir das imagens encontradas do Mercado Público. Fonte: GOOGLE MAPS, 2018.	191
Figura 67: Desenho da interlocutora, narra o roteiro proposto no Projeto "Visita Pedagógica". Fonte: KETTI, 2017.	195
Figuras 68: Intervenção de atividade Lúdica praticada na Praça Coronel Pedro Osório com alunos de escola da cidade. Realizada pelo Projeto Visita Pedagógica do curso de Bacharelado em Turismo da UFPel. Fonte: NORTON, 2017.	199
Figura 69: Intervenção de atividade Lúdica com "privação de sentidos" praticada em fachada de edificação na Rua Lobo da Costa com alunos de escola da cidade. Realizada pelo Projeto Visita Pedagógica do curso de Bacharelado em Turismo da UFPel. Fonte: NORTON, 2017.	199

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

COMPHIC	Conselho Municipal do Patrimônio Histórico Cultural
GEEUR	Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos
	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio
IPHAE	Grande do Sul
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
	Laboratório de Ensino, Pesquisa e Produção em Antropologia
LEPPAIS	Da Imagem e do Som
MP	Mercado Público de Pelotas
RS	Rio Grande do Sul
	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de
SDET	Pelotas
SECULT	Secretaria de Cultura de Pelotas
STE	Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 – PARA DENTRO, NA TOCA DO COELHO: QUE MERCADO PÚBLICO É ESSE?	30
1.1 A Tartaruga Falsa: A narrativa oficial imaginada	43
1.1.1 <i>A portinha e poção beba-me: Outras narrativas.</i>	45
1.1.2 <i>A chave da Portinha: As práticas do cotidiano na subversão das políticas patrimoniais.</i>	62
1.1.3 <i>À convite da Duquesa: musicalidade ordenada</i>	75
2 - CORRIDA DE COMITÊ, UMA LONGA HISTÓRIA: O MERCADO PÚBLICO DE PELOTAS EM CONFLITO	85
2.1 Um Chá Maluco: A audiência pública	87
2.2 Mas o que é uma corrida de comitê? - A Sexta Black	111
2.2.1 <i>O conselho da Lagarta: A criação da Sexta Black</i>	113
2.2.2 <i>A troca das cadeiras: Sexta Black no Pátio 1</i>	124
2.2.3 <i>A hora de ganhar prêmios - I'm Coming Out: O retorno ao Pátio 4.</i>	135
3 – JOGO DE CRÍQUETE NO CAMPO DA RAINHA: A IMAGINAÇÃO NAS NARRATIVAS DO LUGAR	145
3.1 A maravilha dos dois centros: Imaginando trajetos narrados.	150
3.1.1 <i>O Julgamento no campo da Rainha: Práticas e narrativas de fronteiras imaginadas.</i>	158
3.2 Chapeleiro Maluco: Turismo como moda e imaginação	167
4- PELOTAS NO PAÍS DAS MARAVILHAS: O MERCADO FORA DO MERCADO, POR MAIS TRAJETOS E MENOS FRAGMENTOS.	183
4.1 Aquela parte da historia do Caxingelê: Turismo e mesmice, as narrativas incômodas.	194
DEPOIMENTO DE ALICE: CONSIDERAÇÕES FINAIS	201
REFERÊNCIAS	207

INTRODUÇÃO

Essa etnografia foi construída a partir de minha inserção no campo da antropologia, com o intuito de refletir como se dão as significações e as relações sociais nos espaços públicos do município de Pelotas (RS), no momento atual. Contando com resultados de minha pesquisa junto com as pessoas que frequentam o Mercado Público (MP) da cidade por motivos variados.

O município está localizado a aproximadamente 260 km da capital, Porto Alegre (RS). O Mercado é situado no bairro centro, numa região patrimonializada e conhecida como *centro histórico*. Esta é uma área de concentração de edificações selecionadas em nível municipal e federal, cuja institucionalização confere patente oficial para contar algumas histórias da construção da cidade, datadas a partir do século XVIII e chegando ao início do século XX, no contexto da produção do charque (indústria saladeiril) na região. Essas histórias compreendem um discurso oficial calcado na representatividade do patrimônio arquitetônico como provas do passado no presente. O *conjunto* compreende o rol de bens ativados na sua narrativa oficial, de modo que a institucionalização de prédios construídos nos séculos XIX e XX remonta a década de 1980, quando alguns prédios foram tombados e outros inventariados, como patrimônio histórico-cultural material. Não existe, nesse sentido, o tombamento em conjunto, no entanto, a ideia dessa construção espacial do *centro histórico* se dá pela grande concentração de edificações do mesmo estilo arquitetônico na localidade, reforçada pela oficialização como patrimônio, no centro de Pelotas.

Segundo Corá (2014), a seleção, e colecionamento, de bens edificados da paisagem pública, são de formas de resumo das “heranças culturais *dignas* de serem lembradas” e que são constantemente reforçadas- na atualidade. No caso de Pelotas, é exaltada a representatividade de membros das elites charqueadoras que “modelaram” o espaço urbano da cidade do século XIX, com a construção de

casarões, teatros, biblioteca, banco e o mercado público, ao redor de uma praça central. O espaço público compreendido como categoria resultante da simbiose entre espaço e ação (LEITE, 2010), ultrapassa a materialidade construída pelos urbanistas, já que os seus significados resultam das interações entre a materialidade, seus usos e as demarcações simbólicas atribuídas pelas pessoas, e suas práticas, a esses locais.

Como espaço social, um espaço público não existe *a priori* apenas como *rua* (que, ao contrário, é sempre *rua*, vazia ou não), mas se estrutura pela presença de *ações* que lhe atribuem sentidos. [...] Como espaço de poder, o espaço público é *locus* de pertencimentos, com possibilidades diversas de vínculos e atribuições de significados; e não está obviamente imune às assimetrias do poder e das desigualdades sociais que perpassam sua construção social (LEITE, 2010, p. 84).

É importante a reflexão de que, o processo de institucionalização e intervenção através de políticas públicas de revitalização dos conjuntos patrimoniais de centros históricos, e são reforçados pelos processos discursivos que narram à cidade. Estes são constantemente reformulados, uma das razões para isso, é o desenvolvimento econômico das localidades através do turismo. Estes contribuem para aquilo que Leite (2010) chama de “destraditionalização” (*ibidem*, p. 76) dos núcleos patrimoniais revitalizados ou “enobrecidos” - uma derivação possível do termo em inglês *gentrification*, que enseja múltiplas compreensões sobre os processos de transformação social que, em escala mundial, impactam os locais patrimonializados, na urbe, desde a década de 1980. Ou seja, há o processo de transformação institucionalizada do patrimônio cultural material, com forte apelo para as demarcações dos limites dos centros históricos na paisagem. Um olhar superficial sobre esses lugares fragmentam os espaços da cidade. As narrativas oficiais, associadas às reformulações das práticas do espaço, reforçam a promoção de intensa atividade cultural por meio de eventos musicais e encontros sociais, com vistas a alteração do perfil de frequentadores nos espaços públicos, para o desenvolvimento econômico no âmbito do turismo. Para o desenrolar da prática do turismo nos centros urbanos, os locais de patrimônio são tornados mercadorias carregadas de significados, o que Paes (2017) denomina como “mercadorias simbólicas” (2017, P. 672), colocam, no âmbito da atividade turística, o aspecto imaterial das paisagens como algo que se pudesse ter como palpável, ainda que vivido como sensação. A reformulação de prédios, transformados em patrimônio fornecem, a sensação de passado e a emoção de uma memória *parcialmente*

compartilhada. Estas práticas adotadas para a gestão do patrimônio cultural acabam por delimitar margens (ou fronteiras) dos núcleos “requalificados”. Dessa forma, amplia-se a noção de espaço público a partir das contribuições de Agier (2011), que propõe a compreensão das experiências de lugar como a “cidade em processo” (2011; p. 33) e as situações sociais como a “cidade em movimento” (*idem*).

Contudo, em Pelotas, as narrativas oficiais ao mesmo tempo em que reforçam alguns elementos históricos de construção da cidade, promovem a invisibilização de grupos que habitam as áreas marginais ao seu *centro histórico* (ALFONSO E RIETH, 2016). Atualmente a área é descrita como ponto turístico e vem sendo promovida pelo poder público. De acordo com o que informam as autoras, o conjunto patrimonial é definido no *site* da Prefeitura do município a partir de categorias que são: “Pelotas cultural, Pelotas comercial, Pelotas colonial, Charqueadas e Costa Doce” (2016, p. 136); e é um dos “[...] principais atrativos turísticos de Pelotas [...] (*idem*)”. O Mercado Público faz parte, portanto dos bens considerados “Culturais” onde uma crescente atividade de eventos artísticos e formas de habitar o espaço, permitiram as reflexões desta dissertação como ampliação de minhas pesquisas sobre a relação do turismo entre os cidadãos e patrimônio na cidade de Pelotas.

À luz de Agier (2015) o conceito das margens na construção da cidade se coloca como uma descontinuidade que é percebida através fluxos dos grupos urbanos pelos caminhos da/na cidade, conectando o centro aos bairros. Nesse sentido, além de pensar a fixação de limites (ou fronteiras) de significados, e usos do lugar - elementos reforçados pelas narrativas oficiais sobre Pelotas - está a necessária compreensão das narrações do Mercado Público em sua relação com o *centro histórico*. Um meio possível para isso foi pensar a partir da constante desconstrução dessas margens, pelas formas como o espaço é habitado e recriado pelas pessoas, como lugar de múltiplas relações sociais, e relações de sentidos que se dão pela dialética entre habitar o centro e habitar as margens.

Acho importante ressaltar alguns aspectos da pesquisa, tais como a forma como se deu a empiria; a minha relação com a cidade, e com o Mercado Público, na obtenção de dados para análise dos fatores mencionados. Sou nascida e resido na cidade há mais de 30 anos. Então, inicialmente, o processo de introdução ao campo científico da antropologia, e da pesquisa, se deu a partir do estranhamento daquilo que me era familiar (VELHO,1980). Considerando que a etnografia compreende técnica e experiência, a possibilidade do inesperado foi parte importante da minha

entrega no trabalho de campo (MAGNANI, 2009). Ao longo do tempo de pesquisa fui moldando as formas de aproximação, abordagem, permanência e aprofundamento das situações vividas com os interlocutores.

A simples estratégia de acompanhar um desses “indivíduos” em seus trajetos habituais revelaria um mapa de deslocamentos pontuado por contatos significativos, em contextos tão variados como o do trabalho, do lazer, das práticas religiosas, associativas etc. É neste plano que entra a perspectiva de *perto e de dentro*, capaz de apreender os padrões de comportamento, não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos (MAGNANI, 2002, p. 17).

De certo que o aprofundamento de minhas pesquisas sobre questões patrimoniais atuais foram, previamente, iniciadas anos antes do ingresso no campo da antropologia e implicaram significadamente nos caminhos seguidos. Algumas intenções de refletir sobre a cidade, foram iniciadas ainda no período de minha graduação no curso de Bacharelado em Turismo pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Em trabalho de conclusão de curso, apresentado em 2009, eu já ensaiava questionamentos sobre o processo de apropriação da ideia de patrimônio cultural, a partir dos momentos de lazer e das brincadeiras das crianças em locais de patrimônio em meio urbano. Diante da pouca produção acadêmica na área de turismo, infância e lazer dos grupos residentes da urbe, na época, pensar em turismo comunitário ainda não era percebido como uma forma de prática turística, tendo sido uma das razões pelas quais a pesquisa foi guiada a partir de uma forma de ensino dos signos patrimoniais para as crianças cidadinas.

Nessa oportunidade monitorava atividades lúdicas com as crianças das comunidades que participavam do Programa “Brincando na Cidade”, promovido pela Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer de Pelotas (STE), e que eram realizadas no Parque Museu da Baronesa. Meu foco estava na interação das crianças com desenhos. Eram ilustrações que mostravam elementos das fachadas dos prédios inventariados e tombados do *centro histórico* do município, o que já compreendia ensaios de reflexão sobre a relação centro/ bairro. Período no qual realizei o planejamento de atividades que pudessem contribuir no processo de aprendizado e formação de turismólogos, assim como novas abordagens de turismo em sua vertente social, utilizando elementos da paisagem comum aos moradores de Pelotas. Nesses trabalhos, o componente lúdico da brincadeira era a forma de

abordagem de apreensão dos significados, visto que muitas crianças entre zero e doze anos participavam semanalmente das atividades.

No entanto, iniciando meus primeiros passos na antropologia, passei a compreender o processo de significação desses símbolos da urbe com uma complexidade maior dando, a partir daí, vazão aos meus questionamentos sobre os significados plurais sobre patrimônio, no decurso da pesquisa atual. O norte da pesquisa é o de refletir a cidade em transformação através da observação das relações sociais entre as pessoas e o patrimônio público, uma vez os lugares da cidade são também construídos e significado por elas. Dessa forma, vou buscando desconstruir o sentido pedagógico muitas vezes adotado na academia para reflexão sobre experiências nos lugares de patrimônio, e o distanciamento entre a atividade turística e os cidadãos que comumente trabalham na área do turismo.

A gestão pública do patrimônio cultural edificado, em Pelotas, tem imprimido significativo incentivo na área do turismo através de políticas públicas de ocupação do espaço urbano, a partir de constantes eventos artísticos promovidos pelas instâncias do poder público local. Estes são encabeçados pela Secretaria de Cultura (Secult), em parceria com Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SDET) que compartilham a gestão do espaço. Ambas são as instâncias que assumiram e intensificaram as atividades de manutenção do Mercado Público com a definição da *requalificação* do prédio e do entorno. As obras foram realizadas entre os anos de 2009 e 2012. A intervenção alterou, além dos aspectos físicos do lugar, as dinâmicas das relações dos cidadãos com a cidade e com o espaço propriamente dito, acirrando disputas de representação e uso.

Baseada em pesquisa etnográfica urbana, esta concepção defende a ideia de uma construção/ desconstrução de seu objeto “cidade”, rejeitando qualquer definição *a priori* da mesma enquanto ferramenta analítica. A questão seria antes: o que faz e desfaz a cidade permanentemente? Ela conduz à divulgação de processos e portanto à política que impulsiona o movimento necessário à sua existência, às suas reprodução e transformação (AGIER, 2015; p.483).

Nesse sentido, as narrativas oficiais e particulares, focos dessa pesquisa, são suportes para o entendimento da cidade em constante processo de construção e (re)criação simbólica dos espaços de interação. A urbe e o patrimônio histórico cultural são compreendidos como bens em processo de transformação, que não cessa (MAGNANI, 2002), e pensados como frutos das relações sociais que os constrói. A abordagem da pesquisa ancora esforços em compreender as narrativas

oficiais que pretendem contar que cidade é essa, e por isto, dei atenção às narrativas particulares dos interlocutores no sentido de perceber as diferentes formas de narrar o lugar que, como um local de patrimônio histórico cultural institucionalizado, é espaço de interações sociais desde sua construção em 1849. Entendo, assim, que patrimônio é um bem em disputa, realizada pelas divergências de interesses de grupos plurais. Os constantes conflitos percebidos como situações sociais, unem em negociação o poder público e os variados grupos que o habitam cotidianamente (GLUCKMAN, 1987), capazes de revelar as relações sociais e seus significados, para a construção dos sentidos de cidade.

As ações voltadas a impulsionar a atividade turística tendem a impactar diretamente as comunidades onde são, muitas vezes, vistas como alternativa para a manutenção de bens patrimonializados (CORÁ, 2014). De acordo com a autora, o discurso oficial é usado como veículo que afirma o produto e retroalimenta a atividade. A partir da Constituição de 1988, a ampliação do que se entende por patrimônio representa também aspectos do intangível, delinea novo solo para compreensão integrada dos processos, das manifestações culturais que propiciam significados outros, e identificação aos grupos sociais (CORÁ, 2014; p 1094).

Por isso, é necessário entender qual é a narrativa oficial da cidade, a partir da *requalificação* patrimonial do prédio e entorno, e sua relação de conjunto com *centro histórico* de Pelotas. De que forma o Mercado Público de Pelotas é compreendido e narrado pelos frequentadores, trabalhadores e passantes que fazem parte de seu cotidiano? Para isso, os objetivos específicos são mostrar como as relações de conflito entre o poder público e os grupos historicamente marginalizados, fazem uso dessas narrativas, na reivindicação de seus interesses, assim como, perceber algumas de suas narrativas. Aprender de que maneira a organização dos eventos musicais realizados no Mercado atual, podem ser vistos como modos de habitar, à luz os grupos que frequentam o local e das políticas públicas de patrimônio e turismo. Relatar de que forma as pessoas que frequentam o Mercado Público, atualmente, se valem das narrativas oficiais e da atividade turística como expressões de suas vidas cotidianas. Identificar como essas atividades cotidianas realizadas no Mercado Público, podem contribuir para um sentido de cidade conectada entre o centro e os bairros de Pelotas. Para isso, perseguí imagens do Mercado Público (MP) espalhadas pela cidade que, transformado em símbolo, remetem à reordenação do sentido do centro sob a lógica dos residentes das áreas

marginais ao *centro* da cidade. Justificando a problematização da narrativa oficial da cidade que embasa a atividade turística na criação do *centro histórico*, apoiada em uma narrativa proveniente das elites brancas, charqueadoras de influências europeias e desenvolvimento econômico embasado na figura dos grandes barões, agentes públicos e intelectuais escritores, que *também* residiam em Pelotas nos séculos XIX.

Metodologicamente a pesquisa foi conduzida a partir do trabalho de campo, que segundo Peirano (1995) é como a abordagem antropológica se aplica, e se sofisticada, como área científica nas ciências sociais. A pesquisa de campo não se trata somente coleta de dados, mas um procedimento com implicações teóricas específicas, cuja decorrência de material subjetivo auxiliará no processo criativo da análise dos dados. Em determinados momentos, foram realizadas entrevistas com perguntas abertas, em situações pontuais, que tinham por objetivo enriquecer o cabedal de opiniões sobre o Mercado Público em contexto com as decisões político-administrativas para o local, articulado com um pensamento sobre a área onde se localiza. A etnografia, enquanto produto do processo de construção da narrativa sobre as narrativas dos interlocutores, em suas mais variadas expressões, mediante a observação participativa, constitui a importante dedicação à apreensão da lógica da alteridade (CLIFFORD, 1998). Essas dinâmicas compreendem as noções de patrimônio apreendidas pelas minhas interações com as pessoas e instituições que participaram na obtenção dos dados na pesquisa de campo.

Além disso, a cidade e seus espaços são pensados como narrativa ficcional daqueles que a constroem cotidianamente (DE CERTEAU, 1998). Nesse sentido é que abordei as narrativas oficiais que buscam justificar a “comprovação histórica” daquilo que de acordo com Michel De Certeau é historicizado, pois pretende contar uma realidade que é imaginada, assim como as narrativas de outros diversos atores imbricados nas formas de bricolagem do cotidiano. O que se dá com o Mercado Público como “documento” do real.

Para De Certeau (1998), toda narração é um ato criativo, é uma invenção, que busca situar no lugar um tempo determinado, mas que, em essência, sempre será impreciso. As falas sobre uma temporalidade que envolve a experiência de lugar é atravessada por uma série de nebulosidades, que são manipuladas na tentativa de narrar um evento. Ademais, para Rouanet (1993), a cidade é planejada, construída utopicamente. A cidade também é um sonho. É analítica e poeticamente

contemplada pela figura do *flâneur* (BEJNAMIN, 1994) . Não se trata de apenas buscar elementos emergidos do interior dos contextos das relações sociais, mas os significados mais plurais e adjacentes dessas relações autorais da cidade. O que também mostra que o estranhamento que a antropóloga realiza, assim como o *flâneur* entre a Paris que construiu (e foi construída) por ele, é diferente da Paris de suas reflexões, daquela construída pelas relações de outros com a cidade, incluindo, nesses jogos, relações de poder com base em narrativas que expressam intenções, direcionamentos. O fascínio desse personagem pelo ponto de vista dos lugares, das pessoas, das coisas na cidade, e como essas coisas de cidade são percebidas e praticadas pelas pessoas, permite que por ele passem variadas concepções de histórias e de criações de tempos e lugares (BENJAMIN, 1994). O flandar da antropóloga se molda como a de um personagem pela cidade, “recompondo tempos”, e encontra aqui a minha Alice em seu País das Maravilhas. Como personagem nem errante e nem perdida, antropologiza e se permite experiências nas/das experiências dos interlocutores. Uma *flâneuse* no Mercado, num labirinto de sentidos possíveis e narrativas transgredidas, mescladas, criadas, inventadas e todas elas “reais”. Como se despertasse em seu próprio sonho e, nos sonhos dos outros que passam por ela, permite-se viver na “transitoriedade das coisas” (ROUANET, 1993, p. 31). Também foi importante abordar o espaço como narrativa, contando para isso com as contribuições de Ricoeur (1998), que considera que arquitetura e narrativa estariam respectivamente para o *espaço* e para o *tempo* como forma de *construir* e *contar* supressões do passado, do presente e do futuro. Dessa forma, os planos da narrativa são divididos em três níveis que compreendem: a) prefiguração, aquele momento da representação criadora que está presente na vida cotidiana, compartilhada coletivamente; b) configuração, que é o tempo propriamente narrado precedido da relação entre habitar e construir, continuamente alterado pelas formas de composição criadora; e c) a refiguração, que define a etapa de releituras da cidade e narrativas sobre ela, etapa que também compreende o aspecto da mudança, pois resulta das formas com as quais as pessoas vivem e se colocam no mundo, no tempo das criações.

Nessa abordagem, o sonho é entendido como imaginação, ou seja, o componente criativo das culturas, as formas como as pessoas expõem suas narrativas com base em suas experiências de vida. Nesta concepção o conflito é elemento criativo e criador de relações (GLUCKMAN, 1987). Dessa maneira,

existem atravessamentos entre as narrativas oficiais e particulares, pois vários grupos interagem e negociam seus interesses na construção do espaço público. São compartilhados pelos grupos, e acionados, os mesmos dispositivos narrativos ou legais, interpretados de acordo com as suas experiências ao contarem-se, e para narrar as suas relações com o bem patrimonial, à moda de uma música que é composta, aqui, por significados e usos do patrimônio cultural edificado na cidade de Pelotas.

Essas condições cambiantes e relacionais de composição, criação, ideação, inventividade das relações, foram pensadas pelas contribuições teóricas de Wagner (2010) para quem a invenção é aspecto essencial da transformação e das pluralidades de visões de um “mesmo” mundo. Para o autor esses elementos são inter-relacionais e seus significados só podem ser percebidos pela observação daquilo que se mostra dito, praticado ou metaforicamente construído. Nesse caso, o Mercado Público passa a ser uma metáfora da narrativa oficial sobre a cidade, donde subjazem as relações de outras metáforas particulares, às quais pretendi atender. Reais, irreais ou fantásticas, as elas se sobrepõem, se complementam e perdem qualquer associação com a verdade ou com a mentira, pois as narrações da vida e do cotidiano das pessoas são únicas, particulares e importantes para os entendimentos da cidade que se desenha, nessa etnografia, como o Mercado Público de cada um dos interlocutores.

Dessa forma, as narrativas faladas se articulam com outras maneiras de se compreender o que é dito, também, por outros meios de comunicação. Adotei inicialmente a fotografia, pois a relação com a produção de imagens me permitia encontrar detalhes que complementavam os registros nos diários de campo, assim como leituras de narrações dispostas pela cidade. Porém, senti a necessidade de alargar as possibilidades de registro a cada imagem produzida, apostando na antropologia gráfica em associação às formas de apreensão de dados empíricos, sobre os quais orbitavam minhas reflexões.

A partir do momento em que percebi que imagem era algo muito mais plástico, e estava além da produção fílmica ou fotográfica, o desenho apareceu como mais uma possibilidade de registro. Tanto o desenho quanto a fotografia se encontram na esfera metafórica da expressão narrativa e descritiva não só dos locais, mas das sensações e interações vividas no Mercado Público, um local que

está sempre em movimento (AZEVEDO, 2016; INGOLD, 2005; INGOLD, 2013; KUSCHNIR, 2016).

Porém, considerei mais significativa a minha relação com o desenho, como prática de abstração e produção de dados sobre o campo, já que o desenho me permitia intervenções a qualquer tempo, mudar as coisas de lugar, ajustar uma linha, encurtar distâncias, colorir com base em uma sensação, incluir uma nova personagem, expressar as narrativas das relações com os interlocutores. Enfim, investi na antropologia gráfica se somando ao diário de campo, pois conforme Aina Azevedo (2016, p. 104) “se usualmente pensamos apenas em preencher nossos diários com a escrita, aqui pensaremos também no desenho como uma forma de observação e descrição pertinente” do campo.

Essas práticas me permitiam explorar o desenho como se estivesse em um sonho. No sentido da abstração, captava elementos que eu pensava não ter me dado conta de que estavam acontecendo ao meu redor e, no diário gráfico, permitir-me o estranhamento necessário para compreensão dos significados atribuídos ao Mercado, por cada um dos interlocutores, das minhas observações, às vezes “despretensiosas”.

Dessa forma, foram pensados desenhos, fotografias e vídeos produzidos em consonância com as narrativas oficiais, também buscando nessas imagens elementos para reflexões sobre narrativas particulares do homem ordinário (DE CERTEAU, 1998). O desenho, como a música que ouvia nos eventos do Mercado Público, como o sonho abstraído da *flâneuse*, pretendia alcançar a aura que significa cada experiência observada e/ou narrada, ou mesmo a possibilidade latente de significados inexplorados, os não-ditos inesperados, das relações com o espaço.

Além do mais, os desenhos também serviam como meio de aproximação, pois parecia haver certo “fascínio”, uma curiosidade sobre o que se desenha, ou sobre quem desenha. Não são explorados por mim aspectos de arte, beleza, precisão, mas os gestos, as dinâmicas, as relações, os contatos, as ambiências, temporalidades, os contornos dos elementos. Eles me permitiam transpor a posição de nativa para a de estrangeira tanto no Mercado Público, quanto mais adiante, na cidade, buscando pelo que desenhava, compreender manchas, fronteiras e trajetos (Magnani, 2002) de uma cidade aparentemente fragmentada.

O desenho passou a ser entendido como uma aventura antropológica, exigindo a minha coragem como “desenhadora” ao expor meu traço, mais do que

uma bela letra, os desenhos expõem sensações. Em princípio me parecia uma dinâmica solitária, mas com o tempo essas práticas foram fundamentais para estabelecer a relação com os interlocutores. Aqueles, que ao manusear os meus desenhos também demonstravam sentimentos de afeto, empatia, ao que era retrado. Assim, a adesão deles ao desenho *não* foi a de produzir, mas de interagir com aqueles que eu mesma produzia com base no que diziam, a partir daí se tornou uma parceria, pois os meus desenhos eram condicionados pela interação com eles. Os interlocutores me ajudavam com sugestões sobre o que desenhar ou como colorir. Também considerei relevante o uso dos desenhos para representar os personagens principais da pesquisa. Dada à situação de debates e conflitos constantes sobre os interesses, muitas vezes políticos, em relação ao local de patrimônio, optei por preservar a identidade da quase totalidade dos interlocutores, respeitando o seu desejo de anonimato, tentando ao máximo que não se perdessem as impressões mais subjetivas das relações que vivi, participei, observei em campo. A etnografia é um difícil exercício da ética, tanto com a coleta quanto com o retorno dos resultados da pesquisa aos interlocutores (CALDEIRA, 1981), diante disto a restituição será feita com uma exposição pública dos desenhos produzidos durante a pesquisa, no Mercado Público Central, na qual pretendo realizar uma apresentação da dissertação no ato de abertura da exposição.

Para uma melhor compreensão, divido a etnografia em três momentos. No primeiro capítulo, é dada atenção à narrativa oficial da cidade a partir de um episódio de uma série produzida pela TV Câmara de Pelotas denominado “As sete maravilhas de Pelotas: Mercado Público” que mostra o local desde sua construção até a *requalificação* patrimonial mais recente. Na intenção de apresentar o atual Mercado a partir das variadas formas de narrações oriundas dos interlocutores principais da pesquisa, que se situa fora do roteiro usual de patrimônio cultural, e que dão um panorama diferente do lugar, ele é apresentado por pessoas que frequentam o lugar cotidianamente por diversas motivações: trabalho, lazer, passagem, etc.. Assim são evidenciadas as práticas do cotidiano na construção ininterrupta do MP. Assim como, formas de poder exercidas pela administração pública, como, por exemplo, a criação de um cargo administrativo que visa a gestão das atividades culturais que são realizadas no lugar. A representatividade dos espaços internos do Mercado, locais de interação e realização dos eventos, que se mostraram reivindicados pelos grupos promotores e participantes das festas.

No capítulo 2, será apresentado com base em uma situação social significativa ocorrida durante o período de pesquisa de campo, o acontecimento de uma audiência pública na câmara de vereadores da cidade, que tratou de mudanças nas dinâmicas dos eventos musicais no Mercado Público, no ano de 2017. Este foi um momento específico de conflito patrimonial gerado pela mudança de local destinado aos eventos de música, no interior do MP, organizados pelos frequentadores das festas. Isto gerou um processo intenso de negociação entre os grupos e o poder público. Essa situação de campo ilustra a participação de gestores públicos e de membros da comunidade, divididos em dois grupos. Os grupos da comunidade, nessa ocasião, estavam em defesa de sua permanência no equipamento público, no local escolhido por eles para a realização do evento com um ano de edições. Este evento e os que se seguiram, são discutidos a partir das contribuições de Max Gluckmann (1987) que postula que o equilíbrio social não resulta da integração de grupos ou normas, mas sim do equilíbrio de oposições, num processo dialético. Assim como demonstra os significados múltiplos de patrimônio histórico-cultural em transformação (DE CERTEAU, 1998).

Essa situação destaca a importância de análise de caso do evento musical “Sexta Black”, como o mais recente evento cultural a se realizar no Mercado *requalificado*. Figura aqui, como um exemplo de reivindicação do espaço público no *centro* da cidade por parcela da população negra, historicamente marginalizada por questões socioeconômicas. Abordando três períodos temporais: 1) a criação da festa; 2) a transferência do evento para outro local; 3) o retorno da festa para o local onde começou.

Para que a dimensão da diversidade de opiniões sobre o MP fosse equilibrada, sem que se perdesse num universo de possibilidades, a interlocução com atores sem cargos associados aos agentes de estado (os participantes da festa) e de gestores públicos foi importante, como parte fundamental do processo de compreensão do espaço praticado. De acordo com De Certeau (1998), perceber os jogos entrelaçados pelas relações cotidianas permite compreender outras concepções de modos de vida, portanto, de significados múltiplos de uma cidade onde grupos heterogêneos co-habitam.

Escapando às totalizações imaginárias do olhar, existe uma estranheza do cotidiano que não vem à superfície, ou cuja superfície é somente um limite avançado, um limite que se destaca sobre o visível. Neste conjunto, eu

gostaria de detectar práticas estranhas ao espaço “geométrico” ou “geográfico” das construções visuais, panópticas ou teóricas. Essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de “operações” (“maneiras de fazer”), a “uma outra espacialidade” (uma experiência “antropológica”, poética e mítica do espaço) e a uma mobilidade *opaca e cega* da cidade habitada. Uma cidade *transumante*, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível (DE CERTEAU, 1998, p.172).

No terceiro capítulo, tratarei de considerações sob o conceito de cidade imaginada. Primeiramente tratarei da importância da Feira do Livro como um evento promovido pela administração pública, analisando duas edições desta, no âmbito da construção narrativa promovida a partir da imagem do *folder* de divulgação, para assim, articular com as narrativas de um interlocutor que permitiu analisar a fragmentação social do *centro histórico* em relação aos grupos da cidade. A ambiguidade, aparente, sobre o chamado “repovoamento” do Mercado Público e diferenças no modo de gestão do turismo permitiu, em uma segunda etapa, observações que atentam para o lugar imaginado em decorrência da criação de personagens do cotidiano. Destacam-se, nesta etapa, um interlocutor na condição de turista e outro como trabalhador na atividade turística, para discutir como as narrativas oficiais são incorporadas às particulares, e como estes interlocutores as adaptam aos seus modos de vida. Isto permitiu refletir sobre as conexões dos *trajetos* que ligam o centro aos bairros da cidade, feitas por atores plurais. Isto me conduziu cada vez mais para fora do Mercado Público.

Por isso, no quarto capítulo, proponho acompanhar a antropologia de *fora e de longe*, proposta por Magnani (2002), onde reflito sobre o Mercado Público elevado à símbolo que remete ao *centro histórico*, complexificando a transformação constante das narrativas oficiais, a partir da relação entre essas imagens, o reposicionamento do Mercado Público, feito pelos cidadãos e aspectos de transformação da abordagem cultural, feita pela administração pública proposta no novo site da Prefeitura de Pelotas visando a uma política pública de ocupação do espaço urbano. Reflito sobre outras possibilidades de pensar o turismo na cidade, com a ajuda de interlocutores acadêmicos do curso de Bacharelado em Turismo da UFPEL, que contribuíram a partir de seus olhares sobre as narrativas da cidade, para reflexões acerca da possibilidade de um (re) posicionamento delas, o que tem sido aplicado por profissionais em formação, através do Projeto “Visitas Pedagógicas”. Neste, um grupo de acadêmicos realiza passeios com crianças, de escolas da cidade de Pelotas. Atualmente eles utilizam formas lúdicas de

abordagem sobre o patrimônio e o *centro histórico*, usando de forma criativa o material da paisagem do *conjunto patrimonial* para reformular os “velhos” métodos e práticas de abordagem do turismo. Assim, patrimônio cultural edificado na cidade, serve como objeto para refletir sobre os movimentos contemporâneos da cidade, e compreensão de outras formas de narrar o Mercado Público com base em outras visões de mundo.

1 – PARA DENTRO, NA TOCA DO COELHO: QUE MERCADO PÚBLICO É ESSE?

Alice pôs-se em pé e lhe passou a idéia pela mente como um relâmpago, que ela nunca vira antes um coelho com um bolso no colete e menos ainda com um relógio para tirar dele. Ardendo de curiosidade, ela correu pelo campo atrás dele, a tempo de vê-lo saltar para dentro de uma grande toca embaixo da cerca. No mesmo instante, Alice entrou atrás dele, sem pensar como faria para sair dali.

(Lewis Carroll, Alice no País das Maravilhas, 2002).



Figura 1: Aquarela. Uma representação da narrativa oficial do Mercado Público de Pelotas em 2017. Fonte: GARCIA, 2017.

Para Benjamin (1994), não é somente a cidade que se deposita diante dos olhos e das experiências do *flâneur*, com ela seguem também as sua(s) história(s), o jogo mágico de imaginação, de criação sobre as formas com as quais buscamos narrá-la.

Parto de um episódio da série de programas da TV Câmara municipal, chamado de “As sete maravilhas de Pelotas: Mercado Público” para iniciar, neste trabalho, algumas reflexões sobre a cidade de Pelotas (RS) a partir da apresentação da narrativa oficial sobre ela, tendo o Mercado Público como exemplo de sua narrativa oficial materializada no espaço, evocando uma temporalidade (Figura 1). Destaco que o título sugestivo da série remete às grandes obras patrimoniais mundiais (TV Câmara, 2017). Dividido em episódios de trinta minutos, a emissora aberta de televisão do governo municipal, apresenta, os pontos considerados turísticos da cidade, selecionados pela administração pública, focados no patrimônio histórico cultural arquitetônico. Segundo Ricouer (1998) arquitetura e narrativa estariam, respectivamente, para o *espaço* e para o *tempo*, como forma de *construir* e *contar* supressões do passado, do presente e do futuro:

[...] a saber, uma operação “configurante”; um paralelismo entre, por um lado, construir, portanto, edificar no espaço, e por outro, contar, criar uma intriga no tempo. [...] um embaralhamento entre a “configuração” arquitetural de tempo e a “configuração” narrativa do tempo. (RICOEUR, 1998, p. 44).

Dessa forma, se inscrevem nos planos das narrativas três níveis definidos pelo autor como: a) prefiguração, aquele momento da representação criadora que está presente na vida cotidiana, compartilhada coletivamente; b) configuração, que é o tempo propriamente narrado precedido da relação entre habitar e construir, continuamente alterado pelas formas de composição criadora; e c) a refiguração, que define a etapa de releitura de cidades e narrativas sobre ela, compreende assim o aspecto da mudança, pois resultam das formas com as quais as pessoas vivem e se colocam no mundo, no tempo das criações. Isso porque “[...] viver-juntos começa pelas narrativas de vida que nós trocamos. Essas narrativas somente ganham sentido no intercâmbio das memórias, das vivências e dos projetos [...]” (RICOEUR, 1998; p. 45).

Assim, no vídeo, compreendo o nível da prefiguração, pois a entrevista feita com um arquiteto condensa a narrativa oficial sobre a cidade, narrativa esta que embasa políticas públicas de turismo, patrimônio, etc., carregadas de elementos

arquitetônicos como provas do tempo. A partir da explanação sobre a construção física do Mercado Público de Pelotas (MP), é criado, no vídeo, um roteiro mental, discursivo, fotográfico, através do qual se apreende a construção do *centro histórico* da cidade de Pelotas (RS). Tal qual uma história com personagens ilustres que “personificam” alguns aspectos culturais, que foram destacados ao longo do tempo, para explicar que cidade é essa.

Sua relação de conjunto é reforçada constantemente, na narrativa, pela conexão que é feita do MP com a construção da praça Cel. Pedro Osório. Um importante ponto de referência para se entender a delimitação espacial do *centro histórico*, como um conjunto de bens edificados e patrimonializados, no bairro centro, onde se localizam áreas comerciais, administrativas e residenciais da cidade. Assim, o episódio mostra os prédios do *centro histórico* como se fossem um resumo das “heranças culturais *dignas* de serem lembradas” e que são constantemente reforçadas, na atualidade (NOGUEIRA, 2007; NOGUEIRA, 2008; CORÁ, 2014).

Dessa forma, as apresentações gráficas de folders do patrimônio em Pelotas, servem para mostrar a noção de conjunto expressa, constantemente, pelas narrativas oficiais do *centro*. A utilização de imagens do patrimônio feita por alguns setores da administração pública pode e, muitas vezes, o fazem, de forma a documentar uma temporalidade específica da história da cidade. No entanto, o uso da fotografia compõe uma possibilidade de narração mais ampla, possibilitando reflexões sobre as escolhas e as experiências das pessoas, pois pela imagem pode-se refletir sobre as dinâmicas sociais. Nesse sentido, a pretensão parecia ser a de “[...] fazer descrições de realidades complexas, com vários elementos, míticos, religiosos, políticos, estéticos que estão amarrados por uma discursividade comum, que é dada pela cultura da população estudada [...]” (GODOLPHIN, 1995; p. 166). Essa análise perpassa assumir as decisões fotográficas adotadas para “promover” o *centro histórico* como uma narrativa oficial da cidade (Figura 2).



Figura 2: Folder informativo da cidade de Pelotas (RS). Uma representação de Conjunto Patrimonial. O *centro histórico* de Pelotas em folder distribuído pela Secretaria de Cultura de Pelotas. Fonte: SECRETARIA DE CULTURA (SECULT/PELOTAS), 2018.

Um ponto importante para a compreensão de diferentes formas de narração sobre a cidade de Pelotas, tem como objeto o Mercado Público de Pelotas. Por cerca de dois anos participei de algumas reuniões com diferentes interlocutores de diferentes instâncias do poder na gestão do espaço. Eu percebia que entre os representantes dos poderes executivo e legislativo havia duas formas diferentes de construção narrativa sobre o local e de gestão do espaço. Cabe, portanto adiantar que para interlocutores do poder executivo, havia esforços em negociar os interesses de uso dos variados grupos frequentadores do Mercado Público. Por outro lado, nas narrativas do poder legislativo, a preocupação era com o aspecto

arquitetônico do lugar e a aura que ele “emanava para contar” sobre as origens da cidade. O Mercado se tornava um local importante pela narrativa oficial que evocava o passado, o que embasava boa parte do discurso de “recuperação” física (e com isso social) do local. O material fílmico, fornecido pela emissora de televisão vinculada à câmara de vereadores, ao promover a narrativa para a série de reportagens, acabava por veicular o reforço das narrativas oficiais.

Repórter: Construído em 1850, todo no estilo neoclássico, e depois reformulado para o estilo *art nouveau*, com esta torre de Metal vinda diretamente da Alemanha, em alusão a famosa torre Eiffel, o Mercado Público de Pelotas, é um dos pontos mais tradicionais da cidade. São quase 170 anos de história que nós vamos mostrar [...]

E pra dar um passeio aqui no Mercado, está aqui comigo o [...] arquiteto e urbanista [...] um dos responsáveis pela pesquisa do Almanaque do bicentenário da cidade de Pelotas.

Então, [...] queria que tu me contasse um pouquinho, com que proposta que o Mercado Público foi construído.

Arquiteto: [...] O MP de Pelotas foi construído como uma *ideia dos vereadores de então*, de organizarem as vendas de alimentos, víveres, no final de 1840, por volta de 1846/47. É buscado, *os vereadores buscam*, que se elabore um projeto pra um mercado público, [...] é adotado o projeto de um *arquiteto alemão que era radicado aqui em Pelotas*, chamado Roberto Offer. Por curiosidade, ele também foi fotógrafo, né [...] (PELOTAS, 2017).

Esse fragmento extraído do episódio mostra a tentativa de fixar o MP sob o *domínio* do poder público local, sob o ponto de vista do poder legislativo. Ou seja, evidencia *por quem* o local foi construído. A partir disso, legitimando *a quem* pertencem às possibilidades de intervenções na arquitetura do lugar e, conseqüentemente, na ocupação social. Para evidenciar essa “veracidade histórica”, o vídeo traz a fotografia como ferramenta de afirmação do que está sendo narrado. Dessa forma, uma sequência fotográfica (Figura 3) apresenta ao mesmo tempo em que conecta o Mercado Público ao contexto do *centro*, pela representatividade da praça (antes um campo onde pastavam os cavalos dos charqueadores que habitavam os casarões do entorno) e a importância econômica das charqueadas nesta série de edificações.

De acordo com Corá (2014), nos anos 1990, as cidades no Brasil começaram a considerar “[...] o patrimônio dentro da dimensão do turismo, havendo muitos projetos de revitalização de centros históricos e de museus e acervos nacionais [...]” (2014, p.1102) citando como exemplos as cidades de Salvador, Recife, Olinda, São Paulo e Rio de Janeiro.

Em Pelotas, ocorre esse processo, um movimento que consiste em coletar uma série de bens patrimoniais arquiteturais em contexto, que remetem a uma seleção narrativa com limites definidos e, em sua expressiva maioria, se referem às elites e grupos dominantes como “modelos de culturas”, rememoradas continuamente pelas narrativas oficiais da cidade. A arquitetura exuberante é, portanto, como uma dessas narrativas, que comunica pelos sentidos (RICOEUR, 1998) e, por isso, mantém potências narrativas múltiplas, sendo muitas dessas emudecidas, como, por exemplo, as influências dos grupos escravizados no Brasil colonial, ou os grupos marginalizados da sociedade por classificações socioeconômicas e raciais e moradores das áreas periféricas ao centro da cidade. Na sequência fotográfica do episódio, o arquiteto reforça essas conexões de patrimônio entre espaço e tempo.

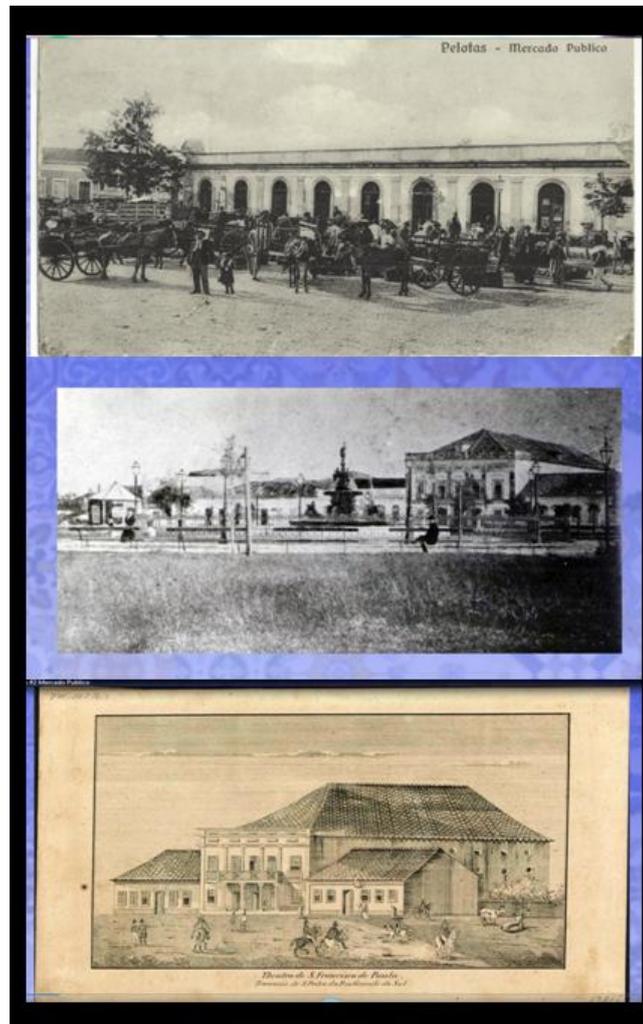


Figura 3: Frame 04min06seg12sg de vídeo no episódio “As sete maravilhas de Pelotas: Mercado Público”. Mostra na sequência fotográfica da narrativa oficial de construção de Pelotas (RS), contexto socioeconômico histórico da construção do Mercado Público, Praça Cel. Pedro Osório e influência da economia das charqueadas, remonta a Pelotas no século XIX. Fonte: PELOTAS, 2018.

A apresentação segue com a descrição das alterações impressas no prédio entre os anos de 1911 e 1914. A influência nas decisões de reforma partem da opinião expressada por personagens das elites, cujos cargos são adjetivados pelas posições sociais de artistas, escritores, barões, vereadores, arquitetos/construtores estrangeiros (europeus); que “impunham” a necessidade de adequação do prédio aos estilos mais “modernos” da época. Para isso, publicações em notas de jornais e revistas vigentes, desqualificavam o local, a edificação e públicos diversos que por ali transitavam.

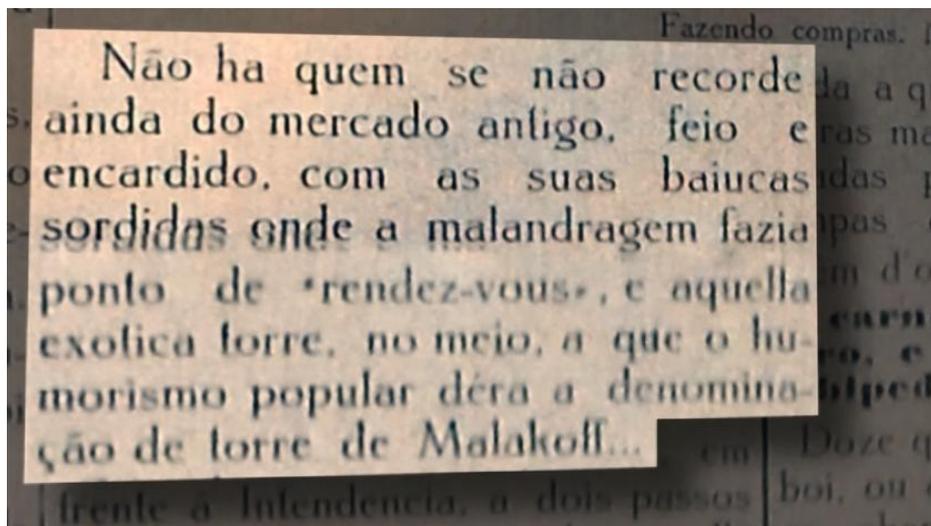


Figura 4: Recorte de publicação do início do XX. Desqualificação do Mercado Público no século. Frame de vídeo “As sete Maravilhas de Pelotas: Mercado Público” entre 06min e 18seg e 06min e 26seg. Fonte: PELOTAS, 2018.

A menção à Torre Malakoff (Figura 4) se refere a uma edificação construída em Pernambuco no mesmo período do século XIX. Essa torre fora construída para servir de observatório da marinha, em estilo oriental, como a primeira construção do Mercado Público, é atualmente tombada como patrimônio nacional e, a partir dos anos 2000, serve aos propósitos culturais como apresentações musicais e anfiteatros¹. Essas narrativas culminaram com intervenções arquitetônicas do prédio do Mercado Público, no centenário da cidade (1912). A imagem do escritor pelotense João Simões Lopes Neto, cuja personalidade é atribuída à organização das festividades do centenário, é figura reverenciada na cidade nos dias atuais, com a sua estátua (em bronze) acomodada em um banco da praça Cel. Pedro Osório,

¹ Informações disponíveis no site <http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/espacosculturais/torre-malakoff/> acessado em 3 de fevereiro de 2018, às 16:31.

além de um memorial de sua obra ser mantido em sua antiga residência, nas proximidades do *conjunto*. O *vanguardismo* atribuído à sua figura, consequência de suas obras literárias, espelha (ou influencia) a narração do período, citado no vídeo, como a “modernização” do Mercado às influências arquitetônicas da época, diferentemente do que aconteceu com a referida torre nordestina. Não é menor a “reverência” às influências administrativas do poder público, tampouco às influências culturais europeias na edificação.

Arquiteto: [...] às linhas arquitetônicas [...] inspiradas na *belle epoc francesa*, né. Lembrando que Paris é o grande espelho do resto do mundo [...] com elementos mais ornamentais, [...] muitas frutas, que simbolizam a abundância, [...] motivos que parecem rebites e parafusos. [...] fazem alusão à modernidade, às indústrias. [...] Eles, os governos, gostam muito de mostrar isso nessa época. A ideia de progresso.

Repórter: Inclusive com a vinda da torre, diretamente da Alemanha?

Arquiteto: Exato, [...] além da remodelação nas fachadas, nas partes de alvenaria, no corpo do Mercado, em si, acontece uma mudança significativa também [...], **no pátio do Mercado**, que é a troca da torre de alvenaria por uma [...] de metal, **importada de Hamburgo, na Alemanha**. [...] montada ali no **Liceu de Agronomia**, na frente. [...] E também são feitos quatro caminhos em forma de cruz, [...] feita com uma estrutura metálica, também da Alemanha. **E são mudados também os acessos do Mercado** [...] agora se dão pelo centro das fachadas [...] as portas que dão acesso são feitas na Bélgica, [...] **Esse projeto de remodelação, [...] é feito por um funcionário do governo estadual**, [...] com quatro torreões nos quatro cantos [...] (PELOTAS, 2017) (GRIFO NOSSO).

Partindo dessa justificativa para a intervenção do poder público da época, no Mercado Público, escapa a sensação deixada pela narrativa do arquiteto entrevistado no episódio, que as mudanças efetuadas em 1911-1914, que toda a população teria sido favorável às transformações. A principal fonte de informação citada pelo entrevistado era a fonte midiática da época, e segundo ele, a intervenção teria contado com completa aceitação popular que teria aderido à

[...] comemoração em relação ao que havia antes, né! [...] E isso é parte do processo que vai acontecendo na cidade toda, de embelezamento, [...] são feitos vários melhoramentos urbanos e, subseqüente, a reforma do Mercado, acontece a reforma da Praça Cel. Pedro Osório, atual, que na época era Praça da República. Então, o governo [...] faz uma grande remodelação na praça Cel. Pedro Osório é aí que surge a monumentalidade da fonte das nereidas, e toda a cidade caminha nesse sentido. Pra embelezar e ficar de acordo com o que havia na *belle époque* [...] (PELOTAS, 2018).

Ressalto também que é dada a referência constante à praça edificada após a construção do Mercado, o que mostra que ambos resultam do processo de edificação de um centro cultural, administrativo e residencial das elites

charqueadoras dos séculos XIX e XX. Assim, quando o arquiteto se refere ao “embelezamento de *toda* a cidade”, ele está se referindo ao centro da época. As regiões periféricas aparecem com uma referência à “descentralização” do Mercado Público, a partir da construção de mercados regionais, nos bairros em formação na cidade (SANTOS, 2014). Dito de outra maneira, já demonstra a “separação” do centro da cidade em relação aos bairros marginais em formação.

Para demonstrar esse *embelezamento*, a ênfase na torre de metal, parece encobrir a existência de uma banca (Figura 5) abaixo da antiga torre de alvenaria. O que indica que a menção tanto a adesão completa das comunidades à intervenção, quanto ao modo de habitar, ou de uso, que as pessoas faziam do Mercado era considerado, à época, inadequado, improvisado, diferentemente dos planejamentos de refinamento à *la belle époque* dos grupos gestores da cidade naquele período. A fala do arquiteto parece reafirmar essa dissonância, entre os interesses da administração e os usos populares.

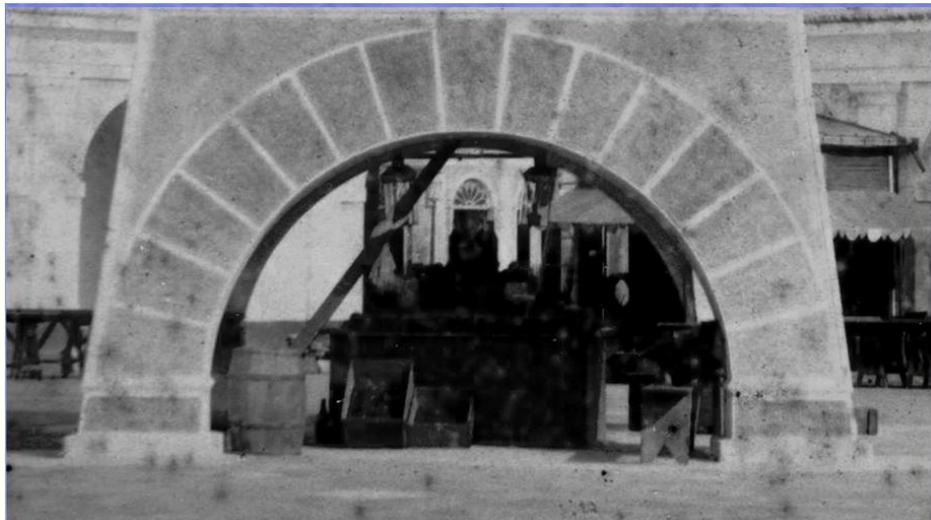


Figura 5: Banca sob a torre do relógio. Antigo pátio interno do Mercado Público de Pelotas. Frame vídeo "As sete maravilhas de Pelotas: Mercado Público", aos 05min e 32seg. Fonte: PELOTAS, 2018.

Ao final desse processo o Mercado é apresentado com nova “roupagem” que mostra as portas de acesso pelos centros de cada uma das fachadas e a circulação interna do Mercado em forma de cruz. Já em 1969, com a necessidade de nova intervenção. Em função de um incêndio que o destrói quase que completamente, ocorre uma intenção de demolição do que restara, para construção de um centro

administrativo. Mais uma vez aparecem figuras públicas ligadas ao Estado que “salvam” o Mercado da demolição, e o reconstróem com financiamento público.



Figura 6: O Mercado Público de Pelotas antes da reforma de *requalificação* patrimonial, imagem exibida como prova da “deterioração” do espaço público, pelo uso e pela relação das pessoas com o lugar. Frame de episódio "As sete maravilhas de Pelotas: Mercado Público", aos 25min e 37seg. Fonte: PELOTAS, 2018.



Figura 7: Fotografia que mostra a concentração do camelódromo no entorno do Mercado. Região onde atualmente acontece uma feira de antiguidades. Fonte: SECRETARIA DE CULTURA (SECULT/PELOTAS), 2017.

Aproximadamente uma década após a reconstrução, retornam as narrativas de degradação. O Mercado aparece como “autogerido” pelas pessoas que o habitam e fazem adaptações na edificação com base em suas necessidades imediatas

(Figura 7). A antiga estação de ônibus intermunicipais (Figura 6), uma concentração de camelôs no entorno e a presença da prostituição, por exemplo, servem de argumento para que o Mercado Público seja mostrado como “perdido” ou “degradado” e, com isso, outras intervenções começaram a ser planejadas.

[...] Arquiteto: E aí vai culminar numa coisa que a minha geração já presenciou que são intervenções que foram feitas no interior do Mercado. Foram sendo acrescentadas paredes de alvenaria, né, sem qualquer preocupação, assim. Então, o interior do Mercado, ele foi se modificando, ele foi se modificando pra pior, assim, no sentido de que não foi uma coisa planejada, foi uma coisa improvisada, né. Então, eu mesmo conheci essa parte do centro, essa parte central aqui do pátio, só depois da reforma mais recente, né. Que é quando essa estrutura de ferro volta a ficar aparente, né, porque ela tava completamente escondida por esses acréscimos indevidos que aconteceram, de paredes [...] (PELOTAS, 2017).

No vídeo são enfatizados os aspectos simbólicos de importância não só arquitetônica, mas social do Mercado Público, “[...] um equipamento urbano de extrema importância, assim, pra vida urbana. Muitas histórias, [...] foram em torno desse Mercado, né durante todo [...] esse período” (*ibidem*, 2017). Além de sua localização no *centro* histórico da cidade, o interlocutor do vídeo enfatiza,

[...] que Pelotas tenha essa crescente conscientização em relação ao seu patrimônio, né? Histórico. Eu acho que as pessoas estão tendo uma consciência de que os prédios antigos eles têm o seu valor histórico. Tem o seu valor também afetivo, por que não dizer, né?! Tem uma importância enorme, assim, na vida das pessoas. É isso que importa, o patrimônio ele só faz sentido quando faz sentido pras pessoas no dia-a-dia [...] (PELOTAS, 2017).

Neste vídeo o termo “consciência” significa “ensino”, é o mesmo que dizer que as pessoas precisam ser educadas a usar os equipamentos públicos dentro de parâmetros pré-estabelecidos pela administração pública. A que se refere essa apresentação do patrimônio histórico cultural na cidade de Pelotas, tendo em vista os elementos históricos que precedem essa conclusão? O que significa dizer que o patrimônio só faz sentido a partir das pessoas?

Segundo essa narrativa, o *centro histórico* da cidade de Pelotas se resumiria a um “legado histórico cultural” derivado das influências de famílias ricas, que se dedicavam a produção de charque (um tipo de carne salgada e seca ao sol) que, exportada, rendeu grande poder econômico para a região. Essas fazendas de charque eram mantidas por negros escravizados que são citados apenas como mão de obra, sem que tivessem contribuído para a construção da cidade com as suas

culturas, costumes e atravessamentos com as culturas impostas como dominantes pelas elites. Isso reduz metaforicamente a cidade, pois são reduzidas as representatividades das pessoas que a constroem, aos apelidos de “cidade dos Barões” ou “Princesa do Sul”, denominações usadas em campanhas publicitárias, por exemplo. E dessa forma elas não teriam papel algum na construção da cidade.

O reforço a essas narrativas institucionalizadas contribui para que a pluralidade cultural, expressa pelas narrativas das “pessoas comuns” permaneça subsumida naquelas oficializadas. Igualmente, essas narrativas oficiais mantêm programas públicos de gestão que focam no desenvolvimento econômico e invisibilizam expressões sociais, com o afastamento de grupos dos núcleos dos quais são alvo as revitalizações patrimoniais. Servem como subsídio, para o pensamento que, no dito popular, diz que “o que não é visto, não é lembrado”, e é a negociação cotidiana que mantém a “liberdade” de permanência de diversos grupos em espaços públicos urbanos.

A aquarela “Pelota” de Herrmman Wendrorth, 1852, (CUSTÓDIO, 2009) (Figura 8) traduz essas narrativas oficiais na pintura que mostra um negro nadando em um rio, puxando uma pelota – tipo de embarcação em couro que dá nome a cidade - que carrega um homem branco com uma criança no colo. Metaforicamente, o negro vem trazendo a cidade nas costas. Seja pelo trabalho que imprimiu ou como símbolo de resistência e de força. Essa imagem também traduz em grande medida a potência das narrativas, tanto das oficiais, quanto das particulares, pois comunica pensamentos, convenções, que pretendem resolver uma realidade, criando outra, e servindo para uma observação de contexto.



Figura 8: “Pelota”. Aquarela. Herrmman Wendrorth, 1852. Material distribuído pelo SEBRAE/RS em evento para o desenvolvimento do turismo. Fonte: CUSTÓDIO, 2009, p. 96.

Assim, durante o período que se estendeu pelo século XIX e rompeu o século XX, imprimiu essa configuração cultural em edificações de arquitetura imponente que dão parte da forma material do centro da cidade. Atualmente, essas construções permanecem na forma de casarões, teatros, biblioteca, praça central, prefeitura, um antigo hotel (hoje escola de ensino superior em hotelaria), banco e o Mercado Público, que fazem parte do conjunto de bens institucionalizados como patrimônio histórico-cultural, que compõe o *centro histórico* da cidade e que são frequentados por diferentes grupos de pessoas e com visões de mundo múltiplas. Muitas vezes essas pessoas têm suas percepções confrontadas por ideais culturais construídos para calá-las. No entanto, conforme De Certeau (1998), a cidade como fruto das práticas cotidianas das pessoas, se desfaz e refaz na constante negociação das mais variadas formas de ver e viver o espaço urbano (AGIER, 2015).

A cidade é narrada como consequência de um tempo histórico específico, que dá ênfase às elites e coloca as culturas marginalizadas em papel figurativo que vêm sendo questionados cada vez mais pelas ciências sociais e por esses mesmos indivíduos. Nesse episódio de “As sete maravilhas de Pelotas: Mercado Público”, a entrevista com o arquiteto dá o tom da “validade” das informações em caráter oficial, cita autores de pesquisas de algumas áreas das ciências humanas associados às universidades da cidade, nomes de poetas e escritores de contos lançados nos períodos temporais acionados para contar a história da cidade. Assim como mostra as narrativas fotográficas como provas do que está sendo contado.

O ponto de vista aqui não é o de negar essas influências, mas abrir algumas portas e janelas para que a luz seja lançada a outras formas e visões de mundo, e se atualizem na direção das transformações promovidas pelo tempo das interações. Não digo que as narrativas particulares sejam contrastantes, mas que são diferentes. A dinâmica está nas relações e não se colocam necessariamente como algo único, sintético. Serão outras coisas que irão surgir a partir dessas interações, outras relações com base nessas diferentes visões de mundo, esse é um importante aspecto para mudança apreendida por Wagner (2010). Tanto quanto da refiguração proposta por Ricoeur (1998).

De acordo com Wagner (2010) a “convenção”, é negociada pelas pessoas, e expõe o caráter da mudança nas dinâmicas sociais. Isto porque antes dos “hábitos comuns” se tornarem convenção, são definidos como “diferenciadores”, pontos de vista e práticas realizadas apenas por alguns grupos sociais, sejam das elites, sejam

das classes populares. São aqueles hábitos de grupos que não são contemplados naquela narrativa oficial, mas com potencial para sê-lo.

As narrativas particulares, ou seja, as ‘não convencionais’, servem de subsídio para as negociações que transformam as narrativas ao longo do tempo. Aqui as narrativas oficiais sobre a cidade são entendidas como a convenção. No entanto, elas são dependentes das ‘particulares’ que, negociadas, se tornam parte integrante do que é narrado sobre um local, a fim de defini-lo. Mas o que mostra a narrativa oficial citada acima, é que há predominância das convenções dos hábitos e práticas dos grupos que mantém o poder na seleção e na institucionalização dessas narrativas.

Essa lógica justifica a necessidade da precedente exposição da narrativa oficial da cidade e a relevância de apresentar o objeto de pesquisa a partir dos interlocutores, conforme se deu em campo. Segundo o autor é importante compreender as perspectivas plurais acerca do mesmo evento para a compreensão do aspecto da criação.

1.1 A Tartaruga Falsa: A narrativa oficial imaginada

Nas primeiras cenas do episódio “As sete maravilhas de Pelotas: Mercado Público” é mostrado o atual MP, que entra na segunda década dos anos 2000, resultando de uma reforma realizada pela administração pública municipal através da Secretaria de Cultura do Município (Secult). Foi feita em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), através do Programa Monumenta, das cidades históricas do governo brasileiro.

Repórter: [...] em 2009, então, teve essa reforma. Então toda a identidade do Mercado *original* foi preservada no projeto?

Arquiteto: É, essa reforma procurou restabelecer todos os elementos, trazendo de novo essa originalidade do pátio coberto por essa estrutura metálica, né. Mas isso é uma medida que acontece em decorrência de um projeto que começa em 2002, de inclusão de Pelotas no Programa Monumenta, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Capitaneado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (Faurb/UFpel) tem esse movimento pra que Pelotas seja incluída nesse grande pacote de recursos que vai permitir que a cidade remodele vários desses prédios que são já considerados patrimônio histórico. Então o Mercado é um dos primeiros que obtém esses recursos da aprovação desse projeto, mas remonta, então a 2012. Já um Mercado com um perfil de bancas muito mais turístico [...] (PELOTAS, 2017).

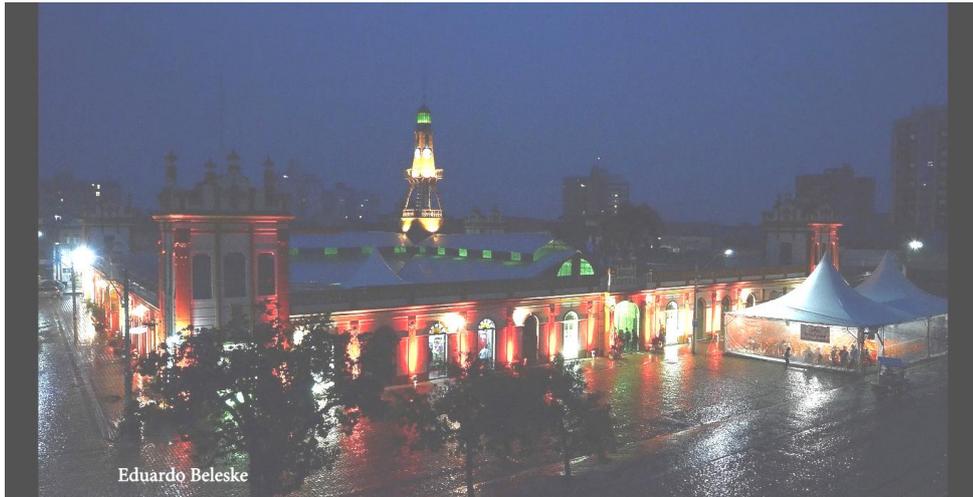


Figura 9: A reforma encerrada em 2012. Episódio “As sete maravilhas de Pelotas: Mercado Público” Frame vídeo 26:46seg. Fonte: PELOTAS, 2017.

O Mercado Público municipal (Figuras 9 e 10) é um exemplo de bem institucionalizado pelo tombamento como patrimônio histórico municipal, desde 1985. Esse procedimento é a inscrição dos bens patrimoniais em livros de registro específicos para cada categoria e tipo. É o principal instrumento jurídico realizado com a finalidade de proibir a destruição/descharacterização dos bens em território nacional, ainda que não preveja ou garanta que haja recursos suficientes para mantê-los, tendo o turismo como um *argumento* de aproveitamento econômico de uso nas áreas urbanas (RODRIGUES, 2005).

O Mercado Público fechou para reforma da edificação e do entorno do largo conforme descreveu o arquiteto, no ano de 2009. Retornou às atividades em 2012 sob a condição de *requalificado*, ou “refuncionalizado”. Esse processo se trata de intervenções em estruturas materiais patrimoniais tidas como obsoletas e impregnadas de conteúdos simbólicos, como os *centros históricos*, e visam atender a um planejamento urbano pontual e estratégico (IPHAN²). Nesse caso a requalificação patrimonial do MP, citada pelo arquiteto, é o meio pelo qual se faz possível perceber que o mesmo local é apresentado de formas diferentes por diferentes pessoas que constroem (inventam) o cotidiano do local. A invenção, para Wagner (2010) é uma flexibilidade própria das tentativas de “explicar-se”, em relação às interações humanas. Ou seja, a invenção é sempre relacional, onde a criatividade do antropólogo é dependente da criação de seus interlocutores.

² Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/58/revitalizacao>.

Assim, os interlocutores também relatam que as transformações do Mercado foram frequentes desde a sua construção no final do séc. XIX. Porém mais marcantes, para eles, foram as transformações em termos de público ocupante do Mercado. Ou seja, a cada transformação na sociedade, revezes econômicos, etc. mudava o produto oferecido, e com isso as paisagens internas e externas do MP se modificavam porque diferentes grupos frequentavam o Mercado da cidade.

Além disso, o que mostram os relatos de interlocutores desta pesquisa, é que o Mercado sofreu importante impacto a partir da patrimonialização em 1985. Com significativo acréscimo nas dinâmicas com o espaço a partir da criação do Decreto 5.571/12, quando as formas de habitar o local foram submentidas a regras e a punições. A liberdade das expressões de modos de habitar passou a ser limitada e vigiada, assim como foi definida como “obscurecida”, ou com um conceito bem darwiniano, “adaptada”. No entanto, ela não deixa de ser negociada de parte a parte.

1.1.1 A portinha e poção beba-me: Outras narrativas.

[...] Que sensação estranha”, disse Alice. “Eu devo estar encolhendo como um telescópio!”

E daí era fato, ela estava agora com apenas 25 centímetros de altura, e seu rosto resplandeceu ao pensar que aquele era o tamanho exato para atravessar a portinha em direção ao adorável jardim [...].

(Lewis Carroll, As aventuras de Alice no País das Maravilhas, 2009; p.11)

Nas narrativas oficiais, o MP é apresentado como um elemento da paisagem arquitetônica que representa a opulência de uma elite política e econômica do século passado que teria construído e, desde então, reforçado a própria história. Segundo Benjamin (1994), flunar pela cidade permite ao *flâneur* divagar sobre as temporalidades dispostas na cidade através de uma “postura de olhar” que observa de fora mesmo estando “dentro” do contexto das experiências. Sendo um nativo estrangeiro das experiências de cidade ele

*[...] conta a seu modo, indiretamente. Ele está em seu elemento na imagem, não na frase. [...]. Não sabe fazer discursos, só sabe mostrar. Por isso a montagem é o seu método. “Não tenho nada a dizer”, diz ele. “Só mostrar. Não rejeitarei nada de valioso, não usarei nenhuma formulação engenhosa” O que mostra o *flâneur*? Mostra Paris, e com isso narra o que aprendeu como *flâneur* atravessando de um extremo a outro a modernidade urbana,*

começando numa passagem e terminando em outra [...] (ROUANET, 1993; p. 23).



Figura 10: Desenho do Mercado Público pela rua XV de Novembro. Travesti na prostituição fazendo ponto e/ou apreciando a música? Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.

Seguindo as pistas deixadas por Agier (2011) a cidade proporciona o conhecimento que emerge dela mesma, assim, as negociações do espaço, feitas cotidianamente pelos cidadãos e a administração pública, têm papel fundamental nos “resultados”, ou seja, nas transformações da cidade.

Cidade vivida, cidade sentida, cidade e processo... Trata-se de uma interrogação que diz respeito aos cidadãos e à sua experiência de cidades. A cidade já não é considerada “uma coisa” que eu possa ver nem “um objeto” que eu possa apreender como totalidade. Ela transforma-se num todo decomposto, um holograma perceptível, “apreensível” e vivido em situação (AGIER, 2011; p. 38).

O Mercado é frequentado por grande quantidade de público todos os dias da semana, a trabalho ou a lazer (Figura 11). É, atualmente, uma edificação quadrada no centro de uma praça também quadrada, que mais se parece com uma calçada de paralelepípedos, com grandes portas de acesso em ferro adornado centralizadas nas quatro faces que são unidas por torreões nas esquinas. As únicas partes da edificação que possuem um segundo andar, diferentemente do restante do prédio

que é térreo. Os lados direcionados ao *centro histórico* são compostos por bancas externas que em sua maioria oferecem os serviços de bares e restaurantes, mas também abriga uma livraria e uma floricultura. O Mercado Público é situado número 179 da Praça Sete de Julho entre as ruas Lobo da Costa onde está o largo Edmar Fetter, esta é uma das fachadas mais valorizadas, atualmente, por sua conexão com o *centro histórico* da cidade (Figura 12).

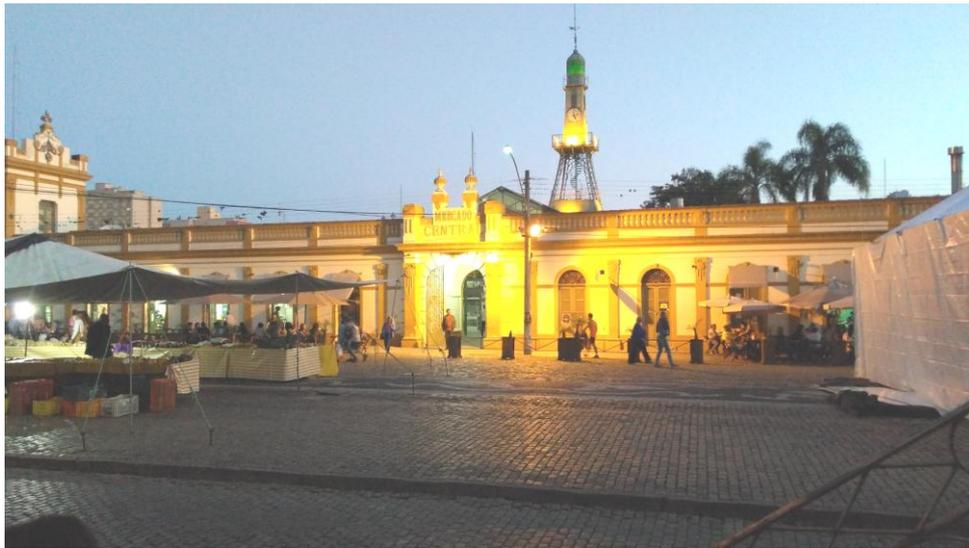


Figura 11: Anoitecer de uma quinta-feira no largo do Mercado Público. Dinâmica dos bares e da feira de produtos orgânicos. Fonte: GARCIA, 2016.

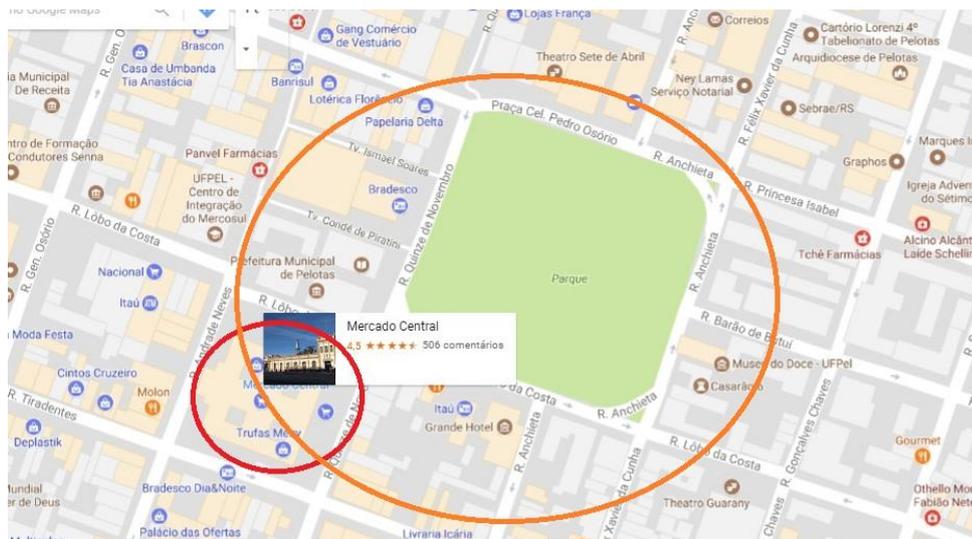


Figura 12: Mapa que localiza o Mercado Público, demarcação com o círculo vermelho, no *centro histórico* da cidade de Pelotas, demarcação com círculo laranja. Fonte: GOOGLE MAPS, 2017.

As faces opostas fazem referência ao centro comercial, e abrigam bancas de barbearias em um setor, e na face e setor restante fica área de carnes, onde estão

as peixarias A parte interna do Mercado forma um desenho em cruz (Figura 13) onde em cada quadrante fica uma área de luz, cujos nomes são números, de 1 a 4. No centro da construção está uma torre mais alta que todo o prédio, com um relógio que é muito explorado como um símbolo do Mercado. Todas essas “ruas”, que formam um tipo de cruz abrigada por um quadrado, levam às portas de acesso à rua, no meio de cada uma das quatro fitas da edificação.

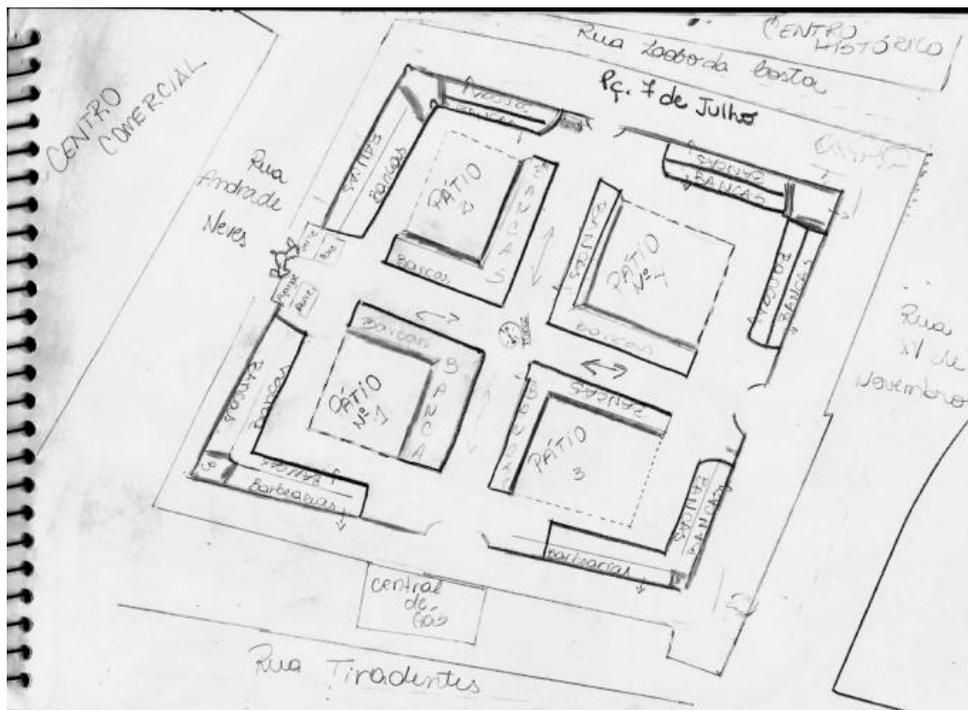


Figura 13: Desenho das áreas de circulação e localização das bancas, pátios e delimitação das ruas ao redor do Mercado Público de Pelotas. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.



Figura 14: Fotografia das "ruas" do Mercado na dinâmica cotidiana. Fonte: GARCIA, 2017.

Estas áreas internas são margeadas por bancas e são espaços que apesar das dimensões semelhantes, se tornam diferentes entre si por abrigarem distintas dinâmicas sociais (Figura 14). Estas se alteram em função dos eventos culturais que abrigam, em um cronograma regulado por uma gerente cultural, responsável por qualquer atividade artística no local. Atualmente, são 120 bancas internas e externas que são licitadas pela administração pública para desenvolver determinados tipos de serviços. Dentre eles, doçarias, bares, lojas de artesanatos, de temperos, esmalteria, estúdio fotográfico, agência de viagem, loja de *souvenirs*, entre outros que juntos, compõem o Mercado Público.

Ali são realizados shows, feiras de antiguidades - mas também reivindicações políticas de toda ordem que reúnem tipos muito plurais de pessoas-, as bancas são ocupadas por muitos bares, restaurantes e lanchonetes que dispõem mesas e cadeiras, cobertas por grandes guarda-sóis, nas calçadas, durante o ano todo.

Caminhando pela feira de antiguidades que acontece aos sábados no Mercado, a intensa movimentação me instigava desenhar na intenção fixar a atenção em algumas das inúmeras interações que ocorriam ali, todas ao mesmo tempo. O colorido, os reflexos dos objetos, o barulho das conversas das pessoas, por vezes eram indescritíveis somente pelas palavras nos diários de campo (Figura 15).



Figura 15: Desenho de Aelee no “Mercado das Pulgas” no Largo do Mercado Público de Pelotas. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.

Foi em um desses momentos que conheci o Aele, através de Agabê, interlocutora da Secretaria de Cultura, responsável pelo cadastro e acompanhamento das edições do evento. Era um final de tarde quando a encontrei e ela nos apresentou, após a feira denominada “Mercado das Pulgas”. Aele é dono de um antiquário na cidade, e expositor que participa desde as primeiras edições da feira que completava já três anos desde a inauguração. Tanto Aele quanto Agabê expuseram que a criação do evento foi uma proposta voltada ao turismo receptivo no local. Foi criada em 2014 como estratégia para aumentar o fluxo de pessoas no Mercado após a reforma finalizada em 2012.

Depois de alguns momentos de conversa, tendo Agabê introduzido o fato de eu ser uma pesquisadora que buscava mais informações sobre o Mercado Público, Aele se mostrou interessado em colaborar. Em seguida comentou que havia iniciado suas atividades com objetos antigos depois da experiência na feira, e de pronto convidou-me a conhecer sua loja, apenas alguns quarteirões de distância do MP.

Quando fui conhecer o seu antiquário fora do MP, ao chegar, percebi que Aele me aguardava sentado à uma cadeira de estofado de veludo vermelho, diante de uma antiga banheira de louça que ficava verticalmente disposta a um canto do salão, o que parecia ser montado como uma espécie de escritório delimitado por uma mesa, mas integrado aos muitos objetos em exposição. A loja era uma variação em maior escala de sua pequena banca no Mercado, que se caracteriza por objetos caprichosamente ordenados por tipo e funcionalidade em uma mesa de madeira montada com cavaletes, e outros dispostos sobre um tecido preto estendido no calçamento do largo (Figuras 15 e 16). Com seu olhar atento, Aele começou a me contar de sua rotina, sua forma de ver a cidade, de se relacionar com os companheiros do “Mercado das Pulgas” e sua percepção sobre o Mercado Público, em narrativas que misturavam suas experiências em outras cidades onde residiu, fazendo comparações com elas, mas também com as histórias dos livros que lia rotineiramente, enquanto aguardava a chegada de clientes na loja. Percebia que ele tinha certa curiosidade sobre as minhas intenções, talvez até certa desconfiança, então, noutra oportunidade de visita, levei comigo alguns dos desenhos que tinha feito sobre o MP. Interessado, ele foi olhando o que eu havia produzido e usando-os como mapa (Figura 17), indicou não somente onde ficava sua banca, mas também suas percepções sobre o contexto do qual fazia parte.



Figura 16: Desenho de Aele desmontando a banca na Feira das Pulgas enquanto artistas se apresentavam no meio da rua Lobo da Costa. Um sino na árvore fazia a comunicação entre o interlocutor e os artistas. Uma cadeira, era a ligação do Mercado com a sua loja. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.



Figura 17: Fotografia de Aele interage com os desenhos transformando-os em mapa, localizando sua banca e algumas narrativas de conflito. Fonte: GARCIA, 2017.

Segundo Aele, apesar da proposta turística da feira “[...] é pouco turista que vem aqui, tem é muita gente que mora aqui na cidade e a gente fica conhecendo de ver toda a semana [...]” (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017). Ele descreve o clima da cidade como “[...] incrível, maravilhosa. Tudo reto. Tudo perto. Não é cara. Tem duas universidades. É um povo acolhedor. É africano, é português.... mas é claro, isso só não basta [...]” (*ibidem*, 2017).

Para ele, que me falava sobre suas visões de mundo de acordo com os aspectos de sua atividade no antiquário e também como ator, professor e ex-diretor de teatro, o Mercado “[...] é um museu que a cidade não tem [...] o Mercado é o meu palco [...]” (*ibidem*, 2017). Aele falava muito sobre a cidade e em suas histórias, expunha sua crítica interpretando a narrativa oficial da cidade a seu modo, sob o seu ponto de vista. Ele dizia que há muitas lacunas entre o que é dito, (o exposto no vídeo, por exemplo) e o que se constrói no cotidiano da cidade. Sendo os atravessamentos entre ambas, inegáveis. Para ele era inegável o legado histórico presente na *intencionalidade* do patrimônio cultural tombado, no entanto essas narrativas para ele são parciais, “[...] insuficientes, quase não se contam histórias sobre a escravidão, a não ser que financiava o charque e a opulência cultural da cidade no século XIX e início do séc. XX [...]” (*ibidem*, 2017). Dizia Aele que o fato de a cidade ter passado por um período de estagnação econômica e “empobrecimento” (*ibidem*, 2017) após o apogeu econômico financiado pelas charqueadas, era fundamental para a compreensão da valorização atual da materialidade e das histórias do passado através da “ideia” do *centro histórico*.

As narrativas oficiais, para Aele, representavam

[...] uma tentativa de esconder que, na verdade, isso não passa de um planejamento mal feito pelos charqueadores e pelos administradores da época, que fizeram um investimento pesado em algo que acabou de uma hora pra outra, sem que houvesse um plano de contingência e daí não adianta colocar culpa em pragas de ciganos, a culpa é de um planejamento único e de curto prazo, financiado pelo povo africano, com a mão de obra escrava [...] (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

Dessa forma, o interlocutor expõe outras formas de interpretação do passado e da materialidade imposta pela institucionalização dos casarões do centro da cidade, destacando a representatividade de grupos que continuamente são *editados* das narrativas do patrimônio e, conseqüentemente, do turismo, por exemplo.

Os momentos com Aele me instigavam. Sua personalidade curiosa e observadora, me faziam sentir na presença de um pessoa agradável, interessante e carismática. Muitas vezes eu buscava entender as suas colocações, e precisava perguntar de novo o que ele havia dito, pois a velocidade de seu pensamento era incompatível com a minha escrita. Com Aele era necessário desenhar para que eu conseguisse apreender a sua presença no espaço. As falas, os gestos, me fizeram refletir não só sobre espaço percebido de maneiras variadas, mas sobre aquelas narrativas oficiais que muitas vezes preconizam como as pessoas devem se portar

nos espaços patrimoniais e como deveriam entender as oportunidades de poderem fazer parte de seus contextos. Pareciam seguir ao encontro do sentido da *educação patrimonial* ou da “conscientização” mencionada pelo arquiteto no vídeo. Narrativas estas que, quando são absorvidas como “verdades absolutas”, moralizam as demais expressões de modo de viver o ambiente urbano, criando “pseudo-padrões” de comportamento para *adequação* dos frequentadores nos espaços comuns da cidade.

No caso da feira, não são expressamente ditadas normas ou formas de ver e experimentar o espaço, mas existe uma organização dos expositores e das “vagas” para participação no evento semanal: “[...] a gente faz o cadastro e passa a chamada durante a realização da feira pra ver quem faltou [...] tem muita gente esperando pra poder se cadastrar e vir expor seu material” (AGABÊ, EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2016). O não comparecimento dos expositores podem causar o descredenciamento da feira e a perda do espaço de trabalho, assim como existe uma definição de ocupação de espaço nas calçadas e uma espécie de espírito de compartilhamento e vizinhança. Onde são criados laços de amizade e, também, alguns conflitos se delineiam. Parece que as referências de leitura, e de pré-julgamentos das diferenças culturais e de modos de vida estão de tal modo impressos nas narrativas oficiais, que as divergências de opiniões sobre o que é patrimônio, ou como vivenciá-lo, podem, inclusive, causar desavenças entre os integrantes dos grupos em suas atividades cotidianas.

Aele, frequentemente comentava sobre os conflitos de relacionamento que ocorrem entre os expositores da Feira.

[...] as pessoas não conseguem entender o que é negócio, não aproveitam o cenário. O colega um sábado desses levou cinco ou seis desses telefones de disco. Eram todos pretos, lindos. Olhei e não falei nada. Uma senhora chegou e perguntou ‘quanto custa esse telefone aqui?’. Ele respondeu um valor altíssimo. Absurdo, ele tinha vários, dava pra ver que não custava aquilo. Ela olhou e não comprou. Chegou na minha banca, eu tinha levado um preto e um desses beges, mais comunzinhos. Ela perguntou o preço, falei ‘R\$ 120,00’, mas por R\$90,00 já estaria bem vendido. Ela comprou. Ele ficou furioso comigo, eu não discuti porque não discuto mais. Mas num lugar como o Mercado, que já apresenta a aura. É só dar uma pensada que tu vende. Faz o teu produto parecer raro, é fácil! [...] (AELE, EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

Segundo Agier (2011) cada pessoa tem o potencial da leitura do ambiente ao qual está inserida, não tanto pela situação ou pelo quadro que se desenrola ao seu

redor, mas pelo conhecimento dos jogos combinatórios das relações em si, captando dele o material necessário para se conduzir na criação de caminhos, variados quadros compostos pelas relações vividas. Dessa forma é que se percebe a fala desse interlocutor que descreve o Mercado como um “museu” (*ibidem*, 2017). Mais do que simplesmente *estar ali*, o espaço de patrimônio consegue comunicar mensagens interpretadas (ou traduzidas) pelos interlocutores e influenciadas pela forma como se percebem no mundo, pois a própria paisagem comunica narrativas (RICOEUR, 1998). O MP parecia ser visto por Aelee como um artefato, um objeto de antiquário que passara por muitas experiências até ali.

A presença das pessoas nesses locais, articulando suas próprias narrativas com aquelas que o espaço evoca, pelas memórias que se constroem entre experiências do cotidiano, faz com que o caminhar pelos (ou o permanecer por algum período nos) espaços de patrimônio, promova múltiplos sentidos convertidos em formas de habitar, de se relacionar e de negociar essas relações.

A convenção do tempo e das culturas, parte da invenção, da criação para tentar compor narrativas que “explicam” experiências, situando-as nos espaços dos seus acontecimentos. Esses espaços passam a ser entendidos como “alegorias” que delineiam, em alguma medida, as relações sociais. Essas narrativas estocam o tempo das memórias dessas experiências humanas onde algumas são evocadas enquanto outras permanecem latentes, praticamente à espreita de uma oportunidade para eclodirem. Então, trazem a potência da pluralidade de significados narrados das experiências de um lugar (DE CERTEAU, 1998).



Figura 18: Seu Agá contando histórias em sua barbearia. Fonte: GARCIA, 2018.

Na rua Tiradentes existem doze bancas, atualmente elas são destinadas exclusivamente às barbearias. Seu Agá é permissionário em uma delas e foi um importante interlocutor dessa pesquisa (Figura 18). Filho, e neto, de barbeiros que trabalharam no MP, Seu Agá fiava longas narrativas sobre suas memórias do Mercado. Ele se referia aos serviços oferecidos lá no passado e no presente, e os comparava com as alterações ocorridas durante o tempo, a musicalidade do presente representavam para ele uma grande transformação do Mercado Público em relação ao que se recordava ou das narrativas que escutava de seus clientes. Seu Agá me contava sobre os eventos, construindo o calendário semanal do Mercado, mostrando as diferenças existentes entre cada dia da semana. Para ele os sábados eram os mais interessantes e movimentados, onde além do Mercado das Pulgas, no largo, acontecem diferentes apresentações musicais ao longo do dia.

[...] isso daí tá dando um movimento louco! No sábado começa tipo 9h da manhã ali no canto, ali onde a gente tava tomando cafezinho, ali começa os chorinhos, de manhã. Depois lá pela metade da manhã pra tarde, já começa o samba de raiz. Depois começa as pagodeira. Daí, aqui nos restaurantes, aqui do lado [...] tem os shows, aqui (*ele aponta pra rua XV de Novembro, na banca "Bem Brasil"*) depois começa no pátio de lá (*no pátio nº 4*) as pagodeira [...] Eu não sei tocar nada, mas tenho ouvido bom pra dançar [...] Eu fecho aqui e vou lá. [...] (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017, grifo nosso).



Figura 19: Desenho dialético da dinâmica semanal do Mercado Público de Pelotas, incluindo as relações com o espaço no centro comercial da cidade. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2018.

A musicalidade do Mercado, da qual falava Seu Agá, me inspirava nos desenhos. Lembro-me de alguns esboços (Figura 19) que eu fazia, símbolos relacionados a música. Eu os colocava no papel sem muitas vezes me dar conta do que se tratava. Mais adiante percebi que havia feito um desenho que colocava a dinâmica de uma semana inteira no Mercado numa folha. Conforme me dizia Seu Agá, eu ia incluindo os eventos musicais que ele relatou, e outros mais, como a Sexta Black, eventos musicais esporádicos e a abertura de novas bancas; pontos de ônibus, de táxi, etc.. Segundo Miller (2014) a técnica de desenho dialético (tradução nossa) visa o resultado desenhado das experiências empíricas influenciadas pelos interlocutores das pesquisas e da experiência da pesquisadora em campo, o que não foi resultado de escolha, mas se deu como resultado de nossas interações, conversas e experiências através dos dias da semana e meses que transcorriam. Dessa forma, eu me permitia apreender a integração existente entre os variados movimentos, fluxos, atividades que aconteciam no Mercado durante o tempo, no contexto de sua localização não apenas geográfica, mas com base em suas

dinâmicas. Dissolvia-se a fragmentação inicial da divisão dos pátios e um dos elementos de coesão espacial parecia estar na musicalidade dispersa no ar.

Era entardecer e a barbearia estava bastante movimentada. Seu Agá contava dos seus embates com a prefeitura, no passado. O Mercado estava sendo alvo de algumas reformas,

[...] uma vez, na época do Marroni, quebrou uma pia aí do banheiro, que antigamente **essa estação de gás aí que eles dizem que é histórica, mas não é**, quebrou uma pia e eu e o Edegar, filho do velho Dedão, pegamos uma pia atirada lá do ferro velho e arrumamos aí. Aí depois veio o pessoal da prefeitura querendo restaurar a pia que a gente que colocou dizendo que era histórica e ia custar uns R\$5 mil a mais pra “restaurar” (Seu Agá, EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017, grifo nosso).

Segundo Seu Agá, as intervenções no espaço são promovidas pelo poder público, mas também são realizadas pelas pessoas que o habitam, da forma que para eles tem mais sentido, que atendem às suas necessidades. O que exprime o cuidado que esses habitantes do Mercado têm com o espaço que para eles é, em alguns casos, tido como a extensão de suas próprias casas.



Figura 20: Seu Agá na linha do tempo, conta sua história de vida, dos túneis e traça trajetos e mostra que o Mercado conecta-se ao centro da cidade. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2018.

Seu Agá é um bom contador de histórias, nem todas envolviam o Mercado, pois como um bom observador, ele arriscava muitas experiências e algumas davam errado. Nós nos divertíamos enquanto eu tentava, sempre que possível, retornar ao tema do MP. Foi aí que comecei a perceber que seus símbolos de apoio afetivo em relação ao Mercado estavam na ausência do pai, do avô, e das brincadeiras de infância embaixo das bancas dos pátios, na saudade que ele sentia da velha torre de alvenaria. Da cooperação entre os colegas do passado e, também, com os do presente.

Dessa forma, foi possível identificar que o patrimônio, pela narração de memórias do passado, também é considerado enquanto patrimônio afetivo, a partir do que me contava Seu Agá (BEZERRA, 2013). A interlocução com ele me instigava a expandir a compreensão do espaço pela desconstrução das narrativas oficiais ao acionar elementos *outros* para se referir ao Mercado como patrimônio. Das narrativas, promovidas por suas próprias memórias, emergiam os *seus* significados de patrimônio, o Mercado Público do Seu Agá. Ele também contava histórias sobre conspiração política, os possíveis túneis do poço do Mercado, que seriam usados para fuga nas guerras e revoluções do tempo dos escravos. Interessante era notar que quanto aos referenciais de tempo, este não era contado com base nas referências dos grandes charqueadores, mas sim se referia aos trabalhadores que, assim como ele, mantinham as condições de uso do lugar, ou ao “tempo dos escravos” e não no “tempo das charqueadas”. Seu Agá fazia às vezes de “relógio” marcando os tempos do Mercado, motivo pelo qual, lembrando suas falas repetidas tantas vezes, o desenhei como uma linha do tempo (Figura 20).

Acima da torre metálica do relógio havia até o final da década de 1990, uma estátua do deus Mercúrio, dizia Seu Agá. Com um temporal de grandes dimensões a estátua acabou desabando. Foi necessário o restauro da peça e, atualmente, ela se encontra no posto de informações turísticas que abriga uma espécie de memorial do MP. Para Seu Agá, a estátua “[...] não é a original. A original alguém me disse que tá lá na praia, lá. Se ela era de bronze porque que ela é pintada, hoje? [...]” (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017). Já para Seu Erre, a estátua era mantida, “[...] escondida num cantinho onde ninguém vê [...]” (*ibidem*, 2017), o que para ele é tanto motivo de dúvida quanto a originalidade do objeto, quanto com relação às políticas de gestão para o turismo. Uma vez que para ele ela deveria estar exposta no Pátio 1 como um atrativo turístico. Seu Erre é um senhor de

aproximadamente setenta anos, permissionário de uma banca no Pátio 1, há aproximadamente três anos. Ele sempre me recebeu com tanta simpatia e desprendimento no curso da pesquisa de campo que logo estabelecemos amizade. Sua visão sobre o Mercado é bastante voltada para o turismo e, sobre essa perspectiva, ele ressaltava constantemente uma diferença de tratamento entre as áreas do MP, dizendo haver uma significativa disparidade em relação aos usos do patrimônio pelas diferenças de investimento que a gestão realizava.

O ponto ao qual me predo é o de que os referenciais de memória e as inferências dadas a cada narrativa se traduzem como realidades em si, não sendo necessário desvendá-las. Pois a noção de “realidade” do que é dito ganha relevo a partir da criatividade na construção dos significantes culturais de cada um. Assim, Wagner (2010) diz que existem maneiras relacionais de invenção, o que significa dizer que há flexibilidades e maneiras metafóricas de se explicar o que é verdade para cada narrador, e isso depende das experiências de vida de cada indivíduo. Inventar uma narrativa, portanto, se refere às formas criativas de se expressar uma realidade.

Nesse sentido, o autor coloca que a(o) antropóloga(o) tem a criatividade condicionada pelas dos seus interlocutores. A palavra, sob esse aspecto é uma tentativa de controle simbólico atrelado a uma realidade absolutamente relacional. Assim é que as coisas são descritas, não como estão no mundo, mas na forma como o mundo é visto por cada um. Nesse sentido, a metáfora que compilei na forma de desenho, cria uma realidade que pretende ser resolvida, ou seja, ela cria a realidade de uma realidade que se tenta que seja contada.



Figura 21: Rua XV de Novembro na esquina com a Rua Tiradentes. Área movimentada pela música e pelos encontros sociais. Ser pagante e consumir na banca não se mostra um impedimento. Fonte: GARCIA, 2017.

Na rua XV de Novembro, também com acesso ao *centro histórico*, ficam bares, restaurantes e uma livraria espírita (Figura 21). Essa região do Mercado foi a que mais se transformou, externamente, durante a pesquisa de campo. Com fechamento e inauguração de bancas, o aumento no fluxo de frequentadores e a colocação de cercas delimitadoras para local das mesas pertencentes às bancas e a área de trânsito de pedestres nas calçadas.

Na rua Andrade Neves fica o setor de peixarias, peixes ornamentais e uma pastelaria cujos permissionários disseram que há quinze anos compartilham o cotidiano local. No entanto, ocupavam a área interna do Mercado, antes da reforma, passando para um dos torreões, que dão acesso apenas à área externa do Mercado, próximo ao estacionamento e as peixarias – os permissionários dessas bancas foram os únicos que tiveram permissão de continuarem no Mercado durante a reforma, em tendas improvisadas na área de estacionamentos do MP.



Figura 22: Para Eme o Mercado possui uma entrada principal, a das peixarias, onde ele costumava chegar com o seu pai, na infância. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.

[...] pra mim a frente do Mercado é a peixaria, eu sempre vinha aqui com o meu pai, o Velho Antonio e ele me comprava uma salada de fruta que tinha bem aqui no meio desse pátio. Mas antes não tinha nada disso aqui. Na verdade eu não sei bem onde que eu to agora, deixa eu ver... Ah tá, é isso mesmo. Tá muito bonito, não é o Mercado... Bem, não é o meu Mercado, mas tá muito bonito, mas o cheiro continua o mesmo, viu [...] (Eme, EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

Eme deixou de residir na cidade há quinze anos e dizia ter sido pego de “surpresa” com a reforma (Figura 22). Em sua visita à cidade, o convidei pra rever o local. Ele quis encontrar-se comigo em frente às peixarias e somente quando lá chegamos foi que ele me disse a razão. Aquele era o local que ele considerava a entrada principal do MP. Ele *negociava* suas lembranças enquanto falava, a fim de narrar o local que ele conheceu, dizia que “na sua época” quem frequentava o Mercado era “mal visto” porque a cidade passava um

[...] ar esnobe, eram uns hipócritas, viu?! Se passavam por ricos por causa dos nomes das famílias, mas se fosse ver mesmo, não tinham mais onde cair mortos. [...] Eu vinha nos barbeiros aqui depois de adulto, era mais barato pra cortar o cabelo. Eu era pobre, viu... Hoje eu sou pobre, imagina naquela época, 1980/90 [...] (Eme, EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

Aquela experiência que Eme gentilmente compartilhava comigo, demonstrava sentimentos contrastantes, emoções de saudosismo, surpresa e até mesmo alguma revolta em relação ao que deixara de existir, principalmente em relação a banca de porcelanas que ele apontava diversas vezes me indicando o local.

Internamente o MP é dividido em quatro jardins internos que são numerados de 1 até 4. Com o tempo, fui percebendo que além de números, esses eram os “nomes” pelos quais alguns poucos frequentadores reconhecem os diferentes ambientes. O mesmo não ocorre com os permissionários da parte externa, que se referem aos “pátios” ou “lá dentro”. Essas áreas internas são margeadas por bancas. Apesar de possuírem dimensões semelhantes, e pequenos canteiros com árvore e algumas plantas mais rasteiras, se tornam diferentes entre si por abrigarem distintas organizações internas (Figura 23).



Figura 23: Pátio 4 e Pátio 2 são áreas internas do Mercado que possuem diferentes dinâmicas de ocupação e uso. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.

Mas como essas denominações são usadas cotidianamente pelos permissionários das bancas internas e pela gestão pública, passei a adotar essa nomenclatura, pois esses pátios foram motivo de conflitos durante o período de campo, principalmente em casos relacionados aos eventos musicais. Conflitos estes que se tornaram relevantes para esta pesquisa. Esses aspectos serão abordados no capítulo dois dessa dissertação e, por isso, é fundamental fazer a referência a eles para melhor compreensão da leitura. Seguindo a orientação de De Certeau (1998), os nomes, usos e práticas que as pessoas fazem dos ambientes que frequentam são fundamentais para a apreensão dos significados atribuídos ao lugar.

1.1.2 A chave da Portinha: As práticas do cotidiano na subversão das políticas patrimoniais.

“[...] Vejam só, tantas coisas estranhas tinham acontecido ultimamente que Alice começara a pensar que poucas coisas eram na verdade realmente impossíveis [...]”.
(Lewis Carrol, *Alice no país das maravilhas*, 2002, p.10)

A partir da década de 1980, com a criação de dispositivos de gestão do patrimônio cultural nos espaços públicos, houve a criação obrigatória de planos diretores nos municípios no Brasil, utilizados como justificativa para as políticas públicas de

[...] modernização das cidades brasileiras, tem contado com o apoio [...] do Ministério da Cultura (Programa Monumenta para cidades históricas), Ministério do Meio Ambiente (Fundo Nacional do Meio Ambiente), Ministério do Turismo (Prodetur), dentre outros órgãos vinculados ao governo federal [...] Além do Conselho das Cidades [...] (FERREIRA, 2010. p. 102).

Isso implica dizer que são definidas funções sociais para cada espaço nas cidades. Em Pelotas, juntamente com a criação do *centro histórico*, reforça-se uma narrativa oficial de riqueza, poder e erudição como aspectos fundamentais das culturas da cidade.

Sob esse aspecto, Júnior, Freitas e Cavalcante de Olanda (2010) em “Múltiplos olhares sobre a cidade e o urbano: Sobral e Região em foco” mostram que a política de reforma e reordenação dos espaços públicos alteram as dinâmicas sociais.

Ademais, que segue uma lógica de *requalificação* patrimonial de prédios públicos, no Brasil. Seja para o lazer dos cidadãos, comércio e serviços e/ou turismo, essas obras visam atender a uma lógica mundial de mercado, e tem alterado as paisagens urbanas da pós-modernidade. Essas políticas de administração das cidades visam à reordenação dos espaços públicos, contando com dispositivos como os planos diretores, com os quais “reordenam” a ocupação com base em critérios que focam no desenvolvimento econômico das localidades, o que gera transformações sociais importantes.

A exploração turística das áreas patrimonializadas entra como argumento para intervenção em suas dinâmicas, cujo objetivo é a “modernização” (2010, p. 46) das edificações, como obras de melhoramento em infraestrutura, segurança e reformulações na paisagem, aliando ao componente histórico-cultural que lhes são atribuídas (FERREIRA, 2010; PAES, 2017). Um interlocutor, que é agente na administração pública atual em Pelotas, dizia que “o Mercado de Pelotas está correspondendo a uma lógica mundial de modernização desses espaços de convivência. Tudo se moderniza, e o Mercado está respondendo muito bem a isso [...]”. Além do mais, existe um grande investimento em mídia para o fomento do turismo patrimonial na cidade, seguindo as tendências de produções narrativas sobre essas obras de transformação (FERREIRA, 2010).

Em termos de espaço físico, em três épocas específicas das histórias narradas pelos interlocutores sobre o Mercado Público, ocorreram três grandes intervenções arquiteturais realizadas pelo poder público, assim como ocorre nas narrativas oficiais exemplificadas pelo vídeo “As Sete Maravilhas de Pelotas: Mercado Público”.

A primeira obra incluiu torreões nas esquinas do MP entre 1911 e 1914 - que inspirou a narrativa oficial atual. Na segunda se deu a reconstrução do espaço por conta de um incêndio que destruiu boa parte do edifício, no final da década de 1960. E, mais recentemente, com a inserção do MP no Programa Monumenta, iniciou em 2009 a intervenção que se estendeu até 2012, e atendeu a uma proposta de lazer nos centros urbanos, que corrobora as atuais práticas de *requalificação* e modernização dos espaços patrimoniais.

A *requalificação* das áreas de patrimônio, com a criação dos *centros históricos*, corresponde à processos de seleção e coleta de bens patrimoniais, temporalidades específicas e a exaltação de aspectos culturais, geralmente,

associados às elites e aos grupos detentores do poder, mas que pretendem se referir a uma coletividade (NOGUEIRA, 2007; 2008; Corá, 2014).

Em Pelotas, a adoção desse tipo de política pública é verificada através do seu Mercado Público. Como consequência inerente a modernização das áreas patrimonializadas ocorre outro processo denominado *gentrification*. O termo variou conforme o avanço dos estudos sobre de suas consequências sociais, sendo que as definições variam de caso para caso, conforme afirma Paes (2017). Leite (2010), o traduz como “enobrecimento” dos espaços urbanos, com vistas ao turismo, sendo inerente ao processo de requalificação, a gentrificação em áreas enobrecidas geram grande impacto às relações sociais de grupos que costumavam habitar esses lugares. Uma das primeiras medidas realizadas pelas administrações públicas é a identificação e remoção, para outros lugares da cidade, dos grupos tidos como “indesejados”. As constantes afetações dos *centros históricos* convergem para as disputas de representação e transformação paisagística das cidades, (DUAILIBE, 2014). Segundo Leite (2010), esses processos de *requalificação* patrimonial, promovem uma série de conflitos.

Outro aspecto central nesses processos de enobrecimento é a pretensão, ao menos em nível discursivo, de reativar aquilo que os urbanistas costumam chamar de “espaço público”. Embora para as ciências sociais esse conceito retenha uma maior complexidade teórica (Leite, 2002), uma vez que o espaço público como categoria analítica da vida urbana tem como elementos constitutivos os conflitos e as diferentes demandas da cultura urbana contemporânea, os gestores urbanos o entendem como um espaço aberto de convivência, não raramente confundindo-o com logradouro público. A despeito dessa diferenciação conceitual, parte substantiva dos projetos de enobrecimento refere-se às possibilidades de retorno ao centro das cidades e a uma vida pública de calçadas seguras e vitrines lustrosas, quase numa espécie de nostalgia de uma *belle époque* perdida. O modelo continua a reproduzir tardiamente o princípio da higienização social da Paris de Haussmann, agora de forma alterada e adequada à cultura de consumo da sociedade contemporânea (LEITE, 2010; p. 75).

No entendimento de De Certeau (1998) as práticas do espaço são entendidas, também, como táticas adotadas pelos cidadãos, que subvertem a ordem imposta pelos jogos de poder das administrações municipais e suas intervenções no patrimônio. No Mercado Público, foi possível observar empiricamente as permanências de grupos que, de acordo com as políticas patrimoniais de *requalificação*, estariam excluídas das relações sociais comuns ao cotidiano da urbe. Dessa forma, a criação de limites criados pelas novas dinâmicas do lugar, por exemplo, os eventos culturais implementadas nos espaços públicos de patrimônio,

colocam a necessidade de constantes negociações entre os planos de alteração da gestão pública e os usos que as pessoas comuns fazem do lugar. Nesse sentido, as margens são movimentadas (e alteradas) pela pluralidade de frequentadores do lugar e pela dialética entre a gestão pública e os cidadãos (AGIER, 2015).

Esses elementos ficavam evidentes quando eu saía para fotografar o Mercado pela rua Tiradentes. Seu Agá me “cuidava” com olhos atentos que corriam de mim até as pessoas que transitavam sem parar atravessando as ruas da esquina próxima a nós. Seu olhar se referia ao habitual movimento das prostitutas e dos traficantes que ele reconhecia na paisagem: “[...] alguns deles eu vi se criar, a mãe saía pra trabalhar, deu nisso [...] a gente até tentou mostrar outro caminho, mas não deu, tão aí, nessa vida” (*ibidem*, 2017). Seu Agá repetia com frequência essa relação, outras vezes dizia “[...] cuidado que hoje tá só os vagabundo aí na volta [...]” (*ibidem*, 2017), o que me fazia pensar sobre a diferença entre os “trabalhadores” e os “vagabundos”. Certo dia ele explicou que fora salvo de um assalto que os “vagabundos” estavam planejando. Os *salvadores* foram os “trabalhadores” da boca: “[...] eu respeito, afinal de contas eles tão aí trabalhando [...]” (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

Esta fala demonstra que havia uma relativa proximidade entre os grupos, e que ele mantinha sentimentos contraditórios em relação àquelas pessoas, um deles era gratidão. A presença delas ali conferia a Seu Agá a segurança que ele dizia não existir em relação aos agentes de segurança municipais. Silva (2015) coloca que essa relação entre a “sensação de segurança” e a presença do Estado nas políticas de segurança pública, estão no cerne dos dilemas sociais das estruturas que se estabelecem no chamado “mundo do crime”. Isto, segundo a autora, permite o surgimento da figura do “trabalhador no tráfico” também como forma de manutenção dessas estruturas. A “descrença” nas competências do Estado mostra ambivalências, ou seja, diferentes maneiras de representar o que significa *segurança* nas cidades, que não estão circunscritas somente ao âmbito das periferias e favelas, mas no cotidiano da urbe como um todo.

Sobre esse aspecto, Pê, um morador da zona rural da cidade, diz que o Mercado hoje, para ele, melhorou muito.

[...] eu pouco venho no centro, não gosto muito. Mas antigamente a volta do Mercado era um terror. A gente não podia ir lá porque era perigoso, principalmente à noite. As mulheres na prostituição, a droga, a bandidagem

[...] hoje em dia tá diferente. Outro dia eu trouxe Alua, minha filha, [...] a gente tava passando, ela escutou um barulho de música e quis ver o que era. Levei ela. [...] Outro dia levei um susto. Tava passando sozinho e uma mulher muito bonita, bem vestida me ofereceu um programa, olhando assim a gente nem dizia que era prostituta. Tá bem melhor, a cidade está melhorando [...] (Pê, EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

Os processos de requalificação patrimonial envolvem um “afastamento” das pessoas que remetem a imagem da pobreza, correlatos com os processos de higienização urbana, diz Leite (2010). Estas políticas são empregadas em localidades selecionadas para obras de reformas que usam o argumento da “reinvenção” dos espaços urbanos (FERREIRA, 2010, p. 99). Esses grupos de pessoas são, geralmente, afastados dos centros urbanos para regiões mais distantes dos núcleos onde são realizados os processos de revitalização do patrimônio. Esse processo foi citado na fala do arquiteto, no vídeo sobre o Mercado Público, como o “processo iniciado em 2002” agindo com a exclusão de grupos considerados “inadequados” aos planejamentos adjuntos à *requalificação* do equipamento urbano patrimonial, iniciado com a retirada dos camelôs do entorno do Mercado, deixando a fachada do MP novamente à *mostra*.

Em continuidade a esse processo, com o fechamento do MP em 2009, foram retirados todos os vendedores de sapatos e animais das bancas internas, conforme explicaram os interlocutores, esses trabalhadores não tinham mais “espaço” no MP, pois o planejamento –*mix* de serviços- do Mercado já não permitia o exercício dessas atividades nas licitações dos espaços. Existe uma “imagem”, uma “aura” de segurança a imprimir com essas obras, que alteram as relações sociais que até então eram mantidas. No entanto o planejamento dessas políticas e a adesão a elas também são negociados. Um interlocutor da câmara de vereadores relatou em uma oportunidade específica de entrevista que, em certo momento,

[...] Pelotas conseguiu dar vida ao que estava apagado [...] as pessoas se sentem bem mais donas do que é público, do que antigamente [...] A gente precisa acompanhar o que o mundo tem se transformado, os que ficaram lá se adaptaram bem [...] (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2018).

Sob um ponto de vista de gestão do poder legislativo, a condição de permanência no local revitalizado, impostas as “novas regras do jogo”, seria mais do que uma questão de adaptação, mas de submissão ao novo modelo imposto. Fazendo uma analogia ao desenho, quando “Pelotas conseguiu dar vida ao que estava apagado”, e isso representa a (re)tomada do poder sobre um equipamento

público. Como uma phoenix, o discurso oficial ressurgue e implanta o seu poder de encaixe. No entanto, tudo o que não encaixa é borda, o que não se adapta parece estar condenado à “morte”, ou, nesse caso, apagado, cinza. No entanto, cinza é uma cor (Figura 24).



Figura 24: A Prostituição no Mercado Público, proposta em grafite. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO GARCIA, 2018.

Uma das permissionárias do interior do Mercado disse que é comum estar “[...] trabalhando e, de repente, passa uma *delas* aí correndo. E um cara indo atrás e gritando que roubaram a carteira dele. Mas o Mercado é público e a gente convive assim. E até dá risada [...]” (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017). Fica evidente, portanto que tanto as expressões narrativas individuais quanto as coletivas compõem um sistema de relações sociais que abarca tanto aquilo que as pessoas dizem sobre elas mesmas, quanto o que dizem à respeito delas no espaço das interações (WAGNER, 2010). Desse modo, as pessoas exprimem os significados que dão ao espaço, que se transmuta em metáfora das relações.

Nos espaços urbanos, as ações assim como as narrativas servem de material fundamental para as intenções interpretativas do pesquisador (2010). Esses territórios se caracterizam por intermitências de sistemas simbólicos, de diferentes visões de mundo que, revelam o poder da narrativa. Não raro eu via as prostitutas no Mercado, assim como também escutava relatos de frequentadores que diziam

que “[...] antes tu andavas por aí e via as mulheres seminuas fazendo ponto. Hoje a gente vem tranquilo, não tem nada disso [...]” (Pê, EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017). Nessas ocasiões, eu pensava se elas, as prostitutas, não eram mesmo vistas ou se a potência das narrativas oficiais as invisibilizava, ao ponto de as impedirem de ser vistas pelas pessoas, mesmo estando ali. Muitas vezes, eu sentava a uma das mesas em frente ao Mercado, e observava, escutava as conversas delas com os clientes, elas estavam ali.

É importante ressaltar que existem divergências sobre as consequências da requalificação do MP. Seu Agá, por exemplo, mostrava o quanto, para ele, as transformações decorrentes das obras foram boas. Mas também demonstram o quanto a compreensão do lugar também se altera constantemente.

[...] aquela fotografia ali, aquela não é do meu tempo. Entendesse, eu já peguei mais após a primeira reforma [...] hmm... Acho que foi em 1958. Porque aqui nós já passamos por três reformas. [...] Ali no portão do Mercado, ali na entrada à direita, tu vai ver a data da primeira [...] antes do incêndio, eu peguei, eu me lembro! Eu brincava aqui dentro, meu pai era barbeiro. A faculdade teimou que não existia portas aqui pra dentro [...]. A gente fechava aqui a porta, e saía por dentro do Mercado. [...] nessa foto aí não tem. Essa foto aí é no tempo que a entrada do Mercado era pelos torreões. E o relógio ainda não era esse. O relógio era de alvenaria, a pilastra. Esse daí veio da... da... Alemanha. Não! Da Suíça eu acho que veio. Não sei, esse relógio aí... [...] (Seu Agá, EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).



Figura 25: Barbearia antiga no Mercado Público. Fonte: Seu Agá; Acervo Pessoal, 2018.

Mesmo que temporalmente as narrativas particulares e oficiais colidam, e os referenciais se mostrem outros, elas são constantemente transgredidas. Quando nos conhecemos, falei sobre a pesquisa que fazia pra universidade e isso pareceu lhe

tocar de alguma forma. Em seguida ele me dizia que “a faculdade ajudou” a que eles (os barbeiros) permanecessem no MP “[...] porque a foto provou que no Mercado sempre houve barbearias [...]” (*ibidem*, 2017) (figura 25). Mas seu Agá lamentava não ter conseguido encontrar nenhuma outra fotografia ou documento que comprovasse suas memórias sobre as portas de acesso interno entre bancas da calçada para dentro do Mercado. Em um de nossos encontros, o convidei pra caminhar pelo Mercado e me contar como ele lembrava daquele lugar.

[...] já foi Ceasa, teve o tempo dos açougues, animais, cerâmicas, sapatos [...] o carnaval da cidade era aqui, aí nesse sobrado se juntava nata da sociedade [...] já foi terminal de ônibus, camelódromo, zona de prostituição, já foi de tudo. Aí nessa volta tinha os antigos bordéis [...] agora tem esses hotel, aquele dali, hoje, parece o Carandiru [...] (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

Passamos aproximadamente duas horas de uma calma manhã de quinta-feira conversando, enquanto ele admirava o entorno. Às vezes absorvo nas lembranças. Outras vezes em que tentava se situar sobre qual local do MP ele estava, o fato é que Seu Agá buscava memórias, lembranças das mudanças que ele pudesse me contar. Enquanto isso, ele dizia que as dinâmicas ali foram se transformando ao longo do tempo, assim como a ocupação do espaço físico do Mercado.

[...] as bancas eram mais ou menos desse tamanho, só que eles se intitulavam donos das bancas, daí vinha um ali e comprava a parte do fulano e ia aumentando. E expandiam. Com as prateleiras eles estendiam as bancas mais ou menos até aqui. (ele me mostrava uma marca no meio das alamedas de circulação atuais). Aí o outro estendia de lá pra cá e ficava só um corredorzinho. Chegou uma época que não tinha como passar, dois não cruzavam aqui. Daí se indignaram (a gestão pública). E outra que o Mercado tava caindo. Se não para praquela reforma não tinha Mercado hoje [...] (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017, grifos meus).

A “posse” relativa das bancas, pelos permissionários do MP, foi imprimindo marcas no espaço e na construção, além da expansão das lojas, também foram sendo construídas paredes de alvenaria que aumentavam as bancas, modificando os aspectos internos e externos da edificação ao longo do tempo. Essa condição foi elevada ao status de “descaracterização” que justificou em grande medida o fechamento do Mercado e a retirada dos permissionários. No entanto, essas modificações atendiam às necessidades dos ocupantes do passado.

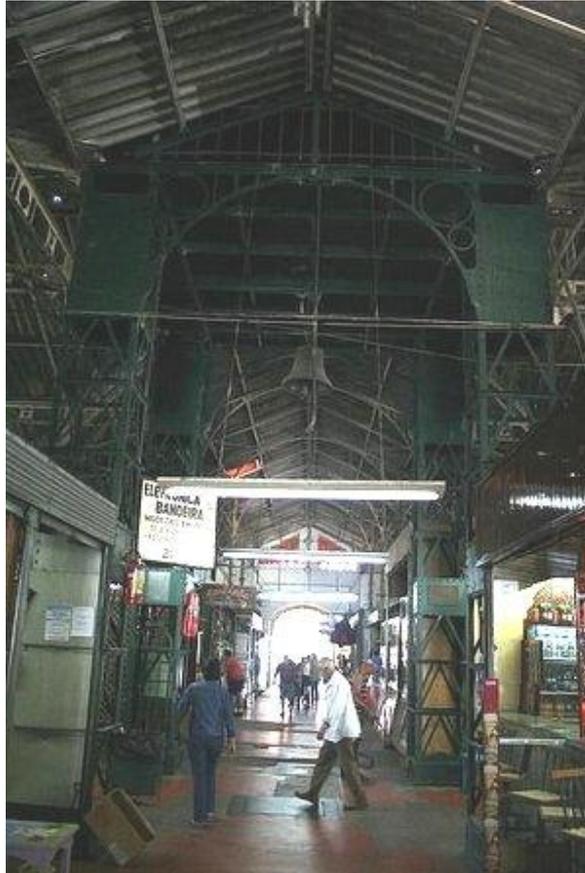


Figura 26: Mercado Público de Pelotas antes da *requalificação*³ com fluxo de pessoas e bancas abertas. Fonte: tripadvisor.com, 2018.

Seu Agá deixava a ver que o local, apesar de desde a sua construção ser um bem público sob a responsabilidade da administração pública local, durante um longo período de tempo abrigava, também, a flexibilidade de corresponder ao que os permissionários entendiam como sendo espaço público. A relativa “liberdade” de tomada de decisão fazia com que os ajustes fossem feitos entre os próprios permissionários, que, inclusive, sublocavam os espaços.

Se para Seu Agá esses aspectos significavam a necessidade de intervenção do poder público sobre o Mercado, já que, segundo ele, ainda que ocorressem obras feitas pelos permissionários para manutenção do prédio, havia, também, chances de o prédio desabar, devido a condição geral de estrutura da edificação. Para Seu Tê, este “novo Mercado” não era mais o Mercado Público. Sob o ponto de vista dele o lugar “[...] já mudou bastante, já foi Mercado. Hoje, não, hoje parece shopping ou

³ Disponível em <https://media-cdn.tripadvisor.com/media/photo-s/05/f9/6a/de/mercado-publico-de-pelotas.jpg>. Acessado em janeiro de 2018. O site não disponibiliza o período da imagem. Descrição de período verificada com interlocutores residentes na cidade que atribuíram a temporalidade correspondente.

barzinho ou boate [...]” (Extraído do Diário de campo, 2017). Seu Tê é permissionário no MP há mais de vinte anos, comercializando produtos coloniais. Este interlocutor comentava que a reforma não foi benéfica nem para ele, menos ainda para os seus negócios. Ao mesmo tempo, ele mostrava que afetividade em relação ao local é o que o mantém ali. Ele demonstrava a saudade das relações pessoais que mantinha, ali, com antigos amigos que, segundo ele, não retornaram ao Mercado depois das obras, através de expressões, tom de voz e olhar preso no horizonte (encurtado) das bancas em frente a sua.

Seu Tê recordava a organização e localização das antigas bancas. Os tamanhos e quantidades de produtos que ele conseguia dispor para venda. Relembrava os cheiros, os sons, as dinâmicas, a forma como “aquele Mercado” deveria *ser* (ou continuar sendo), para ele. O Mercado que ele conheceu (Figura 26).

Segundo Silveira (2010), a cidade, apesar de corresponder aos interesses do poder público em exercício, não é somente isso, mas sim uma construção feita pelas pessoas, ora na condição de ativos, ora de passivos, como agentes de construção da história. Posso conceber essa afirmação no sentido de que a cidade resulta das negociações pelas formas como as pessoas se valem para desconstruir formas dadas *a priori* pelas narrativas oficiais. Nesse sentido, as táticas das artes de fazer o cotidiano aparecem através de Seu Tê pela sua *permanência* no Mercado, assim como pelo que dizia, “[...] a gente fica na espera de que mude, já mudou tanto, pode mudar de novo, pode voltar ao que era [...]” (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017). Eu percebia que ao me falar sobre essas questões, ele esperava que fosse repassado adiante a sua posição, a partir dessa pesquisa, algo que no seu modo de ver, se tornaria público. O “desabafo” soava como uma reivindicação de mudança, que ele pedia que eu registrasse: “[...] pode escrever isso aí no teu caderno [...]” (*ibidem*, 2017). Mas quando se trata de espaços de patrimônio, os conflitos e as disputas se colocam e parecem apontar para a supremacia dos poderes do Estado sobre as intenções dos grupos.

Assim, não posso romancear o fato de que existem importantes negociações para construção das cidades que envolvem tanto falar quanto calar, esse jogo promove um aparente equilíbrio. Não falar, não significa inatividade, muitas vezes se confunde com ela, ou com a aceitação que esconde a reação à uma situação (ou história) contada diversas vezes e que, em dado momento, simplesmente deixa de fazer sentido. Outras vezes, calar significa tão somente a falta da escuta. Dizia Seu

Tê “[...] ninguém me perguntou se eu queria que mudasse, avisaram e a gente teve que sair [...]” (*ibidem*, 2017), em certa ocasião, quando conversávamos sobre a esvazição do Mercado Público para reforma.

As narrativas oficiais sobre as cidades, uma vez analisadas sob o ponto de vista de atores plurais, revelam outros desejos (e significados) sobre esses espaços. Assim como relevam a tensão do patrimônio histórico-cultural edificado em meio urbano. De acordo com Corá (2014), patrimônio cultural é uma área tensionada por conflitos constantes, pois são “veículos” de representação de diferentes interesses, formas distintas de significação.

De toda forma parece se inverter o que significa “descaracterização” quando exposto sob o ponto de vista desse interlocutor, pois parece que ele expressava o Mercado da atualidade como um local “violentado”, “descaracterizado”.



Figura 27: Na banca do Seu Tê os antigos cartazes foram trocados pelo quadro negro e o giz, maneira atual com a qual é permitido realizar “anúncios” de mercadorias. Fonte: GARCIA, 2017.

[...] desde que fizeram a reforma do Mercado a coisa só piorou. [...] Tô aqui com a minha mãe há 23 anos, era dela. Eu quero até que anote esse adendo aqui que eu fiz, só piorou, trabalhei aqui, não nessa banca da minha mãe, eu trabalhei noutra banca aí, de 1987 até 1997. Tu não parava um minuto. Fazia fila em todas as bancas [...] E o Mercado aqui era... [...] isso aqui era fluxo, as pessoas se “pexavam” aqui. Aí inventaram essa reforma

aí... O Mercado ficou muito bonito, mas eu tenho saudades do Mercado bagunçado, sujo [...] era desorganizado, mas tinha clientela, a gente vendia e muito. E daí a gente ficou três anos fora, ou quatro anos, por causa dessa reforma, pra acabarem com o Mercado [...] isso daqui tem cara de tudo, menos de Mercado Central, né? (Seu Tê, EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

A banca do Seu Tê (Figura 27) comercializava produtos coloniais e outros associados aos costumes das “tradições” gaúchas que ficava em uma espécie de rua onde é possível a circulação por dentro das dependências do MP.

Para ele, o local é visto como “[...] lugar para ganhar dinheiro [...]” (*ibidem*, 2017). Atualmente, o Mercado Público é movimentado por grande variedade de atividades musicais, que Seu Tê chamava de “barulheira”. Para ele essa nova configuração de “Mercado barulhento” não se aproxima da ideia que ele concebe de um mercado público, principalmente porque não reflete em vendas para a sua banca. Ele comentava: “[...] quando a música começa, eu já fecho a minha banca porque os meus clientes não vem aqui [...]” (*ibidem*, 2017). O “barulho” e “som” para ele são coisas diferentes, o primeiro tem uma conotação negativa, o segundo positiva e até afetiva, ou seja, o *barulho* das músicas altas das festas não se enquadra com a ideia de mercado. O *som* de mercado, e o ruído das pessoas andando de um lado para o outro, das negociações, das portas se abrindo e fechando, dos carros e ônibus que ecoam vindos da rua. O significado atual do Mercado como patrimônio, que ele atribui ao local que habita há mais de vinte anos, carregado de uma sensação de incômodo, o mesmo incômodo que, segundo ele, afasta os seus clientes.

Outros interlocutores entendem o MP como um local histórico de reunião, de eventos musicais. Segundo os interlocutores mais velhos, o Mercado também fora local de encontros para as festividades de carnaval. Um senhor de pouco mais de cinquenta anos dizia que na sua juventude o carnaval da cidade era no entorno do Mercado “[...] eu cansei de passar a noite aí pulando carnaval e de comer talhada de melancia ou, churrasquinho de gato, eles diziam que era de gato [...]” (João, EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

Dejota foi muito importante no decorrer desta pesquisa, sua participação foi fundamental para a compreensão dos eventos, em especial a “Sexta Black”, que ocorre semanalmente. Como promotor de eventos, ele diz “[...] que é preciso ter diversidade no Mercado, porque a cidade é rica em cultura, de música. Tu vê,

acabaram com o carnaval da cidade mas a gente tá se mexendo [...]” (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017). Ele comentava que havia feito uma solicitação para a Secretaria de Cultura, órgão que gerencia os eventos culturais do MP, para organizar um bloco de carnaval. Algum tempo conversamos novamente sobre o assunto e ele, muito contente me dizia: “[...] foi aprovado! deixei o projeto aquele que te falei, lá na mesa da Secretaria, e já tem até data, 11 de fevereiro, vai sair daqui, fazer a volta ali na praça e voltar pra cá. Vamos tomar o Mercado [...]”⁴ (*ibidem*, 2017).

Nesses momentos eu ficava pensando sobre o que dissera Ferreira (2010) sobre os espaços públicos (re)construídos nas cidades. São criadas “barreiras” pelas determinações do poder público para o uso dos locais de patrimônio. Isto gera tensão e conflitos; por exemplo, quem deve determinar a melhor configuração das mesas utilizadas por uma banca? O poder público com base no *layout*, ou o permissionário com base no público que atende? As formas de uso do espaço são, em muitos casos, determinados e regulados por dispositivos legais, como os decretos ou os projetos, que acabam por reconfigurar aspectos sociais. A negociação para a realização de eventos em espaço público, mediante apresentação de projetos, por exemplo, de acordo com Gupta e Ferguson (1992), demonstram que dispositivos legais de negociação são conhecidos tanto pelos grupos que detém o poder (poder público) como também pelos grupos diversos que habitam a cidade. São acionados na luta para defesa dos seus interesses. Muitas vezes, em associação aos agentes públicos.

A existência de todos os grupos no Mercado era algo marcante em minhas observações, as pessoas em situação de rua, catadores de lixo, as prostitutas, os traficantes “da boca do Mercado”, as crianças, idosos, mulheres, homens, adolescentes. Enfim, uma pluralidade de rostos que eu ia percebendo ali, frequentemente, e que poderiam de alguma forma, frustrar qualquer processo de gentrificação. Uma interlocutora dizia que os pixos nas portas dos banheiros mostravam a atividade intensa de interação entre as pessoas que ora estavam ali, ora passavam por ali. Eu pensava também na diferença entre o pixos e as placas das intervenções públicas espalhadas pelas paredes do Mercado (Figura 28).

⁴ O evento ocorreu com apoio e divulgação na mídia local impressa e televisionada, informando sobre a agenda cultural de carnaval na cidade. No entanto não compreendeu investida em trabalho de campo. Entrei em contato com os interlocutores que muito contente com as festividades de carnaval, permitiram a divulgação da imagem que segue no corpo do texto.



Figura 28: Placa fixada na entrada do Mercado Público pela rua XV de Novembro. Fonte: GARCIA, 2017.

As marcas da passagem do tempo e das interações no Mercado passaram a ser vistas por mim também através dessas intervenções plurais, com a caneta ou com a placa, são todas formas de compor o espaço num processo contínuo. As intervenções praticadas no espaço público ao longo do tempo, seja pelas pessoas comuns, seja pelos gestores públicos, são importantes para compreensão de um espaço tensionado por estruturas de poder e reivindicação popular.

Essas estruturas estão postas na forma como os cidadãos, na figura de frequentadores e artistas, vêm articulados por formas de controle constantes dos eventos musicais, na imposição, às vezes cordial, para coordená-los. Essa consideração, pensada a partir da participação de Agabê, na manutenção de uma agenda cultural e na transição dela entre agente de estado e frequentadora do Mercado, permitem reflexões sobre o espaço mantido sob a tensão entre o que pode ser realizado e o que é negociado entre poder público, permissionários e artistas no cotidiano do Mercado Público.

1.1.3 À convite da Duquesa: musicalidade ordenada

Nesse instante a porta da casa se abriu e um pratarraz saiu zunindo, bem na direção da cabeça do Lacaio: pegou lhe o nariz de raspão e foi se espatifar numa das árvores que havia atrás. [...]

A porta dava diretamente para uma cozinha ampla, enfumaçada de ponta a ponta: a Duquesa estava sentada no meio, num tamborete de

três pés, ninando um bebê; a cozinheira estava debruçada sobre o fogo, mexendo um caldeirão enorme que parecia cheio de sopa.

“Com certeza há pimenta demais naquela sopa!” Alice disse consigo, tanto quanto podia julgar por seus espirros.

(Lewis Carrol, Alice no país das Maravilhas, 2002, p. 45)

Estabelecer categorias relacionais para os frequentadores do Mercado - lazer, trabalho, vizinhança, parentesco, política, economia, expressões artísticas-, de acordo com Agier (2011) conduziriam ao menosprezo da capacidade de abstração sobre o tempo e o espaço das interações. Esses *papeis* são vividos e negociados (convencionados) como meios de construir cidade, na “cidadinidade” (2011; p. 91).

Mas, mesmo essas classificações sendo inevitavelmente efêmeras e parciais no tempo e no espaço, elas continuam demasiado simplificadoras e fazem perder a realidade plural ou ambígua de cada situação observada. Há algo de mais profundo que a matéria das interações, que pode ser menos consciente ou à qual os atores dão menos atenção: é a forma de cidadinidade que se estende em relação à cidade e em relação aos outros na cidade. Fala-se de cidadinidade no sentido de que as ações, as interações e suas representações são definidas a partir de uma dupla relação: a dos cidadãos entre si e a deles com a cidade como contexto social e espacial. Essas relações podem mudar em cada implicação situacional (*engagement situationnel*) (AGIER, 2011; p. 91).

Desde um ano anterior ao fechamento do Mercado, em 2008, o local é regido pelo Decreto 5.079/2008⁵ que formaliza e obriga os então permissionários a apresentarem ao município a inexistência de quaisquer débitos em relação às permissões das bancas em funcionamento no MP. Esse documento já dava providências de atividades referentes a obras de *requalificação* patrimonial, previstas para o ano seguinte de sua publicação. O decreto implica, entre outras providências, em um recadastramento dos permissionários de então, e análise de atividades realizadas no local, que seriam colocadas em contraste com os que se pretendia implementar no MP, após a realização das obras. O não comparecimento no período proposto; a não apresentação da documentação e/ou a incompatibilidade das atividades comerciais até então realizadas no MP, implicariam na revogação das permissões de exploração comercial das bancas. O que fica evidente no destaque do Decreto abaixo, e mostra que

⁵ Decreto Municipal que “[...] Institui normas e procedimentos de utilização e de funcionamento do Mercado Público Municipal, destinadas aos atuais ocupantes das lojas e das bancas do mercado, e dá outras providências [...]”

Art. 3º O cadastro efetuado tem por objetivo avaliar a possibilidade de localização provisória dos ocupantes no período de obra, identificar as situações legais de ocupação do Mercado Público, e promover estudos sobre a readequação do uso e a exploração dos espaços públicos, em face da implementação do Projeto de Restauração e de Requalificação do Mercado Público Municipal.

§ 1º – O Projeto de Restauração e de Requalificação do Mercado Público Municipal compreende a reforma arquitetônica e espacial das lojas, das bancas, dos quartos e dos espaços situados no Mercado, e a readequação da utilização e da exploração destes espaços públicos, a fim de reestruturar o funcionamento e a organização do Mercado Público Municipal (PELOTAS, 2008).

Em 2012, quando finalizada a obra de *requalificação* do MP, o documento foi atualizado pelo Decreto 5.571/12⁶, que amplia descrições sobre a funcionalidade e uso dos espaços entendidos como Mercado Público. O município regula as atividades que ocorrem no local, havendo a necessidade de os que interessados para realizarem qualquer operação, seja econômica, seja artística, etc. necessitem formalizar o pedido em forma de projeto a ser aprovado pelas Secretarias responsáveis pela gestão do local (Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, e Secretaria de Cultura).

A Administração analisará as modificações que porventura sejam introduzidas nos projetos dos estabelecimentos dos PERMISSIONÁRIOS, que objetivem uma melhora efetiva em decorrência de novidades que surjam neste período, sempre em prol da melhoria do padrão, modernização do MERCADO PÚBLICO ou em benefício dos USUÁRIOS e PERMISSIONÁRIOS (PELOTAS, 2017).

A redação do parágrafo único que encerra o decreto mostra o projeto de gestão e *requalificação* do patrimônio como forma de poder sobre frequentadores e usuários. E também evidencia que o caráter da transformação está na modernização do espaço que é definido a partir de um padrão estabelecido pela gestão. Dessa forma, enseja uma reordenação do tempo e das relações sociais. Assim, passado e presente se confrontam pela preservação narrativa e material do passado, e as ressignificações das práticas do presente.

Em campo, tive a oportunidade de participar e observar as atuações de uma agente pública, já mencionada anteriormente no texto, com muita atuação nas atividades musicais no MP. Estas apresentações são realizadas através de solicitação prévia, e agendamento dos artistas. Darei mais atenção a sua participação na pesquisa nesta etapa por entender que ela é uma personagem

⁶ Decreto Municipal que amplia as minúcias indicadas no decreto anterior (2008) que então “[...] Define, conceitua e identifica os espaços existentes no MERCADO PÚBLICO e institui normas e procedimentos de utilização e funcionamento municipal e dá outras providências [...]” (PELOTAS, 2017).

condicionada por suas atividades como agente do Estado, e como habitante da cidade, assim como, frequentadora do MP em momentos de lazer.



Figura 29: Agabê realiza a fiscalização dos eventos no Mercado Público. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.

Era interessante participar dos momentos com Agabê, em todas as situações que experimentei ao seu lado, a sua personalidade jovial, alegre, firme e doce, fazia com que as contendas entre os permissionários e artistas populares acabassem em sorrisos, abraços e, assim, percebia que se construíam amizades. Certa ocasião a encontrei. Era um entardecer e ela fazia os ajustes de som e organizava os músicos que se apresentavam no Mercado, “[...] preciso organizar senão vira bagunça, eles sabem que tem que me avisar, não é só chegar e tocar. Se não tá na agenda, não toca [...]” (Extraído do Diário de Campo, 2017), dizia Agabê (Figura 29).

Fomos até uma das bancas do largo, na parte exterior do Mercado, na rua Lobo da Costa. O permissionário, não estava e ela queria saber o motivo pelo qual um rapaz se preparava para começar sua apresentação musical, com voz e violão. Agabê me dizia: “[...] ele esteve sumido por um mês e meio e eu não fiquei sabendo,

daí eu deixo na agenda? Tiro? E os outros? [...]” (*ibidem*, 2017). Nesse dia, ela foi informada que o rapaz estivera adoentado por passar muitas noites tocando na rua, no frio costumeiro na cidade, naquela época. Com o rigoroso inverno, o rapaz acabara contraindo um resfriado e sua ausência não havia sido relatada para ajustes na agenda cultural.

Agabê, mantendo um tom firme, falou com o permissionário da banca por telefone, enquanto os responsáveis presentes permaneciam sentados, conversando, rindo e tomando chimarrão (um tipo de bebida de chá, largamente apreciada no RS). Depois de encerrar a ligação, já mais descontraída, sorrindo, ela disse aos responsáveis que o rapaz poderia se apresentar, mas apenas por uma hora, e depois me explicou a razão: “[...] tem evento lá no Pátio e daí fica uma confusão. Daí o cara da banca ali quer tocar, o da esquina também e ninguém escuta música nenhuma, é só barulho, ainda vou adquirir um decibelímetro [...]” (*ibidem*, 2017) (FIGURA 30).



Figura 30: Desenho de uma abstração do entardecer de sexta-feira no Mercado Público de Pelotas. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.

Saímos da banca e ela me disse que rapaz não ganhava pagamento para apresentar-se. Ela tinha iniciado a prática de “[...] abrir espaço para artistas desconhecidos se apresentarem, conhecerem o que é cantar em público [...] ele está apenas aprendendo uma possível profissão, vai que gosta e segue carreira, vou ser a madrinha [...]” (*ibidem*, 2017) dizia Agabê, divertidamente. Ela também dizia sentir pena, às vezes, pois “[...] os artistas estão querendo ganhar a vida [...]” (*ibidem*,

2017), mas que ela deveria ser informada sobre cada alteração: “[...] É o meu trabalho, sou responsável por isso. Se não me avisam, não tem sentido essa agenda [...]” (*ibidem*, 2017), ela me dizia chacoalhando a prancheta que carregava na mãos, enquanto me olhava por cima dos óculos que ficavam sustentados por corretinhas ao redor do pescoço. Agabê sempre parecia ter coisas demais para fazer para cuidar onde guardava os óculos. Cada vez que algum de seus celulares tocava, em um das duas, às vezes até três, bolsas que ela carregava, nos divertíamos enquanto eu segurava suas agendas e outros itens que sempre a acompanhavam nas “rondas”.

Situação semelhante a do rapaz ocorria em outra banca próxima e seguimos o mesmo protocolo. Mais uma vez ela abriu exceção, negociando os horários para a apresentação de outro artista. A permissionária de uma lanchonete dizia: “[...] nem sabia que ele vinha tocar, cheguei agora de um velório, não tenho nem cabeça de mandar o artista embora [...]” (Permissionária, *ibidem*, 2017). Agabê contemporizou mais uma vez, mas com o semblante firme deu um prazo de horário para o rapaz que se apresentaria, enfim, e seguiu seu caminho comigo ao seu lado, dizendo: “[...] é bom que tu vejas essas coisas porque é isso que eu passo sempre, preciso organizar, mas também, tenho que negociar [...] tudo com jeitinho e ninguém sai magoado [...]” (*ibidem*, 2017). Ela parecia realmente se preocupar com o que ocorria naquele local, com o cumprimento do seu trabalho, e também com as pessoas com quem se relacionava. Quanto a isto, ela dizia que era um “[...] dom natural, eu gosto disso, eu gosto de gente, e eu uso isso a meu favor [...]” (*ibidem*, 2017). Havia uma técnica, uma tática de negociação onde o tratamento gentil era usado como método de barganha entre os envolvidos. Ela me dizia que geralmente não havia uma proibição total, mas uma limitação para “[...] mostrar quem manda [...]” (*ibidem*, 2017), ela dizia levantando o rosto, em sinal de autoridade.

Nesse sentido, é possível destacar aspectos denominados por De Certeau (1998) como “estratégias e táticas” (1998, p. 47-49) das artes de fazer o cotidiano. As estratégias são operações de poder, isoláveis, que exprimem os procedimentos institucionais. Ou seja, elas se referem aos planejamentos e colecionamentos dos bens públicos patrimoniais, por exemplo. São modelos de gestão identificáveis. Já as táticas são definidas pelo autor em referência ao que não é isolável por uma operação, ela é situacional e pretende a resolução de uma divergência de interesses. Em contexto, as táticas são relacionadas aos grupos e coletivos urbanos,

perceptíveis pelos vários usos e significados interpretativos do espaço fragmentado no/do tempo. Assim, a postura de autoridade representada por Agabê corresponde à estratégia de manutenção do poder público sobre o MP e suas dinâmicas. Ao passo que a negociação deste “poder” que rege a atuação dos músicos no Mercado, passava pelas táticas na tentativa de flexibilizar o que era dado como regra para as apresentações dos artistas.

De acordo com Silva (2015) a ambivalência entre agente de estado/frequentadora do Mercado, esconderia a necessidade de criar estratégias de atuação para manter as “relações harmônicas” entre Agabê e os permissionários/artistas no Mercado. Para a autora, que fala sobre a falsa “ausência” do Estado, as táticas de manutenção das posições se encontram nesses papéis de “falsos nativos”, ou como a autora se refere, dos agentes comunitários contratados por instituições governamentais na qualidade de “moradores” (2015, p. 330), em seus estudos junto aos habitantes da favela do Borel, no Rio de Janeiro. Se lá, os agentes padecem pelas mentiras que “precisam” desempenhar, a técnica se mostra mais branda (ou menos tensa, em situações de aparente “equilíbrio”) no Mercado, mas ainda assim, mantém a presença regulatória constante do Estado, sobre o Mercado Público.

Atualmente o local é dividido por setores de atividades, o que geram conflito entre os trabalhadores. Uma das permissionárias das bancas internas do MP, situada em um dos Pátios mais ocupados por eventos musicais, diz que a ocupação das bancas é feita com base em uma organização dada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SDET). Esse planejamento é denominado “*mix de serviços*”, que estipula os limites de atividades profissionais no local. Assim, afirmava a interlocutora:

[...] as bancas que não cumprem os horários, de fechamento ou as regras são multadas, é constrangedor pedir pra um cliente desocupar a mesa porque tenho hora pra fechar a banca [...] não tem um minuto de tolerância pra mim [...] eu já fui multada, recorri, mas tive que pagar. Eu comprei essa caixa aí de som, mas não estou podendo usar, mas a vizinha ali bota música e pra ela não acontece nada [...] (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017)

Ela falava sobre os transtornos que lhe causava essa prática imposta. Segundo ela, alguns permissionários tinham mais privilégios do que outros. Segundo a permissionária, não era Agabê quem fazia esse tipo de fiscalização, sobre horários de fechamento ou colocação de música ambiente por som mecânico, mas os

agentes de segurança terceirizados é que assumiam essa função. Nesse caso, eu percebia que havia uma volatilidade entre ser agente do Estado ou prestar serviço para as instâncias da administração. Quase como agentes “à paisana”, havia uma constante sensação de controle sobre as práticas (i)legais que ocorriam no Mercado. Algumas eram relatadas, enquanto que outras se “perdiam” entre as dinâmicas. Porém nada era completamente escondido. Mesmo os permissionários e funcionários cumpriam esse papel de “vigília”.

Concordando com Gilberto Velho (2006), é necessária a compreensão dos diversos pontos de vista expressos pelas narrativas, onde até o conflito é fenômeno constituidor da vida social. Essas negociações imprimem no local um determinado tipo de paisagem que não se dá ao acaso, o que também é motivo de conflito:

[...] o vizinho da banca ali se suja por pouco, faz o favor de trazer o isopor da cerveja sem o casco, porque a minha mesa fica na frente da banca dele e da vizinha dali, por causa do *mix*. Se a prefeitura tivesse deixado a cobertura aí, dava pra eu deixar as mesas na frente da minha banca, dentro do pátio, mas não vou deixar meu cliente lá no sol ou na chuva, tenho que ficar espremida aqui [...] (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2018).

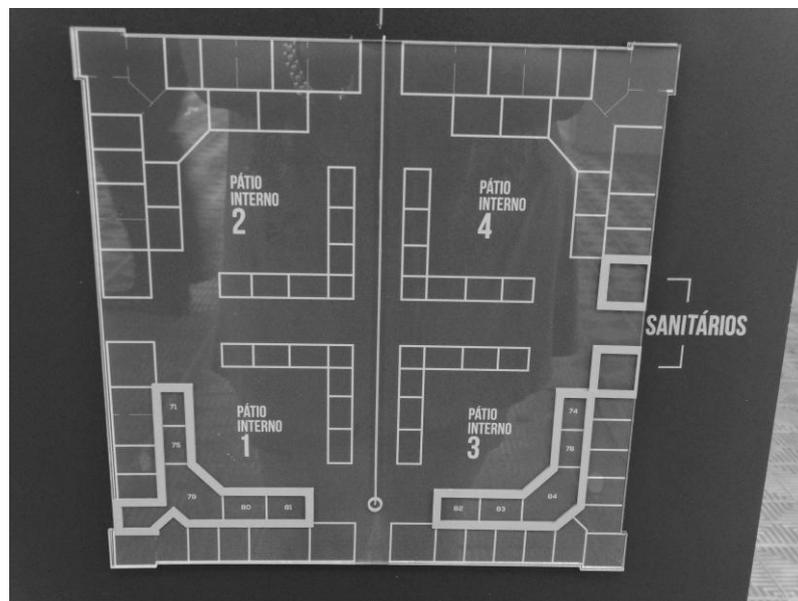


Figura 31: Fotografia de totem informativo disposto nas esquinas dos corredores internos do Mercado Público com mapa de localização das áreas internas de circulação. Fonte: GARCIA, 2018

Os pátios do Mercado Público (Figura 31) apresentam dinâmicas sociais diferentes, pois são licitados para instalações de comércios que proporcionam serviços diferentes. É importante salientar que essas configurações não são fixas, e que as transformações nesses espaços se dão constantemente, tendo sido verificadas muitas delas empiricamente, ao longo de dois anos de pesquisa.

Nos Pátios 1 e 3, são oferecidos serviços diversos, em comum apresentam uma relativa separação em relação às áreas externas do Mercado, pois o acesso a elas é condicionado pelas portas principais das áreas centrais das fachadas.

No Pátio 1, há uma área ampla de circulação e com espaço de duas, das cinco bancas em disponibilidade para licitação, passa uma “sensação” de isolamento. Apesar de ser ocupado por duas bancas que, por atuarem em ramos diferentes de comércio, não competem entre si. Abriga, também, um banco de empréstimos que para Seu Erre “[...] não tem razão nenhuma para estar ali. Só quebra o clima [...]” (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

No Pátio 3, todas as bancas são licitadas por diferentes segmentos. Há um Posto de Informações turísticas que ocupa duas bancas, pois existe uma espécie de acervo com exposição de objetos colecionados do MP após a *requalificação*, e uma banca de produtos orgânicos. Nos últimos meses de 2017, foi licitada uma banca para a instalação de um restaurante que distribuiu no interior do Pátio, mesas cobertas por guarda-sóis (a partir de agora “ombrelones” termo utilizado pelos interlocutores da pesquisa). Posteriormente, os permissionários do estabelecimento delimitaram uma porção da área do Pátio para apresentações musicais, promovendo ocupação e movimentação da área.

Os Pátios 2 e 4 são, atualmente, voltados à gastronomia e há correspondência da atividade nas áreas externas adjacentes. No entanto, o Pátio 4 do Mercado apresentou, durante o período da pesquisa, uma concentração maior de disputas, muitas delas, relacionadas aos eventos musicais que aconteciam ali e eram regulados pela Secretaria de Cultura. Em março de 2017, esses eventos foram deslocados para o Pátio 1.

Convém salientar que, em função desta situação, somada a divisão das perspectivas apresentadas pelos interlocutores, o Mercado parecia estar dividido em duas partes. Na rua Lobo da Costa e os Pátios 2 e 4, faziam parte do local onde havia uma maior concentração de bancas ocupadas. Onde Pátio 4 se mostrava mais disputado em razão dos eventos e da relação dos eventos com as bancas. A outra metade contemplava os Pátios 1 e 3. No Pátio 1 com a pouca circulação de pessoas, a dinâmica foi transformada com a alteração de local para a realização dos eventos musicais que, até então ocorriam no Pátio 4, e que fora definida em uma audiência pública. O Pátio 1, foi denominado Pátio Cultural depois da transferência dos eventos para o local, a intenção era, segundo Agabê, de concentrar um setor de

eventos no “pátio obsoleto” do Mercado. Assim, a pesquisa contemplou maior esforço em narrar as impressões dos dados obtidos durante esse percurso de mudança. Esse episódio permitiu-me a reflexão sobre a relação entre as pessoas que habitam a cidade e dos processos de significação do Mercado Público como um local de patrimônio reivindicado pelos mais variados grupos que compartilham ali o cotidiano.

À luz da antropologia, podem-se perceber outras dinâmicas sociais do patrimônio que vão além dessas narrativas oficiais. Ao analisar antropologicamente os locais onde o turismo é fomentado, com a finalidade de entender o processo de *requalificação* dos espaços do patrimônio cultural tombado ou inventariado em conjuntos urbanos – os *centros históricos*- podemos refletir sobre as várias visões de mundo expressas pelos frequentadores desses lugares. Assim, se descortinam conflitos que evidenciam ambivalências das estratégias usuais de gestão pública do patrimônio cultural. Como exemplo, temos as disputas de representação de comunidades e grupos nos contextos cotidianos do patrimônio em meio urbano, entendidos como meios de construir a cidade (AGIER, 2011) sempre em transformação.

Orientada pela condição de conflito e disputa do patrimônio cultural são importantes para a apreensão dos significados e construção dos sentidos de cidade, o núcleo de observação do próximo capítulo parte da convocação da audiência pública que tratava do tema da negociação desses diferentes pontos de vista sobre os eventos musicais no MP atual. Na continuidade, serão tratadas essas questões a partir do evento *Sexta Black*. Um dos eventos musicais impactados pelas decisões da gestão pública, o mais recente na agenda cultural do Mercado no Pátio 4, além de polêmico, foi muito reivindicado na audiência pública. Permitindo trazer à luz algumas das formas com as quais o Mercado Público é usado pelos diferentes grupos que habitam a cidade.

2 - CORRIDA DE COMITÉ, UMA LONGA HISTÓRIA: O MERCADO PÚBLICO DE PELOTAS EM CONFLITO.

Aquela era com certeza uma turma estranha que se reunia nas margens do lago: os pássaros com suas plumas arrastando, os com o pelo grudado no corpo, e todos pingando, irritados e desconfortáveis. A primeira questão era, evidentemente, como se secarem: eles estavam reunidos em conselho para decidir [...] Finalmente o Rato, que parecia ser a pessoa de maior autoridade entres eles bradou, “Sentem-se, todos vocês, e ouçam-me! Eu vou fazê-los secar. Eles sentaram-se então em círculo, o Rato no meio. Alice mantinha seus olhos fixados ansiosamente nele, pois ela tinha certeza que pegaria um resfriado se não secasse logo.

(Lewis Carrol, Aventuras de Alice no País das Maravilhas, 2009, p. 23)

Supor que o patrimônio cultural edificado em meio urbano trata-se apenas de um ambiente de lazer e turismo é possível a partir da veiculação de mensagens da mídia da informação, que se utiliza das narrativas oficiais de cidade e do patrimônio (e ajudam a compô-las), a fim de enfatizar determinados interesses de ordem administrativa, gerencial ou comercial.

Num processo pós-moderno, que vem remodelando os espaços urbanos construídos sob a ótica na qual predominava a postura da colonialidade, impressa na arquitetura urbana de cidades médias como Pelotas nos séculos XIX e XX, esses estilos remetiam aos conceitos europeus de construção e no Brasil eram (e são) vistos como símbolos de modernidade e requinte das elites da época (FERREIRA, 2010; NOGUEIRA 2007; GUPTA E FERGUSON, 1992).

Essas posturas embasam processos narrativos que colocam os espaços, lugares, comunidades e dinâmicas sociais como culturas imaginadas, onde a

paisagem, e sua constante remodelação (reordenação), se mostram formas de exercer o poder por meio da dominação dos espaços públicos e normatização das formas de uso, ou seja, como devem ser realizados os usos pelas comunidades. Essas dinâmicas colocam algumas manifestações de grupos (que detém o poder da “ordem”, como é o caso das gestões públicas municipais, por exemplo) como uma espécie de “grupo cultural dominante” (GUPTA E FERGUSON, 1992). Ou seja, os espaços públicos são regiões fragmentadas que ganham sentido a partir das interações humanas e a normatização e a moralização de seus usos diferenciam as manifestações culturais como se houvesse uma hierarquia de importância entre elas, que geram tensões.

Essas relações acirram conflitos por conta dos diferentes significados de representação dos espaços urbanos que se encontram como que “pulverizados” tanto nos centros, quanto nos bairros periféricos das cidades. O trânsito das pessoas por esses lugares estabelecem fronteiras problematizadas por Gupta e Ferguson (1992), no sentido de que criam dicotomias de identificação entre “aqui” e “lá”, ou entre “nós” e “eles” pelos significados atribuídos às maneiras distintas de se expressarem culturas e formas de habitar. Estas constroem os lugares imaginados pelas pessoas e, com isso, ‘limites’ de significados *a priori*, que explicam o trânsito e os sentidos de pertencimento e que só podem ser apreendidos a partir da observação atenta de seus usos e significados mais amplos, ou mais específicos.

Esta ocasião passou a ser entendida como uma “situação social”, que de acordo com Max Gluckman (1987) é quando um evento específico do campo pode ser estudado de modo focal, articulado com as demais ocorrências em períodos anteriores e posteriores.

Portanto, uma situação social é o comportamento, em algumas ocasiões, de indivíduos como membros de uma comunidade, analisado e comparado com seu comportamento em outras ocasiões. Desta forma, a análise revela o sistema de relações subjacentes entre a estrutura social da comunidade, as partes da estrutura social, o meio ambiente físico e a vida fisiológica dos membros da comunidade (GLUCKMAN, 1987, p. 6).

E permitiria que a observação das dinâmicas de relação no Mercado Público atual fosse, em parte, narrada e analisada como dado empírico. Ou seja, a situação social que se estabeleceu com a audiência, é uma forma de compreensão de um sistema de relações sociais e negociações estabelecidas entre: a) comunidade que frequenta Mercado Público (trabalhadores, permissionários, frequentadores, passantes, turistas, gestores públicos, etc.); b) os eventos musicais desenvolvidos e

as suas relações com o Mercado; e c) como esses espaços internos do Mercado Público são significados pelas pessoas que frequentam um equipamento patrimonializado, portanto público, em ocasião das festas.

2.1 Um Chá Maluco: A audiência pública

[...] Pelotas, 23 de fevereiro de 2017.

Ao Excelentíssimo presidente da Câmara [...].

Proposição de Audiência Pública.

A vereadora, e que subscreve no auto das suas atribuições, solicita que seja encaminhado para apreciação da Câmara e da Comissão Temática de Cultura a proposição de audiência pública sobre o Mercado Público Municipal de Pelotas, no dia 14 de março, às 18:30 no plenário da Câmara. Pela iniciativa que se justifica pelas mudanças estruturais dentro das dependências do Mercado propostas pelas Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SDET).

Que haja consenso e diálogo com a população que hoje promove e utiliza o Mercado Público para atividades culturais [...].

(Ato de convocatória, Audiência Pública: Mercado Público Municipal de Pelotas, 2017).

Eu já realizava atividades de campo havia alguns meses e, aos poucos, me inteirava das atividades que ocorriam no Mercado Público de Pelotas, e da diversidade de acontecimentos simultâneos que aconteciam lá. Era um entardecer quente de verão quando recebi a informação via celular, de minha orientadora e uma amiga, que diziam sobre o acontecimento, nas próximas horas, de uma audiência pública na Câmara de vereadores da cidade, que trataria sobre mudanças nos eventos musicais no Mercado.

Busquei algumas informações na internet (Figura 32) sobre o chamamento da audiência para me inteirar do fato, diante do pouco tempo que me restava. Eu não havia estabelecido ainda relações mais próximas com interlocutores dos eventos, mas já havia identificado a importância que os eventos tinham assumido no cotidiano atual do MP.

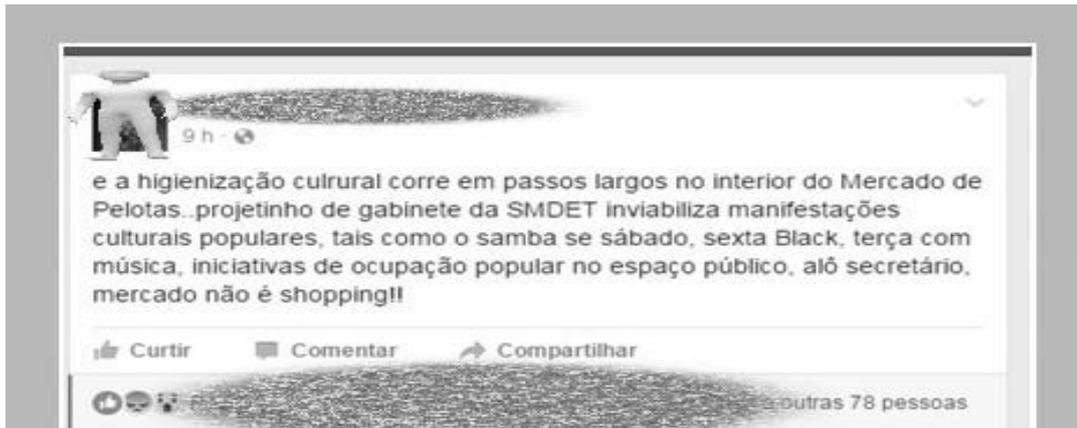


Figura 32: Postagem feita em rede social na internet. Fonte: Facebook, acessado em 14 de março, 2017.

Esses eventos obedeciam a uma agenda, e em minhas observações eles assumiam diferentes dinâmicas de acordo com a configuração de cada um. Uma diversidade de artistas se apresentava em frente às bancas externas do Mercado, ao entardecer, principalmente entre os dias de quarta-feira e sábado, sendo a incidência maior aos finais de semana a partir das 18 horas. Quando gradativamente aumentava o fluxo de pessoas ao redor do Mercado, conforme iam-se encerrando os horários de expediente de trabalho e as aulas nas várias instituições de ensino da cidade. Em formato voz e violão, as apresentações dos artistas davam o *tom* dos encontros destinados ao lazer em momentos de descontração dos frequentadores do espaço, assim como eram períodos de grande trabalho nos restaurantes, bares e doceiras do Mercado. Ficavam abertas internamente somente as lojas destinadas a esses segmentos e uma esmalteria. Do lado externo do Mercado, as barbearias também fechavam e trabalhadores dessas bancas participavam da movimentação que a musicalidade proporcionava.

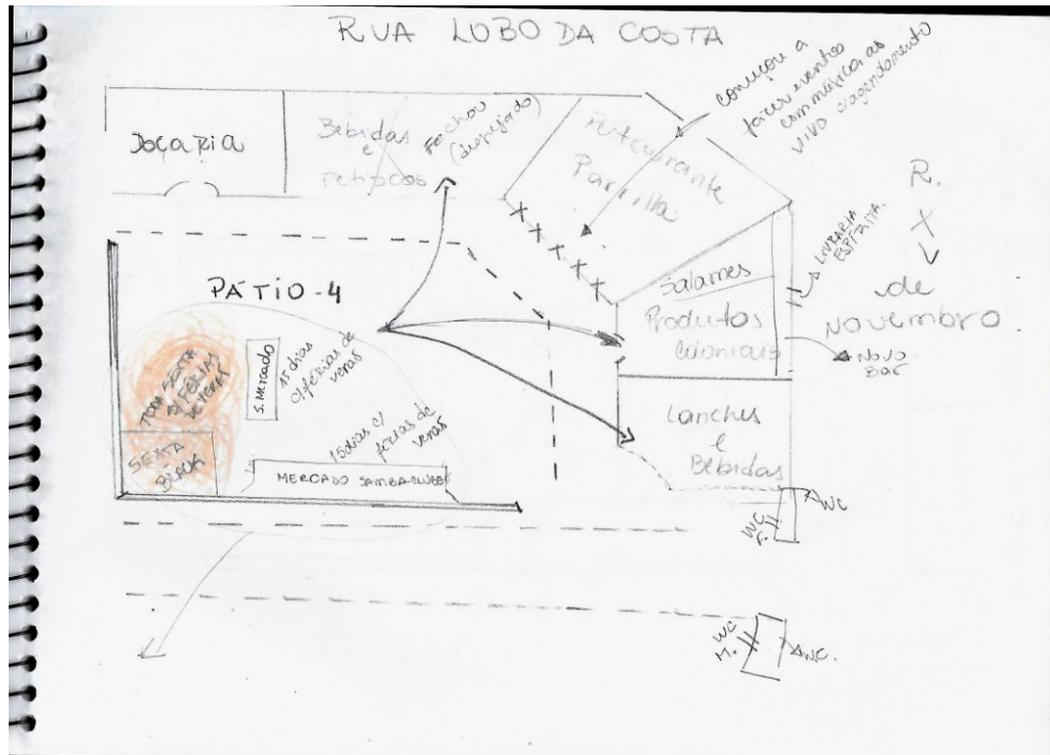


Figura 33: Desenho das relações mantidas entre as pessoas que frequentam os eventos e as bancas no Pátio 4. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.

No interior do Mercado, eventos como a “Sexta Black” e o “Samba do Mercado” se destacavam pela grande concentração de público, que, ao longo das edições iam despertando a minha atenção, pois alteravam a dinâmica de fluxos e permanência de pessoas dentro do MP.

Assim, percebia que cada um desses eventos, nas sextas ou nos sábados, estabelecia relação com as atividades que ocorriam no pátio e, também, com as bancas ao redor (Figura 33). Pois a presença das pessoas possibilitava articulações intensas com o consumo de bebidas e petiscos, que promoviam a unicidade. Era contagiante a diversão, o diálogo entre as pessoas. Elas mostravam o Mercado como um lugar onde as pessoas se reuniam para brincar, flertar, escutar música, com seus amigos, filhos, etc.. Quando informada sobre uma possível alteração nessas dinâmicas, fiquei muito interessada em saber o que seria feito, e como os grupos envolvidos com esses eventos seriam “impactados”.

Para pensar as práticas do espaço em relação às decisões de alteração dos eventos nos pátios do MP, conto com a contribuição de Ricoeur (1998), ao tratar da narrativa arquitetural, que proponho refletir como uma forma de construção das narrativas tanto oficiais quanto particulares, pois resultam entre outros aspectos, da composição das narrativas da cidade vivida. Como ponto de convergência para

estas reflexões, concordo com o autor quando das três etapas da construção narrativa a partir das relações sociais que orbitam pela cidade em construção – prefiguração; configuração; refiguração. Sob esse aspecto, se as narrativas oficiais da cidade, e aquelas atribuídas ao *centro* histórico e, conseqüentemente ao Mercado, partem da fase de prefiguração, onde a representação do cotidiano é criada a partir de vários pontos de referência nas histórias espaço-temporais de Pelotas. Nessa fase, chega-se à etapa da configuração. O que implica dizer que a narratividade arquitetural, exposta pelo autor análoga ao texto literário, parte da ideia de “por em intriga” (1998, p. 50) vários pontos de vista, conflitantes, que são negociados através do drama (romance) das relações sociais. Assim, a convocação de uma audiência pública para tratar das questões de espaço (lugar), das práticas de habitar o Mercado Público através dos eventos, na lógica da configuração proposta pelo autor, põe em destaque as etapas que compreendem concordância e discordância, atuando num contexto de unidade. Ou seja, a negociação da existência de pontos de vista distintos sobre um mesmo fato. O âmbito do conflito constrói e desconstrói os espaços, transformando-os continuamente (AGIER, 2015). Uma vez que o espaço é usado como meio de separação dos grupos que frequentam o Mercado cotidianamente. Não tendo, estes, se colocado como expectadores, mas como agentes de ação em meio às negociações na audiência.

Assim, já completava aproximadamente três anos das ocorrências destas atividades musicais no Pátio 4 (Figura 33), local onde foram criados e incorporados à dinâmica. Dessa forma, eu percebia como consenso que nas sextas-féias era “dia de Sexta” e nos sábados “dia de Samba”. A determinação da troca havia gerado um clima de tensão entre os promotores, frequentadores e permissionários das bancas, envolvidos com as apresentações. Desse modo, a mudança de espaço onde se realizariam, gerou uma onda de especulações, sendo que o boato que parecia mais preocupante era o da “retirada total dos eventos do Mercado Público”. Em notas publicadas na internet (Figura 16), como a de um permissionário que se diz um dos idealizadores e promotor dos eventos, a determinação da gestão era vista como uma política pública de exclusão social.

A “higienização cultural” citada no depoimento, está diretamente relacionada aos projetos de requalificação patrimonial dos centros urbanos, que visam o desenvolvimento da região mediante serviços de lazer e entretenimento na cidade (FERNANDES, 2010). Uma vez selecionado o local a ser “requalificado”, são feitas

obras de reformas físicas dos espaços considerados “decadentes” e/ou “descaracterizados” pela administração pública. E, também, reformulações de caráter social, com afastamento dos grupos humanos cuja presença é, também, associada a “degradação” patrimonial. Aparecem entre esses “afastamentos”, grupos marginalizados pela condição socioeconômica - prostituição, comércio informal de camelôs, por exemplo. No caso ensejado na nota publicada, se referia às pessoas pobres, negras, residentes nos bairros periféricos da cidade, estigmatizados pela associação à violência. Estes, são, portanto, alguns dos fatores conflituais que englobam e alteram as dinâmicas de interação entre pessoas e os espaços que habitam.

Eram aproximadamente 18 horas quando saí rumo ao local da audiência e, com sorte, levaria trinta minutos no deslocamento. Munida apenas de meu diário de campo, canetas e um telefone celular com pouca bateria, cheguei ao local pensando estar atrasada, pois queria acompanhar a chegada dos interessados.

A câmara de vereadores da cidade fica em região residencial do centro, a pouca distância do MP. A sede funciona em um casarão alugado pela administração pública municipal. É um prédio adornado aos moldes dos grandes casarões tombados e inventariados do *centro histórico*, restaurado e reformado para a finalidade de acomodar a “Casa do Povo”. Em um prédio anexo, construído para abrigar o plenário da câmara, ao final de um extenso corredor, notei que poucas pessoas haviam chegado. Ainda eram ajustadas as câmeras e microfones que fariam o registro da audiência, pela TV municipal. Busquei um local do lado de fora onde eu conseguisse observar a movimentação das pessoas.

Aos poucos foram chegando pessoas sozinhas ou em pequenos grupos, que ficavam paradas junto à porta de vidro, como se esperassem a chegada de alguém. Durante a espera, três homens fumavam cigarros com certa ansiedade e nada falavam. Eu podia identificar algumas pessoas como frequentadoras assíduas dos eventos no Mercado. Algumas delas permaneciam por mais tempo nos bares e restaurantes. Havia pessoas que eu conhecia de outros lugares da cidade, como um amigo, professor universitário por volta dos trinta e três anos, que visitava assiduamente o Mercado juntamente com a família, amigos e alunos. Uma professora de escola de ensino fundamental, defensora de pautas feministas e negras. Eu havia conhecido-a em uma dinâmica de imagens que tínhamos realizado com alunos de escola de ensino fundamental no bairro Fragata, na Cohab

Guabiroba, uma participação voluntária feita juntamente com o grupo de colegas do núcleo de estudos e pesquisa em antropologia da imagem e do som (LEPPAIS). A escola fica em um loteamento residencial situado há cerca de 6 km do centro da cidade. Ao local, são associadas narrativas que remetem à ideia de perigo e insegurança, em função do tráfico de drogas e sua localização periférica.

Também chegavam músicos e dj's ao plenário, alguns destes eram residentes de outros conjuntos habitacionais, como o Guabiroba e o loteamento Navegantes. Este é mais próximo em relação ao centro, porém com a mesma narrativa cujos os significados são traduzidos em “violência”, etc.. Além destes representantes das comunidades, outros interessados que eu desconhecia chegavam para a reunião. Gradativamente as pessoas foram entrando no auditório e se acomodando nas cadeiras da plateia do plenário, se agrupando em pequenos grupos de afinidade. A conversação era em tom baixo, os rostos contritos, gesticulando muito com as mãos, e com a cabeça acenavam em sinal negativo.

Foram chegando, após o horário marcado, os agentes públicos responsáveis pela gestão pública do Mercado, convocados para a audiência, entre vereadores, secretários e diretores de repartições do governo municipal. Esses demonstravam semblantes alegres, com alguns sorrisos e, aparentemente, bastante calmos. Imaginava que parte dessa tranquilidade se dava pela familiaridade com aquele ambiente em particular, fiquei pensando até que ponto eles se comportariam da mesma forma realizando aquele encontro em um dos bairros citados, ou mesmo dentro do Mercado Público. Enquanto eu me questionava, eles cumprimentavam-se entre si e acomodavam-se ao lado de uma larga bancada. Em formato oval, a mesa destacava uma frase que dizia “todo poder emana do povo”, em caixa alta.

Diante dos espaços destinados aos acentos, placas informavam os papéis representados por cada um dos que ali se acomodavam (2º e 1º Vice-Presidentes; Presidente; 1º e 2º Secretários). À frente, ficava uma câmera de vídeo da emissora de televisão da prefeitura, TVCâmara e, atrás desta, a “plateia” que buscava, de alguma forma, compreender a decisão de alteração nas dinâmicas. Entender até que ponto o poder emanaria do “povo”, naquela circunstância, dependeria do teor das discussões da audiência, no entanto, a decisão que havia sido feita sem a consulta prévia aos organizadores e frequentadores dos eventos, ensejava um “poder” limitado destes.



Figura 34: Desenho dos limites físicos da audiência pública onde, supostamente, todo o poder emana do povo. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.

Diante da representatividade das placas e da acomodação dos gestores em relação aos acomodados na plateia, a disposição física do espaço, me chamava à atenção (Figura 34). Aquela audiência pública, além de se tratar de uma possibilidade de debate, exposição dos interesses sob o ponto de vista de cada uma das partes (comunidade e poder público), também mostrava que estavam de um lado os agentes do estado e de outro a ‘comunidade’ do Mercado. E que, o poder emanaria do povo, ou não. Aquelas acomodações reforçavam as posições desiguais, estando os gestores ocupando um patamar mais elevado que os demais, na plateia.

Coincidência, ou não, o Plenário da Câmara batizado é como “Bernardo Olavo Gomes de Souza”, nome do prefeito que solicitou ao Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPHIC) a patrimonialização do Mercado Público, em 1984. Cujo slogan de governo era “Todo Poder Emana do Povo”, fazendo referência a uma tendência de governo progressista cuja plataforma era uma gestão participativa, ainda no contexto da ditadura no Brasil (RIBEIRO E SANTOS, 2010).

Os eventos realizados desde 2014 no Pátio 4 do MP, com o novo projeto da administração, deveriam ser transferidos imediatamente para o pátio interno 1

(Figura 35). Segundo Agabê, o novo espaço passou a ser denominado “Pátio Cultural”. O nome definido pela administração marcava a oficialização das decisões tomadas à parte dos usuários do Mercado, incluindo permissionários e promotores dos eventos. Onde além dos encontros musicais já realizados, outros poderiam ser somados à agenda. Essa determinação interferiria diretamente no planejamento dos organizadores dos eventos e, com isso, nas dinâmicas de relação das pessoas que faziam esse Mercado.

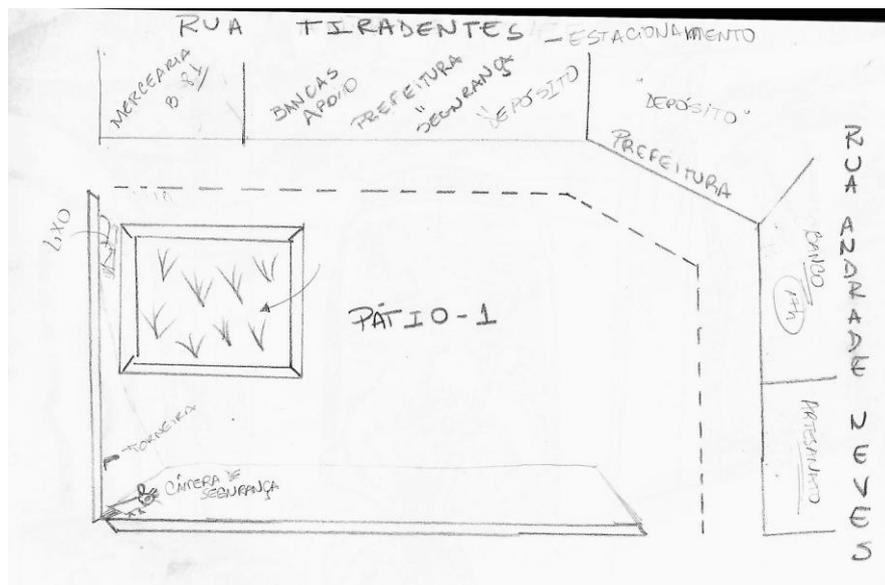


Figura 35: Desenho esquemático do espaço do Pátio 1 do MP antes. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.

Ao dar abertura a audiência, a vereadora proponente comentava que havia sido procurada por permissionários e promotores dos eventos, e que estes lhe diziam que aquela determinação os havia pegado de surpresa, pois não era do interesse deles, e da maioria dos permissionários, que a troca dos eventos se efetivasse. Por isso, ela teria se motivado a chamar os gestores públicos para que escutassem as pessoas e “[...] discutissem que projeto de mudança é esse [...]” (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

Falando em nome de um partido político, ela definia que aquele momento era necessário para que se valorizassem aquelas “[...] formas de manifestações populares no mercado, no Mercado Público, no Mercado que é nosso [...]” (*ibidem*, 2017). Ela abriu o espaço da tribuna para que as pessoas no plenário que quisessem expor suas demandas pudessem fazê-lo. Porém não fez convite a nenhum dos presentes para que assumissem um lugar na bancada e

representassem as comunidades. Assim, os interessados deveriam se inscrever com uma moça que anotava os nomes em uma planilha, dando aproximadamente cinco minutos para que cada um expusesse seu ponto de vista.

Após essa explicação, informou que o primeiro a falar, seria o gestor de uma das secretarias responsáveis pela administração. A ele seriam concedidos dez minutos para a explanação, contendo detalhes sobre o projeto de alteração. Nesse momento, a vereadora foi interrompida por outro agente público, que solicitou que o primeiro gestor a falar deveria voltar a ter direito a fala ao final das reivindicações da plateia, para que fossem dadas respostas às demandas dos “permissionários”, o que foi concedido. Mas deixava evidente que as solicitações dos demais presentes estavam em segundo plano, ou que nem eram consideráveis naquelas negociações.

O executivo tem um projeto para mudanças dos aspetos culturais, dos eventos dentro do Mercado e também, **da própria estrutura do Mercado Público**. Algumas pessoas nos procuraram, falando sobre essas mudanças, e nós pensamos, então, que esse é o momento da gente, pensar conjuntamente, quais são essas mudanças. **Por que ainda não há um consenso da relação das mudanças?** [...] pra gente pensar nesse Mercado... *Público*. Um Mercado onde existe uma concentração bastante grande, várias pessoas passam por ali. **É o Mercado Público Municipal**, tem toda uma história. [...] Um mercado que contemple várias formas de manifestação cultural, um Mercado que ‘valorize’ essas variadas manifestações populares. **Um mercado que de fato seja ‘público’**. Essa é a principal bandeira aqui nessa audiência (Vereadora, TRANSCRIÇÃO DIRETA, TV CÂMARA, AUDIÊNCIA PÚBLICA, 2017, grifos meus).

Os fragmentos destacados na fala da vereadora não mostram só a preocupação com a edificação ou com o contexto do *centro histórico*, mas enfatiza a relação que o espaço, articulado com o seus usos, tem relevância social. Assim pensar o “consenso” sobre as mudanças, aparece mais como uma ‘provocação’ ao diálogo. Já que o próprio chamamento ao debate se dá pela falta de concordância entre as partes, por uma decisão impositiva própria das decisões governamentais. Comecei a pensar que havia a intenção de *acuar* a administração, no sentido de reverter o imediatismo da decisão. O destaque na fala da vereadora era sobre os eventos, mesmo quando se referia à infraestrutura.

Os pedidos de prestação na adequação dos sistemas de abastecimento de energia elétrica e água, que constantemente sofriam quedas ou interrupções, e higiene dos banheiros no Mercado, principalmente nos momentos de maior volume de atividades nas bancas, foram temas citados logo na abertura da fala. Mostrava que outras deficiências incidiam na qualidade dos eventos culturais, mas também

nos trabalhos no interior das bancas. Quanto a isso, as bancas (exceto nas torres) não possuem banheiros próprios, todos são de uso coletivo e ficam entre os Pátios 3 e 4. Mas conforme mencionado, a fala defendia a “bandeira” do partido político ao qual era filiada a proponente. O que colocava a audiência sobre os eventos em um conflito de divergências ideológicas de governo.

[...] e pensando um mercado que seja público, não tem como a gente pensar um mercado público sem fazer um diálogo com a população. Sem fazer um diálogo, aberto, de pensar esse espaço como um ‘espaço nosso’. De pensar esse espaço numa ideia coletiva. Pensar coletivamente esse lugar aqui dentro da nossa cidade. Então, diante dessas mudanças, dessa problemática [...]. (Transcrição direta, TV Câmara, Audiência pública, 2017).

Após as explicações do protocolo de abertura da audiência, foi passada a fala a um dos gestores responsáveis pelo novo plano de eventos. Após os agradecimentos, ele destacou que o ato de audiência pública era um substituto às discussões de pontos de vista, feitos, até aquele momento, através de redes sociais, na internet. Isto porquê aquela reunião extraordinária eram, nas suas palavras: “[...] um ato público, portanto, legal [...]” (*ibidem*, 2017). Ou seja, as deliberações feitas naquela ocasião, tinham um *peso* maior a respeito das divergências de opiniões. Sobre “aquilo que é melhor para Mercado” (*ibidem*, 2017.), era dito que:

[...] uma sociedade precisa [...] ter equilíbrio, a divergência [...] traz benefícios, e é imensurável [...] poder fazer isso em conjunto. E não temos obrigação de concordar, todos, dizem até que a unanimidade é meia burra. **Nós precisamos ver o que [...] a maioria pretende fazer.** Quais são as nossas crenças do que é que é melhor para o Mercado (TRANSCRIÇÃO DIRETA, TV CÂMARA, AUDIÊNCIA PÚBLICA, 2017, grifos meus).

Foi, assim, feita a descrição do atual Mercado Público, conforme o ponto de vista exposto pela administração pública representada no ato da audiência por gestores do Mercado e alguns vereadores. Dessa forma, o MP é mostrado como um projeto ‘herdado’ a partir das primeiras obras de restauro iniciadas em 2002, nas gestões dos prefeitos Fernando Marroni, Adolfo Fetter Jr. Foi feita menção ao Decreto 5.571/2012, que, que dá responsabilidade ao município para a gestão do espaço através da parceria entre a SDET e Secult. A colocação desta normativa pelo gestor delimitava incisivamente a sensação e a crença do poder público de que, ao serem assumidas as atribuições de governo, foi recebida a incumbência da administração dos espaços públicos patrimoniais destinados ao desenvolvimento econômico, cultura e turismo (*centro histórico*, Mercado Público) e que a ‘necessidade de reajuste’ dos projetos visava a “[...] recuperação do Mercado

Central [...]” (*ibidem*, 2017). O decreto era, em outras palavras, o termo de *custódia* do MP. Assim, as licitações das bancas no Mercado seriam as provas de que houve o

[...] repovoamento do Mercado **com os permissionários** [...] é óbvio que o Mercado é do poder público, é da sociedade, mas as gestões resolveram licitar essas áreas para a ocupação dessas bancas que por sua vez tem obrigações mútuas. Os permissionários têm obrigações de ocupação daquelas áreas e o município tem obrigações perante os contratos firmados, pra cada uma daquelas permissões [...] (TRANSCRIÇÃO DIRETA, TV CÂMARA, AUDIÊNCIA PÚBLICA, 2017, GRIFO NOSSO).

Nesse sentido, o ponto de vista adotado para as deliberações de mudança no Mercado, não diriam respeito a todos os frequentadores, ficando estes relegados a fortuito ajuste das mudanças previstas. Mas sim, diria respeito aos permissionários, que “[...] pagam para estar lá [...]” (*ibidem*, 2017), e às repartições públicas, responsáveis pelas licitações. Continuando com as explicações sobre as mudanças que foram implicadas no lugar, o gestor evidenciava a perspectiva das condições de boa relação da gestão *com os permissionários* do empreendimento, pois seriam “[...] obrigações contratuais [...]” (*ibidem*, 2017). Quando ele mencionou o aspecto da mudança, resultante do projeto de *requalificação*, disse que atualmente são mais de 80 bancas em funcionamento, e apresentou a gestão dos “[...] eventos culturais [...]” (*ibidem*, 2017) sob o comando de um “xerife” (*ibidem*, 2017) e que diante das formas de gerir o Mercado é que “[...] nós aprendemos que o Mercado mudou [...]” (*ibidem*, 2017).

Essa mudança não seria em função das decisões projetadas, mas sim fruto das transformações de mercado que *forçaram* as adequações dos espaços públicos. No sentido da fala do gestor, o termo “sociedade” se aplicaria àqueles que se adaptam aos desígnios dos planejamentos públicos. Na contramão deste processo, estariam relações sociais “espontâneas”, as formas de sociabilidade e de adaptação dos espaços públicos ao uso das comunidades, conforme aquilo que elas acreditariam ser necessário para a satisfação de suas necessidades. A própria existência de um *xerife* carrega um sentido de subordinação dos grupos às decisões das gestões.

Outro aspecto levantado é o fato de o Mercado ser gerido, economicamente, com recursos resultantes da arrecadação dos valores dos permissionários. A taxa de 93% de valores pagos seria a garantia de que os valores cobrados estariam “de acordo” (*ibidem*, 2017), portanto, seriam valores justos. Ao não ser necessário retirar

os valores dos cofres públicos para a manutenção do MP, a prestação de contas sobre as alterações diriam respeito aos pagantes do Mercado Público, ou seja, aos permissionários, portanto a “sociedade” a que se refere dever “satisfações” sobre os processos decisórios, não são os grupos que fazem eventos gratuitamente, no Mercado, e sim, os licitantes das bancas.

Sobre as divergências e geração de boatos a respeito dos eventos, foi dito pela administração que talvez houvesse mais “[...] falta de informação do que problema [...]” (*ibidem*, 2017), justificando que “[...] 90% das pessoas do Mercado estão de acordo com o que estamos propondo e estamos dialogando [...]” (*ibidem*, 2017). Nesse momento, eu via que, na plateia, as pessoas gesticulavam negativamente com a cabeça e comentavam baixinho ao meu lado, ou atrás de mim, a divergência quanto ao que estava sendo dito. Eu podia perceber que havia uma distância entre o que o gestor público via como “verdade” e o que o público presente entendia enquanto fato.

[...] Agora, há um interesse mútuo, porque nós temos por contrato essa necessidade, realocar um pouquinho a organização interna. A área externa é um sucesso, nós temos várias mesas, cadeiras, ombrelones... **Só que nós temos uma queixa observada já dos dois anos anteriores, [...] ‘no inverno não dá para ficar lá fora’**. Eu preciso colocar mesas para que a população possa ter melhores condições com cobertura interna suporte nos pátios internos [...] (TRANSCRIÇÃO DIRETA, TV CÂMARA, AUDIÊNCIA PÚBLICA, 2017).

Sob esse aspecto comecei a me questionar quais seriam os próximos passos trilhados nesse encontro, pois segundo havia percebido pelas atividades em campo, apenas uma das bancas do Pátio 4 tem acesso à área interna e externa do mercado. O fragmento destacado pelo gestor seria uma alternativa, nesse caso, que contemplaria apenas uma banca, pois as demais já fariam uso somente do pátio interno. Desse modo, a *queixa* teria sido motivada por apenas um permissionário que pretendia fazer uso do Pátio com fins ao atendimento da área de gastronomia. O argumento utilizado para a defesa da alteração foi o de que

[...] se temos quatro Pátios, por que não, realocar toda programação cultural? É só mexer, não estamos tirando do Mercado, como alguns disseram, não estamos excluindo nenhum produtor cultural. Estamos reeditando todos os produtos [...] (GESTOR PÚBLICO, EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

Era de se perceber a perspectiva da gestão pública sobre os eventos, nesse caso, eles são tratados como produtos que, como em uma prateleira, podem ser

alterados sem grandes consequências, daí o fato de não serem compreendidas, muitas vezes, as atitudes em contrário. Assim como o Mercado foi “reeditado” pelo projeto de *requalificação*, assim também as dinâmicas entre as pessoas são tratadas enquanto “operações de comércio”. Isso coloca que há uma diferença considerável ao se lidar com os eventos musicais como um atrativo turístico, ou assumi-los como dinâmica cultural de manifestações sociais dos grupos residentes da cidade. Contudo, há concordância na compreensão de que “a cultura tem implementado movimento no Mercado” (Extraído do Diário de Campo, 2017).

E outras justificativas continuavam sendo apresentadas, por exemplo, o alvará de bombeiros que foi concedido com base na realização de “[...] operações comerciais com as bancas [...]” (Extraído do Diário de Campo, 2017), sendo que os eventos musicais estariam excedendo o limite de carga (quantidade de pessoas ao mesmo tempo) no interior do Mercado. O que seria um fator de risco para as pessoas. Assim, a argumentação era a de que poderia ser invalidada a licença. Vale ressaltar que dessa forma, os eventos estariam sendo promovidos de forma ilegal.

Encerrada a fala do gestor, era a vez de as pessoas, que haviam se inscrito, exporem suas opiniões sobre os motivos alegados para as alterações dos eventos no Mercado. Nesse momento, entrava no jogo de narrativas e pontos de vista o que para elas era importante que se mantivesse, ou fosse alterado no MP. Durante aproximadamente uma hora, os representantes dos grupos fizeram as explanações de suas demandas.

Em se tratando de narrativas, entendo que seja importante ressaltar que a primeira pessoa a falar ensejou toda uma sequência de reivindicações que mantinham, com maior ou menor emoção, os mesmos pontos de vista e opiniões acerca do que motivara aquela reunião. Em outras palavras, o primeiro a se dirigir a tribuna, parecia ter dado o *tom* das negociações. Permissionários, produtores de eventos e frequentadores se motivaram a falar.

Dentre as falas se destacaram as acusações de que as alterações não foram previamente discutidas entre a administração e os permissionários. Sendo colocado, inclusive, que a deliberação seria em função do beneficiamento de permissionários mais próximos e até amigos dos gestores. Ficava evidente a cada novo depoimento que o espaço para o qual se queria transferir as ocorrências das chamadas “atividades culturais”, não seria apropriado em função de edificações, canteiro e árvores que permitiriam somente eventos menores, mas não aqueles com grande

concentração de pessoas, como vinham acontecendo até então. Não sendo próprio para “[...] dançar, [...] pra ter palco. Se tiverem que sejam pequenos. O único espaço livre pra que se possa praticar ou abrigar qualquer forma de arte dentro do Mercado é o pátio interno número 4” [...] (*ibidem*, 2017).

Com minha participação em projetos de pesquisa na universidade, no Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR), cujas reflexões resultavam de experiências de campo junto aos grupos de pessoas marginalizadas e em processos de exclusão das áreas que habitam, nossas reflexões nos faziam compreender que havia essas pessoas se apropriando do uso de termos legais e técnicos, para falar de patrimônio. Retornei neste momento a este fato, pois, empiricamente, esses momentos (dados) se repetiam na audiência pública sobre os eventos no Mercado, enfatizando nossas reflexões sobre a participação das pessoas nesses momentos, expondo suas reivindicações e seus interesses de permanência em locais considerados por eles, patrimônio público.

Dessa forma, o espaço do Pátio 4, momentaneamente isolado em relação ao todo do Mercado, também foi denominado como “patrimônio cultural imaterial” além de os eventos ali serem considerados, por alguns dos presentes, como “[...] única forma de lazer e entretenimento na cidade [...]” (*ibidem*, 2017), pelo fácil acesso e gratuidade. Além de os eventos serem considerados na esfera do lazer e da cultura das pessoas que os realizam, e das que os frequentam:

[...] a população adorou o projeto, se tornou um hábito da população nas tardes de sábado, nas “Terças Com Música” a “Sexta Black”, [...] fomos pegos de surpresa com a história de tirarem aquele evento que foi feito por nós. Foi criado por nós. [...] com isso foram agrupando pessoas, fazendo música e fazendo cultura pra comunidade, e muita diversão, coisa boa! Uma coisa que está dando certo. Isso lembra muito aquela história do burro com iniciativa – são pessoas que na ânsia de querer mostrar algum projeto, [...] tentam modificar e acabam atropelando a situação. [...] acho que o pessoal está sendo prejudicado, o pessoal das bancas. Nós, que estamos acostumados estamos sendo prejudicados com esse espaço novo, que é lá do outro lado, no Pátio 1. Que não tem conforto, não tem tradição [...] As pessoas que estão sendo agraciadas com essas facilidades, parecem que detestam a comunidade negra [...]. Parece que faz mal ver o preto feliz, ver o pobre feliz [...] (TRANSCRIÇÃO DIRETA, TV CÂMARA, AUDIÊNCIA PÚBLICA, 2017).

Essas questões foram levantadas, pois grande parcela das pessoas que frequentam esses eventos é negra, moradora dos muitos bairros da cidade que têm, nesses os eventos, momentos de encontros sociais, em confraternização com

amigos, depois das jornadas de trabalho. Também as pessoas negras eram a maioria presente no auditório da câmara, fazendo com que rompessem em aplausos depois da declaração. A relação dos eventos com as operações nas bancas ficava cada vez mais delineada pelas falas dos responsáveis pelas bancas. Questões referentes aos valores pagos e às multas, também foram levantadas, se referiam as diferenças entre o que a gestão tem como fato, baseado em números, e aquilo que as pessoas enfrentam em suas dificuldades cotidianas.

[...] primeiramente que o *lay out* não foi discutido com a gente [...], só foi-me apresentado. E pra minha surpresa, na frente da minha banca [...] não fica nem mesa minha, nem dele. As minhas mesas vão ficar na frente da banca do vizinho. E... igualdade na divisão... que não está acontecendo! Então, eu acho que é o mínimo que a gente espera. E a questão dos eventos. Realmente são eles que estão nos dando a receita pra pagar os custos. Como [...] comentou, pela estatística talvez os empreendimentos estejam se pagando. Eu estou em dia com o meu aluguel [...]. Porém, está “salgado”, sim! [...] (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

Destacaram-se na audiência três eventos específicos. Nas terças-feiras acontecia a “Terça com Música”, com gêneros musicais variados. Aos sábados, “Samba no Mercado”, o mais antigo dos eventos, que revezava, a cada quinze dias, dois grupos de artistas musicais - *Mercado Samba Club* e *Renascença*-, este foi o primeiro evento musical semanal do Mercado, que abriu espaço para que outros começassem a acontecer. Às sextas-feiras à noite, acontecia a “Sexta Black”, onde predominava a música negra americana, principalmente o charme, com grande frequência de pessoas negras dos mais variadas localidades da cidade, de todas as idades e condições socioeconômicas imprecisas.

Quanto mais pessoas se dirigiam à tribuna, mais intensas eram as manifestações dos que compunham a plateia. Até esse momento, apenas permissionários e promotores brancos haviam se manifestado e, por mais que fossem consideradas as diferenças de tratamento em relação às questões raciais, tornou-se um momento mais *passional* quando representantes negros assumiram o protagonismo no microfone para tratar de suas demandas (Figura, 36).



Figura 36: Aquarela. Protagonismo negro na Audiência Pública. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.

O que eu percebia era que as pessoas da audiência buscavam convencer a administração de que a proposta não lhes agradava, diante da importância que aqueles eventos haviam assumido em suas vidas. A intenção era alterar o panorama que se desenhava, algo que lhes tocava profundamente, algo de suas vidas, de suas rotinas, que seria alterado por vontades alheias aos seus “poderes de transformação”. Um promotor dos eventos continuava dizendo que a mudança parecia “[...] discriminar a gente negra, a gente pobre. Peço que não nos tire dali [...]” (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017). Esse depoimento causou emoção, me pareceu. Uma espécie de ‘euforia’. Essa colocação acirrou as disputas de narrativas, pois a partir daí os depoimentos que declaravam a importância das comunidades negras no Mercado, se intensificaram. Dessa forma, o aspecto da discordância entre os pontos de vista expostos pelo gestor e aqueles vindos da plateia fazia da negociação o elemento de união do grande grupo e o conflito era o componente construtor de sentido.

Ao efeito da cidadinidade conduziu-me refletir que no momento em que a situação se coloca num conflito sobre o uso do espaço, os grupos em situação de condicionalidade às determinações do poder público, encontram meios de defender o que entendem por seus direitos. Na audiência, era a presença física dos grupos

naquele espaço, e a reivindicação, no sentido de requerer o uso do lugar de acordo com seus interesses. Aquilo que por eles foi assumido como patrimônio deixa, na prática, de “pertencer” somente ao Estado, e é compartilhado e reivindicado pela intriga (divergência), proposta por Ricoeur (1998).

Evidentemente que a narrativa evocada pelo espaço Mercado, carregado de significados compostos pelas narrativas oficiais, era uma das razões que alimentavam o discurso de alteração dos eventos. O MP era usado como ferramenta de manobra social. Nas relações, tempo-espaço, materialidade e subjetividade, arquitetura e práticas de habitar, a busca pela satisfação parece fazer crer que em algum ponto o “poder emana do povo”. Restava saber como esse poder se converteria em termos de dinâmicas de negociação. Não fosse uma crença, ainda que inconsciente, nesse pensamento, não acreditaria que aquelas pessoas estivessem presentes, transformando todo o espaço em tribuna. O microfone transitando pelo espaço era uma extensão da bancada. O gestor público parecia usar frases prontas, e expressões como “nosso Mercado”, não no sentido do diálogo, da troca, mas no sentido de informar que as determinações deveriam ser acatadas pelas pessoas. Para ele parecia se tratar de uma palestra. No entanto, as pessoas ali presentes se entregaram ao jogo, expondo seus pontos de vista, articulando espaço, patrimônio, os mesmos dispositivos utilizados pelo poder público como justificativa e ferramenta de “silenciamento”. As regras do jogo impunham a discordância.

Aproximou-se, da tribuna, um *rapper*, negro, jovem, artista cuja chegada foi marcada por aplausos e cumprimentos que distribuía pelo caminho. Muito sério e saudando a todos os presentes, se apresentou como “[...] um *rapper* que vende seus trabalhos no Mercado [...]” (Rapper, EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017). Ele dizia que, logo no começo, muitos o confundiam com “[...] mendigo, pedinte ou morador de rua [...]” (*ibidem*, 2017), mas ele estava trabalhando e, logo, as pessoas foram percebendo isso. Este era muito carismático. Tive a oportunidade de conversar com ele quando ainda nem sabia qual seria meu foco na pesquisa. Foi abordada tão gentilmente que a sensação era a de que eu o havia procurado em busca de algum produto, senti vontade de comprar o seu trabalho, o que deixou muito frustrada em não poder adquirir.

Ali, ele se colocou como porta-voz de outros tantos artistas que como ele, tem no Mercado o seu palco. Ele expusera que a mudança iria impactar, negativamente,

em aproximadamente 75% do seu orçamento mensal familiar. Ele dizia já ter sido prejudicado por ser tratado como “pedinte” por alguns permissionários, que não apoiaram o seu trabalho. E, também, agradecia a ajuda que havia recebido de permissionários do Pátio 4 por tê-lo apoiado para que mudasse esse panorama. Ele dizia que “[...] a demanda cultural de Pelotas é tão grande que tinha que ter uns cinco Mercados Públicos para atender [...]” (*ibidem*, 2017). Ele se dirigia para o Secretário ao expor sua opinião, apontando com o indicador, ao gestor, enquanto dizia que aquela medida proposta tinha, a seu ver, um caráter evidentemente “racista”, excludente, principalmente em se tratando da “[...] Sexta Black, que é som de negão [...] respeite e ajude a liberdade [...]” (*ibidem*, 2017). Para ele, não somente os eventos deveriam ser mantidos no Pátio 4, mas deveriam ser criados outros eventos para todos os outros pátios internos.

As pessoas presentes permaneciam excitadas com o teor das colocações que eram feitas. Ao mesmo tempo em que pareciam representadas, eu notava que não se sentiam ouvidas de verdade. Havia uma grande descrença das pessoas que, em tom baixo, comentavam que “[...] eles são racistas, não querem negros no Mercado, não adianta falar porque não vão nos ouvir [...]” (Extraído do Diário de Campo, 2017), seguidos de alguns xingamentos. Era um momento delicado, a tensão estava no ar. E eu não conseguia me furtar ao sentimento de que diante das expressões impassíveis dos gestores na tribuna, tudo não passava de uma troca “infrutífera” de pontos de vista. Não sabia bem explicar se era um momento de suspensão das decisões ou se mantinham o reforço das posições entre “comandante e comandado, dominador e dominado” porque, no final das contas, havia um caráter de insatisfação de ambas as partes.

Novamente se alternaram os interlocutores e a obra de Klécio Santos (2014) foi usada como fundamento argumentativo para afirmar a presença negra no Mercado. Essa é uma publicação comercializada na loja de *souvenires* que apresenta 165 anos do MP em seu contexto com a construção da cidade e sua conexão com o *centro histórico*. Ainda é possível destacar da obra referências que centralizam o Mercado Público, assunto que será tratado no próximo capítulo. Um homem negro, baixo, aparentando 50 anos de idade, antigo conhecido no cenário político, citava o artigo n.11 do decreto de criação do Mercado no qual estaria expressa a proibição da participação de negros no MP, proibindo também as manifestações culturais negras durante sua história. Ele dizia que “[...] já é uma

disputa histórica [...]”(*ibidem*, 2017) e que o MP era, durante toda a história, um local de encontro para apreciadores de shows e artistas vindos de muitas partes. Mais uma vez são enfatizados que os eventos do Mercado são promovidos por iniciativas populares, e que não haveria participação significativa do poder público, apenas para troca de local. Para esse senhor, as “[...] as coisas constituídas a partir da vontade popular, a administração pública tem que apoiar, diferente do que tem acontecido[...]”(*ibidem*, 2017). Outro representante falou em nome do evento *Sexta Black*, e considerou que a troca parecia uma tentativa de acabar com os eventos por causa da presença dos grupos de pessoas negras que vinham dos bairros da cidade e que não representavam “[...] gente de olho azul [...]” (*ibidem*, 2017). Por isso, para ele, o planejamento era a criação de um Mercado que fosse “[...] cartão postal [...]” (*ibidem*, 2017). Ao finalizar sua participação, manifestou-se em contrário a alteração, “[...] o que está acontecendo no Mercado é racismo, é isso que eu vejo [...]”(*ibidem*, 2017).

Na tribuna, assumiu posição mais uma das pessoas que integrava “a plateia”, que se apresentou como “[...] radialista, mulher negra da periferia [...]” (Radialista, EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017). Para ela, o Mercado desempenha na cidade um “papel popular” onde os eventos “[...] não tem o apoio da gestão pública [...]”(*ibidem*, 2017). Ela percebe que em parte, a alteração diz respeito às manifestações culturais, historicamente

[...] marginalizadas [...] que por muitas vezes é vista apenas como lazer. Nossa posição como militantes da cultura, é que cultura é muito mais do que isso. **Que cultura é transformação social, [...] que cultura é uma maneira de expressão social, popular [...] nós que estamos tendo nos últimos tempos o Mercado realmente dando voz a essas pessoas. O Mercado está mais preto nesses últimos tempos e sabemos que esse projeto acaba sendo um projeto *sim* racista, acaba sendo um projeto de segregação. É um projeto histórico que mostra muito dessa cidade que foi construída por mão de obra escrava [...]** (Radialista, TRANSCRIÇÃO DIRETA, TV CÂMARA, AUDIÊNCIA PÚBLICA, 2017, grifos meus).

Segundo ela, portanto, a troca dos eventos no Mercado era uma espécie de “higienização cultural” e que é preciso entender que, não só a comida ali comercializada é o que alimenta o frequentador do Mercado, mas que as pessoas vão ali “[...] alimentar-se de cultura, o Mercado que tá sendo mais privatizado do que público” (*ibidem*, 2017).

É importante, portanto, repensar algumas questões abordadas no capítulo anterior, onde as narrativas oficiais sobre a construção da cidade, do ponto de vista histórico, dos charqueadores e do poder político da época, se mostra parcial. É percebida como uma escolha *incômoda* pelos grupos presentes na audiência, pois acabam incorrendo, constantemente, aos apagamentos das contribuições negras para as culturas em Pelotas. Os pontos levantados pelos manifestantes populares no encontro exigem o diálogo e o reposicionamento das abordagens da gestão, para pensar a “promoção” do patrimônio cultural no município. Nessas manifestações populares o caráter heterogêneo (co)habita a cidade, e também é meio de reflexão e remanejamento das práticas adotadas nos projetos públicos.

Assim, ao atentar para outras formas de se narrar o patrimônio, é possível perceber que não há, necessariamente, a passividade ou submissão na relação estabelecida entre o poder público e os cidadãos, mas mostra que nessas situações oficiais de debates, aparecem pontos de vista distintos que definem que grupos são esses. Delineiam as estruturas de poder, assim como é oportunidade dos grupos se colocarem como protagonistas de suas próprias falas. Nesse caso, os gestores públicos não falavam em nome do coletivo, mas se escoram na narrativa oficial para justificar as transformações impostas, ou seja, em nome de uma ordenação urbana que colocava as pessoas participantes dos eventos musicais do “lado de trás” do Mercado. Ou seja, prevê um obscurecimento de suas presenças. Restava aguardar para saber o quanto o poder público estava aberto ao diálogo, a ouvir “o poder que emanava” dos grupos. A narrativa exposta pela interlocutora destaca o processo de reflexão feito pelos grupos negros no tocante às narrativas oficiais, ampliando o conceito do que ela considera cultura. Em sua fala, o patrimônio cultural, significa transformação social pois existem diferentes formas de utilizar os espaços públicos de patrimônio.

Algumas manifestações trataram do tema da infraestrutura. Para uma permissionária, era necessário que fosse feita a instalação de um gerador de luz para dar conta do consumo de energia, diminuindo a quantidade de falhas no abastecimento. Ela não se dizia a favor ou contra o projeto de troca dos eventos culturais, essa não parecia ser uma questão importante para ela. Enquanto para outros, frequentadores que se diziam contrários ao que determinava o projeto apresentado, os encontros festivos em espaço público permitiam a apreciação de

eventos culturais gratuitos, e que tendo sido criados (os eventos) para o Pátio 4, eles deveriam permanecer lá.

Houve também um permissionário que se estabelecera no Mercado havia poucos meses. Ele declarava que a razão de ter licitado uma banca no Mercado era motivada pelo fato de os eventos resultariam em maior movimento para seu estabelecimento, com isso, mais possibilidade de trabalho. Ele questionou o projeto: “[...] acho que o Mercado é Público, não é? Quando licitei, eu licitei em cima desses eventos, porque é um diferencial [...]” (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017). Para ele, estar no Mercado era uma motivação nascida por causa dos eventos, pois antes de licitar uma banca, ele era mais um frequentador daqueles eventos, com a família, e não precisava pagar nada para se divertir no Mercado.

Outro permissionário, cuja banca seria diretamente impactada pela troca, dizia que não era necessário que os eventos fossem alterados de local, mas que deveriam ser realizados mais eventos em todo o Mercado, incluindo atividades no Pátio 1. Para ele, a multiplicação dos eventos seria benéfica para os permissionários e também para os frequentadores. O senhor de aproximadamente 70 anos considerava que os eventos causam grande retorno econômico para as bancas e reivindica alguns para o local onde gerencia a sua loja. Para ele, o portão de acesso pela rua Tiradentes não precisaria ser fechado. A permanência dos eventos no Pátio 4 não era um problema, o que lhe seria interessante seria novas oportunidades de eventos.

As falas são eficazes em mostrar que quando o poder público menciona os permissionários, não são referidos todos eles, mas somente alguns, que teriam seus negócios diretamente impactados pelos eventos musicais. Nesta etapa a audiência já se encaminhava para o fim, sendo estas as últimas falas, que foram mais curtas em função da necessidade de resposta dos gestores que, calados, ouviam as demandas do público no plenário.

Entre aplausos e gritos de “[...] não muda! não muda! [...]” (Extraído do Diário de Campo, 2017), eu percebia, ouvia, sentia que aquela situação havia gerado um clima de ansiedade quanto ao retorno dos gestores, em resposta aos manifestos na tribuna e na plateia. Comentários aconteciam a todo o momento, como que a lembrar, ou dar dicas aos que estavam ao microfone. As pessoas defendiam suas posições como “usuárias” do Mercado e expunham a afetividade pelo local, e não gostariam de se sentirem *expulsas* dali por uma decisão superior que não lhes

contemplava ou assistia. Houve um momento de silêncio inquietante. De minha parte, aquele momento de falas “mudas” era muito esclarecedor.

Era a vez de escutarmos as respostas dos gestores, que contemplavam as duas Secretarias de governo, e as contribuições dos vereadores. Aos comentários que traduziam a troca como uma ação de cunho “racista” afluíram manifestações contrárias da plateia, sendo uma dessas falas emitidas por um dos responsáveis pela realização da “Sexta Black”, que chegou a ser entendido como ofensa pessoal: “[...] me senti pessoalmente ofendido [...] eu não sou racista [...]” (Gestor, Extraído do Diário de Campo, 2017), dizia o gestor a respeito da colocação popular. Poderia pensar, com isso, que havia um caráter unilateral na decisão, e uma crença pessoal do gestor de que as decisões do projeto estavam de acordo com as necessidades da maioria frequentadora do Mercado. O que eu (nem ninguém naquela sala) poderia afirmar.

Posteriormente, foi solicitada fala do manifestante da plateia, em resposta ao gestor, onde ele explicou não ser uma acusação a qualquer pessoa que estivesse presente. Mas que a consequência da ação, que incidia principalmente sobre grupos de maioria negra, era entendida como uma política racista, que necessitava ser revista.

Apesar das explicações, não foram ouvidas as solicitações de se voltar atrás no projeto. Nesse sentido, deveriam além de serem trocados os eventos para o Pátio 1, imediatamente, estes teriam de “ser regrados”. Outro agente público pediu a fala, e em breves palavras dizia que as manifestações culturais sempre foram apoiadas pela gestão:

[...] então foi uma das coisas que nós chegamos a um consenso, que não tiraria de forma alguma os eventos dos pátios. Vai ter esse “praticável”, [...]. O que a gente vai tentar fazer? É regrar. [...] o horário está estipulado... vamos ter que respeitar o horário, também (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

O praticável ao qual o gestor se referia, era uma espécie de palco, um tablado de madeira que ficava disponível para uso dos eventos, com a troca ele seria reacomodado no Pátio 1 e, nos demais pátios, haveria espaços menores para eventos menores. A troca era motivada pelas queixas de outros permissionários sobre o som alto, excesso de movimentação nos banheiros, fatos que não haviam sido declarados na abertura da sessão. Um dos vereadores presentes se referiu ao gestor que deu início as explicações, e se dizia de acordo com o projeto. Ele

mencionou que o projeto de *requalificação* do Mercado Público havia ‘salvado’ o lugar que estava “atirado, destruído, sem ocupação sem manifestação cultural, sem nada, caindo aos pedaços [...] conseguimos resgatar o nosso Mercado Público que é uma solicitação, enfim, um desejo da comunidade [...]” (Vereador, Extraído do Diário de Campo, 2017) e que o grande desafio após a *requalificação* teria sido o de “[...] povoar o Mercado Público [...]” (*ibidem*, 2017).

Nesse sentido, seguia-se uma série de narrativas que colocavam a obrigatoriedade da ocupação ordenada, regrada, do espaço público através de sistemas de regras impostos pelas normas administrativas do poder legal (ou legalizado). Desse modo, as manifestações públicas deveriam, mais uma vez, adequarem-se aos projetos impostos.

Com a intervenção de outro vereador, em busca de “[...] negociação entre as partes [...]” (*ibidem*, 2017), sugeriu um período de teste de 60 a 90 dias, nos quais os eventos seriam trocados para que fossem *sentidos e pensados* enquanto viáveis. E posteriormente, poderiam ser convocadas novas audiências públicas que tratariam dos ajustes que, porventura, viessem a surgir no decorrer das atividades culturais dentro dos pátios do Mercado. Houve também apelos de vereadores que solicitavam que as demandas das pessoas ali presentes fossem ouvidas, pois elas que viviam o cotidiano do Mercado. Estes vereadores trouxeram dados sobre os aspectos predominantes da população residente em Pelotas, como “maiorias negras e pobres que habitavam bairros marginais ao centro” e que, portanto, quaisquer iniciativas de alteração nos eventos poderiam ser vistas como racistas ou excludentes. Ou ainda, que elitizariam os usos do Mercado Público.

Porém essas declarações não surtiram efeito contrário à implementação do projeto de mudança apresentado. Repetiram-se os apelos do público para a não alteração: “[...] Não muda! Não muda! Não muda! [...]” (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017). O clima de encerramento da audiência era notadamente o da frustração. E as consequências dessas negociações somente poderiam ser sentidas durante o passar do tempo, e das relações estabelecidas entre as pessoas nas dinâmicas do Mercado.

Dessa experiência, ficava evidente para mim que os eventos de sábado, o samba, e de sexta feira, com a “Sexta Black” tinham um forte apelo e grande impacto nas decisões e posturas adotadas pelos setores da administração pública municipal responsável pelo Mercado. A característica que se aplicava aos eventos

mais citados na audiência é a de que os encontros tinham, em comum, a construção e consolidação a partir das manifestações populares. Isso fazia com que fosse necessário compreender mais profundamente como se dariam essas relações com a efetiva troca de pátios. Uma vez que foram pensados, aplicados, construídos e consolidados no Pátio 4 do MP.

Seguindo os rastros teóricos deixados por Gluckmann (1987) em sua experiência na Zululândia moderna, a organização dessa situação social demonstrou a união de um grupo em prol da negociação de interesses comuns. Conquanto, essa união demonstrava a separação do grupo em debate, em pelo menos dois grupos, separados para efeito “didático” entre a ‘comunidade do Mercado’ – composta por frequentadores, permissionários, trabalhadores, promotores culturais, etc.- e o ‘poder público’, sendo este último dominante. Importante salientar que nenhum dos permissionários presentes alegou ser negativamente impactado pelos eventos no Pátio 4, sendo favoráveis à manutenção ou reivindicavam algum tipo de evento nos pátios onde mantinham suas bancas. Ainda havia os que eram indiferentes aos eventos. Este poder da administração fica evidente pois mesmo a tentativa de ‘contemporizar’ as negociações, foi proveniente de um agente do governo. No entanto, ainda que tenha sido denominado como um período de ‘teste’, realizou-se a troca dos eventos do Pátio 4 para o Pátio 1. O desagrado gerado pela troca era quase palpável, tendo sido motivo de alguns depoimentos posteriores, do governo municipal.

Fez-se importante que eu intensificasse, a partir daí, as minhas observações aos desdobramentos gerados pela movimentação dos eventos no interior do Mercado, como forma de compreender o que essa transformação ocasionaria nas dinâmicas sociais dos grupos promotores e frequentadores dos eventos. Concentrei esforços na minha participação das edições do evento “Sexta Black”, porque era evidente o destaque das falas dos participantes do debate, a esta manifestação. Este era o mais recente dos eventos, que teve início no inverno de 2016 e se mostrou importante pelo caráter de resistência desses grupos em usufruir do espaço patrimonial cultural das comunidades. Algo que ficou destacado com a audiência pública do início de 2017. E, também, me motivava a tentar entender que estrutura permeava esse evento, quais os grupos que faziam parte desta rede de relações. Daí a necessidade de ter retornado a esta situação específica do campo.

2.2 Mas o que é uma corrida de comitê? - A Sexta Black

“O que eu estava dizendo”, retomou o Dodo em um tom ofendido, “é que a melhor coisa para nós secarmos seria uma corrida de comitê.” “O que é uma corrida de comitê”, perguntou Alice. “Bem”, disse o Dodo, “a melhor forma de explicar isso é fazendo.” [...] Não houve o tradicional “Um, dois, três e já! Mas todos começaram a correr quando queriam e paravam quando queriam, daí não era fácil saber quando a corrida terminava. Entretanto, quando eles já estavam correndo há mais ou menos meia-hora, e já estavam quase secos, o Dodo repentinamente gritou: “A corrida está acabada”. [...] Mas quem ganhou? [...] Essa pergunta o Dodo não poderia responder sem pensar muito [...] “Todos ganharam, e todos devem ganhar prêmios. [...].

(Lewis Carrol, Alice no País das Maravilhas, 2002, p. 26)

De acordo com as colaborações encontradas nas pesquisas de Magnani (2002; 2009) e De Certeau (1998) a antropologia feita na/da cidade parte, inexoravelmente, de uma condição de transformação contínua dos modos e meios de vida dos diferentes grupos. Isto porque são consideradas as ressignificações das relações entre as pessoas com o ambiente com os quais compartilham diferentes experiências.

Dessa forma, ele parte da premissa, compartilhada aqui, de que a cidade extrapola a condição de um cenário ou mesmo de *paisagem à espera* do sabor do tempo e de suas intempéries. Ela é, sim, produzida pelos significados dados a partir das práticas dos cidadãos nos espaços urbanos (RICOEUR, 1993). Resulta das escolhas, intervenções, decisões que partem dos diferentes atores sociais imbricados cotidianamente no ato de “fazer a cidade” (MAGNANI, 2009. p.132). Esses interesses são negociados pelas diferentes de pontos de vista do poder público, dos investidores, dos grupos e comunidades que, relacionados por uma série de motivações, imprimem no espaço e no tempo o produto de suas escolhas. Nesse sentido o autor menciona que a cidade está em processo, pois são:

[...] modificações impostas [...] em sua complexa rede de interações, trocas e conflitos. Esse resultado, [...] constitui, por sua vez, um repertório de possibilidades que, ou compõem o leque para novos arranjos ou, ao contrário, surgem como obstáculos (2009, p. 132).

Dessa forma, o caráter da criatividade dos atores sociais nos (re)ajustes das relações que transformam a cidade, pelos usos que fazem dela - tais como decisões políticas, religiosidades manifestas, lazer, etc.-, podem criar o que De Certeau (1998), chama de totalidades. Ou seja, uma espécie de delimitação dos grupos por afinidades de manifestações culturais, identificação simbólica, interesses, laços de amizade ou parentesco. Ainda, que por Gluckmann (1987), as referidas separações entre os grupos também sejam importantes para a compreensão das situações sociais as quais os diversos atores imprimem seus interesses e expõem suas diferenças, as distinções de interesses também conferem unidade entre os grupos em negociação, assim como as fronteiras entre cada um desses coletivos.

Desse modo, é imprescindível considerar que os lugares públicos permitem (ou necessitam) que diferentes grupos articulem variadas formas de expressão dos seus modos de habitar para a construção da cidade plural. Por isto, nesta etapa direciono o foco aos grupos de pessoas moradoras de bairros periféricos ao centro de Pelotas, ou como o autor se refere, às “classes populares” (MAGNANI, 2002, p. 23) e suas formas de lazer no MP. Sem desconsiderar a participação de indivíduos “indistinguíveis” mantendo o caráter plural da festa, contemplado a partir da categoria da “*mancha*” proposta por Magnani (2002, p. 20). A relação desses grupos destacados pela presença na festa sugere essa categoria como meio de compreender o que o autor define como sendo

[...] delineada pelos equipamentos que se complementam ou competem entre si no oferecimento de determinado bem ou serviço – apresenta uma relação mais estável com o espaço e é mais visível na paisagem: é reconhecida e frequentada por um círculo mais amplo de usuários. (MAGNANI, 2002 p. 24).

Considerando as dinâmicas sociais como estratégias de negociação para a construção dessas realidades, Magnani (2002) comenta que ainda que pareçam contraditórias algumas decisões no âmbito da política, são realizadas articulações entre o poder público e os interesses populares. Ele diz que são atividades combinatórias, pois, muitas vezes, representantes das comunidades se articulam com agentes públicos, e essa parceria permite que sejam resolvidos impasses ocasionados por interesses divergentes, entre aquilo pretendido pela administração pública e aquilo que é reivindicado pelos grupos.

A necessidade de negociação constante para a manutenção da festa “Sexta Black” - que conforme dito anteriormente, foi removida do Pátio 4, para o Pátio 1 do

MP, em março de 2017 - mantém a característica dos jogos de poder (jogos de força) entre o administrativo local e a ‘comunidade do Mercado’ (MAGNANI, 2002). Essas questões foram evidenciadas pelas decisões políticas de alteração do evento – que antecederam a audiência pública-; pela manutenção da festa no MP e reivindicação dos interesses dos praticantes; pelos comportamentos dos organizadores e frequentadores depois da transferência de local e; pelas formas com as quais essas relações se ressignificaram no Mercado da cidade.

2.2.1 O conselho da Lagarta: A criação da Sexta Black

“Volte!” chamou a Lagarta. “Tenho uma coisa importante para dizer!”

Isso parecia promissor, sem dúvida; Alice se virou e voltou.

“Controle-se”, disse a Lagarta.

“Isso é tudo?” quis saber Alice, engolindo a raiva o melhor que podia.

“Não”, respondeu a Lagarta.

Alice pensou que podia muito bem esperar, já que não tinha mais nada a fazer e talvez, afinal, ela dissesse alguma coisa que valesse a pena ouvir.

(Lewis Carrol, Alice no País das Maravilhas, 2002, p. 38-39)

Em meados do ano de 2016, num entardecer, alguns frequentadores conversavam em uma das bancas e surgiu uma ideia que Dejota compartilhou comigo para que eu entendesse o que é a “Sexta Black”. Ele se diz o responsável pela criação da festa e julgou necessário explicar como tudo começou.

Eu vim aqui um dia e um amigo meu disse ‘Bah! Negão, faltava um charme aqui’. O problema é o povo pensar que negão só gosta de samba! Então, ali na banca [...] na outra semana eu trouxe o meu notebook pra dentro da banca, sem som, só o do note, sem nada... Fui só passando as músicas e tal (Dejota, EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

Aproximadamente cinco semanas depois das primeiras manifestações com um som

[...] que era baixinho, num ‘notebookzinho’, faltou espaço dentro da banca. Era aquela ali, aí a gente foi pro pátio, aqui o Pátio 4... E foi juntando gente, juntando gente, daí foi assim... umas três, quatro semanas depois. Daí foi aglomerando. Na quinta semana não deu mais pra ficar ali dentro. Hoje é isso aí que tu tá vendo, todo mundo se conhece e vem aqui pra curtir um

som que não só o pagode, é *charmê!* (Dejota, EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

A festa ocorria em clima de descontração, todas as semanas, às sextas-feiras começando por volta das 20h30min. O Pátio 4 era ocupado por muitas mesas e cadeiras que davam suporte aos trabalhos realizados nas cinco bancas que ficavam em volta. Encostado ao canto do pátio ficava um praticável, espécie de tablado de madeira, pintado de preto, que era utilizado nos dias de eventos.

Dejota seguia dizendo que criar aquela festa “[...] foi uma luta desde o começo, aquela banca ali, pra ela só o samba tava bom. Aquela outra também, tava bom só o Mercado Samba-Clube, o namorado dela toca ali. Aquela outra ali só abriu por causa da gente [...]” (*ibidem*, 2017). Segundo ele, as bancas ao redor convivem e se articulam com a “Sexta Black”, mas somente uma banca era apoiadora do evento, que foi onde a ideia surgiu.

Nas primeiras edições, pelo menos duas bancas se destacavam por permanecerem fechadas, ou parcialmente fechadas, em dias de evento no pátio. Em anotação do diário de campo, ainda em setembro de 2016, registrei o seguinte comentário feito por uma frequentadora dos eventos, principalmente dos sambas: “[...] é bem interessante que o público dos eventos aqui são diferentes, [...] o público da *Sexta Black* e daquela banca ali, não mistura” (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2016).

Comecei a notar que, geralmente, quando eu andava pelo Pátio 4, em horários e dias alternativos aos eventos, as portas das bancas estavam abertas. Incluindo nos sábados, à noite, quando muitas pessoas se aglomeravam naquele lugar para apreciar as apresentações de sambas do “Samba do Mercado”. No entanto, às sextas-feiras as portas de vidro de uma das bancas eram completamente fechadas e as mesas eram ocupadas somente no interior da banca. Com o tempo, começaram a ser empilhados engradados de cerveja que ficavam encostados nas portas, pelo lado de dentro.

Com o passar das edições, já no verão que iniciara de fato ao final de novembro, aos sábados, essas mesmas portas que ficavam semi-abertas, começaram a ser fechadas, como acontecia nas edições da “Sexta Black”. Assim, o acesso ao restaurante somente poderia ser feito pelo lado externo. Essa banca era a única com entradas interligadas por portas de acesso tanto pelo lado de fora do MP, quanto pelo lado de dentro, no pátio. Por se situar em um dos torreões, o espaço da

banca era privilegiado pela sua concepção espacial, e as mesas podiam ser dispostas no Pátio 4, na área externa do Mercado (no largo) no segundo andar da torre. O terraço era muito usado nas noites quentes de verão. O público aparentava ser de poder aquisitivo elevado, mas não era raro ver amigos de classe média, ou mesmo aqueles que se consideravam menos favorecidos economicamente, sentados àquelas mesas. Algumas vezes me foi dito que costumavam frequentar o lugar “[...] somente em época de pagamento ou quando a empresa paga a conta [...]”(EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017). A realização da festa no Pátio 4 não era uma decisão que agradava a todos os permissionários ao redor, diretamente relacionados com o aumento de público, algumas barreiras acabavam sendo impostas, o que delimitava tanto o espaço da festa e seu público, quanto as intenções propostas pela banca, ou seja, a movimentação por ocasião da aglomeração de pessoas na “Sexta Black” era encarada como um incômodo amenizado pelas portas cerradas.

As demais bancas mantinham serviços distintos no ramo da gastronomia. Na área de doces e lanches havia uma doceria. Bebidas e petiscos eram servidos por duas outras bancas, uma delas especializada em salames, queijos e vinhos que havia incorporado produtos de antiga banca vizinha, que havia sido fechada, pois “[...] os clientes chegavam e pediam informações sobre os vinhos do ex-vizinho [...]” (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017) e a permissionária aproveitou a demanda.

No local, após algumas edições das festas, uma nova licitação havia permitido a implantação de uma banca de lanches, cafés, sucos, bebidas em geral, que a preços mais razoáveis se comparado ao restaurante citado anteriormente, também serve refeições no almoço. Um prato com arroz, feijão, ovos fritos, bife e saladas, poderia ser consumido por menos de R\$ 15,00. Com isso, eu percebia que havia um fluxo constante de frequentadores da festa naquela banca, mesmo em outros dias e horários da semana. Pois já eram clientes dali e iam ao local no intervalo de expediente de trabalho, mas principalmente nos finais de tarde. A banca rapidamente se configurava como um ponto de encontro e manutenção dos laços que iam sendo criados a partir dos encontros semanais proporcionados pelos eventos.

Destaco um fragmento do diário de campo para esclarecer essas relações:

Baiana, por exemplo, está sempre ali. Ela trabalha em uma banca de artesanatos no calçadão comercial da cidade, numa área destinada aos artesãos, depois da retirada de um camelódromo improvisado que se instalara no local, após a retirada dos vendedores ambulantes das calçadas do Mercado Público, ainda na década de 1990. Baiana frequenta todas as bancas do Mercado que tem agenda musical, antes que os eventos do pátio comecem. Ela chega por volta das 17h e 30min, deixa bolsa próxima ao artista, pede uma cerveja e dança flertando com todos os presentes. Geralmente, para fazer poses para as fotos, ela coloca o copo com a cerveja na cabeça e continua a dança. Próximo ao horário da música começar no Pátio 4, ela se dirige para lá, e na banca que abriu em função dos eventos, ela segue o mesmo ritual, no entanto, se incorpora a um grupo de amigos. Raras vezes eu consigo ver Baiana sentada, pois por mais que estivessem fazendo passagem de som, ela já estava dançando, ou conversando (em pé) com os amigos. Todos tinham uma história a contar sobre ela. Fosse sobre sua inusitada dança com o copo na cabeça, fosse sobre a vida sofrida que não apagava o seu sorriso. O adjetivo mais usado para descrevê-la parece até combinado “Ela é sensacional”. Baiana dizia-me: “Eu sou dona do Mercado” (EXTRAÍDO DO CAMPO, 2017).

Nos dias de evento, camisetas da “Sexta Black”, são usadas pelos permissionários e funcionários destacando mais um elemento de ligação e identificação dos permissionários com a Sexta. Próximo as bancas do Pátio 4 estão situados os banheiros do Mercado, elemento destacado por alguns frequentadores como importante para dar suporte a festa, dessa maneira não haveria a necessidade de maiores deslocamentos. Eles ficam localizados ao lado das portas de acesso, pela rua XV de Novembro.

Para melhor compreensão, as imagens propostas como narrativas imagéticas do espaço localizam as dinâmicas de circulação e permanência dos frequentadores no Mercado Público em uma sexta-feira por volta das 19h (Figura 37).



Figura 37: Fotografia do Pátio 4, movimentação de frequentadores durante a montagem do evento. Fonte: GARCIA, 2018.

Essa festa é estruturalmente organizada a cada novo evento. Os responsáveis pela organização chegavam ao Mercado no final da tarde, quando gradativamente as mesas eram recolhidas e iniciava-se a montagem dos equipamentos sonoros. Estes eram dispostos sobre um praticável, uma espécie de tablado em madeira, pintado de preto, com mais ou menos trinta centímetros de altura em relação ao solo. Os equipamentos ficavam próximos às duas paredes que delimitavam o pátio como uma espécie de palco acomodando caixas de som, *notebooks*, jogos de luzes coloridas que, enquanto havia luminosidade solar, ficam desligadas. Mantinham-se livre as áreas de circulação circulação em frente às bancas. Ali, se reuniam algumas pessoas enquanto outras apenas passavam, se movimentando ao som das músicas que ecoavam no ar. Era comum que um grupo pequeno de amigos auxiliasse Dejota e na montagem, ajustes e na passagem de som.

Dejota, como o responsável pelo evento, é o *dj*. titular e o primeiro a se apresentar em cada nova edição da festa. Ele sempre abre o evento, anunciando no microfone o início e chamando as pessoas para que ocupem o centro do pátio e se divirtam ao som do “*charme*”. Além desse estilo musical, outros também são tocados e bastante apreciados pelos frequentadores. Durante a noite, *pop-rock*, *funk* americano, *soul*, se revezam na *playlist*, predominada por artistas negros americanos das décadas de 1970 e 80, mas sem descartar músicas mais contemporâneas, a depender do estilo dos *dj*'s.

Uma marca forte nesta festa é a maioria negra de seus frequentadores, muito embora não seja um evento exclusivo para esse público, pois há pessoas brancas que o frequentam “[...] aqui é isso aqui que tu tá vendo, não tem só negro, só branco, só jovem, aqui tem de tudo, basta gostar e vir [...]”, dizia Dejota (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017). Contudo, é inegável que há um evidente caráter de afirmação das raízes negras na forma como dançam, nas características de vestuário, penteados e cortes de cabelo, que remetem ao universo da música negra americana e das culturas afro-brasileiras. Esses e outros elementos permitem compreender que há uma particularidade que define a festa nas palavras de Dejota como uma “[...] festa que rola nos bairros, agora no centro da cidade [...]”, (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017). Segundo o promotor, esse tipo de festa não é realizado pelas boates da cidade, somente sendo possível apreciá-la em

alguns encontros que muito recentemente começam a sair dos bairros para as ruas da cidade. Ele cita o evento “Charme de Rua”, como exemplo de som dos bairros. Dessa forma, a fala do interlocutor coloca o *centro histórico* na rota de um “*trajeto*” construído pelas pessoas que residem nos bairros da cidade e frequentam o evento semanalmente. A categoria de *trajetos* é definida por José Cantor Magnani como

fluxos recorrentes no espaço mais abrangente da cidade e no interior das manchas urbanas. É a extensão e, principalmente, a diversidade do espaço urbano para além do bairro que colocam a necessidade de deslocamentos por regiões distantes e não contíguas: esta é uma primeira aplicação da categoria: na paisagem mais ampla e diversificada da cidade, *trajetos* ligam equipamentos, pontos, *manchas*, complementares ou alternativos (MAGNANI, 2002, p. 23).

Essa categoria também mostra que pelos fluxos das pessoas residentes nos bairros, em espaços reconhecidos da paisagem urbana, atores sociais de localidades diferentes participam do evento sem que haja conflito entre esses e os idealizadores, nesse caso o símbolo patrimonial acionado pela representatividade é o prédio do MP. Por conta da identificação, o fato de ser uma festa que remete as formas de socialização “no bairro”, caracteriza uma espécie de vizinhança heterogênea convivendo em relativa harmonia. A “relatividade” nesses encontros é importante elemento, pois no interior das relações mais diretas, como no caso da divergência entre o restaurante e os frequentadores, pairava uma aura de animosidade permanente.

Com a ajuda de outros *dj's* que se revezam durante a noite, também eram convidados outros músicos da cidade ou região que eram apresentados ao público, sempre aplaudidos. Era usual que durante os eventos os *dj's* fossem cumprimentados pelos recém-chegados, que iam acompanhados de suas famílias e amigos. As crianças ficavam particularmente atraídas pelos equipamentos, principalmente pelos fones de ouvidos de Dejeta que ele sem problemas emprestava para que fossem feitas fotografias. Depois de brincarem um pouco com o equipamento, elas saíam correndo, brincando e dançando entre as pessoas “no salão”.

Nas primeiras etapas de consolidação da festa, os jovens ficavam nos cantos, próximos às bancas, e as pessoas mais velhas ou as com crianças ocupavam a área mais interna do pátio, dançando ou conversando com os amigos, enquanto as crianças corriam e se divertiam com relativa liberdade, pois eram cuidadas por

todos. Ali ficavam mesas de apoio, bancos de praça e todos esses dispositivos do contexto do pátio, que eram usados pelos frequentadores da festa.

Recordo-me que em uma de minhas primeiras experiências em campo, eu ficava intrigada pelo fato de Dejeta fazer o chamamento a que os presentes tomassem conta do espaço para apreciar a música. Era ainda inverno e havia uma banca em especial que era muito movimentada nesse evento, onde as pessoas que frequentavam com mais assiduidade a festa, se dirigiam para comprar cerveja e alguns petiscos que eram acomodados nas mesas compartilhadas por muitas pessoas, que pediam permissão para descansarem seus copos e garrafas de bebidas, depois eu fiquei sabendo que era onde o evento havia surgido. O singelo contato com o olhar de uma pessoa para a outra, já indicava o pedido de “licença” de compartilhamento da mesa, geralmente acordado entre os usuários, que aos poucos interagiam e dançavam juntos no restante da festa. Esses momentos de troca e cooperação entre as pessoas revelavam elementos de conexão em ocasião da disposição que conformava o ambiente. As mesas também serviam para abrigar objetos pessoais cujo cuidado era feito por todos. Mas eu não percebia atitudes de preocupação, como se um sentimento mútuo de segurança se estabelecesse entre as pessoas, como se todos se conhecessem. A música dançante ia contagiando o ambiente até o cair definitivo da noite, as luzes eram acesas e davam o colorido da festa embalada pelos passos ritmados e imitados por vários grupos de amigos de todas as idades, espalhados pelo Pátio 4.

Esse público variava em número e localização. Quando as noites eram muito frias, podia perceber que os grupos eram mais coesos e esparsos, cerca de cinco a dez amigos reuniam-se em cada um dos grupos, e mais próximos às portas das bancas, como que para se abrigarem do gelado frio do sul do país, nos meses de julho à setembro. Em noites mais quentes, havia uma proximidade maior entre as pessoas, que interagiam mais, pareciam mais à vontade. O calor ambiente aquecia as relações sociais.

Em muitas destas ocasiões da festa eu caminhava pelos outros ambientes do Mercado, encontrava pessoas caminhando, assim como eu, pelas ambiências dos demais pátios. Em ordem decrescente, encontrava com algumas pessoas que me eram conhecidas, outras não. No Pátio 2 havia grande quantidade de mesas e cadeiras sob as árvores. A festa não alterava a dinâmica muito suas dinâmicas que continuava sendo um local onde as pessoas se acomodavam às mesas para tomar

café e lanches, conversavam, usavam computadores, etc. (Figura38). Ali há um restaurante de frutos do mar, uma doceria e uma loja de artesanatos de cooperativas da Zona Rural de pescadores da cidade (Z-3).



Figura 38: Desenho do Pátio 2 com ocorrência da Sexta Black no Pátio 4 as dinâmicas não sofrem muitas alterações com relação aos demais dias da semana. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2018.

Logo nas primeiras edições da *Sexta*, no Pátio 3, ainda não havia se instalado um restaurante que viria a ser licitado apenas em meados do ano de 2017, o que fazia deste um espaço de passagem (Figura 39). Mas já contava com um Posto municipal de Informações Turísticas. Ao lado uma banca de vimes, outra de produtos orgânicos e ao lado desta, outra banca com produtos coloniais fabricados por cooperativas de instituições ligadas a órgãos do Estado, como Embrapa e Universidade Federal de Pelotas, entre outras. Todas fechavam as portas às 19h, e o local ficava com a impressão de estar “desabitado”. Segundo interlocutores do Posto, durante o dia, o local era procurado por pessoas que buscavam informações sobre a cidade, tais como localização de bairros, restaurantes ou lojas do centro da cidade, por exemplo. Mas se caracterizava por ser uma área onde “[...] as pessoas sentam e ficam conversando, uns namoram, ou só aguardam o fim do horário de intervalo pra voltarem ao serviço aí no calçadão [...]”, dizia Rogi (Extraído do Diário de Campo, 2017), um dos estagiários do Posto de Informações. Naquele espaço

existiam dois bancos de praça que faziam do local uma área de descanso e contemplação.

Eu continuava minha caminhada. No Pátio 1, que já anunciava a sua proximidade com alguma distância de antecedência, pois está estreitamente relacionado com o setor carnes, onde ficam as peixarias, mesmo do lado externo do MP, o cheiro das carnes era perceptível antes da chegada. De acordo com trabalhadores das duas bancas daquele espaço, havia outras duas bancas em disponibilidade para licitação, e isso era um fator importante que fazia com que aquela fosse uma outra “área de passagem” “[...] como vou acomodar as pessoas aqui? não tem nenhum atrativo aqui [...]”, comentava Seu Erre (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

No entanto, durante o dia, por parte dos trabalhadores do Mercado, são estabelecidas relações de amizade que extrapolam os limites do edifício do Mercado. Não raro, os trabalhadores de lojas fora do MP chegavam para conversar ali, falavam sobre o movimento, faziam troca de dinheiro. Em certa ocasião eu conversava com um permissionário que se viu na necessidade de usar a máquina de cartões que ficava em uma banca em outra área do Mercado, me pediu licença e me deixou sozinha, mesmo depois de dizer que na sua banca não havia monitoramento por câmeras, e eu era sabedora da localização do caixa. Deixou-me só na loja, foi onde precisava retornando alguns minutos depois, enquanto eu me esforçava para manter a mesma posição, afim de não desapontar a confiança depositada com alguma atitude suspeita. Nesse momento, percebi que a confiança, a parceria e a amizade eram as marcas daquele local. O permissionário dizia que havia a necessidade de ocupação daquelas bancas que, até então, eram apenas ocupadas como depósito, ou área de troca de funcionários de vigilância e limpeza das dependências do Mercado: “[...] se trouxerem mais bancas pra essas lojas, com artigos variados, que possam ocupar esse espaço do pátio, pra nós aqui seria ótimo, tenho muitas ideias pra minha banca, mas precisa também um de investimento pra nós daqui [...]” (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017). Eu havia conseguido conversar com ele somente durante o dia, pois à noite, quando os eventos começavam, todas as bancas estavam fechadas, o que me deixava, muitas vezes, apreensiva ao passar por aquele ambiente vazio.

Nas ocasiões de eventos no Pátio 4 do MP, as portas de acesso ao Mercado pelas ruas Andrade Neves, Tiradentes e XV de Novembro eram fechadas, fazendo

com que o fluxo de pessoas fosse ainda mais reduzido nos Pátios 1 e 3, condensando as entradas e saídas pelo acesso da rua Lobo da Costa. A postura foi exposta na audiência pública como medida de segurança. No entanto, a determinação parecia assumir caráter de maior insegurança em caso de acidentes, pois reduzia as áreas de circulação, em necessidade de evacuação imediata apenas uma via de acesso ao interior/exterior do Mercado Público estaria disponível. Dois guardas ficavam em serviço à noite, sendo somente um após as 23h 59min, não havendo alteração alguma em relação aos demais dias da semana. De acordo com um dos seguranças, “[...] o pessoal aí da festa é bem tranquilo, nunca deu briga nenhuma aí, o pessoal só vem dançar aí. A gente só nota que tem coisa diferente porque fica cheio, senão isso daí fica vazio e tem gente só lá na rua [...]” (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017). Essas medidas, tidas como “de segurança”, faziam com que, na prática, o fluxo de ocupação de frequentadores das bancas internas e externas do MP fosse bem mais expressivo pelas ruas XV de Novembro e Lobo da Costa.

Diante do exposto, é preciso perceber que esses grupos não se encontram em locais de patrimônio de forma recente no centro da cidade, pois um grande número de pessoas frequenta eventos do mesmo tipo, alterando o espaço, às vezes o gênero musical, que se realizavam em um clube social negro. O clube Fica Ahí Pra Ir Dizendo, cujo prédio foi tombado como patrimônio histórico e cultural do Estado do Rio Grande do Sul, em 2013, foi fundado como cordão carnavalesco ainda na década de 1920 e se transformou em clube social, e ocupou a sede atual na década de 1950. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado,

A origem dos clubes sociais negros remete à segunda metade do século XIX. Nesse período, além de possibilitarem espaços de sociabilidade para a comunidade negra impedida de frequentar os espaços das elites brancas, também houve casos nos quais os clubes buscavam arrecadação de fundos para finalidades mutualistas e para a alforria de trabalhadores escravizados. No pós-abolição, em princípios do século XX, as associações, nas quais se incluem os cordões carnavalescos, representaram a busca de novas formas de inserção e de sobrevivência em uma sociedade marcada pela desigualdade e pela discriminação (IPHAÉ/RS, 2017).⁷

Esse é um ponto de transformação de lazer cotidiano dos grupos negros, e dos bairros periféricos da cidade, que coloca o Mercado Público na rota dos eventos

⁷ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=45400>>, acessado em 2017.

e situações de lazer pelo uso de outros lugares, também de patrimônio, do centro. Esses grupos, historicamente, utilizavam *suas* sedes nas proximidades do *centro histórico*. Sobre esse assunto, uma interlocutora comentou o que pensava sobre a realização da festa *Sexta* em um clube fechado, e cabe aqui a transcrição de seu depoimento, imbuído da ideia de transformação pelo *movimento* desse evento para outros lugares da cidade.

[...] na verdade a ideia da *Sexta* é diferente, apesar dela ser voltada para a reunião de negros e negras ela não é para ser fechada por paredes. A dinâmica de estar entre quatro paredes longe do centro e dançando não se aplica nessa festa, ao mesmo tempo que ela é aberta podendo qualquer um participar, ela também é fechada porque tem um público em foco e isso faz com que *qualquer um* não seja bem vindo. E como se sabe que tem um público em foco? Simples, pelas músicas. Cada música que se toca é significativa, ver uma criança negra escutar e dançar Michael Jackson é diferente do que ver esse ato sendo feito por uma criança branca, porque é muito importante essa criança negra crescer escutando artistas negros, principalmente os que fizeram história, pois é uma forma de construção de identidade por via da representatividade da música. Para a criança branca vai ser só mais um artista que esteve nas grandes paradas musicais, mas para nós não, para nós é um artista negro que esteve nas grandes paradas musicais [...] (EXTRAÍDO DE ENTREVISTA ABERTA, 2018).

A interlocutora achou melhor emitir sua opinião a partir de e-mails, uma vez que ela não queria interromper o momento de descontração da festa para falar de “assuntos sérios”. Para nossa relação, isso não foi um empecilho, pois já nos conhecíamos antes, este fato me permitiu fazer perguntas mais abertas sobre o evento e o seu contexto e compreender o que ele significa para uma frequentadora residente de um dos bairros periféricos da cidade.

Essa ideia de reforço do sentido de grupo foi mais facilmente percebido por mim quando comecei a fazer parte de uma “comunidade” organizada em uma página de relacionamentos na internet, onde além de serem marcados os encontros nos bares “do bairro”, são combinados os chamados “esquentas”. Nestes momentos os grupos se reúnem, bebem, brincam, confraternizam antes das festas no clube social. Também são realizados esses “esquentas”, ou concentrações, no Mercado Público, assim como são realizadas festas que substituem qualquer impossibilidade de realização da “Sexta Black” no MP, às sextas-feiras. Nessas ocasiões, os estilos de música são variados. Alguns desses eventos contam também com incentivo e apoio de agentes públicos.

Foi possível perceber que mesmo que haja essa articulação, uma vez que ela se estabelece pelo interesse, a linha que separa o agente público de estar “no

bairro” ou estar na instituição pública é muito tênue, fazendo com que os interessados precisem dominar a ‘linguagem’ (técnicas, documentos, procedimentos) e formas de articulação, no intuito de garantir uma série de elementos que viabilizem a manutenção de atividades públicas de lazer no centro da cidade, com participação das massas moradoras dos bairros.

Outro elemento importante, também destacado por Magnani (2002) é a categoria de *pedaço* que permeia a categoria da *mancha*, pois o evento se caracterizava como tal a partir de suas edições no Mercado Público, mas o fluxo da festa através dos encontros de seus frequentadores por outras regiões da cidade destacavam o caráter simbólico da festa como importante elemento definidor de suas fronteiras. Mas para compreensão do evento *no* Mercado, era importante acompanhar os desdobramentos após a transferência para outro sítio no interior da edificação. Esse acompanhamento me permitiria compreender a existência de outros significados, e estabelecer alguns deles de forma comparativa, para apreensão da importância do Pátio 4, declarada pelos frequentadores na oportunidade da audiência pública.

2.2.2 A troca das cadeiras: Sexta Black no Pátio 1

*Don't know where my baby is
But I'll find him, somewhere, somehow
I've got to let him know how much I care
I'll never give up looking for my baby*

(Andy Morris, Ian Devaney; Lisa Stansfields - All Around the World)

No momento em que ocorreu a alteração do local para os eventos de música, e com eles a “Sexta Black”, entre os pátios internos do Mercado Público, as dinâmicas de relações entre as pessoas e o lugar foram alteradas. Uma vez que a própria espacialidade imprimia fortes implicações para o estabelecimento de relações de amizade e parceria entre os promotores, frequentadores, trabalhadores e permissionários das bancas.

Conforme postula Agier (2011) a relação das pessoas com os lugares que habitam permite a leitura, a escolha e a criatividade de cada indivíduo em cada contexto ou situação social. Dessa forma, a alteração dos ambientes para a

realização da festa influencia nessas leituras de situação, alterando as relações das pessoas entre si e delas com os locais que habitam. Por consequência, movimentam-se as fronteiras já bastante fluidas da *mancha*, assim o evento não se transformaria em outro evento, mas uma nova versão do mesmo evento.

Numa reflexão sobre o antigo local (Pátio 4) de eventos musicais, cabe salientar algumas transformações. A circulação de pessoas era feita tanto nas margens das bancas como também entre as mesas no interior do pátio, mesmo nas fases de montagem da festa, assim como em outros momentos do cotidiano semanal do MP. Nesses locais, foram acomodadas mais mesas e cadeiras com intervalos reduzidos para circulação, tanto nas margens quanto no interior. Ademais, foi instalada uma cobertura de telhado removível, já que por medidas impostas pelo tombamento, o prédio não pode sofrer alterações de alvenaria em sua estrutura física. Dessa maneira, o Pátio 4 passou a ser quase que exclusivamente dedicado à gastronomia, ramo de atividade que atualmente recebe forte incentivo da gestão pública, e convida à permanência de pessoas em suas dependências por longos períodos de tempo. Quanto mais eventos musicais, apresentações internas ou externas, tanto maior é o movimento de frequentadores e visitantes.



Figura 39: Placa de capacidade de carga e Câmera de segurança, no Pátio Interno 1. Fonte: GARCIA, 2018.

A partir de então, as edições da “Sexta Black” passaram a ocorrer no Pátio 1, que passara a exibir monitoramento por câmeras e uma placa comunicando a capacidade de concentração de pessoas por evento (Figura 39).

Com a intervenção, no máximo duzentos e cinquenta pessoas poderiam permanecer, simultaneamente, no interior do pátio para usufruir dos eventos: “Sexta Black” e “Mercado Samba Clube”. Cabe explicar que este último se trata de uma banda que se apresenta em intervalos de 15 dias no evento “Samba no Mercado”, e “Renascença” é o nome da outra banda. Não entrarei nos detalhes de cada uma, mas mesmo esses eventos foram impactados pela troca e contribuíram com elementos considerados aqui como de “resistência” e ocupação do MP, assim permitiram a construção de sentido para o que ocorrera durante o período em que os eventos ocorreram no Pátio 1. Ficava a dúvida permanente ecoando em minha mente: como poderia ocorrer um controle sobre essa capacidade de carga, uma vez que o espaço público não impunha impedimentos ou controle (por meio de agentes de segurança, por exemplo) sobre a entrada ou saída de pessoas do interior do prédio? A medida adotada parecia querer impor um domínio psicológico, quem sabe para o enfraquecimento das manifestações culturais a cada edição.

Assim como a placa, uma câmera de segurança fazia o monitoramento da circulação de pessoas *no* pátio, sempre voltada para o interior deste. Até o momento somente existia o monitoramento por câmeras nas áreas externas, próximo às portas do Mercado Público e na área reservada ao estacionamento. De acordo com o ângulo da câmera, esta não seria para monitoramento e segurança das bancas, mas vigiaria as pessoas em confraternização nas festas.

O local começara a ser denominado “Pátio Cultural” pela administração, fato que me foi informado mais detalhadamente por Agabê, responsável pelas programações culturais no interior e no largo do Mercado. Segundo ela, a intenção era que ali fossem acrescentados outros eventos musicais, e de fato foram. Alguns deles eu participei, mas a sensação de isolamento era constante. Geralmente se caracterizavam pelo samba, e um evento de nome “Sete ao Entardecer” que passou a acontecer no MP em meados de 2017, todas as segundas-feiras. Originalmente, esse evento acontecia às 19h no teatro Sete de Abril, que se encontrava interditado para restauração. O evento permanecia acontecendo, mas em outros locais da cidade, enquanto o prédio do teatro aguardava a retomada das obras, visando compor mais um dos prédios do entorno da Praça Cel. Pedro Osório, no *centro histórico*.

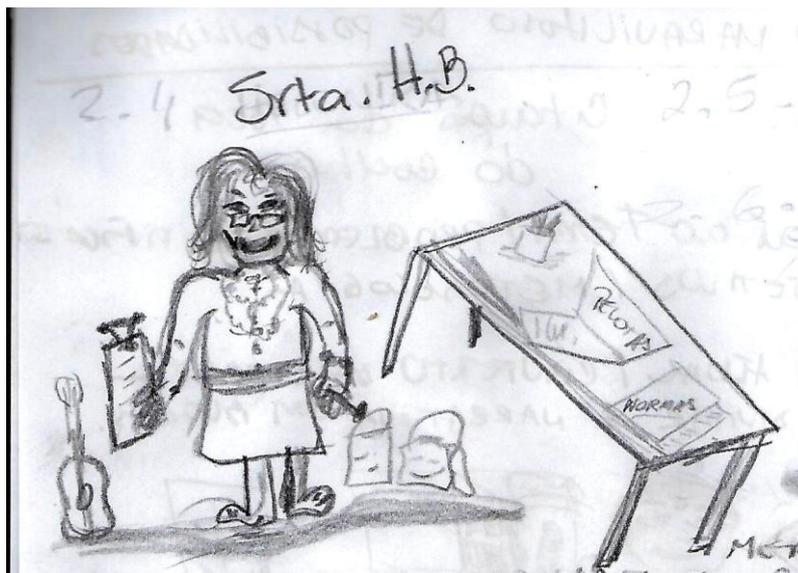


Figura 40: Desenho Gestão Pública, entre agente e participante dos eventos. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.

Estive nesses eventos do Pátio 1 com a Agabê. Um deles, uma festa de samba que ocorreu numa quinta-feira, depois de ela fazer a denominada “ronda” pelas imediações do MP e averiguação das apresentações, a fim de manter a forma “ordenada” das manifestações. Ela havia deixado algumas de suas muitas bolsas em uma das bancas. Como sempre muito divertida, naquele momento ela deixara de lado a apresentação formal do Mercado, que até então me fazia, e, encontrando amigas e amigos, incorporou-se no espaço da diversão, deixando uma pequena bolsa que carregava consigo sobre o canteiro, virou as costas e se entregou à dança naquele ambiente que, para ela, soava muito familiar (Figura 40). Parecia-se muito com uma festa de aniversário ou formatura, onde era possível perceber que laços de afetividade uniam os presentes.

No entanto, eu havia ficado pensando sobre a denominação do Pátio conforme ela me apresentara. Parecia-me uma estratégia de incorporar outros eventos naquele espaço, na intenção de solucionar a falta de identificação das pessoas com o local novo. Comparativamente, os frequentadores dos eventos mais recentes não se sentiam impactados pela mudança de pátios. Já, entre os mais assíduos da “Sexta Black”, o fato era comentado a cada nova semana e, acompanhado da explicação, em tom de esperança “[...] isso não vai durar, nós vamos voltar, é só um teste... espera pra ver [...]” (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

A denominação 'Pátio Cultural' havia sido usada pela primeira vez, aos meus ouvidos, durante a reunião na Câmara de vereadores. Aparecia-me uma forma de dar sentido ao que havia sido decidido na reunião. Outrossim, a decisão do poder pública parecia reforçar uma política de *manutenção* do processo de *requalificação*, iniciado anos atrás. Com o passar do tempo, novos e menores arranjos são realizados a fim de manter a ordem imposta no processo de reordenação do espaço urbano implementado no Mercado Público. Nesse caso, não se trataria da expulsão declarada das pessoas do lugar. Mas da realocação delas nos “cantos” do Mercado, como forma de usar a narrativa do espaço como outra política de apagamento social. De acordo com Ricoeur (1998), a cidade e seus espaços podem ser “[...] uma grande intertextualidade, que pode às vezes tornar-se um grito de oposição [...]” (1998, p. 49).

Os eventos não deixaram de acontecer sequer uma vez durante o período posterior a alteração. Foi instalado no novo local uma cobertura móvel, semelhante a da praça de alimentação do Pátio 4. O antigo praticável também foi transferido de local, e aumentado em formato de “pista de dança”, acomodando também um palco mais alto que o anterior, mas logo nas primeiras edições, pairava uma desorientação no ar. A “Sexta Black” dava impressão de estar recomeçando. Os participantes se acomodavam nos cantos das bancas e com muita insistência, às vezes, um ou outro ocupava a pista (Figura 41).



Figura 41: Fotografia da “dona do Mercado” no Pátio 1 durante a Sexta Black. Fonte: GARCIA, 2017.

Em uma edição da festa, estava presente a TV Câmara que fazia o registro do evento para um programa cultural da emissora. Naquele dia, Dejota constantemente buscava anunciar ao microfone chamamentos às pessoas para que ocupassem o interior do pátio, “[...] vamos lá pessoal, vamos ocupar a pista, vamos mostrar o que é diversão [...]” (Extraído do Diário de Campo, 2017), mas os pedidos pareciam não surtir efeito. Eu estava junto com ele na mesa de som, e ele me dizia “[...] não adianta chamar, a gente até pede, mas eles só ficam nos cantos, e hoje ainda tão gravando [...]” (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017). A fala de Dejota denunciava sua preocupação com a continuidade da festa, como se a postura das pessoas fosse demonstrar uma oposição aos esforços de afirmação do MP para uso popular, delineados em edições anteriores a troca. Nesse momento, o registro do evento pela TV Câmara, poderia passar a ideia de que havia ocorrido um “enfraquecimento” do evento. Dejota insistia que a *Sexta* continuaria apesar da alteração do espaço e que as pessoas que frequentavam é que iriam mostrar o quanto ela havia se tornado importante para os moradores dos bairros periféricos de Pelotas. Aquele local não representava o uso do Pátio 1 para eventos culturais no MP, ele representava o uso do Mercado Público como ponto de encontro de moradores dos bairros, em sua maioria negros construindo o cotidiano do espaço público. Além disso, a possibilidade de retorno ao Pátio 4, onde havia nascido.

Naquela ocasião, não ocorreu mudanças significativas nas posturas das pessoas presentes que permaneceram às margens do pátio, dançando apenas entre os seus pequenos grupos. Mas conforme as edições e as semanas iam passando, foram aumentando em número os frequentadores da “Sexta Black” assim como as publicações na internet, fazendo o anúncio da festa. Antes mesmo do horário marcado para o começo oficial, muitas pessoas já começavam a se aglomerar pelo pátio e pelas áreas de circulação próximas. Dessa forma, a presença das pessoas no local parece ter influenciado na antecipação de uma hora e meia para o começo do evento o que, depois de algum tempo, foi oficializado pela Secult.

Com isso, a circulação de pessoas frequentadoras da festa pelo interior do Mercado foi tendo um acréscimo cada vez maior, ampliando gradativamente as áreas em que se “fixavam” os grupos de amigos. As portas de acesso ao estacionamento, pela rua Tiradentes, começaram a permanecer abertas, o que dava a impressão de “separar as pessoas” que se dirigiam ao evento daquelas que

ocupavam as bancas próximas a entrada oposta, a do *centro histórico*. Isso deixava, contudo, evidente que as pessoas que se dirigiam à “Sexta Black” tinham mais uma possibilidade de acesso e, na prática, elas passaram a chegar ao Mercado Público por todos os lados. Acomodavam-se pelos bancos, se reuniam em grupos pelas alamedas internas do Mercado, e transitavam por lugares comuns a todos os frequentadores do MP. Uma interlocutora dizia que “[...] era muito importante a presença do negro dentro do Mercado, foi a nossa gente que construiu isso daqui, agora a está gente aqui pra curtir a obra [...]” (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

Espacialmente, o Mercado Público possui três pátios que fazem referência tanto ao centro comercial da cidade, quanto ao *centro histórico*⁸ No entanto, somente o Pátio 1, fica fora desse “circuito patrimonial” em função de seus distintos usos. Nesse sentido, o pátio dos eventos, pensado geograficamente, seria uma representação dos bairros marginais da cidade, o que, em termos de evento, seria o mesmo que localizar os moradores dos bairros, novamente “no seu lugar”. O Pátio 1 era tomado como um “esconderijo” que pretendia promover um “abafamento” social da presença dos grupos mais populares no MP. Na contramão disso, ocorreu uma ampliação da área de abrangência da festa, onde as pessoas frequentadoras do evento estavam por toda a área do Mercado e adjacências. Ou seja, a medida adotada pelo poder público proporcionou o aumento da visibilidade da festa e desses grupos. (Figura 42).

Para Agier (2015) o movimento é um importante fator que incide no ato de “fazer-cidade entendido como um processo sem fim, contínuo e sem finalidade” (2015, 493). Dessa forma, os frequentadores que chegavam dos bairros, ao se deslocarem para os mais variados espaços do Mercado, antes durante e depois da festa, proporcionavam a criação de novas versões do evento. Assim como demarcavam suas presenças. Isso parecia ir de encontro à circunscrição da “Sexta Black” em apenas um pátio do Mercado, pois o colocava como um evento que ocorria em “toda a parte”.

⁸ Essas questões terão aprofundamento no capítulo 3 dessa dissertação.

permanecido no MP. O próprio espaço foi utilizado como ferramenta de remanejamento da ocupação popular. A reconfiguração espacial do Pátio 4, com aumento das mesas e diminuição das áreas de circulação de pessoas parecia criar barreiras de impedimento ao retorno e reutilização do espaço para encontros musicais. Nesse sentido, demonstra que a festa, carregando todas as características dos frequentadores foram “manobradas” de forma a que suas manifestações fossem “silenciadas” por outras dinâmicas de usos do espaço.

Outras medidas foram encaradas como estratégias que visavam o “abafamento” do evento. Elas são evidenciadas no relato de alguns permissionários que diziam que teria sido solicitado que cervejas em garrafas não fossem comercializadas no Pátio 1, e que não fossem disponibilizados copos para os frequentadores dos eventos. Nas primeiras semanas da troca, um dos permissionários do Pátio 4, se dirigia ao Pátio 1, levando consigo uma caixa de isopor com bebidas para comercializar. O ato que era criticado por outros permissionários. Não parecia ser a crítica à “clandestinidade” na adaptação da forma de comércio, mas pelo impacto gerado nos rendimentos daqueles não adotavam a prática.

Um hábito comum dos participantes da festa, pela proximidade anterior das bancas de bares e restaurantes, era comprar cervejas de 600ml e carregá-las para o pátio, servindo a bebida em copos de vidro. Com o aumento de público, foram substituídos os copos vidro pelos de plástico onde todo o conteúdo da bebida era servido, permanecendo o hábito dos cases de isopor, apenas para os frequentadores *habitués* da “Sexta Black”. As medidas restritivas de comercialização do produto causavam a necessidade de deslocamento dos frequentadores da festa de um pátio a outro, o que fazia aumentar ainda mais a visibilidade do evento, mesmo sendo um incômodo aos frequentadores que precisavam “[...] perder a festa pra poder tomar uma cervejinha [...]” (Dejota, EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

Segundo frequentadores que auxiliavam na organização da “Sexta Black”, era solicitado ao público que fosse feito o consumo de qualquer alimento ou bebida que fosse adquirido nas bancas “apoiadoras” do evento, dentro Mercado. Porém diante das “dificuldades” impostas pelas imposições veladas da administração, já que a não comercialização de bebidas havia sido feita como um “pedido informal”, grande parte dos frequentadores passou a adquirir bebidas em um bar (citado

acima), como ponto de tráfico de drogas, em outra região do centro. Entretanto, era comum que os mais antigos se retirassem do evento, se dirigissem ao antigo pátio, para as bancas cujos laços haviam permanecido para beber e conversar, retornando após algum tempo com alguma bebida. Assim é que, a desarticulação do evento no Pátio 4, fez com que a movimentação não só entre pátios, mas entre a região que abriga o Mercado, fosse articulada, também, pelo mesmo evento.

Cabe então o pensamento de que o Mercado é desfragmentado pelos seus usos. Ou seja, se nas formas de gerir o Mercado, ele é apresentado como um mapa fragmentado, pelas práticas cotidianas, seus pátios são conectados. Eles ganham sentido pela articulação feita entre os *trajetos* realizados pelos atores envolvidos nas práticas do espaço. Assim como o evento, e o próprio MP, é resultado de significações e funcionalidades construídas pelas diferentes pessoas e grupos. Daí a possibilidade de se entender o relativo “isolamento” do Pátio 1 em relação as demais áreas do MP. Portanto, pensar o “abafamento” das manifestações, dos encontros musicais, através do “descolamento” do evento das dinâmicas do Pátio 4, e da realização efetiva da festa no Pátio 1 e do aumento da visibilidade da festa, se mostrou uma ação praticada e frustrada.

A noção de comunidade e de localidade as quais me refiro, são, portanto, aquelas que se referem tanto a espaços físicos demarcados, quanto aos grupos de interação. Concordando com Magnani (2003) os eventos fora do bairro, reúnem pessoas de localidades diferentes da cidade, bairros distantes, marginais ao centro; isso não significa dizer que todos os frequentadores do evento se conhecem “[...] (como ocorreria no bairro) mas se *reconhecem*, venham de onde vierem, trazem na roupa, na postura corporal, a na linguagem, os sinais exteriores de seu pertencimento [...]” (2003, p. 12). O que faz visível que as características de um lugar sejam justamente a consequência das interações entre as pessoas em um sistema de relações, organizado por elas (GUPTA; FERGUSON, 1992; RICOUER, 1998).

Igualmente, o aspecto do som que ecoava pelas ambiências do Mercado, era um fator marcante nas ocorrências da festa. Com a transferência para o Pátio 1, eu podia perceber que gradativamente a emissão das músicas era mais alta e, conseqüentemente, englobava os mais diferentes ambientes. Não raro, frequentadores dos demais eventos transferidos, ocupavam os dois pátios aqui abordados, fazendo com que, concomitantemente, ao evento outras demonstrações

“brandas” de ocupação evidenciassem a importância daquele lugar onde os eventos “nasceram”. Ademais, após a transferência, o referido restaurante cujas portas ficavam fechadas, passou demonstrar outra prática. Com as portas abertas, e acesso livre, começou a se anunciar mais no Pátio 4 através de apresentações musicais de artistas no gênero pop-rock nacional, ou com som mecânico, que se contrapunham em à configuração da “Sexta Black”, pois faziam referência apenas aos frequentadores daquela banca, e marcavam certo “domínio” do espaço.

Eu conversava com uma das permissionárias do Pátio 4, em uma oportunidade, quando esta me mostrou uma caixa de som que havia comprado para substituir a falta dos eventos, que deixaram de atrair público para o local aos finais da semana. Ela me dizia: “[...] adquiri o equipamento, mas agora está aí, parado, não posso usar por ameaça de multa, mas a vizinha pode e para ela não tem problema, quando não é o som mecânico, traz artistas” [...] (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017). As questões levantadas falavam sobre a diferença de direitos de uso do pátio pelos permissionários que permanecia as mesmas, para ela, depois da alteração dos eventos. Excetuava-se a quantidade de fluxo na loja que era muito menor. Como exemplo, citava as mesas de sua banca, que ainda ficavam em frente às bancas dos vizinhos e o direito a menos mesas que os demais.

Ao final de aproximadamente cinco meses, uma nova nota publicada na internet, informava que os eventos voltariam a ocorrer no Pátio 4. A nova alteração foi recebida com grande euforia pelos frequentadores da “Sexta Black”. A nova etapa permitiria que eu acompanhasse mais um processo de transformação ocasionada pela audiência pública, sendo, portanto, importante no processo de negociação que não terminou com audiência, mas que teve continuidade pelos usos que as pessoas fizeram do espaço.

2.2.3 A hora de ganhar prêmios - *I'm Coming Out*: O retorno ao Pátio 4.

*I'm coming out. I want the world to know. Got to let it show
I'm coming out. I want the world to know. I got to let it show
I've got to show the world. All that I wanna be. And all my
billities. Ther's so much more to me. Somehow, I have to make
them just understand. I got it well in hand. And, oh, how I've
planned. I'm spreadin' love. There's no need to fear.*

(Bernard Edwards; Nile Rodgers. Diana Ross. "I'm Coming Out")



Figura 43: Aquarela. O verão na *Sexta Black* de volta no pátio interno 4. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2018.

De acordo com Magnani (2002) o caráter da mudança na forma como são reivindicados os direitos e interesses “das classes populares” (2002, p. 23) aparecem, também, nas formas de diversão e lazer eleitas pelas pessoas em ambientes públicos na cidade. Assim como as decisões adotadas pelas instâncias de poder da administração e incorrem em necessidades de ressignificação dos lugares e das interações, entre as pessoas envolvidas na construção dos espaços públicos e dos equipamentos de lazer na urbe.

Em julho de 2017, os eventos de samba e a “Sexta Black” retornaram ao Pátio 4. Para Dejota, o retorno foi resultado “[...] da pressão, porque a gente continuou sempre pedindo pra voltar e esperou por isso [...]” (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017). Segundo uma interlocutora, daquele novo episódio da série de trocas havia nascido um cargo de diretoria para a administração cultural dos eventos no MP. Dessa forma para Agabê, que já realizava a gestão de eventos antes mesmo da criação do cargo, a nova alteração era resultado da realização de um relatório que descrevia os dois pátios envolvidos na disputa, da seguinte maneira:

Precisei descrever a razão da solicitação de nova troca. [...] o Pátio 4 demonstrava ser mais caloroso pela presença de bancas abertas e de toda a relação que aquelas pessoas tinham com aquele pátio. Nisso, o Pátio 1, eu descrevi como gélido. Porque ele realmente era frio, com todas aquelas bancas fechadas e as portas cinzas... Tá certo que só os eventos que foram criados no Pátio 4, vão voltar pra lá, mas com isso, a gente já diminui muito das reclamações que eu recebia, né?! Algumas até que tinham fundamento, outras era porque não tinha um balcão no Pátio 1 pra ficar escorado (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

Dessa forma, os pontos de vista, tanto da gestão, quanto de Dejota, mostram que foi a negociação entre ambos, frequentadores e poder público, que definiram o retorno. Nesse caso, haveria um “gosto de vitória” para os participantes da “Sexta Black” (Figura 43). O sentido de uso dos espaços como os de patrimônio histórico cultural, ganha significado quando, para um interlocutor cujo lazer no seu bairro significa frequentar um bar, pedir uma cerveja, se acomodar junto a um balcão e apreciar o ambiente, seja uma ação possível de ser repetida de forma semelhante em um bar no Mercado Público, como era comum de ocorrer durante a “Sexta Black”. A prática dessas ações no MP era como uma extensão da sensação de estar “em casa” (no bairro). Para ele isso significava conforto e bem estar. Não ter a oportunidade desse tipo de lazer que já havia sido conquistado, por influência de uma determinação do poder público, lhe gerava incomodo, insatisfação e a sensação descrita, também na audiência, era como uma tentativa de retirada daquelas pessoas do espaço público.

Destaco aqui uma passagem do diário de campo, quando eu conversava com Dejota. No intuito de demonstrar que mesmo tendo retornado ao Pátio 4, as disputas e lutas pela permanência continuaram.

[...] Quando cheguei hoje, o clima estava tenso, eram quase 19h e não tinha som nenhum no ar. Dejota estava com um semblante fechado, o que não era muito comum, sempre tão sorridente... Cumprimentei e logo ele me disse que havia tido problemas com o som, segundo sabia, o som seria alugado por licitação e tinha sido devolvido por que tinha acabado o período. O mesmo havia acontecido, segundo dizem, com a cobertura de telhado. Foi Dejota quem me disse: 'Bah! Guria, outra luta, quase que não sai *Sexta* hoje. Me tiraram o som. Tu lembras do som da semana passada? Hoje é outro, tive que conseguir. Esse é dele ali. Nós não vamos parar' [...] (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2018).

Havia, semana após semana, o reforço de publicações nas redes sociais da internet para enfatizar a realização do evento. Principalmente com a divulgação da imagem de onde um raio de luz emitido do Pátio 4 e serve tanto como mapa como, também, para demarcação da área que resulta de lutas constantes tanto para a realização da festa quanto para reunião das pessoas no espaço público reivindicado por elas (Figura 44).



Figura 44: Imagem de divulgação digital do evento *Sexta Black* 2017. Fonte: facebook/groups, 2017.

Os frequentadores expressam a importância do retorno ao Pátio 4 e da permanência do evento no Mercado como uma luta pela representatividade das raízes africanas que ajudaram a construir a cidade. Uma interlocutora dizia “[...] não é só preto aqui, é pobre, é criança e é paz. Aqui todo mundo vem em paz, pra dançar. É claro que o Mercado está mais preto, mas é pra ficar mesmo, isso é justo [...]” (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

A imagem informativa (ou publicitária) do evento é publicada mais de uma vez a cada semana no *site* e no grupo mantido na internet, acrescida de vídeos de músicas que antecipam (e criam) o clima da festa. Também são feitas solicitações de músicas pelos frequentadores, demonstrando que a construção da festa é feita de parte a parte. Assim como, também, demarcam uma relação de propriedade sobre o espaço público para uso dos múltiplos grupos que habitam os bairros. Demonstra, assim, um sentido de manutenção do espaço que foi conquistado com muita luta. Dejeta falava que “[...] trouxe os bairros pra dentro do Mercado... não é só negro, e não é só o samba que tem no bairro, que tem na cidade, é isso daí que tu tá vendo, é gente dançado e feliz, mas é com muita luta que a gente tá aqui [...]” (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

O volume do som, que já havia aumentado no Pátio 1, ficou ainda maior e aparece como afirmação dessa luta e retomada do espaço. Depois do retorno ao Pátio 4, eu podia perceber que, o evento passou a se estender por um tempo maior, pois tinha início a partir das 19h e encerrava às 22h, por antecipação da chegada das pessoas, que nessa nova etapa começavam a chegar ainda mais cedo, as 18h, mas não houve a oficialização de novo horário pela administração pública, sendo permitidos os testes de som somente a partir das 19h. Enquanto isso, as pessoas se acomodavam e aguardavam escutando algumas músicas que me remetiam a festa, em seus aparelhos de celular. Diferentemente das primeiras edições, que compreendiam o espaço entre 20horas e 30minutos e 21horas e 30minutos.



Figura 45: Desenho em grafite do Deslocamento de D.J. cumprimentando os participantes e o carinho com os familiares. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2018.

Algumas práticas permaneciam, como por exemplo, o deslocamento de Dejota por entre os grupos de amigos e parentes, a cordialidade com crianças era uma constante (Figura 45), havia um sensação de compartilhamento, de familiaridade para além dos laços de sangue, entre os presentes. Aproximadamente duas horas a mais de música ainda eram descritas como insuficientes.

Foi Júnior quem disse que era “[...] uma pena só que quando tá começando a ficar bom, acaba [...]”(EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017). Conversei com ele e sua esposa durante um das festas, que ele me apresentava como “a rainha”. Ele dizia que só passou a frequentar o Mercado depois que a “Sexta Black” havia começado, pois não lhe era interessante o samba, já o *charme* era uma boa alternativa. Ele estava acostumado, nas sextas-feiras, às 19h, a participar de uma competição de rimas de *rap* denominado por ele de “batalha”. A competição acontecia na Praça Cel. Pedro Osório, ao lado oposto ao Mercado Público, em frente ao teatro Sete de Abril. O encontro era chamado de “Batalha no Sete às Sete”. Do *rap*, para ele, era “natural” migrar para o *charme*, assim, ao sair do serviço nos finais de tarde, fazer a mesma rota ele incluía o Mercado na rota do lazer. Ele dizia que era morador de Conjunto Habitacional distante do centro, e que a esposa

frequentava os eventos de samba, que por ela, ele iria, mas gostava mesmo era da “Sexta Black”.

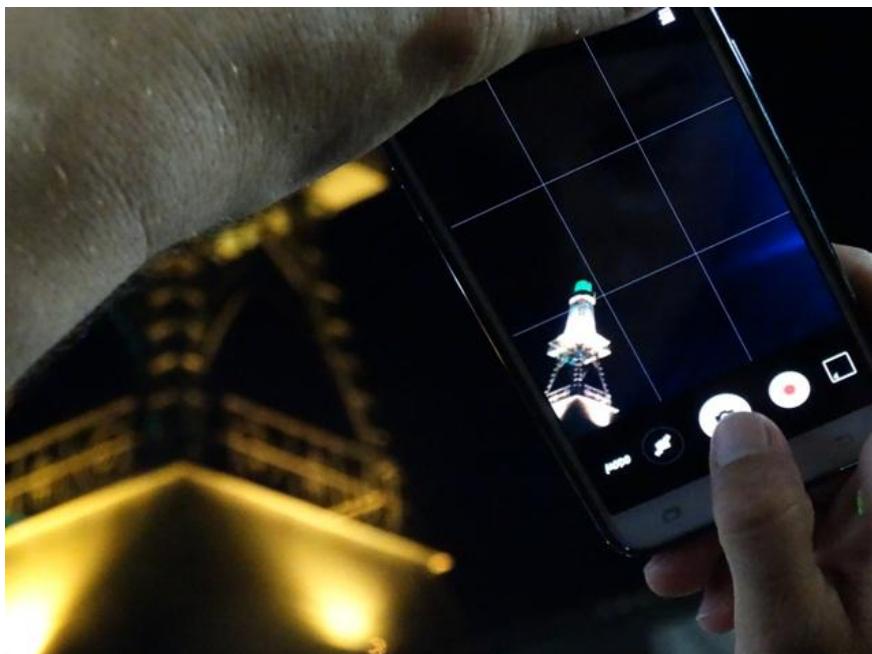


Figura 46: Fotografia de frequentador registrando imagem da Torre do Mercado Público. Nesse contexto, era um símbolo do rap. Fonte: GARCIA, 2018.

No evento que, a partir de então, apresentava um aumento ainda maior no fluxo de frequentadores, a placa de capacidade de carga (Figura 46) não tinha mais sentido algum, uma vez que a intensidade de pessoas no Mercado Público fazia com que não somente o pátio ficasse lotado de pessoas, mas os corredores e alamedas próximas, também.

As crianças corriam entre os dançarinos, que se reuniam em grupos e compartilhavam passos de dança combinados e ensinados uns aos outros ao som das músicas. Muito embora fossem grupos de pessoas conhecidas, qualquer um que se aproximasse poderia engrossar a massa. Os círculos de amigos se transformavam em pessoas perfiladas, de lado a lado e umas atrás das outras, enquanto jogos de luz dançavam no ar em movimentos que pareciam combinar, perfeitamente, com o ambiente. A festa ocorria no patamar térreo (no pátio), mas eu percebia que também incluía os participantes “aparentemente inesperados” do alto da Torre, que abrigava o restaurante cujas portas eram bloqueadas durante o evento. De lá as pessoas dançavam ao som das músicas contagiantes e interagiam com acenos aos dj’s e dançarinos, no pátio (Figuras 43, 47, 48).



Figura 47: Filas de dança e uso do espaço do Pátio 4. Fonte: GARCIA: 2018



Figura 48: Progressão no número de participantes no evento “Sexta Black”. Fonte: GARCIA, 2018.

Uma interlocutora dizia que depois do retorno, tudo ficou melhor:

[...] o cheiro de peixe lá era insuportável, tinha dias que a gente saía pra caminhar e limpar o nariz. Outra coisa é que aqui é mais fácil de controlar a

bebida do pessoal, a gente posta no *face* e avisa aqui pra eles consumirem das bancas, até pra dar mais razão de a gente estar aqui, né? Mas aqui é uma maravilha, todo mundo se conhece, pode ver aí a criançada corre e nunca deu briga nenhuma. Nunca! [...] (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2018).

Ficava evidente que por receio e preocupação com características associadas aos grupos que frequentavam o evento, eram reforçadas as narrativas do ambiente “seguro”, tanto pela interlocutora, quanto por vários outros. Eu ainda podia perceber que a narrativa era usada como um argumento de defesa para a permanência no Pátio 4 e continuidade do evento no Mercado. As crianças “soltas”, segundo ela, ilustravam o que me dizia. Com relação ao período de deslocamento da festa, outra interlocutora comenta que:

[...] a diferença que senti na troca de pátio foi no número da movimentação. No outro pátio diminuiu o público e parecia que se sentia no ambiente um desagrado compartilhado com o novo espaço, a dinâmica não era a mesma, mas parecia que ficava tudo mais isolado e menos festivo. Todas as lojas já estavam fechadas, então só se via cortinas cinza e nenhum movimento da rua [...] (Extraído de entrevista semiestruturada, 2018).

Ainda era possível perceber algum ressentimento por parte dos frequentadores da festa, a necessidade de manter o espaço era um esforço constante, não só por parte dos frequentadores mas também por parte dos demais apreciadores do evento (Figura 50 interagiu com a fala da interlocutora, tendo sido posteriormente encaminhada via e-mail).

[...] Quando a festa voltou para o pátio original, o público aumentou. Eu lembro do Dj comemorando no microfone a volta da Sexta Black para o pátio original, e discursando sobre a necessidade da gente resistir contra as tentativas que existiam (e acredito que ainda exista) de acabar com a festa, todos que estavam lá gritaram e bateram palmas em concordância, o momento foi lindo e tão emocionante que eu quase chorei, porque é muito significativo e todos que lá estavam sabiam disso. [...] Não consigo imaginar esboço de desenho, não sou boa com essas coisas, mas se for para por cor é para ser preto mesmo, tudo preto. E não é em um sentido negativo, muito pelo contrário, quanto mais preto melhor [...] (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018).



Figura 49: Aquarela. A multiplicidade de frequentadores que permite o evento realizado em espaço público na cidade. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2018.

A realização da “Sexta Black”, no Mercado, era percebida também pela alteração de movimentação nas ruas das proximidades. Esse movimento me colocava cada vez mais em trânsito pela cidade, me fazendo refletir um Mercado cada vez mais fora dele.

Nas quadras adjacentes ao MP há uma sucessão de pontos de ônibus que chegam e partem com itinerários que compreendem todos os bairros e zonas rurais de Pelotas. Aos poucos percebi que a transformação do fluxo de pessoas não era circunscrito somente ao interior do Mercado. Vindos de vários pontos da cidade, frequentadores convergiam do centro comercial, em direção ao *centro histórico*. Era comum, escutar as conversas dos grupos de jovens que, paramentados com vestuário, gestos e linguagens similares, caminhavam e comentavam o que (ou quem) esperavam encontrar na “Sexta Black” daquela semana: “[...] peguei o telefone da mina aquela do Getúlio, tomara que a do Navega não venha hoje, que eu to pro crime [...]” (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017). Obviamente que entre estes estavam os frequentadores que não se dirigiam a *Sexta Black*, mas sim ao Mercado Público, para outras atividades em outras bancas.

De acordo com Agier (2015), o direito a cidade e o fazer-cidade, são construídos pelo movimento e pela dissolução das fronteiras. Esse processo é

constituído pelo deslocamento das pessoas que se dirigem dos bairros periféricos em direção ao centro, como uma forma de conquista do espaço. O centro da cidade passou a ser entendido, então, como uma experiência de compreensão do contexto dos eventos através do movimento das pessoas pela espacialidade circundante do Mercado Público. Por Freitas (2012) os limites do bairro são imprecisos e partem da construção imaginada por cada um de seus habitantes, sem desprezar conflitos provenientes da forma pela qual cada um vive sua própria vida.

Nesse sentido, o centro da cidade, é um bairro que a exemplo de outras localidades (cidades médias como Pelotas), força a que os limites de compreensão das diferentes visões de mundo coexistam. Entre outras palavras, os limites forçam o equilíbrio das relações entre os habitantes flutuantes e os residentes do bairro. O centro não está limitado apenas aos aspectos relacionados à vida administrativa das pessoas, tais como pagar contas e adquirir insumos. Mas se amplia pela articulação com as formas diferentes de habitar o espaço, que são impressas pelas pessoas no ambiente. Isto não resulta necessariamente em conflito, mas expõe diferenças e as ações administrativas do poder público local é parte, fundamental, na compreensão desses caminhos, desses *trajetos* trilhados pelos habitantes da cidade, inclusive nos momentos de lazer.

A realização da audiência pública, como situação social, conformou um processo de afirmação dos praticantes e frequentadores da festa no Mercado Público como ponto de encontro de manifestações populares de lazer para os cidadãos. A compreensão de que os espaços compõem narrativas que explicam como as pessoas significam os lugares que habitam, demarcou a audiência pública como o início de um processo de transformação cotidiana do MP e o liga bairros periféricos.

No caso do evento “Sexta Black”, a situação social, lida a partir de Gluckmann (1987) como um meio de se compreender as estruturais sociais dos processos de relação entre as pessoas em seus contextos, permitiu identificar que há diferenças que definem os grupos. De um lado, os que têm o poder político, e de outro aqueles que negociam para fazer com que seus interesses sejam ouvidos, o que implica em práticas cotidianas de construção do espaço entre os gestores e os grupos populares. Assim como a necessidade de adaptação das práticas e revisão dos projetos aplicados aos espaços públicos da cidade.

3 – JOGO DE CRÍQUETE NO CAMPO DA RAINHA: A IMAGINAÇÃO NAS NARRATIVAS DO LUGAR.

Uma grande roseira imperava na entrada do jardim: as rosas que nela cresciam eram brancas, mas havia três jardineiros que se ocupavam em pintá-las de vermelho. Alice achou que aquilo era uma coisa estranha e aproximou-se para ver melhor. Justamente na hora que chegou perto deles, ouviu um dos jardineiros dizer:

“Cuidado, cinco! Não jogue tinta em mim!”

(Lewis Carrol, Alice no País das Maravilhas, 2002, p. 74)

Enquanto patrimônio histórico do município, o Mercado Público de Pelotas está sob a administração conjunta da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SDET) e da Secretaria de Cultura (Secult), a partir dos momentos seguintes a reabertura em 2012, passou a constar nas programações culturais manejadas pela Secult na cidade. Segundo Agabê

[...] a calçada do Mercado é da Secult, ninguém faz nada aqui sem falar comigo, conosco. A parte de dentro, das bancas, aluguel, essas coisas, aí é com a SDET. Mas nós estamos sempre nos comunicando, [...]" (Extraído do Diário de Campo, 2017).

De acordo com Magnani (2002) o planejamento estratégico urbano é uma forma de engendrar parcerias entre os setores públicos e privados com vistas à remodelação ou

[...] renovação urbana. Uma das propostas mais difundidas dessa visão tem como foco áreas centrais buscando a revitalização de espaços degradados e a recuperação, com novos usos, de edificações e equipamentos “históricos” ou “vernaculares” (Zukin, 2000), de forma a atrair novos moradores, usuários e frequentadores. Esse processo, conhecido como gentrification (enobrecimento, requalificação), propõe uma nova dinâmica, principalmente para os centros das cidades, pois, além de adequá-los como lugares de consumo, inaugura uma nova modalidade de consumo cultural, isto é, o “consumo do lugar” [...] (2002, p. 13).

Dessa forma, conforme exposto nos capítulos anteriores, o Mercado Público da cidade é pensado em conjunto com demais prédios no entorno da praça Coronel Pedro Osório. Carrega fortes elementos da narrativa oficial da cidade que, entre outras finalidades, têm o turismo como atividade econômica, desenvolvida a partir de eventos no interior, e arredor, das construções do centro. Sempre reforçando o elemento histórico, no sentido do enobrecimento da região pela narrativa de opulência associada à paisagem.

De acordo com Ricoeur (1998) a refiguração é um processo da narrativa onde são reformulados alguns elementos dos discursos com vistas aos ajustes e acomodações que conformam, durante os processos de negociação, as atividades e interações de atores sociais pelas transformações que operam na paisagem habitada nas cidades. Dessa forma a transformação narrativa, alterada por força das negociações entre gestores e comunidades é considerada a partir daqui. Convém lembrar que as fases anteriores foram definidas como: a) prefiguração, tomada como a narrativa oficial veiculada para a requalificação patrimonial em 2009 (capítulo 1); e b) configuração, a partir das iniciativas do que a gestão atual denominou como “repovoamento das bancas do Mercado”, na audiência pública de 2017 (capítulo 2).

Um dos eventos externos ao Mercado que influenciaram a refiguração (Ricoeur, 1998) das narrativas oficiais da cidade, foi a edição de 2013 da Feira do Livro, evento que anualmente ocorre na praça Coronel Pedro Osório, e que neste ano foi deslocada para o MP. Segundo interlocutor da Secult, o remanejamento foi pensado para ser acomodado “[...] nas bancas internas do Mercado que, mesmo reaberto, quase não contava com a ocupação das bancas por permissionários [...]” (SECULT, EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2016). Ele dizia que após a reabertura, o local estava com “baixíssima ocupação. Essas bancas estavam quase todas vazias e a gente precisava dar conta de movimentar isso daqui, então eu tive essa ideia e, bom, foi um sucesso” (ibidem). Um representante da gestão, mencionando a reocupação das bancas na audiência pública de 2017 (capítulo 2) nomeou esse período como o de “repovoamento” do Mercado de acordo com o *mix* de serviços que havia sido criado para o espaço *requalificado*. Dada relevância do evento, será dedicada atenção às reflexões geradas a partir da edição mais recente do evento, no ano de 2017, no subitem abaixo.

Este foi um momento importante para que a administração pública “investisse” fortemente nas narrativas oficiais para o “(re)conhecimento” do lugar, pretendendo uma consequente ressignificação do Mercado Público por parte das pessoas. Esse projeto visava “resgatar” um local que de acordo com o poder público se encontrava “perdido”. Principalmente quando pensado para o desenvolvimento de receptivo turístico, que embasa boa parte dos processos de *requalificação* dos equipamentos urbanos na atualidade (RODRIGUES, 2005). Mas o referido “abandono” é entendido enquanto estratégia narrativa do poder público e tinha por ênfase o uso do espaço por grupos que foram desqualificados a partir do projeto de *requalificação*. Sob esse prisma, os coletivos que até então faziam uso do Mercado, se encontravam em desacordo com o que estava sendo posto em prática nos termos da nova imagem e “retomada” do domínio do espaço.

Um interlocutor dizia que antes da intervenção, em 2009, eram concedidos aos permissionários termos de posse das bancas do Mercado. Então, não se tratava de um abandono, mas de jogos de poder nem sempre legais, de articulação dos interesses públicos das gestões e interesses privados. Transformados os processos de negociação e permissionamento das bancas, parece ainda impactar as relações entre permissionários e poder público na gestão do Mercado.

[...] na época do Anselmo, lá por 1990, antes da reforma, esse pessoal que trabalhava nas bancas aí dentro tinha até escritura das bancas e alugavam pra um que alugava pra outro, se achavam donos do Mercado [...] baita falcaturagem o Mercado sempre foi público [...] (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

No entanto, uma vez modificados esses interesses da gestão do patrimônio em Pelotas, a retirada dos antigos permissionários e “donos” das bancas do MP foram endossadas pela justificativa da “perda de domínio” do lugar - pelo poder público. Práticas que teriam sido realizadas com aval e conhecimento deste, por período de décadas. Modificados os interesses para administração do espaço, a paisagem foi alterada e com ela, grupos sociais foram impactados, acirrando as disputas por representação e permanência no local.

Com o passar do tempo, desde a sua construção, o local vem apresentando golpes na transformação das dinâmicas do espaço. Conforme mostraram as narrativas oficiais citando as três maiores intervenções arquiteturais – em 1911-1914; 1969; 2009. Porém estas são exemplos da narrativa oficial, e não anulam outras transformações que ocorrem cotidianamente, como no caso relatado da

audiência pública e da representatividade da “Sexta Black” como *símbolo* de transformação. Nesse caso, a Alice de Carrol (2002) metaforicamente representa essa “liminaridade” criadora entre os planos da narração, questionando a si mesma, ela percebia que em dado momento, tudo aquilo que ela conhecia e que havia construído como verdade, se tornara mais uma forma de ver o mundo. Então ela poderia reinventar-se também, ao cabo das experiências. Assim, a criatividade e a singularidade de cada personagem expõe uma “maravilha” cotidiana distinta.

Com os interlocutores, eu compreendia que as metáforas oficiais narradas - do Mercado Público no *centro histórico* -, e das narrativas particulares do mesmo lugar em relação às suas vidas, eram complementares, subsumidas estas últimas, ou não. Elas acabavam se associando aos projetos praticados que eram continuamente alterados pelas práticas do espaço, de acordo com a “vontade”, ou seja, condicionadas pelas reivindicações, desejos, experiências dos “usuários”. Às vezes pela forma impositiva das políticas de patrimônio, como na troca do local para realização de eventos populares. Outras vezes, os habitantes usando arte e expressões culturais como mecanismo de reprodução de uma narrativa pré-estabelecida transgredida. Nesse caso, não importam as cores que produzem as flores da roseira se elas podem ser modificadas a partir dos planos de gestão da “Rainha” (a administração pública) e, também, dos jardineiros (grupos e coletivos cidadãos). A proposta já em fase de implantação objetivava um Mercado “mais atrativo” para atividades de lazer e turismo, apostando no componente histórico-cultural que associara as narrativas oficiais como argumento para a atividade na cidade.

O desafio de “reincorporar” um equipamento urbano que se pretendia elevar ao *status* de “salvo” pelas políticas públicas de patrimônio, são reforçados com a representatividade do prédio de mais de 170 anos e seu entorno contextual, com base em alguns aspectos eleitos de sua história (NOGUEIRA, 2007). Nesse sentido se pode entender a política de gestão e evocação da memória como justificativa de preservação do passado histórico do patrimônio do município como *sacrifício* imposto ao patrimônio pelos gestores, ao implicar um passado que não existe mais (se é que um dia existiu). Criando um portal no tempo que revisita uma história fantástica.

Ao mesmo tempo, o patrimônio enredado no sentido de herança, encontra na conservação narrativa da história higienizada, uma tortura paisagística, pela

imposição da lembrança de modos de vida e práticas sociais que já não existem mais (POULOT, 2008). Desse modo, a matéria física do Mercado Público de Pelotas evoca um passado de dinâmicas sociais que já não são mais vivenciadas. A memória patrimonial também é uma forma de invenção.



Figura 50: Fotografia do período de reformas no Mercado mostra-o como local de passagem no centro da cidade. Fonte: JORNAL CORREIO DO POVO, s/d 2008.

Sendo um local de passagem, o Mercado, do ponto de vista antropológico nunca deixou de fazer parte da paisagem e do contexto do centro, ainda que fosse pelas expectativas daqueles que aguardavam em bancas improvisadas nas proximidades, ou simplesmente do lado de fora, para retornarem ao Mercado (Figura 51). Ou daqueles que aguardavam o ônibus no terminal do outro lado da rua. Seu Tê comentava que “muitos nem aguentaram aquele tempo e foram indo embora, desistiram do Mercado”. A referência que ele fazia com relação ao retorno dos antigos permissionários na ocupação das bancas era a do tempo, pois a reforma do local havia sido demorada e muitos dos antigos permissionários “[...] precisavam trabalhar e as condições lá do beco eram muito ruins [...]” (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

Mas também esbarravam nas limitações que passaram a ser impostas pelo Decreto 5.079/08, onde havia proibições, delimitações das dimensões das bancas. Ou medidas adotadas para cobrança dos valores das novas permissões. Todas essas ações cumpriam o papel do “impedimento” e a criação de “barreiras” que

deveriam ser “transpostas” para o necessário cumprimento de critérios específicos de concorrência em licitação para abertura de loja no MP.

Uma vez tendo sido apresentado o novo projeto de ocupação, com base em prestação de serviços em áreas específicas e distintas daquelas que vigoravam até 2009 no Mercado, os planejamentos licitatórios passaram a dialogar com a reforma das narrativas oficiais. Em 2014, eventos musicais começaram a ser realizados no Mercado Público, articulando músicos e as comunidades dos bairros da cidade (GARCIA, 2016).

Em decorrência dos conflitos causados pela alteração dos eventos, em 2017, para o Pátio 1 (a partir daquele momento chamado de Pátio Cultural), e pelas falas dos interlocutores, foi se tornando cada vez mais importante a atenção a localização desse pátio em relação ao Mercado. Além disso, foi fundamental ampliar o raio de observação para a compreensão do espaço relacionado com o contexto ao qual estava inserido no centro da cidade e suas articulações com as periferias. Comecei, a partir daí a entender que havia fronteiras, correspondências com a cidade, que não eram tão físicas quanto eram as implicações subjetivas e sociais das decisões tomadas pela administração pública, assim como o aspecto material era fundamental para a leitura daquilo que me era dito pelas pessoas.

3.1 A maravilha dos dois centros: Imaginando trajetos narrados.

Tomando a espacialidade do Mercado Público como narrativa da cidade a partir dos trajetos percorridos e dos usos dos cidadãos, ao longo da pesquisa de campo, percebia que o MP situado no centro (Figura 52) age como um espaço que delimita divisões relacionais do anel central em, pelo menos, dois “centros”. Um deles é o centro comercial, com forte importância para o desenvolvimento econômico da cidade cujo “coração” é o calçadão da Rua Andrade Neves. Esta região condensa e emprega boa parte dos moradores dos bairros de Pelotas e região, concentrando um público plural. O outro é o *centro histórico*, (demarcado pelo círculo amarelo da Figura 38), que é evocado na narrativa oficial pelo componente histórico das fachadas e prédios patrimonializados localizados ao redor da praça Cel. Pedro Osório. Atualmente movimentado por intensa agenda de eventos culturais promovidos pela Secult, e grupos autônomos que promovem ações com apoio dessa secretaria.

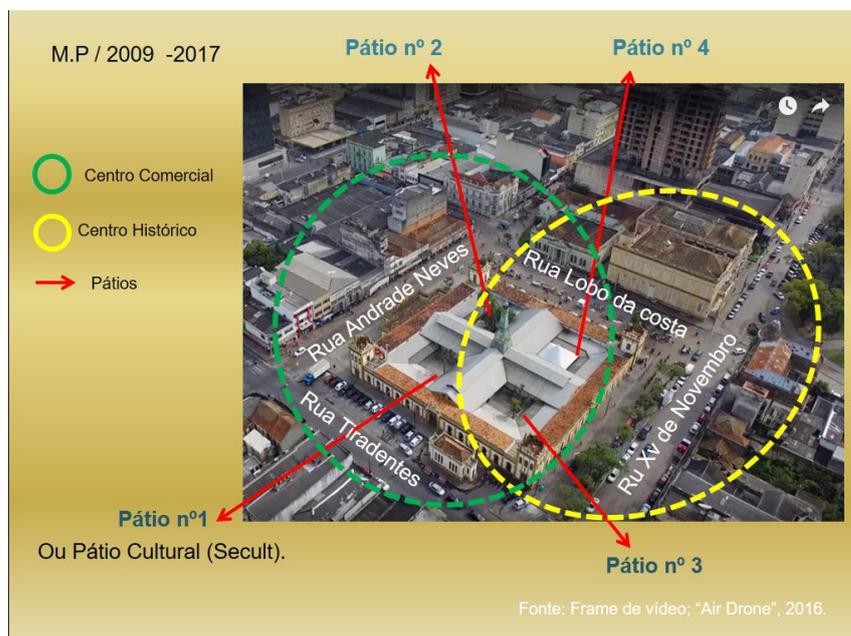


Figura 51: Localização Mercado Público. I. Fonte: GARCIA, 2017.

Essa região comercial compreende um bloco de quatro quadras calçadas sem trânsito de carros, margeada dos dois lados por lojas de calçados, roupas, móveis e eletrodomésticos, entre outros. Mas além desse bloco, o centro comercial se estende por uma área muito maior. Ainda é a região da cidade que compreende instâncias administrativas do poder público, tais como a Prefeitura, secretarias de governo, etc. A representatividade do centro como local de resolução de questões administrativas da casa, como expressão de lazer, entre outras, foi demonstrada por muitos interlocutores circunstanciais⁹, com quem conversei durante as atividades de campo. Uma interlocutora me dizia: “[...] saí do trabalho, na loja aquela ali, dá pra ver daqui. Agora é hora de descansar, tomar uma cervejinha, comer alguma coisinha e dar uma namoradina porque ninguém é de ferro, né?! [...]” (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017). Moradora da região do Porto, próximo à Balsa, ela dizia que seu trajeto diário era ir até o centro, trabalhar, e no final do dia, retornar para casa, mas nos finais de semana, ir até o Mercado para momentos de lazer.

Na Rua Andrade Neves (Figura 52) segue-se a paisagem comercial característica das lojas de descentes libaneses cujos artigos em venda são expostos

⁹ Denomino como “circunstanciais” aqueles interlocutores passantes que se dispuseram a conversar comigo durante o período de campo, contribuindo com pontos de vista importantes para compreensão do espaço praticado de múltiplas formas. Foram relações e contatos que não se mantiveram pela própria fluidez de trânsito e densidade de frequentadores que fazem do Mercado um local de passagem ou permanência ocasional.

no limite das calçadas. Em algumas ocasiões avançam um pouco e toma conta do passeio, o que faz com que os pedestres necessitem desviar para não derrubar as araras de roupas, pilhas de caixas de sapatos ou com as pessoas que aguardam nos pontos de ônibus que abrigam. Nestas duas ruas estão situados terminais de transporte coletivo de linhas dos bairros das zonas mais nobres às mais periféricas. Esta rua tem limite no MP, no cruzamento com a Rua Lobo da Costa (FIGURA 52). É é nesse encontro que a paisagem sofre uma significativa alteração, pois é como se construísse linhas de *intersecção* que unem (ou separam) o centro comercial do *centro histórico*.

Enquanto a “banda” do comércio segue a mesma lógica de exposição de artigos em venda, em apenas uma calçada da via pública, no outro lado da rua, o Mercado com sua arquitetura exuberante do início do século XX assume uma função massivamente expressa pela narrativa da *requalificação* patrimonial, voltada ao lazer e ao turismo. O Mercado Público além de incorporar as dinâmicas do centro comercial ainda atua como ponto de encontro, expressões de culturas em eventos musicais, mostras de arte, reivindicações políticas de toda ordem, e seus conflitos, prostituição, violência, assaltos, etc., dinâmicas que poderiam parecer “escondidas” por detrás da imponente construção narrativa, sendo que algumas delas não fazem parte dos discursos oficiais.

Essas impressões são percebidas a partir das narrativas dos interlocutores e são fundamentais para a apreensão desses outros usos do lugar. Expondo, portando, outros matizes da paisagem urbana que narra interações na composição de significados (RICOEUR, 1998). De acordo com Agier (2015) é possível pensar a cidade não como algo dado pelas políticas públicas ou pelos projetos de (re)urbanização. A criatividade do fazer-cidade, o movimento e a fluidez das pessoas através dos limites da urbe pode ser “desenhada” (2015, p. 486), sob o ponto de vista “[...] das práticas, das relações, das palavras dos cidadãos tais como o próprio pesquisador as observa, as coleta e anota, direta e situacionalmente [...]” (ibidem). Contudo, não é que essa cidade fluida e “descomprometida” com a ordem imposta pelos administradores e urbanistas seja mais verdadeira, ela é apenas uma outra versão de cidade.



Figura 52: Desenho em carbono com intervenção em grafite. Rua Lobo da Costa um Mercado Público habitado. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.



Figura 53: Rua Tiradentes em frente às barbearias, um pouco das histórias do Seu Agá. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA 2017.

Seu Agá me contava em uma de nossas longas e animadas conversas que a relação dele com o entorno do Mercado refletia em dinâmicas suas no âmbito da casa e da família. Quando ele olhava para as portas fechadas dos prédios da rua em frente à banca, relembra de momentos de sua vida pelos vestígios na paisagem de lugares que não existem mais. Ele acionava suas próprias referências de vida para contar o Mercado, e elas não estavam cimentadas somente nas charqueadas

ou nas pessoas de cargos importantes que residiram nos grandes casarões do entorno. Tampouco pela torre importada. As lembranças, nesses momentos, eram ativadas pela loja de ferramentas que por um tempo existiu no outro lado da rua, pelas argolas que prendiam os cavalos dos frequentadores do Mercado no passado, pelos vigilantes que trabalharam e perderam a vida no antigo banheiro, atualmente transformado em estação de gás, etc.. Esses vestígios afetivos do tempo e da paisagem que se transformou eram as formas como ele significava a sua vida no Mercado Público (FIGURA 54).

[...] tinha a Lorenzet aqui na frente, trabalhava com móveis, madeira reciclada. Aí a minha mulher, ela viu uma cristaleira, estilo antigo, daí eu disse “o que tu me pedisse?” e ela “uma cristaleira”, daí eu disse “vou fazer a cristaleira”. Aí peguei o final de semana comecei a trabalhar a madeira. Até o final da noite eu cortei e montei a cristaleira. Fiz uma cristaleira a coisa mais linda. Botei lá na sala. [...] (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

Dias mais tarde, Seu Agá me contou de um momento em que ele havia ido residir em Camaquã, cidade próxima a Porto Alegre. Mas retornou para Pelotas alguns anos depois, pois a filha passava por uma situação financeira complicada. Ele, então decidiu trocar um carro por materiais de ferragem e construção, para que pudesse fazer uma casa para ela. Em função dos laços estabelecidos com “os vizinhos da frente”, fez negócio “na confiança”, retirando os materiais da loja muito tempo depois. Ele me contava que mesmo no período em que aguardava para retornar com sua banca para o Mercado, os laços de amizade permaneceram e isso havia assegurado que ele não iria sair em desvantagem com a negociação.

Ao contar sobre seus feitos, eu ia percebendo que estar mais no Mercado do que em casa com a família, como ele dizia, fazia com mostrasse não só a relação cotidiana dele no MP, mas da sua relação no MP na lógica cotidiana do centro comercial e das relações sociais que se estabelecem ali para além dos limites da narrativa do *centro histórico*. Ele contava que antes da reforma, a Praça Cel. Pedro Osório, era contida na mesma narração de perigo e de violência associada ao Mercado antes do período de *requalificação*. E deslocava suas narrativas dos eixos daquelas apresentada atualmente, propagandeadas na divulgação de eventos no *centro histórico*, e mostrava o Mercado como um ponto de convergência dos habitantes da cidade. Sua representatividade como patrimônio não parecia se dar a

partir do tombamento, mas, ultrapassava essa temporalidade. Para ele a conexão era feita com a cidade como um todo.

O Mercado aparece com um importante potencial agregador e centralizador dos variados grupos que habitam Pelotas. Assim, o espaço compreendido pela intersecção, se torna um lugar que faz sentido a partir da imaginação dos cidadãos (GUPTA; FERGUSON, 1992), pois são eles que fazem conexão dos espaços *a priori* fragmentados.

Pensar sobre os espaços públicos (des)fragmentados da cidade, ganharam outro colorido nos momentos de conversa com Seu Erre. Ele que decidiu abrir uma banca no Mercado em função de ter se aposentado e não encontrar “[...] vocação pra ficar parado, isso envelhece, menina [...]” (ETRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017). Em certa ocasião, ele me vendo rabiscar coisas no diário, perguntou se eu queria fazer um desenho da divisão que ele percebia no Mercado (Figura 55). Para ele era importante que eu compreendesse que o MP como resultante de políticas de investimentos desiguais. Eu me senti entusiasmada, já que até aquele momento as pessoas diziam que não desenhariam, pois só sabiam “[...] fazer palitinhos vergonhosos [...]” (*ibidem*, 2017) como me disse certo dia uma interlocutora.

Seu Erre iniciou me indicando as coordenadas sobre as linhas, “[...] faz um quadrado, que é o Mercado, aí dentro tu faz os quadradinhos dos pátios [...]” (*ibidem*, 2017). Fui fazendo conforme ele me indicava. Em dado momento ele me disse para que fizesse uma linha bem no meio, dividindo o Mercado em duas partes e em seguida: “[...] da metade pra baixo escreve aí, os *Silva Rico* e da metade pra cima, os *Cheque Sem Fundo* [...]” (*ibidem*, 2017). Fiz conforme ele dizia, mas como seguia as coordenadas que ele ditava, desenhava sem me questionar.

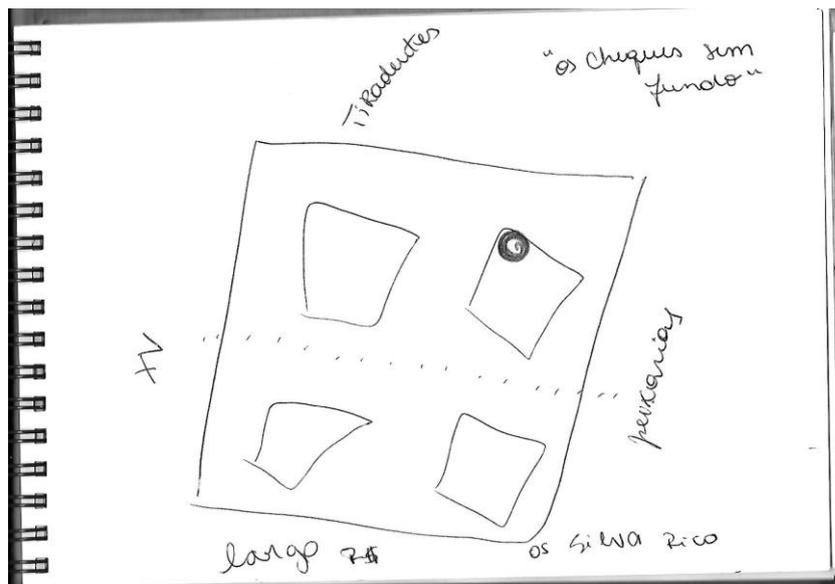


Figura 54: Desenho da divisão do Mercado segundo Seu Erre. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.

Quando li o desenho e levantei a cabeça para olhá-lo, Seu Erre ria e dizia: “[...] minha filha, aqui desse lado ficam os pobres do Mercado. Eu aqui no meu *mercadinho* e lá em cima, pro lado da praça estão os ricos, pra eles tem todos os investimentos e nós aqui... nada [...]” (ibidem, 2017). Seu Erre dizia, em princípio, não se incomodar, pois cuidava do local, essa era a sua “[...] visão como empresário [...]” (ibidem, 2017). No entanto, ao mesmo tempo mostrava um ar descontente com a diferença de tratamento. Assim ele dizia que o MP era separado entre os Pátios 1 e 3 dos Pátios 2 e 4 que a seu ver deveriam ser mais integrados e que a manutenção do espaço, com o embelezamento feito por ele e seus companheiros.

[...] Esse jardim aí, eu e o outro ali da esquina que plantamos, que agamos. Não tem essa de vir lavar panela e balde na torneira daqui, cada um tem seu pátio e sua torneira. Só porque aqui temos só nós e esses depósitos... eles não tem que vir aqui e usar como lavanderia [...]. (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

Entre suas atividades comerciais, Seu Erre, dizia fazer também um “serviço social” pra quem trabalha no centro da cidade e precisava aquecer o almoço levado de casa: “[...] esses trabalhadores aí da volta vem tudo aqui aquecer a marmita no meu *mercadinho*, eu cobro só R\$ 0,50, é quase um serviço social porque eu não ganho nada com isso, eles sentam aí e comem [...]” (ibidem, 2017). Toda vez que Seu Erre se referia à sua banca pelo termo “mercadinho” parecia muito incomodado. Um tempo depois ele me explicou:

[...] um dia colocaram umas placas ali nos corredores pra informar onde ficavam banheiros e localizar os turistas, e pra nomear a minha banca colocaram 'mercadinho'. Será que eles não viram que minha banca tem um nome? Daí eu te digo, não entendem nada de turismo [...] (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

Ele dizia que na sua banca comercializava produtos variados, mas que estava buscando investir em melhorias, como a compra de mesas e cadeiras para disponibilizar para o seus clientes, “[...] já que a Prefeitura não faz, eu preciso fazer pra atrair mais clientes, eles passam aqui, mas se não tem nada, porque eles vão parar aqui? [...] em Pelotas um sentido de turismo [...]” (ibidem, 2017).

Da fala desse interlocutor é possível refletir sobre as estratégias da gestão pública na manutenção das políticas de *requalificação* do patrimônio em Pelotas. Ou seja, elas não encerraram com o final das obras arquiteturas. Dessa forma, corrobora da manutenção da intenção de invisibilização de alguns grupos e de algumas atividades comerciais que ocorrem no Mercado e, com isso, das pessoas que as praticam. Assim, ao mostrar o Pátio 1 como um espaço com menor investimento e um local onde ficam “os pobres do Mercado”, Seu Erre contribui para reiterar o argumento de que a espacialidade é usada como dispositivo de poder sobre os coletivos urbanos.

Além disso, é solo fértil para reflexões acerca de uma constante separação entre os espaços internos, do entorno e do centro onde se localiza o Mercado Público. Outrossim, de suas correspondências como com os bairros periféricos de um lado, e das histórias enobrecidas do *centro histórico* de outro. Elementos que são reforçados pela narrativa oficial voltada para o turismo. Analisando essa possibilidade, alguns eventos realizados fora do Mercado Público dialogam diretamente com o fluxo e com os trajetos das pessoas pelo lugar. Assim, o evento da Feira do Livro de 2017 que ocorreu na praça Coronel Pedro Osório, mostrou uma importante contribuição para compreensão da construção imaginada que demarca a espacialidade do *centro histórico*, demonstrando leituras da cidade feitas pelo poder público municipal. Ainda dão conta de refletir sobre a centralização da cultura na ideia do *centro histórico*, onde o Mercado Público é transformado em ícone para tratar do tema em Pelotas.

3.1.1 O Julgamento no campo da Rainha: Práticas e narrativas de fronteiras imaginadas.

“Tire o chapéu”, disse o Rei ao Chapeleiro.

“Não é meu”, disse o Chapeleiro.

“Roubado!” exclamou o rei, voltando-se para os jurados, que instantaneamente fizeram um apontamento do fato.

“São todos para vender”, acrescentou o Chapeleiro a guisa de explicação; “nenhum me pertence. Sou um chapeleiro.

(Lewis Carrol. Alice no País das Maravilhas, 2002, p. 86).

A edição de 2017 da Feira do Livro de Pelotas, que acontece na praça Cel. Pedro Osório, assumiu importância fundamental para a reflexão sobre narrativa de lazer e turismo no Mercado Público. Não somente pela proximidade de apenas alguns metros de um lugar em relação ao outro, mas pela narrativa excludente associada à construção de um mapa da localização do evento assim como a importância do evento como uma estratégia de “aceitação” da reforma do MP na edição do evento, ocorrida meses após a reabertura do MP, em 2013.

Aquela edição foi descrita como fundamental para a ressignificação do MP, segundo Eme, interlocutor da Secult que relembra o evento e reforçava em sua fala a importância da feira para a retomada da ocupação do Mercado pelas pessoas da cidade: “[...] o Mercado estava assim, entregue as moscas [...]” (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017). Dando a entender que a transferência da feira para o MP iria requalificar os usos dados ao espaço. Além disso, a sua proposta de levar “a Feira do Livro desse ano pra lá” não foi muito bem aceita logo no início, uma vez que “[...] já era tradição a Feira acontecer na Praça Cel. Pedro Osório onde, todos os anos, já montamos com a mesma logística e planejamento. Foi um desafio [...]” (*ibidem*, 2017, grifo meu). Ainda, agregaria ao local a narrativa da cultura pela erudição. Não por acaso o primeiro evento a ser instalado no MP, como estratégia de transformação da narrativa do espaço, carregava consigo o peso da “tradição” da ‘Pelotas erudita’.

Diante disso, para o interlocutor, foi a partir da edição da Feira do Livro de 2013, pontualmente deslocada para o MP, que houve a efetiva transformação da imagem do Mercado como “[...] um espaço de atividades culturais no centro da cidade [...] chamou as pessoas pra cá. Tô te falando isso aqui, no Mercado Público,

e tu podes ver em volta, como a pessoa que vem pro Mercado respiram cultura [...]” (*ibidem*, 2017). Mas o que não se pode deixar de refletir é que essas decisões de “cultura no Mercado” são constantemente praticadas no sentido de promover a “ocupação do espaço público”. Isso reforça a importância das pessoas na construção de um lugar que sempre foi um ponto de convergência da população na cidade e, sendo um patrimônio, está sempre em processo de negociação pelos diferentes usos que lhe são atribuídos (AGIER, 2011).

Nesse sentido, a feira ocorrida no ano de 2013 funcionou como um “*start*” para a transformação das narrativas que definem os novos usos do lugar. Essa narrativa se torna ambígua em vários momentos, pois a escolha da Feira do Livro como um evento inaugural desta nova fase do MP, apesar de ser um evento gratuito, realizado em espaço público, promovido pelo poder público e frequentado por vários grupos, ainda assim, classifica, ou, seleciona o perfil de público imaginado.

Na edição de 2017 da Feira do Livro – que já em 2014 retornara para a Praça Cel. Pedro Osório – eu estava no Posto de Informações Turísticas do Mercado e Rogi entregou-me um folder informando sobre o evento, perguntando se eu já tinha visitado (Figura 56). Eu havia conhecido Rogi em abril daquele ano, no próprio Posto, e a empatia foi imediata, acredito que por conta de nossas áreas de formação em turismo, além de sua simpatia. Rogi concluiria graduação em Turismo nos próximos meses, o que nos permitia ter sempre longas conversas sobre o tema e sobre a cidade. Assim, ele comentava sobre a forma interessante como obras de livros comercializados na feira estampavam o mapa indicando a praça como local onde ocorreria, o evento.



Figura 55: Folder do mapa Informativo do evento Feira do Livro de 2017. Fonte: POSTO DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS DO MERCADO PÚBLICO DE PELOTAS, 2017.

O mapa faz uso de imagens que acionam gatilhos de associação a partir das capas de livros selecionadas, que “costuram” o Mercado ao *centro histórico* da cidade e demarcam uma linha imaginária de intersecção em relação ao centro comercial, este fazendo referencia à periferia, ao cotidiano do homem ordinário e aos grupos que ficam às margens da narrativa oficial. À direita do mapa estão títulos referentes ao *centro histórico* e à esquerda os títulos que remetem ao centro comercial. Esses não só diferenciam as regiões, mas em alguns casos, adjetivam-nas. Assim, destacam-se à direita: o livro de Klécio Santos¹⁰ sobre a Bibliotheca Pública Pelotense. Este estampa um adorno de fachada de prédio na capa, com as palavras “trabalho, instrução, progresso”; acompanhados das obras: “Sentido da Cidade”; “Os Doces Sentidos”; “Poética do Espaço”; “Vidas na cidade”. Todas estas obras aparecem como metáforas diretivas, ou seja, como um conjunto de instruções indicando ao *centro histórico*.

Já à esquerda do mapa, as capas apresentam títulos como: “Cidades: Imagens de cidades” cuja ilustração da capa mostra um prédio habitacional com muitas janelas, sem adornos; Satolep (Pelotas, ao contrário), apelido dado à cidade

¹⁰ Klécio Santos autor que tem se dedicado a pesquisa histórica sobre os prédios patrimonializados do centro de Pelotas. É responsável por uma obra que pretende contar toda a história do Mercado desde sua construção, utilizada nesta pesquisa, (SANTOS, 2014).

que remete às culturas marginais, não evidenciadas nos discursos oficiais sobre a cidade, cujo conteúdo trata da noite na urbe, os bares, os encontros sociais de caráter espontâneo, etc.; “De volta a cidade” de Catherine Bidou-Zachariasen, que não por acaso se dedica ao tema da gentrificação e a requalificação dos centros urbanos. “Espelho das Cidades” de Jean-Pierre Jeudy, tratando do tema da espetacularização causada pelos processos de patrimonialização, com ênfase para o turismo, como uma tendência ao uso dos espaços urbanos na atualidade. Custava-me crer que as obras tivessem sido escolhidas ao acaso, ou por puro “encaixe”. Ou seja, as obras voltadas para o centro comercial permitem pensar criticamente o espaço urbano habitado por diversos grupos, o que também é percebido e evidenciado pelo poder público.

Diferentemente das publicações que estampam o *centro histórico*, cujas obras fazem alusão a uma visão idealizada da cultura, e a uma experiência contemplativa sobre a cidade que se pretende consolidada como um atrativo turístico, a partir de um *menu* patrimonial elitizado. Isso permite inferir que as consequências do processo de gentrificação são percebidas pelo poder público, que parece aberto a certo grau de reflexão e discussão.

Essa postura parece evidente, por exemplo, nos encontros, denominados “Conversas do Dia do Patrimônio” que antecederam o evento promovido em 2017 em comemoração ao Dia do Patrimônio. Nessa oportunidade, foram chamados ao interior dos casarões do *centro histórico* representantes, moradores dos bairros, para falar dos seus patrimônios e de suas formas de vida. No entanto, a confecção do mapa, também coloca um paralelismo dicotômico, pois a perspectiva contemplativa do patrimônio edificado enseja a posição não reflexiva das práticas políticas exercidas pelo poder público, na institucionalização e promoção do patrimônio edificado do *centro histórico* da cidade.

Dessa forma, pode-se refletir sobre os bairros e seus habitantes, mas quando se trata do patrimônio do *centro histórico*, o poder público aciona as narrativas oficiais. Ainda assim, o mapa do evento demonstra a possibilidade de entender o processo de gentrificação no sentido abordado por Leite (2010). Ou seja, um movimento de “enobrecimento” do espaço urbano que, em Pelotas, conduz ao entendimento de que o centro, e mais amplamente, a cidade, é dividida. Ou seja, de um lado, a “cidade invisível” e de outro a “cidade cultural”.



Figura 56: Desenho entre o sagrado e o profano. Os centros em diálogo. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.

Estes são apenas alguns dos títulos utilizados na ilustração do mapa, mas que permitem fazer uma análise de narrativa bastante complexa sobre os processos decisórios convencionais que pautam as políticas públicas de ocupação das áreas urbanas do centro de Pelotas. A composição se mostra no limite entre o fantástico e o ordinário, o cotidiano e o histórico, o lazer e os dramas sociais, o cultural e o banal (Figura 58).

Isto porque, conforme evidenciado, as práticas cotidianas no centro da cidade transgridem as narrativas oficiais e conectam os centros a partir de diferentes práticas, contrárias a essas tentativas de “afastamento”, como o tipo de separação observado no mapa: entre o que é ordinário e o que é oficial, entre o que é considerado cultural e as culturas vivas produzidas cotidianamente. O que também é uma forma de tentar diferenciar os coletivos urbanos residentes nos bairros e os eventos por eles realizados no *centro histórico*, no sentido de afirmar o que é oficial e o que é banal. Apesar disso, ainda que sejam constantemente mantidos à margem das narrativas, esses grupos reivindicam o espaço urbano, transformando-o juntamente com as políticas públicas de turismo e patrimônio cultural. O movimento constante de fazer-cidade, conduzindo a dissolução permanente das barreiras

sociais, pois há constância na negociação dos espaços públicos. Conforme Michel Agier (2015, p. 487):

Não a margem como fato social, geográfico ou cultural, mas a margem como posição epistemológica e política: apreender o limite do que existe — e que existe sob a aparência oficial e afirmada do realizado, do estabelecido, do ordenado, central e dominante — permite perceber a dialética do vazio e do cheio e descrever o que, a partir de quase nada ou de um estado aparentemente caótico, faz cidade.

Diante do observado na audiência pública (ver capítulo 2), esses grupos expressam seu protagonismo e posicionamento crítico tanto em relação à cidade que não está contida na narrativa oficial (periferia - cidade marginal). Quanto em relação à noção de patrimônio engendrada pela gestão pública. Além disso, participam de eventos criados pela administração municipal, mas também criam seus próprios eventos, ainda que estes sejam dependentes do aval do poder público. Por outro lado, os eventos programados pela gestão, são planejados sem consulta popular.

Ambas as composições imaginadas, tanto das políticas públicas quanto dos grupos cidadãos, expressam intenções e leituras da cidade. Ou seja, são meios de lidar com a convenção. No entanto, a ocupação do espaço público pelos cidadãos, nesses casos abordados, acaba “contrafazendo” o que é convencional nos seus termos, já que de acordo com Roy Wagner

[...] o ator está sempre posto em *alguma* relação com a convenção. Ele pode “fazer” a convenção no sentido de articular deliberadamente contextos convencionais, ou pode *subsumir* a convenção como o contexto implícito de sua ação, [...] mas o convencional sempre será um fator [...] (WAGNER, 2010; p. 247).

O mapa da edição da Feira do Livro mostra uma série de aparentes dicotomias, tendo em vista as relações sociais como múltiplos diferenciadores em estado de latência para integrar as narrativas oficiais. Algumas políticas públicas de ocupação do urbano tendem a separar o que é permitido do que deve ser “escondido” O que é chancelado como patrimônio do que é relegado a banalidade. Deste modo, é possível fazer uma ponte temporal e conectar os eventos de 2013 e 2017 da Feira, como parte de um movimento constante onde se seleciona, a partir do que é mostrado, o que pode e o que não pode ser realizado no *centro histórico* e no MP. Além disso, a partir da estratégia de deslocamento pontual da Feira do Livro em 2013 é possível observar um processo de transformação da narrativa oficial

associada ao MP, que cria um mercado cultural e turístico. Mas essas dinâmicas são o tempo todo permeadas por jogos de poder, em grande medida, conflituosos.

O Mercado Público com a pluralidade de manifestações culturais que abarca, usos e significados que lhe são atribuídos, parece estar subvertido na lógica histórica e patrimonial, quando se instauram conflitos pela reivindicação de interesses populares. A permanência desses grupos, recorrentemente excluídos para as margens dos locais patrimonializados, assume protagonismo e expressão pela disputa de representação em defesa de seus direitos sobre aquilo que para eles é importante de ser vivenciado nos locais de patrimônio (da) na cidade. Tais como os momentos de lazer proporcionado pelos eventos culturais ou de trabalho nesses espaços.

Trilhando o caminho de Agier (2015) a cidade é virtual. Sendo assim, seus contornos (suas fronteiras) são deslocados o tempo todo. Ela nunca é mesma. Ao propor uma antropologia das margens, o autor indica que existe uma dialética entre habitar o centro e as margens. E que, o direito a cidade se coloca no movimento dos cidadãos transgredindo essas “fronteiras”. Narrar essa urbe, carregada de novos e múltiplos sentidos, indica que a cidade “oficial” é, antes de tudo, uma suposição.

Portanto, essas relações de construção de Pelotas que separam o *centro histórico* dos bairros periféricos não são necessariamente dicotômicas. Mas partes complementares que propiciam a compreensão dos jogos de poder em contextos patrimoniais negociados e, conseqüentemente, transformados pelas pessoas. As atividades culturais promovidas tanto pelo poder público, quanto pelos grupos cidadãos, fazem com que haja um fluxo cada vez mais plural no MP e no *centro histórico*, e mexem com essas composições, construindo metáforas da cidade.

Dessa forma, os discursos associados ao Mercado estão permanentemente entre a condição daquilo que Wagner (2010) chama de “diferenciante”, que são quando as práticas do espaço estão à margem (ou transgridem) os discursos oficiais. Até que negociados, pelas pessoas e pelo poder público, são assumidos como convenção. Ou seja, passam a incorporar as práticas cotidianas, onde é possível a instauração de novos conflitos. No entanto, é importante considerar que essa transição de narrativa proposta com o evento da Feira em 2013 foi *planejada* e *promovida* pelas instâncias da administração pública. O que o coloca no circuito de eventos “aceitos”, pois são iniciativas institucionalizadas, ou seja, representam o Estado.

Ressalto que o dualismo das posições propostas por Wagner (2010) - entre a condição de convencional ou diferenciante - mantém o equilíbrio das relações. Isso porque o Mercado Público sempre permaneceu atuante no contexto da cidade, narrado a partir de seus conflitos ou das experiências de lazer, por um lado ele é um símbolo acionado como metáfora do passado nas narrativas oficiais. Por outro lado, ele é reivindicado pelas práticas cotidianas dos cidadãos, e seus diferentes usos que compõem diferentes versões daquela metáfora oficial. Pois de acordo com o autor, as coisas descritas *não* estão no mundo, e *sim* na nossa maneira de ver o mundo. O que permite as várias possibilidades criativas nas narrações do espaço vivido.

Na capa, e contra capa do material de divulgação da Feira do Livro de 2017, os encaixes dos livros que formavam as quadras e estabelecem as fronteiras, me fizeram pensar na divisão do MP que Seu Erre havia evidenciado pela sua rotina na banca. Ou seja, as diferenças por ele destacadas na maneira com que o Mercado é gerido, principalmente pela “marginalização” do Pátio 1. De acordo com De Certeau (1998) o “homem comum” ou o “homem ordinário” é competente em colocar no interior dos discursos significados para entender as trajetórias da cidade, assim como aquilo que é feito nela. Eu passei a refletir sobre como as narrativas de pessoas “comuns” desvendam suas leituras da cidade, percebendo que essas dialogam e divergem, muitas vezes, das decisões das políticas públicas.

Ao relacionar o material de divulgação da Feira, com as falas de Seu Erre, se confirma a possibilidade de criações de fronteiras imaginadas pelas narrativas oficiais e daquelas imaginadas pelos diferentes grupos que habitam a cidade. Assim, as diferenças existentes na gestão das áreas dentro do Mercado, confrontadas pelos os elementos do mapa que ele havia “desenhado”, pois apenas passara por mim, com aqueles do novo mapa institucional, delineava-se uma construção narrativa de *conjunto* que dividia o centro da cidade e *criava* áreas marginais. As duas representações dialogavam como uma construção de cidade dividida entre bairros periféricos marginalizados e o bairro habitado pelas elites do passado com a atual proposta turística. Como uma multidão sem rosto, sem forma sobreposta a uma história ilustrada, colorida, viva na memória, porque repetida constantemente.

Mas com os frequentadores dos eventos musicais no MP, as falas enunciadas na audiência pública e meu próprio flunar por essas paisagens, percebia que as fronteiras são limites tênues, são forçadas à um reposicionamento constante, pois

são transpostas, alargadas, redefinidas pelas dinâmicas construídas pelas pessoas (Figura 58).



Figura 57: Aquarela. Camadas temporais da Praça Coronel Pedro Osório na Feira do Livro de 2017. Fonte: DIÁRIO DE GRÁFICO, GARCIA, 2017.

Portanto, com a reabertura e a transformação do MP, e o posterior período de reconhecimento da nova proposta da gestão do patrimônio pelos cidadãos – por antigos permissionários, frequentadores, prostitutas, pessoas em situação de rua, etc.-, além de local de comércio variados, somou-se a narrativa de um local de interações pelo lazer e a movimentação de eventos culturais no seu interior e entorno.

A proposta evidencia a construção de um “mercado cultural”. Essa situação acaba enfatizando a distinção entre quais são os tipos de eventos aceitos pela administração pública para ocorrerem no MP, face àqueles promovidos por ação popular. Ressalto que mesmo estes últimos, quando implementados, passam pelo aval das instâncias do poder. Pois é necessário contar com o “apoio” da instituição mediante projetos apresentados à Secult, para serem incluídos na agenda cultural. Haja vista, inclusive, a criação de um cargo específico para o gerenciamento dos eventos musicais no MP. Mas estes, apesar da logística “condicionada” pela gestão pública, permanecem se transformando e adotando novos contornos, por vezes, inesperados.

Entre as formas de lidar com a proposta atual do *centro histórico* e com as práticas de espaço controladas pela administração, a criação de dispositivos outros, permite a inserção de atores sociais múltiplos no contexto da proposta turística. Outrossim, contribui para que os eventos e a intensa movimentação no Mercado fossem também adaptadas às necessidade de vida e lazer de variados grupos, mas sempre em negociação. A arte da música, da atuação, da criação de realidades e de personagens, começou a dialogar com essas narrativas oficiais.

Dessa forma, identifiquei que o lugar concentra a atuação de outras formas criativas de inserção de pessoas residentes dos bairros periféricos da cidade no contexto da atividade turística na cidade. Também competentes em narrar as conexões dessa cidade que vem se mostrando centralizada na concepção do *conjunto patrimonial* de um dos centros.

3.2 Chapeleiro Maluco: Turismo como moda e imaginação.

O Chapeleiro [...] disse apenas: “Por que um corvo se parece com uma escrivainha?”

“Oba, vou me divertir um pouco agora!” pensou Alice. “Que bom que tenham começado a propor adivinhações.” [...]

“Então deveria dizer o que pensa”, a Lebre de Março continuou.

“Eu digo”, Alice respondeu apressadamente; “pelo menos... pelo menos eu penso o que digo... é a mesma coisa, não?”

“Nem de longe a mesma coisa!” disse o Chapeleiro. “Seria como dizer que ‘vejo o que como’ é a mesma coisa que ‘como o que vejo!’”

(Lewis Carrol. Alice no país das maravilhas, 2002, p. 53).

Coisas diferentes podem ser ditas de maneiras aparentemente iguais, assim como a mesma coisa pode ser dita de maneiras tão diferentes que, nem de longe, poderiam ser imaginadas por nós. É uma relação que se estabelece entre cada um de nós e o mundo, ou melhor, pela nossa forma de conectar as coisas do mundo.

A moda, de acordo com Rouanet (1993), é um constante retorno ao passado em busca da criação de novos elementos em potencial, que são expulsos no presente e com possibilidades futuras de transformação. Ela imita “em sua estrutura, a estrutura da história descontínua, baseada na ruptura” (p. 27). A moda, sob esse

aspecto é dialética. Sempre está em busca de passado para compor no presente algo novo, sem deixar de reforçar o que já foi.

A moda analisada pelo *flâneur* de Rouanet (1993), em Paris, é transmutada em Pelotas como a atividade turística em processo, tendo como matéria prima a paisagem do patrimônio histórico cultural do *centro*. As pessoas que decidem atuar profissionalmente nessa atividade, que quer sempre ser mostrada nova pelas políticas públicas - haja vista os processos de *requalificação* dos conjuntos e equipamentos urbanos contemporâneos-, permite que para a atuação no contexto do turismo ocorram invenções sobre esta invenção. Mediante constantes saltos aos passados da cidade, os elementos históricos são alçados e recombinaos nas narrativas do presente.

A moda tem um faro para o atual, onde quer que ele esteja escondido no passado. Sim, **os costureiros “obtem sua inspiração da atualidade mais viva**. Mas como nenhum presente se emancipa totalmente do passado, este também lhe oferece estímulos... O chapéu inclinado na testa, que devemos à exposição de Manet, prova que surgiu entre nós uma nova disponibilidade de confrontar-nos com o século XIX”(122). Nessa imitação do passado, ela tem o poder de mostrar-nos o novo, antes que ele se concretize. “Ele mantém um contato... constante e preciso com as coisas vindouras [...] (ROUANET, p. 26-27, grifo meu).

A metáfora do costureiro (e do Chapeleiro) mostra o recombinao das experiências a partir das narrativas das pessoas na/da cidade. O costureiro pode ser, portanto, o poder público, mas também as pessoas, pois ambos promovem seus próprios arranjos, reordenando no presente formas de se relacionar com a cidade e seus lugares. As atividades artísticas desenvolvidas por artistas contemporâneos, em Pelotas, atualizam e popularizam àquelas personalidades que hoje são elevadas como referência nas narrativas oficiais. O turismo é a moda no *centro histórico* da cidade. Movimentado por essa criatividade dos atores sociais em sobrepor história e cotidiano em suas variadas manifestações.

Conforme discutido nas sessões anteriores, a *requalificação* do Mercado Público de Pelotas, na segunda década do século XXI, foi mais uma transformação do espaço que mesmo ancorada nas políticas públicas mais clássicas de patrimônio, revela-se com uma amplitude maior. Não desconsidero o fato de o discurso retratar o período quando foi construído, mas de acordo com De Certeau (1998) ele se mantém sendo (re)criado a cada nova experiência, pelas pessoas que vivem na cidade, em suas realidades e necessidades cotidianas em adaptação.

As decisões do poder público para a *requalificação* patrimonial, do MP, elegeram a atividade turística e têm realizado investimentos nesta área. Que tornou-se um importante elemento para refletir sobre como as pessoas se apropriam do turismo como narrativa e prática de vida.

Dessa forma, quanto mais eu observava e participava das atividades de lazer constantes que movimentam o Mercado, mais essas percepções de mundo múltiplas de artistas, habitantes e turistas – os, até então, “sem nome” - eram indissociáveis para a compreensão do lugar (DE CERTEAU, 1998). Ainda que a *requalificação* patrimonial objetivasse o desenvolvimento econômico pelo uso do espaço público por alguns grupos, as pessoas articulavam expressões particulares de vida e narrativas oficiais para construir um local diferente de qualquer outro. Retirando o Mercado Público, e a cidade, das leituras generalizantes de patrimônio cultural, e colocando-o como singular, um lugar com nome e significados múltiplos. Isso porque as pessoas o reivindicam, fazem-no significativamente plural.

Nesse sentido, as práticas na/da cidade (1998), permitem pormenorizar abstrações daqueles que, na cidade, constroem seus espaços e suas vidas. Observadas pela lente que vagueia – aquela mesma que permite o sonho de Alice - as decisões na composição de cada experiência de modo de habitar, dos modos de significar os espaços e as atividades cotidianas, permitem a imaginação, a criação de personagens que jogam com essas histórias e com essas ambiências.

O *flâneur* está na Passagem Vivienne, pronto para mergulhar em Paris, como quem mergulha no mar. Sua Paris é a verdadeira, a do sonho, e não a Paris dos urbanistas e arquitetos, para os quais ela é uma simples entidade topográfica, com seu sistema viário e suas casas, com sua história, sua geografia, sua demografia. Não, a verdadeira Paris é a de Balzac, em que ele situou quase todos os seus personagens [...] (ROUANET, 1993; p. 23)

As personalidades artísticas são importantes pontos destacados nas narrativas oficiais de Pelotas. Quando (re)contadas reforçam as alusões aos ilustres nomes de poetas, escritores, pintores. Servem, em alguma medida, para conferir *glamour* para as “origens” históricas da cidade. Esses contos historicizados podem (e são) realizados por pessoas comuns, ainda que numa análise rasa sejam considerados “restos” ou “excluídos” dos discursos oficiais, insistem em se insinuar (DE CERTEAU, 1998). Atualmente, artistas populares fazem uso do espaço do Mercado Público para suas apresentações. São músicos, palhaços, poetas,

fotógrafos, que usam o espaço cotidianamente, para exporem seus trabalhos como meio de manutenção da vida, o que permite compreender o Mercado Público como um lugar de múltiplas criações.



Figura 58: Fotografia de apresentação com técnicas circenses apresentadas na rua Lobo da Costa que fica bloqueada para o trânsito de carros aos sábados, quando ocorrem o Mercado das Pulgas. Fonte: GARCIA, 2017.

Trata-se de manifestações sensíveis que narram o Mercado Público e a cidade alegoricamente. Metáforas de temporalidades diversas que abordam o mesmo espaço público e o modelam, ou narram diferentes modos de vida e práticas do espaço, criam diferentes alegorias do lugar.

Nessa etapa, foco em interlocutores que também expressam com arte sua vida. Um deles fala sobre o Mercado como um antigo morador da cidade, agora turista. Este é meu pai, que se converteu em interlocutor durante o período de reconhecimento de campo, quando aos poucos eu me introduzia nas abordagens sensíveis da relação da antropóloga com seus interlocutores. Nós não tínhamos o hábito de falar sobre a minha pesquisa, pois eu tentava manter minha família afastada de minhas práticas acadêmicas. Com a necessidade de produzir um material de avaliação para uma disciplina do curso de pós-graduação, sendo particularmente encantada por expressões musicais, comentei o fato com ele.

Meu pai reside em São Leopoldo (RS), cidade na região metropolitana de Porto Alegre (RS), e eu em Pelotas. Por isso trocávamos mensagem por um

aplicativo de celular. Não expus muitos detalhes sobre o assunto, mas inesperadamente, ele produziu um material, uma música, e me enviou. Considerei resgatar essa participação pelo viés da criação de um personagem, já que sua narrativa o desloca por várias temporalidades, compondo um quadro que se cria como verdade, sendo uma forma de contar experiências sobre o MP e sobre a cidade que ele conheceu na infância e que rememora, atualmente, pela sua experiência como turista. A composição de uma música, um samba, que pode ser lido enquanto poesia, conto ou história de uma cidade, descreve um Mercado no qual ele viveu, (re)criou, inventou.

No Mercado tem peixe
 Encontro salgado,
 Chope gelado, rapaziada afinada
 Pro samba do sábado, que ficou marcado.
 Sapato solado, Soldado do lado,
 Com todo cuidado, pra não ser culpado dos desconfiados.
 Fazer umas compras naquela feirinha
 Que tem no Mercado.
 Comer bom-bocado, o bom bem-casado,
 Isso tem
 O doce da terra
 Que é bem cotado.
 Vem cá, meu amigo, viver no Mercado.
 Sapato engraxado
 E o samba no sábado, que ficou marcado.
 Esse nosso Mercado, que já foi queimado,
 Hoje tá tão lindo, foi recuperado,
 Tá todo pintado.
 Vem cá, Pelotense, viver no Mercado.
 (Samba do Mercado. Letra e Música: Luís Carlos Garcia, 2017).

A narração se convertendo em arte (vice-versa), enuncia as experiências e seus significados - o que está para além do dito, do visível- daquilo que só pode ser alcançado por meio da enunciação “elipsada” de uma história modulada pela conjuração de um novo arranjo (DE CERTEAU, 1998). Ou seja, o autor considera que na narração, o trabalho não está em desvendar mistérios ocultos, mas sim em compreender que a arte de narrar uma história mostra o seu ponto de vista sobre uma questão. Não se trata de “objetificar” a fala, mas de admitir que haja uma articulação subjetiva sob o ponto de vista do arranjo feito pelo interlocutor. Algo que permite à/ao antropóloga/o adentrar num caleidoscópio de múltiplas associações, pela arte de pensar com o interlocutor. Nesse caso, coloca no cotidiano múltiplo, um Mercado pulsante.

Outros artistas selecionaram precisamente a atividade turística como área de atuação profissional. Assim, retorno um pouco no tempo para mostrar quando conheci Eduardo, no intuito de dar um pouco de contorno a criação de outro personagem. Eu estava sentada a uma mesa no largo do Mercado quando um rapaz abordou minhas amigas e a mim oferecendo artigos em couro que ele produzia. Um rapaz alto, negro, vestindo camiseta branca, calça jeans preta, um boné, óculos que se destacavam em seu rosto sorridente. Na mão, sobejando muitas bolsinhas em couro de várias tonalidades, que as oferecia em venda.

Ele se apresentava como Eduardo, de forma muita divertida, utilizando muitas palavras em inglês (algumas delas inventadas, com a terminação “*tion*” ou “*ator*”) que descreviam a finalidade que ele dava a cada um dos objetos. Eram portacelulares, porta-moedas, etc., em tamanhos diferentes, apresentados pelos níveis de “segurança” que dariam aos objetos dos compradores: “*golden-security*”; “*máster-security*”. Na apresentação ele dizia de onde vinha: “Massachusetts dos Estados Unidos do Lindóia”, uma forma criativa de denominar o núcleo Cohab. Lindóia, um conjunto habitacional popular no bairro Três Vendas, distante, aproximadamente, oito quilômetros do centro da cidade. Observava a sua abordagem a outros frequentadores que ocupavam diversas mesas, e percebia que por seu carisma inspirava divertimento, o que resultava em muitas vendas.

Para Agier (2011) cada um de nós consegue perceber o mundo que nos cerca e, em alguma medida, identificar as regras do jogo de cada circunstância. Ou seja, cada um consegue avaliar a forma como se desenrolam situações com base no ambiente, horário, entre outros elementos dispostos ao nosso redor. Essa leitura de circunstância permite combinações e decisões feitas por cada individualidade e possibilita que as pessoas se coloquem e interajam com os lugares e situações, criando meios de posicionarem-se nos variados quadros das relações vividas.

Com efeito, cada um entra numa situação e sai dela em função não tanto dos lugares e dos quadros institucionais onde se desenrola, mas do fato de ele ou ela partilhar o sentido em jogo na situação e compreendê-la o suficiente para poder entrar de uma maneira ou outra nas interações em presença – o que, seguindo alguns (Mitchell e Hannerz, principalmente), designei anteriormente como implicação situacional (*engagement situationnel*). Este condiciona a realidade vivida daqueles (AGIER, 2011; p. 89).



Figura 59: Desenho de Mister Negrinho e Eduardo, entre o centro e a periferia. Fonte: DIÁRIO GRÁFICO, GARCIA, 2017.

Nesse sentido, diante da experiência de Eduardo e aproveitando a oportunidade de manter suas necessidades de trabalho, algum tempo depois percebi que ele havia se transformado (Figura 60). Deparei-me com um curioso personagem. O Mister Negrinho, um personagem que desde 2016 está presente no Mercado Público, de terça-feira à domingo, conversando com as pessoas, contando histórias e fazendo amizades. Um homem alto, negro, de camisa social branca (ou rosa), colete marrom (às vezes curto, outras vezes longo e pontudo nas costas como uma casaca) decorado por muitos *bottons* de bancas do Mercado, e de lojas de outras regiões do centro, calça marrom (ou preta). Sempre com uma mala de viagem marrom, sobre ela muitos adesivos colados, à moda dos adornos do colete e um guarda-chuva preto. Na cabeça uma cartola marrom com um grande adorno em formato de brigadeiro, um doce de leite condensado e chocolate que na região é chamado de “negrinho”. Na outra mão, ele carregava as tais bolsinhas de couro de vários tamanhos, no rosto um grande sorriso.

Ele caminhava pelas ambiências do Mercado, abordando pessoas, conversando, brincando, fazendo fotografias e oferecendo os artigos para vender. Este era o Mister Negrinho. Eu o observava com alguma distância enquanto conversava com Éle, quando ele se aproximou e fez sua abordagem: “[...] Olá! Eu

sou o Mister. Negrinho, o docinho que virou gente na capital do doce. Direto do Reino das Delícias para o Mercado Central [...]” (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017). Após ser abordada por Mister Negrinho que apresentava em sua narrativa muitas falas do roteiro que eu presenciara no passado, percebi que alguns elementos da narrativa oficial foram incorporados, além de sua vestimenta.

Não se tratava mais somente daquele rapaz alegre, mas de um personagem que “eclodira” personificando as falas que ele havia composto, articulando o local, com suas experiências como ator, compositor e artesão, com as daquelas bancas que ele chama de “[...] investidores do Mister Negrinho [...]”. Agora se promovendo como “símbolo do turismo em Pelotas”, como ele dizia (ibidem, 2017). Quando ele terminou a sua abordagem, cumprimentou amigavelmente o interlocutor da Secult que me acompanhava, e tão breve quanto se deu esse momento, ele transicionou para Eduardo, a figura amistosa que eu havia interagido no passado.

A seleção do doce me deixava interessada, pois o “negrinho” não é um dos doces considerados “tradicionais” entre os conhecidos como “carro chefe” da produção doceira em Pelotas. É um doce popular, comum em festas de aniversário, muito consumido no Brasil. O que me permitia pensar a respeito da sobreposição narrativa que a figura do personagem carregava em seu modo de vestir, de se expressar dentro daquele contexto patrimonial. Ele “alargava” a narrativa oficial, subvertendo-a para suas necessidades. Fazendo as escolhas de alguns elementos que, particularizavam-se, naquela situação.

Os artigos que comercializava eram do mesmo tipo, mas ao longo do tempo foram sendo incorporados outros objetos, tais como ímãs de geladeira em formato dos doces “tradicionais” de ovos, quindins, camafeus, trouxinha de nozes, todos esses elevados como símbolos da tradição doceira das elites da cidade. Assim como a sua narrativa de apresentação da procedência do personagem:

Mister Negrinho nasceu há muitos anos no Reino das Delícias, comandado por seu pai, o **Rei Alberto**. Após encontrar um lindo **Cavalo Branco** próximo aos campos da **Imperatriz**, cavalcou por muitos anos até chegar na **Terra Sul**, encontrando repouso e descanso na **Praça 7** ao entorno do atual Mercado Central. Conheceu uma donzela bem bonita de família nobre, **Fran’s**, que, ao beijá-lo, o transformou em gente, contou-lhe a história da cidade de Pelotas **e também da contribuição do povo negro na construção da Capital Nacional do Doce** (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017, grifos meus).

Os destaques dados a sua fala se referem às bancas apoiadoras do seu trabalho, ou seja, incentivos financeiros que ele recebe para fazer a divulgação a partir de seu personagem. Interessante notar que suas menções colocam a confrontação da narrativa oficial com a sua própria relação com ela, o que dá ênfase e justifica a escolha do doce para o seu personagem. Quando fala da realza do personagem e sobre a contribuição do povo negro, ele soma e, ao mesmo tempo, sobrepõe narrativas. Assim, ele mostra que sua escolha é também uma forma de reescrever a narrativa oficial pela sua atuação no contexto do turismo na cidade. Igualmente, quando ele se promove a partir do *slogan* “o docinho que virou gente”, referindo-se ao doce negrinho, estabelece uma crítica direta a origem escravocrata da cidade.

Essa analogia, utilizada como estratégia de marketing é, fortemente, carregada de um discurso humanizador, no qual chama atenção para uma questão discutida sob o ângulo das políticas raciais, qual seja a nomenclatura adotada popularmente para o brigadeiro: “negrinho¹¹”, naturalizada por uma sociedade onde sobrevive o racismo. Ele reforça seu posicionamento quando, ao humanizar o doce, afirma uma alteração radical do doce em gente, leia-se “o negro que virou gente”. O que não deixa de trazer à luz a representatividade das origens negras na construção da cidade, que se mantém como um discurso subterrâneo da composição de narrativas patrimoniais de Pelotas.

Além disso, segundo Louise Alfonso e Flávia Rieth, situações rituais de festividades religiosas faziam transitar em espaço público os doces “[...] Amanteigados, Ninhos, Fatias de Braga, Bem casados, Olhos de Sogra, Pastéis de Santa Clara e Quindins [...]” (ALFONSO; RIETH, 2016, p. 142). Estes doces “[...] eram dádivas oferecidas pela elite local nas festas privadas, no interior dos casarões, no centro da cidade” (idem, 2016), e somente “transitavam” pelas ruas em situações pontuais.

A incorporação transeunte do personagem atualiza e, quem sabe, massacra esse momento da história, pois em sua atividade ele faz os doces “caminharem” pela cidade todos os dias, indistintamente, propondo, pela sua figura, a reflexão potencial. Pois ele dispõe sobre uma bandeja ímãs em formato dos doces de ovos oficializados, incluindo o negrinho, os oferecendo em venda em suas abordagens,

¹¹ Assim como: Nega maluca e Beijo de mulata.

não somente aos turistas, mas também aos residentes da cidade. Isso acaba por colocar em cena certa ambiguidade provocativa expressa pela relação da marginalidade do doce de leite condensado em diálogo (ou contraposição) aos doces *finos*. Pois suscita uma reflexão acerca da seleção daquilo que é considerado “fino” ou “ordinário” nas narrativas oficiais. Incluindo a relação indistinta que ele estabelece com turistas, permissionários, promotores de eventos, barbeiros, moradores em situação de rua, ou seja, com o público heterogêneo que dá expressão viva ao MP. Ele faz uma união entre o doce sacralizado enquanto símbolo da narrativa oficial e a banalidade inerente ao homem ordinário (DE CERTEAU, 1998), declarada pelo doce negro, em sua *peregrinação* diária para o sustento da vida. Ele aciona a dimensão da atividade turística como meio de subsistência, representando um doce banalizado, quase marginal. Se considerarmos que algumas categorias de doces não são incluídos na “vitrine da cidade”. O doce de leite condensado apesar de ser um dos doces mais consumidos em todo o Brasil, não é, em Pelotas, valorizado como um doce fino, ou seja, selecionado como patrimônio. Por ser um morador de bairro periférico “ganhando a cena” e fazendo do patrimônio o seu palco, o interlocutor acaba, assim, por popularizar a narrativa oficial transformando-a em um conto, uma poesia dos modos de habitar e narra à história oficial com elementos e referências que fazem parte do seu modo de vida.

Passei a participar de momentos de sua rotina, fui conhecendo a pessoa por de trás da “fantasia”, que revelou a forma como surgiu o personagem e o que significa sua experiência. Para ele, resulta de um sonho,

[...] uma ideia, era Deus que me inspirava e que me tocava e dizia pra eu ir atrás do meu sonho. Tu chegasse a conhecer o Lanceiro Negro? [...] um cara vestido em farrapos e ensanguentado, com uma lança que andava aí pelo centro? Era eu. Também sou um autor premiado [...] (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

Ele me contava sobre sua vida em outros personagens como o Lanceiro Negro, que fazia referência a uma revolução que acontecera no Rio Grande do Sul, no contexto da produção saladeiril na região sul. Sua inspiração naquele momento era, dizia ele, “[...] fazer as pessoas pensarem. Aquilo chocava, sabe?! Mas eu cansei das lutas dos discursos de justiça histórica. O Mister Negrinho veio para adoçar o passado salgado do povo negro. Veio para liberar o perdão [...]” (*ibidem*, 2017).

Ao criar seu novo personagem, ele também criou outra forma de alimentar um pensamento crítico à respeito dos apagamentos da contribuição negra na construção da cidade de Pelotas. Ele se coloca, assim, como um personagem entre o sal das charqueadas e os doces das casas senhoriais do centro antigo e do atual Mercado Público, referindo-se aos negros escravizados, se dizia representar o “perdão” sobre o modo de produção escravista que gerou o poder econômico e a construção do *centro histórico* atual. Outros elementos vão sendo incorporados aos seus produtos de venda, atualmente, estes são cartões postais com os pontos considerados turísticos pela a administração pública.

Certo dia, ele estava muito animado, pois havia conseguido vender muitos cartões, e me dizia que entre os modelos havia um lhe estampava em frente a uma das antigas charqueadas, localizada às margens do arroio Pelotas e que restara apenas um. Pediu minha caneta emprestada e, no verso, escreveu uma dedicatória que condensava nossas conversas, e me deu. Ali dizia: “Esta fotografia representa a liberdade. De um povo que ainda está acorrentado em seus pensamentos. Eu liberto o PERDÃO sobre a cidade de Pelotas, e as famílias que escravizaram os negros” (Transcrição da dedicatória do cartão postal, 2017) (Figura 61).

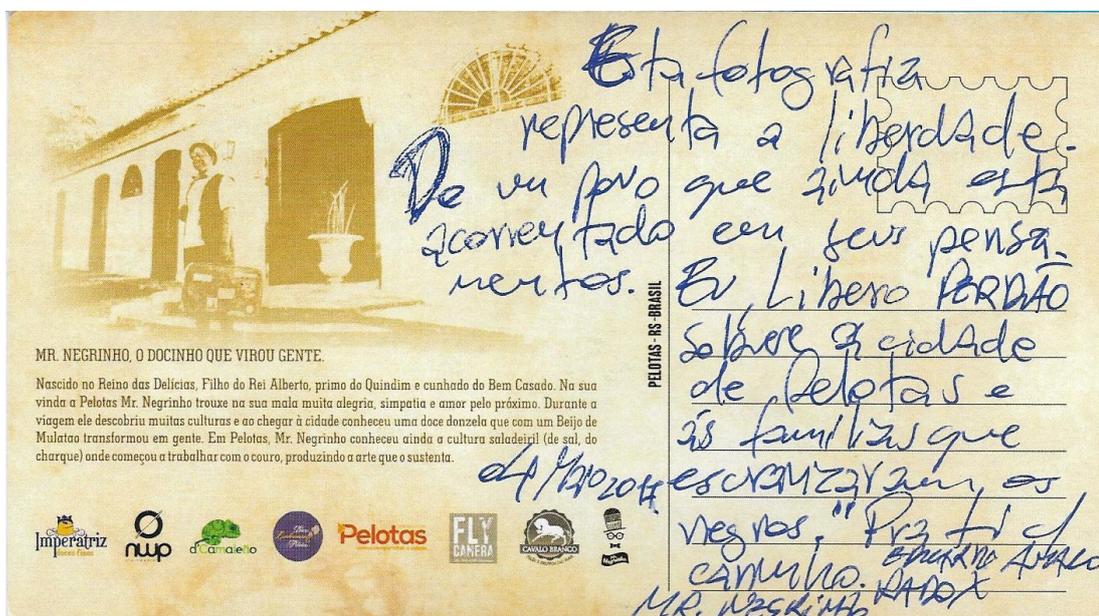


Figura 60: Cartão postal que estampa charqueada da cidade e o personagem Mister Negrinho. Fonte: GARCIA, 2017.

É interessante perceber que as narrativas se alteravam *durante* nossas conversas à medida que o tempo passava. O interlocutor se apropria do discurso oficial e o transfigura a partir da sua visão de mundo. No texto que integra o cartão, ele destaca as atividades econômicas das charqueadas: o couro do gado abatido, que atualmente ele utiliza para confeccionar as bolsas com as quais provê o seu sustento. Ele propõe, assim, a constante apropriação das falas institucionalizadas ao seu cotidiano na esfera do trabalho, no âmbito da criação, do reconhecimento e valorização da identidade negra, e na conquista de um espaço para si no contexto do turismo patrimonial. Quer fosse na sua narração como personagem, quer fosse nos momentos em que falava como Eduardo, estava a dimensão humana de um homem que viu nessa ocupação artística um modo de enfrentar as dificuldades de manutenção da vida, a filha para criar. Essas características articuladas, sobre os elementos históricos e narrativas oficiais são conectadas e assumidas para (re) criar constantemente o personagem, e para falar de si mesmo. Assim, mostram um homem criativo, sonhador, sem deixar de pensar as narrativas oficiais criticamente.

Em outro momento, contava-me sobre sua família e principalmente sobre a influência de sua mãe, uma mestre griô, cuja prática de vida é a de contar histórias, um meio de se relacionar com a vida e as pessoas na urbe aprendida e praticada também por Eduardo. As influências de sua família, assim como das famílias da elite da cidade também me eram contadas por ele:

[...] minha mãe foi ainda menina foi para Porto Alegre fazer curso de corte e costura com a Sra. Graciela Simões Lopes, daí teve uma aproximação entre as nossas famílias. Depois ela até foi madrinha de casamento da minha mãe. Então a minha família já tem mais ligações com a história dessa cidade. [...] Eu moro na Cohab Lindóia, acordo todos os dias lá pelas quatro, cinco horas da manhã, e faço as bolsinhas de couro. Eu mesmo corto e costuro e venho pra cá, depois do meio dia, pra vender [...] antes eram só as bolsas, depois o pessoal viu aqui, o pessoal da bancas, o D. foi o primeiro a abrir espaço pra mim. Criei o personagem, ele me deu uma mão [...] pros turistas e o pessoal que compra, quando não tem dinheiro ele deixa eu passar o cartão lá na doceria. É uma parceria, ele me ajuda e eu divulgo a banca. Depois o pessoal da loja de lembranças também começou a me ajudar [...] esses adesivos e *bottons* é dos apoiadores, se param de apoiar eu tiro da mala e quando voltam, daí eu coloco de novo. É dureza, às vezes eu também não tô legal, mas as pessoas são legais. Elas sorriem e conversam comigo [...] às vezes venho mal pra cá, mas daí vou andando, trabalhando e tudo muda, volto leve e alegre pra casa [...] (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

Suas interpretações acerca do Mercado e da cidade se misturam com as críticas sobre a ausência ou a marginalidade “[...] do negro e do pobre [...]” (*ibidem*,

2017) nas narrativas oficiais de cidade, o que também se apreende da divisão espacial do centro, conforme mencionado anteriormente. As práticas do personagem, assim como dos frequentadores da festa “Sexta Black”, dissolvem e/ou desfragmentam os “limites” estabelecidos nas narrativas oficiais proporcionando, mesmo que momentaneamente, conexões entre as ambiências dos espaços públicos. Ele fala sobre os seus anseios como profissional da arte, atuando com os turistas, quando contava um pouco sobre as histórias da cidade, e demais visitantes do Mercado, “[...] meu personagem é negro, eu sou negro, quero mostrar essa contribuição afrodescendente pra quem está aqui e pra quem vem visitar [...]” (*ibidem*, 2017).

Eduardo, dominando aspectos de dispositivos legais, fez o registro do personagem junto à Biblioteca Nacional, o que segundo ele o permite reivindicar direitos autorais de personagens de mesmo tema (doces personificados). No entanto, a presença de personagens desse tipo na edição de 2017 da Fenadoce (Feira Nacional do Doce), evento realizado em Pelotas anualmente, voltado ao turismo na região, apresentou os doces “oficiais” produzidos na cidade, também, como personagens, entre eles, não havia um doce negro. Isto foi particularmente inquietante para Eduardo, tendo sido entendido por ele como um tipo de “[...] discriminação, por ele ser um doce negro [...]” (*ibidem*, 2017). Nessa edição do evento, foi criado um personagem de nome “Beijinho”, um doce de leite condensado, branco. Outra questão que se insinuou nesse evento foi o fato de os personagens utilizarem sotaques de idiomas europeus, o que tende a reforçar a separação entre os doces oficiais dos populares, do banal.

Segundo Eduardo, algumas situações pelas quais ele passou em sua relação com a gestão municipal, não geravam o reconhecimento de sua atuação no Mercado e nem tinha satisfeita a sua pretensão de ser um “símbolo” relacionado ao turismo, o que ele considerava como sendo ações “[...] incoerentes e injustas com o Mister Negrinho [...]” (*ibidem*, 2017), e imprimiam nele certa impaciência, gerada, principalmente, pela “[...] falta de reconhecimento do poder público [...]” (*ibidem*, 2017) sobre suas atividades. Então, em alguns momentos, ele pensava em desistir, fazendo longas declarações em sua página na internet.

Mas, ao mesmo tempo, demonstrava a satisfação com o apoio recebido pelos permissionários das bancas, frequentadores e, principalmente, dizia-se agradecido pelo carinho recebido das crianças com quem interagia. Em outros momentos, sua

relação com o poder público se alterava e ele era convidado a participar, com seu personagem, de ações solenes junto às instâncias da administração, e nas escolas da cidade, onde ele buscava “[...] adoçar o processo de ensino para as crianças [...]” (*ibidem*, 2017).

Essas ocasiões mostram que o personagem de Eduardo, o Mister Negrinho, se mantém como figura negociada, podendo assim, ser convencionado e aceito pela gestão como um “símbolo do turismo na cidade”, ou ser mais um artista popular “ganhando a vida” no Mercado. Mas nenhuma das posições que ele assume faz com que a outra seja totalmente anulada, pois em ambas ele extravasa sua visão de mundo; sua representatividade como habitante de bairro periférico; sua relação com os mais variados grupos que frequentam os eventos no MP, como a *Sexta Black*, com os quais Eduardo também dialoga em suas práticas cotidianas.

Frequentemente ele participa dos eventos musicais, ajudando a promovê-los também. Quando se dizia “fora do personagem”, mesmo ainda estivesse caracterizado. Em várias ocasiões o encontrei integrando as festas, cumprimentando os realizadores, dançando com os frequentadores, em demonstrações de laços de amizade duráveis que se estendem para além de sua atividade profissional, assim, ele se mostra um morador da cidade, um habitante do Mercado. Em minhas observações o via como uma pessoa que promove coesão no espaço, integração entre temporalidades.

Sua relação de cordialidade era a mesma com os moradores dos bairros, e com os moradores em situação de rua e com os turistas. Em sua dinâmica no Mercado todos eles eram fotografados e as imagens eram publicadas em sua página na internet, acompanhadas de textos que agradeciam a simpatia e carinho recebidos, contava sobre suas histórias de vida, como os havia conhecido e o que representavam para ele ou para seu personagem. Nos ônibus, que circulam pela cidade, ele também faz amizades. Não foram poucas as vezes que lhe encontrei trajando seu personagem, aguardando a condução que o levaria para a casa depois de caminhar muitos quilômetros pelos corredores e arredores do Mercado.

Essas práticas do espaço que conformavam a relação do personagem com as narrativas oficiais sobre Pelotas, também mostram a conexão que ele realiza com os “fragmentos” da cidade, pois pelo seu trânsito ele vai ligando *trajetos* entre “os centros” e a periferia. Eduardo utilizava, em seu deslocamento, os transportes coletivos urbanos para ir e voltar do trabalho. No entanto, em suas atividades

profissionais, embarca em um ônibus turístico, amarelo e antigo, denominado como Expresso Quindim, que foi criado por iniciativa do permissionário de uma doceria famosa no MP e, atualmente, é apoiada pela SDET. Por esse ônibus é realizado um passeio pelos pontos turísticos incorporados à rota programada, que inclui entre outros lugares, as charqueadas e o *centro histórico*. Atualmente esse roteiro guiado por Mister Negrinho custa, aproximadamente, R\$300,00 para um grupo fechado com até vinte e cinco pessoas. Em termos de dinâmica e técnica turística, essa proposta encerra o turista ou participante em uma “bolha” (Cf. LUCHIARI, 2000), onde são mostrados os locais selecionados para contar que história conformou Pelotas. Extrapolando o roteiro com a presença do personagem negro, como ele se coloca, parece subjetivamente mexer com a narrativa oficial. Em termos práticos, ele personifica a conexão das culturas marginais com as “histórias da elite dos casarões”. O turismo, portanto, além de operar na lógica da *requalificação*, também se coloca como possibilidade de transformação ou transgressão das narrativas oficiais, pelos usos feitos pelas pessoas para construção de suas próprias narrativas. Nesse caso, a atividade turística também pode ser analisada em Pelotas como uma atividade ambígua.

A relação com esses personagens me permitiu reflexões sobre o que De Certeau (1998) chama de “bricolagem” (1998; p. 94). Nesse sentido é que ele coloca a figura do “homem ordinário” no contexto das relações sociais que constroem os significados dos lugares na/da cidade. E desloca a figura dos cargos de poder como únicos responsáveis pelos sentidos possíveis de se habitar e construir narrativas sobre ela. O fio mantenedor das atividades mercadológicas do turismo se utiliza das narrativas oficiais que são “ajustadas” por esse homem ordinário de acordo com possibilidades incalculáveis de narrar a si mesmo, as suas experiências e modos com os quais significa os espaços públicos. Assim como dá forma a “realidade” que por ele é imaginada, sonhada. Essas narrativas são, portanto, recortadas, copiadas, coladas, costuradas, pintadas, moldadas, associadas, sobrepostas, constantemente. As referências são diversas, criam versões de cidades, pelas versões de histórias da cidade. São capazes de contribuir para a transformação ininterrupta de significação das paisagens da urbe. O homem ordinário é também responsável (e fundamental) para a compreensão das práticas dos espaços. Pois são elas, de acordo com De Certeau (1998) “às maneiras de frequentar um lugar, [...] mil modos de instaurar uma confiabilidade nas situações sofridas, isto é, de abrir ali uma possibilidade de vivê-

las reintroduzindo nelas a mobilidade plural de interesses e prazeres, uma arte de manipular e comprazer-se” (1998; p. 50-51).

Mas os deslocamentos na cidade também proporcionam outras leituras narrativas que se apresentam de forma inesperada em vários pontos dela. São fotografias, objetos que estampam motivos do patrimônio, onde muitos deles destacam o Mercado Público como símbolo do *centro histórico*. Em minhas atividades de campo passei a me deparar com esses objetos, mapas e narrativas da história da cidade dispostas em vários estabelecimentos comerciais. Elementos que me faziam pensar que se em algum momento houve um esforço na descentralização pela construção de mercados marginais, conforme afirma Santos (2014), a atual construção da narrativa oficial da cidade conduz à centralização de Pelotas, tendo o *centro histórico* como começo e fim da urbe. Essa relação foi pensada a partir das orientações de Magnani (2002), onde antropologia na/da cidade também compreende um olhar de “*fora e de longe*” (MAGNANI, 2002, p. 17), mas atento aos *trajetos* construídos que conectam os fragmentos da cidade.

4- PELOTAS NO PAÍS DAS MARAVILHAS: O MERCADO FORA DO MERCADO, POR MAIS TRAJETOS E MENOS FRAGMENTOS.

A Lebre de Março pegou o relógio e contemplou-o melancolicamente. Depois mergulhou-o na sua xícara de chá e fitou-o de novo. Mas não conseguiu encontrar nada melhor para dizer que seu primeiro comentário: “Era manteiga da melhor qualidade.”

Alice estivera olhando por cima do ombro dela com certa curiosidade. “Que relógio engraçado!” observou. “Marca o dia do mês, e não marca a hora!”

“Por que deveria?” resmungou o Chapeleiro. “Por acaso o seu relógio marca o ano?”

“Claro que não”, Alice respondeu mais que depressa, “mas é porque continua sendo o mesmo ano por muito tempo seguido.”

“O que é exatamente o caso do meu”, disse o Chapeleiro. (Lewis Carrol, Alice no País das Maravilhas, Carrol, 2002, p. 54-55)

A construção narrativa evocada pela criação do *conjunto patrimonial* no centro histórico de Pelotas retrata a cidade do início do século XX. Essa intenção cimenta a atividade turística como fio mantenedor das atividades comerciais que passaram a caracterizar o atual Mercado Público, juntamente com os eventos musicais em constante efervescência, mas que não se encerra aí. Essa narrativa é conduzida pelas pessoas e pela cidade, e tende a uma dinâmica de movimento indutivo, onde ambientações de restaurantes, docerias e supermercados, panfletos e variados objetos conduzem a essa construção, reforçando narrativas oficiais.

Se nas categorias de *mancha* e *trajeto* Magnani (2002) propõe uma antropologia de “*perto e de dentro*” (2002, p17), ou seja, uma abordagem participativa, para analisar as relações das pessoas com a paisagem construída e

significada por elas, ele também admite a possibilidade de uma abordagem de “*fora e de longe*” (MAGNANI, 2002, p. 17). Essa abordagem permite, em alguma medida, atender para os trajetos construídos imageticamente na cidade que conecta o que aparentemente tem-se como espaços fragmentados. Nesse sentido, pensar os caminhos percorridos durante a construção das reflexões apresentadas anteriormente, me conduziram a prestar atenção para uma construção narrativa disposta *pela* cidade, em forma de fotografias, textos e objetos que expõem o MP como símbolo para narrar que cidade é essa.



Figura 61: Aquarela “A torre do relógio do Mercado Público”, elevada como símbolo pela administração pública para tratar do tema cultura em imagens institucionais do *centro histórico* da cidade e do tema do turismo. Fonte: GARCIA, 2017.

O que ele denomina de *fora e de longe* é traduzido pelo “pressuposto da totalidade” (2002, p. 18) consiste em analisar:

[...] a paisagem em que essa prática se desenvolve, entendida não como mero cenário, mas parte constitutiva do recorte de análise. [...] O uso vernacular da cidade (do espaço, dos equipamentos, das instituições) em esferas do trabalho, religiosidade, lazer, cultura, estratégias de sobrevivência, são os responsáveis por sua dinâmica cotidiana [...]. Não se trata, evidentemente, daquela totalidade que evoca um todo orgânico, funcional, sem conflitos; tampouco se trata de uma totalidade que coincide, no caso da cidade, com os seus limites político-administrativos [...] (MAGNANI, 2002, p.18-19).

Dessa forma a cidade não é meramente uma delimitação geográfica, pois tem seus significados conduzidos pelos caminhos construídos pelas pessoas em suas

vidas cotidianas. Assim, tanto a prática quanto a experiência etnográfica compreendem a atenção aos imprevistos do campo, permitindo a conexão entre elementos que não se buscava encontrar.

Não é a obsessão pelo acúmulo de detalhes que caracteriza a etnografia, mas a atenção que se lhes dá: em algum momento os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento [...] Dessa discussão emergem algumas considerações: a primeira é que se deve distinguir entre “prática etnográfica” de “experiência etnográfica”: enquanto a prática é programada, contínua, a experiência é descontínua, imprevista. (MAGNANI, 2009, p. 136)

A disposição de material “informativo” sobre a cidade auxilia na percepção dessas conexões narrativas. Ao lançar a provocação sobre “como pensam as imagens” Samain (2012, p. 31), afirma que as imagens participam de um sistema de pensamento e nos fazem pensar, propiciando articular várias possibilidades a partir da realidade que, em cada um, elas evocam. A possibilidade de criação e imaginação a partir do pensamento em contato com as fotografias permite arranjos afetivos sobre a cidade e sobre o Mercado Público elevado a símbolo, nesse caso, elevado a um personagem do qual os habitantes da cidade falam, pois, o construiu. Cada um com base em suas experiências e memórias.

De acordo com Entler (2012) a fotografia coloca o espectador em contato com diversas possibilidades de leitura da realidade. Ou seja, podemos ser fisgados e ligados a ela de forma a quereremos saber mais, pois existem em estado latente realidades ausentes que nós, como observadores, buscamos responder, desvendar os mistérios históricos, as relações e as experiências contidas nesses lugares. Segundo Daniele Bezerra (2015) a imagem dá vida ao que retrata, pois pensamos não só com ela, mas a partir dela, criando realidades:

Embora seja possível considerar a fotografia impressa como um objeto, a qualidade fenomenológica da imagem que resulta na fixação de algo que não é mais, “a imagem viva de uma coisa morta” (Barthes 2010: 89) faz com que a fotografia seja compreendida como uma “epifania”, tal como proposto pelo antropólogo Etienne Samain (2012b: 157), uma revelação. Nesse ponto, a imagem fixada que objetifica o referente é o convite para um mergulho atrelado à própria capacidade do pensamento, pois a fotografia é associativa, além de narrativa (BEZERRA, 2015, p. 122-123).

A esse pensamento, defluiu-se as imagens são condutoras de significados que revelam valores subjetivos. As reproduções de imagens do Mercado Público, que aparecem espalhadas pela cidade como uma relação imaginada entre os cidadãos e

a urbe (ou como uma representação icônica dela) estão fortemente atreladas a uma narrativa turística, mas, também, a uma apropriação das pessoas que deslocam estes elementos de valor simbólico da cidade, (re) significando-os em seus contextos, para distintos usos.

O Mercado Público estampado em vários lugares cumpre o papel das narrativas oficiais, mas não apenas. Essa prática não parte de uma entidade sem forma, resulta de políticas públicas de patrimônio, mas, também de pessoas que decidem imprimir em seus lugares cotidianos - de moradia ou trabalho - elementos que a evocam e criam um “retrato intuitivo” do patrimônio. São elaborações simbólicas que ativam e agregam valor a elementos destacados da paisagem da urbe, e se apresentam como sentidos possíveis de leitura dos espaços urbanos, e que falam sobre o *centro histórico* como um ponto de referência. Assim, compreendo o Mercado enquanto uma ideia que dá “sentido” e se faz presente em outros lugares.

Como *flâneuse*, comecei a encontrar o Mercado Público em outros locais da cidade, em momentos em que passava por ele não estando lá (ROUANET, 1993; PEIRANO, 1995). Como por exemplo, uma ocasião em que ao ir ao supermercado em bairro a aproximadamente três quilômetros do *centro*, encontrei uma imagem do Mercado Público, somada a um texto informativo sobre a cidade do século XVIII, quando para mim, nesse painel, ele representava a história de uma cidade presa ao passado (Figura 63). Essa ideia de cena vazia também foi percebida em outras imagens observadas por mim, apresentadas logo adiante, como é o caso da figura 64.



Figura 62: Fotografia do mural de informativos turísticos e serviços variados em supermercado. Fonte: GARCIA, 2018.

Eu saía do supermercado mais próximo à minha casa, quando descia a rampa com minhas compras, logo ao chegar ao patamar térreo que dava acesso ao estacionamento, havia um grande mural com muitas fotografias da cidade, em sua maioria do *centro histórico*. O Mercado Público era retratado em destaque em um anoitecer, a meu ver, sombrio, talvez porque o esvaziamento do tempo presente na imagem me remetesse à ideia de uma cidade fantasma, ou ainda de uma cidade habitada pela fantasmagoria do passado.

A montagem dessa narrativa, extraída da página oficial da prefeitura, amarra Pelotas àquela dos doces “portugueses”; da “cultura” e dos eventos artísticos; das universidades e da “erudição”, por fim; das charqueadas. Ao lado, fotografias vazias de gente, com foco nos casarões, um mapa da praça e das ruas que a circundam.

Essa composição foi possível de ser observada em outros estabelecimentos que usavam das imagens do patrimônio para ambientação no contexto das narrativas oficiais. Foi o caso, por exemplo, de uma doceria localizada no centro da cidade, nas proximidades do Mercado Público. Acomodei-me a uma mesa e enquanto aguardava o que havia solicitado, comecei a olhar para os lados. Quadros e fotografias nas paredes criavam o clima histórico. Nas reproduções de cartões postais do início do século XX é possível ver um aglomerado de pessoas circulando pelas ambiências do MP. As fotografias do presente, entretanto, pareciam mortas,

não havia nelas pessoas retratadas. Comecei a fotografar aqueles quadros, aplicando zoom para que pudesse me certificar de que meus sentidos não estivessem equivocados.



Figura 63: Fotografia do banner de fotografias que mostra imagem do Mercado Público no ano de 1913, na doceria Otto, no centro comercial de Pelotas. Fonte: GARCIA, 2018.



Figura 64: Fotografia do banner dos prédios institucionalizados em Pelotas. Mercado o Mercado Público. Local situado na doceria Otto, no centro comercial da cidade de Pelotas, RS. Fonte: GARCIA, 2017.

À primeira vista me senti incomodada, após um tempo comecei a refletir sobre questões como os apagamentos sociais. As fotografias ensejavam certo distanciamento em relação às pessoas que habitam a cidade, uma vez que apesar de algumas imagens serem contemporâneas, elas não mostravam uma cidade pulsante, como postula a nova versão do *site* da Prefeitura.

Assim o ato de pensar a arquitetura do presente exposta em fotografias com referências ao passado, injetava uma espécie de poder que ecoa e rememora as ausências desses lugares, “[...] parece que a glória da arquitetura é tornar presente não aquilo que não é mais, mas aquilo que foi através do que não é mais [...]”, (RICOEUR, 1998; p. 41). O Mercado Público, e a ideia de *centro histórico* nas narrativas oficiais da cidade, buscam condensar alguns aspectos da história de Pelotas, e as imagens do lugar, fixadas nos mais variados estabelecimentos e dispositivos reforçam essas políticas públicas. Dessa forma, sendo locais ou serviços que remetem à atividade turística, o painel de informações situado no supermercado e as imagens na doceria, atendem às narrativas oficiais calcadas nas memórias do passado. Postulam uma tendência de mostrar os receptivos turísticos como local de experiência solitária, muitas vezes, nesses caminhos, as experiências dos cidadãos e seus cotidianos são “apagados” dos lugares (GARCIA, 2017).

A celebração do passado, a partir da patrimonialização, se cristaliza, por exemplo, em políticas de preservação que buscam, seletivamente, elementos do passado para representar um bem de paisagem pública, o que se torna, portanto fictício, pois se vale de recortes (restritivos em seu princípio) de “verdades históricas” que, geralmente dão ênfase a atos pretensamente heroicos aos quais são conferidos a “patente” de patrimônio cultural. Nessa articulação, os demais elementos, ou seja, as demais narrativas possíveis parecem ficar relegadas ao esquecimento.

Da ênfase dada durante as discussões feitas, portanto, trago mais um exemplo de uso das imagens dos casarões para alimentar outra reflexão. Ou seja, quando as imagens são usadas para promoção de um estabelecimento comercial e acabam por transgredir a narrativa oficial. Como é o caso de um calendário que foi deixado na caixa de correios de minha casa. Trata-se de um material de divulgação de uma loja de ferragens em bairro afastado do Mercado Público.

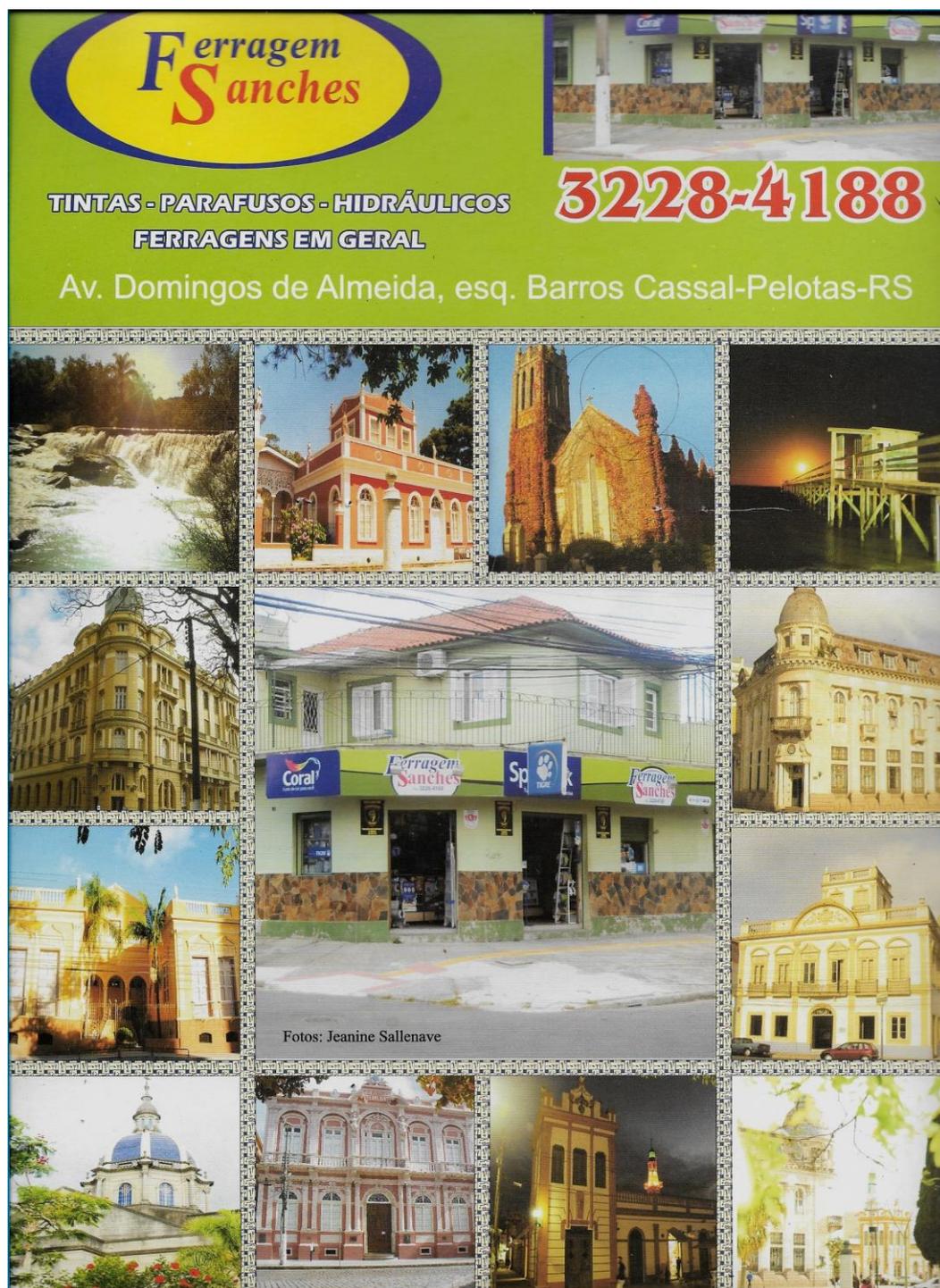


Figura 65: Ilustrativo de calendário anual de uma ferragem no bairro Areal em Pelotas. Fonte: GARCIA, 2017.

A imagem estampa as seleções dos casarões feitas de forma semelhante ao mapa exposto no supermercado, mas dessa vez no centro da montagem, ao invés da praça, está a imagem da própria loja que o confeccionou. Pela substituição se percebe uma negociação da narrativa oficial ao contexto do bairro onde é possível observar que as pessoas conectam o que o poder público segmenta. Dessa forma,

parece haver uma bricolagem que transgride a narrativa oficial, pois ainda que aparentemente ela permaneça a mesma, o deslocamento da cena vazia para o cotidiano do bairro particulariza o discurso. Um *trajeto* visual que conecta a cidade a partir de outro referente que não faz alusão a opulência da Praça Coronel Pedro Osório, mas à esfera do trabalho do homem ordinário.

Nesse sentido, pensar a composição narrativa de patrimônio e de turismo, me permite refletir sobre os elementos da composição das paisagens cotidianas, fluxos e dos trajetos que não estão somente na paisagem, mas nas escolhas feitas pelas pessoas atuando no contexto da cidade. Para Rouanet (1993) a perspectiva panorâmica de urbe, com o flunar através das paisagens, permite pensar que, para além das narrativas oficiais, existem narrativas arquitetônicas obscurecidas que seguem sendo “traduzidas” por várias frentes. Nas palavras de De Certeau (1998), são como a voz do homem ordinário, daquele interlocutor que também cria suas narrativas e imagina os lugares onde habita:

A cidade-panorama é um simulacro “teórico” (ou seja, visual), em suma, um quadro que tem como condição de possibilidade, um esquecimento e um desconhecimento das práticas. O deus *voyeur* criado por essa ficção e que, como Schreber, só conhece os cadáveres, deve excluir-se do obscuro entrelaçamento dos comportamentos do dia-a-dia e fazer-se estranho a eles (DE CERTEAU, 1998; p. 171).

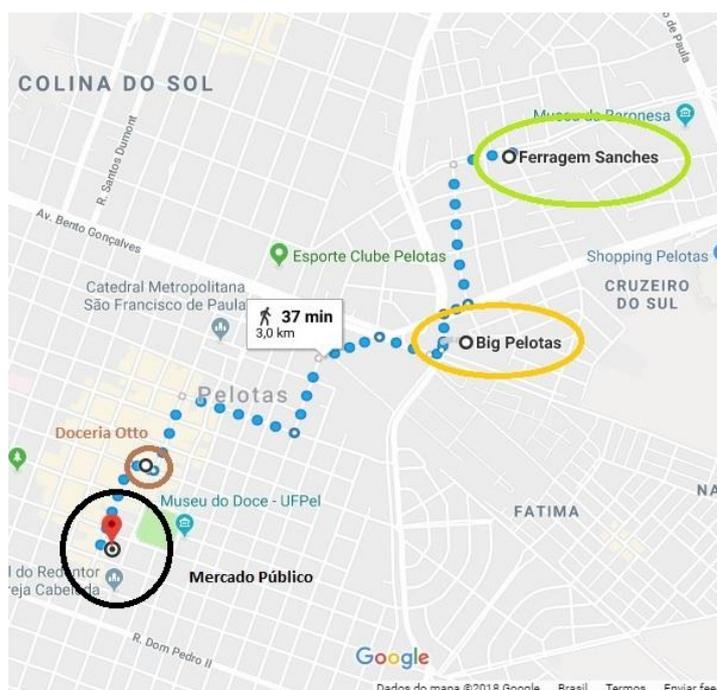


Figura 66: Mapa construído a partir das imagens encontradas do Mercado Público. Fonte: GOOGLE MAPS, 2018.

Assim, ao tomar o patrimônio como “entidades mortas” que ganham vida com as narrativas das práticas de habitar os lugares, o Mercado Público é incorporado às relações sociais do presente por novas composições do passado. Dessa forma, retorno aos movimentos pela cidade, esses caminhos que Ingold (2005) diz fazerem parte da nossa experiência de corpo, de conhecimento para além dos mapas, que incorporam performances em possibilidades fantásticas de imaginação, de representação de mundo e criação pelos caminhos nas ambiências da cidade. Perambular por ela, ir ao supermercado, comprar um objeto, tomar um lanche passam a serem ações carregadas de sentido e constroem outros tipos de mapas. As imagens oficiais induzem a um percurso que leva ao centro da cidade. Por outro lado, o meu deslocamento e as imagens (re) significadas do centro me motivaram a compreender a urbe de modo não fragmentado (Figura 67). Permitindo refletir sobre uma cidade em processo, onde o Mercado Público e suas dinâmicas com o centro e os bairros não se dão ao acaso. As narrativas da cidade estão impressas também na sua dimensão pulsante, como palimpsestos de sentidos.

Conforme discutido até o momento, o caráter da cidade em transformação incide na revisão das narrativas oficiais, que também demonstram alterações. Durante os dois anos nos quais realizei a pesquisa eu mescliei várias técnicas. Busquei dados sobre a cidade disponibilizados no *site* da Prefeitura, que somaram à empiria informações consistentes sobre a forma como o patrimônio é promovido pelo poder público local.

A nova versão do *site* da cidade, lançada em 2018, mostra não somente a, representação da torre do relógio do Mercado Público para se referir ao tema do patrimônio, mas do *centro histórico*, que aparece no *site* com grande fluxo de pessoas em imagens se movimentando em sentido randômico e que dão a impressão de cidade ocupada e vivida. Ao contrário das fotografias vazias mencionadas anteriormente. Isso permite aludir que a transformação nas narrativas oficiais incorporam, aos poucos, as dinâmicas de ocupação reivindicadas pelos variados grupos que frequentam o Mercado e a região. Assim, a administração pública diz considerar “[...] a importância de ampliar, cada vez mais, o caráter de legitimidade do Plano como construção coletiva, a participação e contribuição de cada cidadão é fundamental [...]” (Pelotas, 2018).

A partir desse novo *site* e de outras formas de divulgação do patrimônio cultural, tais como festas, feiras e encontros culturais, a torre do relógio do Mercado

Público foi transformada em ícone para tratar do tema “cultura” na cidade, contextualizando mais uma vez o *centro histórico* e seus prédios nas diretrizes de ocupação do espaço urbano. No entanto, a enunciação da citação acima precede a um pedido da administração para participação de uma consulta pública sobre os desejos dos cidadãos quanto aos caminhos que acreditam que devem ser adotados para os planejamentos urbanos que serão ainda realizados. Algo que não se dá sem a manutenção do poder sobre os bens em meio urbano.

Comente a afirmativa: Após inúmeros avanços ocorridos nos últimos anos no Campo da Cultura e da Gestão Cultural em nosso Município, os maiores desafios que hoje se apresentam são, de um lado, **assegurar a continuidade das Políticas de Cultura como política permanente, com um nível cada vez mais elevado de participação e controle social**, e, de outro, viabilizar estruturas organizacionais e recursos financeiros compatíveis com a importância da cultura para o desenvolvimento (Prefeitura de Pelotas, 2018, grifo meu)¹².

O Mercado Público aparece como exemplo de espaço utilizado para manutenção do controle do poder exercido sobre as pessoas e seus modos de habitar a cidade, mostra esse aspecto desde o início. Este, conforme mencionado anteriormente, passou, por grandes processos de remodelação desde sua construção, sendo que cada uma delas gerou impacto nas dinâmicas de relação tanto dos usuários do Mercado, quanto a sua relação com a cidade. A manutenção de formas contraditórias de promoção do patrimônio pelo turismo coexiste com outras maneiras com que são vividos e significados pelos coletivos urbanos. Isso mostra que ao longo do tempo, os significados do Mercado Público no contexto da cidade se transformaram a partir de inúmeros conflitos de ideias de (re) construção da cidade, com base nos interesses que revelam as estruturas de poder e de grupos heterogêneos que habitam a urbe. Desde a sua construção o Mercado da cidade serve de argumento para a prática de ações públicas que preveem a higienização do *centro histórico*. Assim, o Mercado aparece como “expressões múltiplas” de intencionalidade de ação: lazer; comércio; turismo; e é compartilhado pelos habitantes tanto das zonas urbanas quanto das rurais, além de visitantes de várias partes do mundo. Essa condição atual é evidente no âmbito do conflito de interesses entre a gestão patrimonial e as pessoas que frequentam ou trabalham no Mercado.

Dessa forma, o Mercado Público como uma mancha entre trajetos da urbe, parece exercer um elemento central de coesão e sentido, tanto do *centro histórico* -

¹² Fonte: <<http://server.pelotas.com.br/inscricao/smc-pmc/>> acessado em fevereiro de 2018.

com sua relação com os casarões e a praça Cel. Pedro Osório-, quanto conectado com os bairros criados nas periferias da cidade, a partir dos significados que as pessoas atribuem a ele. Tendendo a mostrar que Pelotas é construída narrativamente de forma centralizada e que essa característica se expressa na forma de conflitos constantes para o uso e permanência nos locais, e nos eventos, que se realizam cotidianamente.

4.1 Aquela parte da história do Caxinguelê: Turismo e mesmice, as narrativas incômodas.

Pode-se tirar água de um poço d'água”, disse o Chapeleiro; “portanto você deveria admitir que se pode tirar melado de um poço de melado... não, sua burra?”

“Mas elas estavam dentro do poço”, disse Alice ao Caxinguelê, preferindo desconsiderar essa última observação. [...]. “Elas estavam aprendendo a tirar”, prosseguiu o Caxinguelê, bocejando e esfregando os olhos, pois estava ficando com muito sono; “e tiravam todo tipo de coisa... todo tipo de coisa que começa com M...” [...] A essa altura o Caxinguelê fechara os olhos e estava começando a cochilar; mas, a um beliscão do Chapeleiro, despertou com um guinchinho e continuou: “... que começa com M, como maçaricos, e maçanetas, e memória e mesmice... como quando se diz ‘anda tudo uma mesmice’... já viu coisa parecida com tirar uma mesmice?” (Lewis Carrol, Alice no País das Maravilhas, 2002, p. 57)

No âmbito das práticas do turismo, atualmente, são realizados roteiros guiados direcionados às crianças das escolas de Pelotas, que visitam o *centro histórico*. Essas visitas são facilitadas pela presença de estudantes, que em sua maioria são acadêmicos do curso de Bacharelado Turismo da Universidade Federal de Pelotas, que assumem a função de facilitadores ou de guias. Eles conversam com as crianças contando histórias e aplicando dinâmicas lúdicas sobre os prédios institucionalizados.

Eu tive a oportunidade de conversar com dois desses estudantes, Ketti e Norton, nas etapas finais da minha pesquisa de campo. Ao longo de nossas conversas, percebi que as narrativas oficiais da cidade têm se tornado motivo de reflexão entre eles e os demais integrantes do Projeto Visitas Pedagógicas. Essas experiências os têm feito refletir sobre possibilidades de mudanças no material de

apoio usado para a apresentação do *centro histórico*, em função dos resultados insatisfatórios obtidos através das práticas deles com as crianças.

Os passeios preveem caminhadas com os grupos infantis por duas ruas da cidade, próximas aos casarões, incluindo no roteiro a Praça Coronel Pedro Osório, indo ao encontro dos monumentos históricos dispostos na nela e o Mercado Público. Sendo este o primeiro local onde começam a narrar a história da fundação da cidade. Com estas visitas eles visam o “ensino” das questões de patrimônio desde a infância dos moradores da cidade (Figura 68).



Figura 67: Desenho da interlocutora, narra o roteiro proposto no Projeto "Visita Pedagógica". Fonte: KETTI, 2017.

No material de apoio usado para a intervenção, são contadas histórias aparentemente ingênuas. Assim, cabe a citação:

O início da cidade que conhecemos hoje, chamada Pelotas, inicia-se há muitos anos atrás, em torno de 1758, quando um Conde doou parte de suas terras ao Coronel Thomás Luiz Osório. Alguns anos depois, um homem chamado José Pinto Martins, veio do Ceará para Pelotas, por conta de uma forte seca e funda, perto do Arroio Pelotas, a primeira Charqueada. O negócio dele prosperou e motivou a fundação de diversas charqueadas ao longo do tempo. Elas rendiam muito dinheiro para os donos e conseqüentemente para a localidade. Por este motivo, um padre fundou a Freguesia de São Francisco de Paula, depois a freguesia foi crescendo e se tornou uma vila. **Três anos depois, fundou-se a cidade de Pelotas,**

fazendo-se referência a embarcação rústica de couro e varas para o transporte de pessoas (feito por escravos). A cidade prosperou devido às charqueadas. Contextualizar a região (cidades vizinhas de Pelotas, eventos importantes, características). (Roteiro visita pedagógica fornecido por Ketrin, 2017, grifo meu).¹³

A apresentação feita às crianças mantém o mesmo “ritmo” das informações selecionadas para contar a história da cidade no vídeo apresentado no primeiro capítulo desta dissertação, “As sete maravilhas de Pelotas: Mercado Público”. O conteúdo informativo do processo pedagógico aplicado às crianças da cidade, também coloca a figura do negro como mão de obra. Assim, remete a ideia da aquarela “Pelota” (ver página 41), onde o um negro puxa uma embarcação ocupada por um homem branco com uma criança no colo. Dessa forma, mantém-se a propagação das narrativas oficiais endossadas com as narrativas que apresentam o Mercado Público. No material, o local é descrito da forma que segue:

[...] *Aonde os pais de vocês vão comprar arroz? E quando vocês precisam de calçados? E pra cortar o cabelo?*

Antigamente, quando a cidade estava recém começando a ser construída não tinha essa quantidade de lojas e vendas, as pessoas vinham vender as mercadorias aqui nesse mesmo lugar, o mercado central. Naquela época eles compravam comida roupa, coisas pra casa, tudo no mesmo lugar.

As pessoas ricas de Pelotas queriam ter sempre as coisas mais modernas e mais chiques, e quando eles viam alguma coisa nova na Europa queriam sempre trazer para Pelotas. Então um pouco depois da construção do mercado, o que mais tava na moda era o ferro daí eles colocaram no Mercado público.

Olhem para o teto, toda a estrutura é de ferro.

Também foi nessa época que foi colocada **a torre do relógio** e o farol de ferro que **veio da Alemanha. Com qual torre famosa vocês acham que essa se parece?**

Lá em cima, tinha um farol tão forte que dava pra ver lá da colônia, e também ficava essa estátua aqui (apontar para a estátua do CAT), mas um dia teve um incêndio e ela caiu lá de cima. Por isso tiveram que restaurar e deixaram aqui embaixo mesmo pra ela não cair de novo (Roteiro visita pedagógica fornecido por Ketti, 2017, grifo meu).

Os elementos destacados reforçam os referenciais das elites, das influências europeias da opulência econômica gerada pelas charqueadas e coloca na figura dos pais das crianças o vulto do homem ordinário, das práticas do dia a dia, da manutenção da casa e da vida. Elementos do cotidiano que foram quase totalmente transformados e retirados do Mercado pelas políticas de *requalificação patrimonial*. Excetuando as peixarias e barbearias, cuja permanência no MP *requalificado* foi resultado de conflitos, conforme mostrou Seu Agá, interlocutor dessa pesquisa.

¹³ Material não publicado, parte das informações foram concedidas verbalmente.

No entanto, a atuação dos agentes que trabalham no roteiro foi fundamental para compreender que mesmo que sejam essas as narrativas apresentadas às crianças, elas começaram a ser motivo de reflexão entre os estudantes universitários. Para Norton, as primeiras fases de realização do roteiro o fizeram sentir-se “[...] um pouco incomodado [...]” (Extraído do Diário de Campo, 2017), isso porque para ele

“[...] o roteiro com as crianças era muito adulto, continha muitos detalhes na apresentação dos prédios e conseqüentemente as crianças não prestavam a atenção [...] precisamos pensar em reformulações. Pensamos algumas e estamos tentando colocá-las em prática até hoje. Pois é um trabalho difícil. Mudar as narrativas, propor uma visita mais lúdica (para as crianças), tentar fazer com que elas enxerguem a cidade de outra forma (como movimento, pessoas, vivências, experiências, olhar) [...]” (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

Segundo Ketti existem contradições entre aquilo que é expresso no material e a forma como as práticas com as crianças são feitas:

[...] nas oficinas que fazemos nas escolas [...] falamos sobre patrimônio e a definição que passamos é mais ou menos "aquilo que tem significado e importância pra alguém". E nos exemplos dados (e nas visitas também), acabamos mostrando aquelas coisas que não necessariamente significam algo pra eles, e reforçando aqueles discursos de casarões, prédios, riqueza, charque, doces, meio que ignorando todas as pessoas que fizeram parte disso e construíram essa história. Queremos passar aquela ideia de que não é só no prédio, mas em tudo que aconteceu ali e nas pessoas que passaram por ali (ou não puderam passar) que se tem que pensar. E a gente busca sempre falar sobre os diferentes lados. O que a gente quer é principalmente aumentar essa sensação de pertencimento das crianças e mostrar pra elas que existem muitas coisas por trás daquele discurso oficial da cidade como um todo e do centro histórico [...] (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

Essas falas demonstram certa insatisfação e, também, algum sentimento de impotência em relação ao jogo de forças exercido pelas narrativas oficiais reforçadas pelo poder público, esbarrando com as abordagens reflexivas que vêm sendo construídas por alguns grupos dentro da Academia. Norton coloca que ao “[...] mudar as narrativas, propõe uma visita mais lúdica para as crianças, tentar fazer com que elas enxerguem a cidade de outra forma, com movimento, pessoas, vivências, experiências, olhar [...]” (Extraído do Diário de Campo, 2017), também contribui para a construção dos seus modos de vida, e para outras percepções sobre o patrimônio na cidade.

Assim, ambos destacam a necessidade de ampliação das abordagens sobre o patrimônio, assim como a importância dessas dinâmicas com as crianças. Dessa

forma, Norton exprime que existem outras formas de patrimônio, assim como o patrimônio já institucionalizado também se modifica com o passar do tempo.

[...] tentávamos muito mudar o discurso dos Casarões pq achávamos muito elitizado. Pensa, iríamos trazer as crianças dos bairros para apresentar os Casarões "nobres, chiques". Mas eles têm de olhar para os Casarões como uma parte do patrimônio, diria até pequena, porque o bairro deles possui patrimônio também e isso tentávamos trabalhar bastante em todos os Projetos de Extensão. Sobre o mercado, normalmente fizemos uma contextualização do ele era antigamente, o que era vendido ali, quem frequentava, falamos um pouco sobre aspectos físicos: a presença em massa de ferro, a torre do Mercado, as entradas antigas, o incêndio, o sino (para que ele servia na época) Depois falamos das mudanças para o estado atual, do que vendem atualmente (pedimos para observarem), quem frequenta [...] (EXTRAÍDO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

De acordo com Santiago Júnior (2015), considerar os aspectos mnemônicos tornou-se, o princípio fundante das políticas de patrimônio preservacionistas. A transformação dos jogos orais da memória foi substituída por elementos representativos, ou lugares de memória, que transformam os espaços patrimonializados em arquivos de memórias históricas selecionadas. O que contribui para que se produzam significativos apagamentos sociais, transformando a memória evocada pelo patrimônio edificado em pedagogia histórica. Ou seja, como uma sucessão de vestígios que produzem “[...] próteses, memórias artificiais [...]” (2015, p. 252).

Conforme Jeudy (2005) há um caráter arbitrário na seleção de um ponto de vista para se olhar os referenciais selecionados para representação das culturas. Assim, a reconstrução dos significados atribuídos para a consolidação de um bem, ou espaço patrimonial, é ação castradora da diversidade cultural. Para o autor, o patrimônio cultural material também se transforma, pois resulta de adaptações *exigidas* pelas mudanças cotidianas das relações sociais com esses símbolos construídos pelas pessoas. Incidindo nessas repetições incômodas das narrativas oficiais sobre a cidade, relatado pelos interlocutores.

Como forma de lidar com essas questões, Ketti e Norton imaginaram formas criativas e sensíveis de lidar com as narrativas do patrimônio, imprimindo em ações lúdicas realizadas com as crianças, possibilidades de experimentar outras sensações, que também auxiliam em novas percepções sobre o patrimônio e sobre turismo em Pelotas. Eles propõem que, nessas visitas as crianças, elas possam escrever no patrimônio com giz, ou tatear os prédios com vendas nos olhos, e que a

partir dessas experiências elas possam construir um imaginário próprio sobre o local e narrar as suas experiências (Figuras 69 e 70).



Figuras 68: Intervenção de atividade Lúdica praticada na Praça Coronel Pedro Osório com alunos de escola da cidade. Realizada pelo Projeto Visita Pedagógica do curso de Bacharelado em Turismo da UFPel. Fonte: NORTON, 2017.



Figura 69: Intervenção de atividade Lúdica com “privação de sentidos” praticada em fachada de edificação na Rua Lobo da Costa com alunos de escola da cidade. Realizada pelo Projeto Visita Pedagógica do curso de Bacharelado em Turismo da UFPel. Fonte: NORTON, 2017.

Dessa forma, é possível perceber que as transformações das narrativas e de construção dos sentidos de cidade, vêm sendo pensadas e refletidas em várias áreas do conhecimento. A atividade turística, pensada como proposta de intervenção, e atividade mantenedora dos projetos de *requalificação* dos bens patrimonializados, na urbe é mais uma forma de reflexão sobre as narrativas oficiais. Nesse sentido, a atuação de turismólogos em formação, dentro das dinâmicas do patrimônio, reverbera em investimentos intelectuais que promovem transformação.

A narrativa oficial que, muitas vezes, afeta de modo incomodo esses agentes leva à reflexão e à busca de alternativas de ampliação dos conceitos e significados do patrimônio, inteligíveis e acessíveis a diversos grupos da cidade, e não apenas às crianças, foco das ações previamente descritas.

Nesse sentido, o turismo, enquanto disciplina teórico-prática, participa da construção narrativa do patrimônio na cidade, agregando múltiplos significados e abordagens. A utilização do Mercado Público como um símbolo para falar da cidade do passado não deixa de agregar à narrativa, os significados do presente, deixando evidente o caráter de transformação do patrimônio. Isso contribui para a ideia de uma cidade em processo. Uma forma de articulação do tempo, que foge da cristalização, e permite a recriação constante do espaço.

DEPOIMENTO DE ALICE: CONSIDERAÇÕES FINAIS.

*[...] Foi assim que, bem devagar,
O País das Maravilhas foi urdido,
Um episódio vindo a outro se ligar –
E agora a história está pronta,
Desvie o barco, comandante! Para casa!
O sol declina, já vai se retirar [...].
(Lewis Carrol, Aventuras de Alice no País das Maravilhas,
2002, p. 7).*

Perseguindo o objetivo geral dessa pesquisa, de apreender os sentidos atribuídos ao Mercado Público da cidade de Pelotas (RS), pelas pessoas que habitam este espaço, é possível inferir uma cidade que está além da composição das narrativas oficiais. Observei que as pessoas imprimem em seus cotidianos e no ambiente, significados múltiplos que colocam as narrativas oficiais como matéria transgredida pelo tempo no espaço. Tal como Corá (2014), acredito que o patrimônio é tensionado por questões de conflito. No caso observado, o conflito é fundamental para a compreensão das diferentes leituras do espaço e para a própria construção do espaço. Assim, o conflito patrimonial, aparece como elemento fundamental para a construção dos usos do Mercado Público, agindo como um “*start*” para as transformações das dinâmicas sociais, com a participação ativa dos variados grupos que habitam o local cotidianamente. Configurando-se como um caráter de resistência que implica na permanência de parcelas das comunidades historicamente relegadas às margens do *centro histórico*.

Para o desenrolar da prática do turismo nos centros urbanos, os locais de patrimônio são tornados *mercadorias* carregadas de significados, o que Paes (2017) denomina como “mercadorias simbólicas” (2017, p. 672), colocam, no âmbito da atividade turística o aspecto imaterial das paisagens como algo que se pudesse ter

como palpável, ainda que vivido como sensação. A reformulação de prédios transformados em patrimônio fornece a sensação de passado, a emoção de uma memória parcialmente compartilhada.

É fundamental que a antropologia do turismo considere os múltiplos contextos sociais contemporâneos, tanto quanto a antropologia vem tentando considerar os apagamentos nas memórias históricas selecionadas nos processos de patrimonialização e reestruturação dos espaços urbanos, para o desenvolvimento do turismo. A paisagem urbana, não se torna, portanto, apenas um cenário, mas sim matéria transgredida; e as narrativas polifônicas são como veículos transgressores dos tempos enunciados, das experiências vividas pelos atores plurais, das interações sociais nos espaços comuns das cidades.

Revisitando alguns pontos descritos nessas narrativas que passaram por mim, a presença dos agentes públicos na manutenção de certo grau de ordem na realização dos eventos e, conseqüentemente, de seus participantes, além de mostra-los como pertencentes à parcela pretensamente dominadora da comunidade, também os coloca como importantes atores na construção do Mercado Público da forma como se encontra até o momento do encerramento dessa pesquisa. Uma vez que as transformações não cessam.

Assim, conforme abordado no capítulo um, as práticas do cotidiano foram fundamentais para a compreensão de que as políticas patrimoniais muitas vezes são restritas a um grupo selecionado, relegando à invisibilização outros coletivos e suas formas de habitar. Foi mostrado pelos interlocutores que existem diferentes referentes para tratar do tema do patrimônio e que esses não se mostram arraigados ao sentido histórico, mas às relações afetivas que são estabelecidas nos locais de convivência.

As relações compartilhadas com os interlocutores, e suas formas de ver a cidade e perceber as ambiências impostas pelas políticas públicas, ao longo do tempo, como um constante retorno ao passado, me fez perceber que a cada retorno novas conjurações transformam o Mercado Público em outro lugar. Quase um ente, portador de certa vitalidade. Ora como expressão do trabalho e das amizades que não existem mais, ora pela criação de novos vínculos com um espaço remodelado. O fato que se enuncia é o de que ao serem impostas intervenções na obra patrimonial, pela *requalificação* do espaço, as dinâmicas apesar de alteradas, são ancoradas e contadas a partir de experiências vividas, lembradas e imaginadas,

compostas a partir de vários elementos dispostos na matéria descontínua do tempo. A condensação por meio da narração permite construir não só presentes alterados, mas considerar que existem passados múltiplos.

No tocante a musicalidade, que atualmente se mostra como mote das atividades culturais no Mercado Público, embora essas sejam mantidas por um regime de ordem e fiscalização, são negociados e extrapolam as barreiras impostas pela administração, quando organizados e praticados pelos grupos, sendo importante fator na dualidade da posição dos gestores entre agentes de Estado e frequentadores do Mercado.

O intuito de conhecer o Mercado Público *com* as pessoas que o habitam, atualmente, permitiu reconhecer que as narrativas oficiais são pensadas criticamente pelos interlocutores, e que estes estão sempre aptos para expor seus pontos de vista. Nesse sentido, não há passividade dos cidadãos na construção da cidade, mas participação ativa nos processos de decisão. Considero, ainda, que apesar de haver uma classe dominante – porque cultiva constantemente dispositivos de manutenção da superioridade em relação àqueles que considera serem os dominados – a dimensão do conflito, é exposta pela própria divergência de opinião expressa por atores sociais heterogêneos. Os grupos historicamente marginalizados contribuem para a compreensão do caráter da transformação nas dinâmicas atuais do patrimônio em Pelotas. Estes são responsáveis pela desfragmentação dos limites impostos pelo que é construído para silenciá-los, conectando a cidade por seus trajetos e modos de vida. Dessa forma, para a manutenção de seus interesses, eles acionam os mesmos dispositivos usados pela gestão pública, e promovem revisões críticas construindo suas próprias narrativas, significando o espaço urbano de maneiras diferentes.

Desse modo, parece haver no conflito a manutenção da negociação das relações e uma constante revisão das narrativas oficiais, impostas pelo poder público e postas em movimento pelos cidadãos, não somente em reuniões “solenes”. Conforme abordado no caso da audiência pública, descrita no segundo capítulo dessa etnografia. A manutenção do evento “Sexta Black” mesmo em outro ambiente, expressa o caráter da resistência por suas atividades cotidianas no Mercado Público, assim como pela manutenção dos laços construídos pelos frequentadores em ambiente virtual, o que ficou evidente com a criação do grupo (restrito) em ambiente virtual. A permanência de grupos no Mercado como os antigos

permissionários, prostitutas, traficantes, moradores em situação de rua, por exemplo, alguns deste que se pretendia afastar do Mercado, consequência das políticas públicas de patrimônio iniciadas em 2009, parece se repetir de forma velada com a decisão de troca dos pátios para a realização dos eventos. Outrossim, a manutenção da festa e o fortalecimento dela, é maneira de compreender mais uma forma de negociação do espaço.

Dessa forma o conflito de interesses abordado se mostrou com potencial para aludir que a divergência de visões de mundo é fator preponderante nas constantes tratativas do espaço, na manutenção do equilíbrio, no aspecto da transformação da paisagem e na negociação de práticas que são importantes para as manifestações culturais plurais. Outrossim, evidenciou o protagonismo dos grupos plurais na defesa de seus interesses. A análise do caso da festa em três momentos foi crucial para a compreensão da negociação e da percepção do conflito não como violência, mas como processo dialético entre o poder público e os coletivos cidadãos.

Assim, refletir sobre qual “poder emana do povo”, seria refletir sobre a pressão que a presença dos frequentadores, permissionários e promotores do evento “Sexta Black” no Mercado Público exerceu na necessidade de revisão do projeto de alteração dos eventos. Estes foram para uma área do Mercado que remete aos bairros periféricos da cidade, tendendo ao apagamento social. A resistência e reivindicação ao longo dos meses exigiu a reversão do projeto, com o retorno da festa para o pátio onde fora planejado para acontecer, o Pátio 4, que de acordo com os interlocutores, é o que recebe mais investimentos da gestão pública voltada para o turismo receptivo na cidade. Isso porque, além de não se manter restrito ao espaço, ainda movimentou uma área maior do que somente o Pátio 1.

Assim, é possível estabelecer uma relação com a categoria da *mancha*, proposta por Magnani (2002) que é conectada não somente pelos caminhos e trajetos na própria urbe, mas se vale de movimentos outros, e das conexões estabelecidas entre os praticantes da festa, os frequentadores e permissionários do Mercado, no sentido de manter práticas sociais que para eles são importantes.

O terceiro capítulo, apresentou que a Feira do Livro, realizada em 2013 no Mercado Público, e em 2017 na praça Coronel Pedro Osório, é um exemplo de atividade aceita pela administração pública para promover a ocupação do espaço urbano. Não apenas como estratégia de repovoamento do *centro*, mas também como construção narrativa que demonstra uma divisão do centro da cidade em duas

partes, sendo uma comercial e outra turística, onde, subjetivamente, existem separações entre o núcleo patrimonializado e as áreas periféricas da cidade.

Nesse sentido as práticas do espaço dão movimento e colorido ao local. Pois trazem à tona as peculiaridades de interpretação da paisagem urbana, por exemplo, pela criação de personagens. A incorporação da atividade turística como meio de uso do patrimônio cultural edificado, pode ser compreendida como imaginação e criação do lugar e da cidade, como integrante de um *trajeto* construído e trilhado pelas pessoas que lhe dão significados. O movimento narrativo do “homem ordinário” (DE CERTEAU, 1998) pela bricolagem, sobrepõe, atualiza e particulariza as narrativas oficiais. Sendo, o turismo, não uma atividade meramente econômica e nociva, mas uma forma de pensar a desconstrução dos paradigmas que separam a atividade econômica das premissas sociais impostas pelas suas práticas e abordagens na cidade de Pelotas.

A *priori* a cidade pode ser entendida como fragmentada e dispersa. Essa premissa colocaria como sentido de coesão o planejamento arquitetônico dos urbanistas, do passado, o desenvolvimento econômico previsto pela administração pública desses espaços, no presente. Assim como os limites impostos geograficamente para perceber sentidos de mudança, em termos de adensamento populacional, expansão ou divisão das áreas administrativas, no futuro. Contudo as pessoas que se inserem na prática turística também experimentam conflitos de interesses frente às decisões da administração pública. Ao incorporar a atividade turística na gestão e ocupação do espaço urbano patrimonial do centro da cidade, tal como percebido na atuação do interlocutor e personagem Mister Negrinho, a sua relação com as narrativas oficiais permitiu a criação de um personagem negro que as transgride, permitindo perceber que são feitas conexões entre o *centro* e os bairros, turistas, permissionários, moradores em situação de rua, etc.. Transitando entre o homem ordinário e um imaginário que também é apoiado na narrativa oficial.

Ambiguamente, a denominada “maravilha” da cidade, elevada a símbolo parece mostrar que a gestão está ainda mais concentrada em seus exemplares edificados, do que em seus habitantes, fazendo com que seja necessário intensificar as reflexões a respeito do tema, tomando não só o Mercado e o *centro histórico* como objeto de reflexão, mas também suas representações através de imagens e objetos narrativos, que comunicam além do verbo. O que foi percebido por mim a partir dos movimentos percorridos na cidade. Ao imaginar fronteiras, existe a

possibilidade constante de desconstrução das mesmas, pois estas também se mostram, a partir dessa pesquisa, transpostas pelas relações que os cidadãos reorganizam com seus próprios trajetos.

No capítulo 4, ao flunar pela cidade, me deparei com imagens do Mercado em locais inesperados, que conduzem a compreensão da construção de mapas intuitivos compostos pelas ações do poder público e também dos cidadãos. Dessa forma pude perceber a conexão da narrativa oficial no esfacelamento dos fragmentos, o que conduz a percepção do Mercado como símbolo centralizador. Além disso, resignificando as imagens do Mercado Público e do *centro histórico*, as pessoas criam formas de lidar com as construções narrativas que propõem a região como cena vazia, confeccionando leituras de uma cidade em movimento, conectada com os mesmos sentidos, mas colocando no interior das imagens suas formas de habitar. O que fica evidente pelo aspecto da mudança tanto na forma de retratar o Mercado Público pela Prefeitura no *site* da cidade, como pela forma como os habitantes da cidade se apropriam do conjunto patrimonial do *centro histórico* e colocam seus modos de agir no presente. Seja em se tratando do patrimônio público, seja para falar de outros coletivos que historicamente contribuíram para a construção da cidade, desviando o roteiro elitizado da indústria saladeiril e dos casarões do centro.

As reflexões que vem sendo conduzidas por turismólogos em formação, incomodados com a persistência das narrativas oficiais, promovem uma abordagem lúdica e diferenciada para tratar do tema do patrimônio, o que contribui para um redirecionamento do olhar, sobre as formas de desenvolver a práxis turística como técnica e, também, como movimento teórico. Mostrando tendências a uma epistemologia do turismo mais engajada, o que contribui para as reflexões no âmbito das ciências sociais. Assim, a cidade é imaginada e criada para além de seus limites administrativos ou de seus apagamentos sociais. Os usos dados à arquitetura, construída no passado, são resignificados pelas dinâmicas do presente e em seu processo, nunca são os mesmos. E também não se encerram no presente, mas se desenham em emaranhados de linhas que conduzem para futuros diferentes a cada nova narração.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. 2008. A Emergência do “Outro” no campo do Patrimônio Cultural. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. Suplemento 7, 2008, p. 9-20.

AGIER, Michel. **Antropologia da Cidade: lugares, situações, movimentos**. Trad. Graça Índias Cordeiro. São Paulo, Ed. Terceiro Nome, 2011, 216 pp.

ALFONSO, L. P.; RIETH, F.. Narrativas de Pelotas e Pelotas Antiga: a cidade enquanto Bem Cultural. In: SCHIAVON, C. B.; PELEGRINI, S. C.. (Org.). **Patrimônios plurais: iniciativas e desafios**. Rio Grande: Editora FURG, p. 131-147, 2016.

AZEVEDO, A.. Diário de Campo e Diário Gráfico: contribuições do desenho à antropologia. **Áltera – Revista de Antropologia**, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 100-119, jan. / jun. 2016.
Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/altera/article/view/34737>>.
Acesso: jul. 2017.

BENJAMIN, W.. **Obras escolhidas III: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo**. 3a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BEZERRA, D. B.. Patrimônio afetivo e fotografia: relicários da memória de idosos no Asylo de Mendigos de Pelotas. Dissertação. (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas, 2013.
Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Daniele-Borges-Bezerra.pdf>> . Acesso: mar. 2018.

BEZERRA, D.B.; SERRES, J. C. P.. José Avelino: Um lugar de memória para iluminar memórias invisíveis. **Repositório Digital Institucional UFPR**. Campos: v. 16, n.1, p. 118-143, 2015.
Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/campos/article/view/45520/pdf>>. Acesso: jan. 2018.

BRUNO, Guilherme Rodrigues. **Mercado Central de Pelotas : a permanência no lugar do consumo**. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, 2010. Disponível em: <<http://pergamum.ufpel.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/00008c/00008c2d.pdf>>. Acesso: set. 2016.

CALDEIRA, T. P. R. Uma incursão pelo lado "não respeitável" da pesquisa de campo. In: **TRABALHO e cultura no Brasil**. Ciências Sociais Hoje, n. 1. Recife: Anpocs: CNPq, 1981. p. 332-354.

CARROL, L.. **Alice no País das Maravilhas**. (Trad.) RAMOS, C. R. Ed: Arara Azul, 2002.
Disponível em: <www.ebooksbrasil.org/adobeebook/alicep.pdf>. Acesso: nov. 2017.

CARROL, L. **As aventuras de Alice no país das Maravilhas E Através do espelho e o que Alice encontrou lá**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2009.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.

CORA, M. A. J.. **Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais**. Pública Rio de Janeiro: Rev. Adm, v. 48, n. 5, p.1093-1112, set./ out, 2014.

CUSTÓDIO, L. A.. **Roteiros de arquitetura da Costa Doce: Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Sebrae, 2009.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: as artes de fazer** (1980). Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DUALIBE, N. N.. **Etnografia das polifonias do centro histórico de São Luís**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Ciências Sociais, 2014.

ENTLER, R.. **Testemunhos silenciosos: uma nova concepção de realismo na fotografia contemporânea**. p.45-59. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/cap/ars8/entler.pdf>>. Acesso: nov. 2017.

FERREIRA, D. L.. Espaços de lazer em Sobral-Ceará, o “Cid marketing” e uma proposta de (re)invenção da cidade In JÚNIOR, M. M.; FREITAS, N. A.; HOLANDA, V. C. C. H. (org). **Múltiplos olhares sobre a cidade e o urbano: Sobral e região em foco. Sobral.** Sobral: Ed. UECE/UVA, p. 39-70, 2010.

FREITAS, A. N. Bairros da cidade e centro monumental: Relatos sobre uma experiência de pesquisa em Sobral-CE In FREITAS, A. N.; FREITAS, I. C. M.; MOTA, F. A. (Org.). **Olhares sobre o Norte do Ceará: A contribuição das Ciências Sociais.** Sobral: Ed. Edições Universitárias, p. 135-168, 2012.

GARCIA, T.. Dinâmicas do patrimônio cultural: O caso do Mercado Público de Pelotas - RS. In SANTOS. A. B.; MACHADO, J. P.; COLVERO, R. B.. **Interdisciplinaridades nas Ciências Humanas: Caminhos da pesquisa contemporânea.** (Orgs.) (Livro eletrônico). Jaguarão: CLAEC, 1 ed., p. 1858-1873, 2017.

Disponível em:

<<https://books.google.com.br/books?id=hTVCDwAAQBAJ&lpg=PP1&hl=pt-BR&pg=PP1#v=onepage&q&f=false>>. Acesso: dez. 2017.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. A Antropologia das sociedades contemporâneas. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos.** São Paulo: Ed. Global, p. 2-51, 1987.

GOFOLPHIN, N.. Fotografia como recurso narrativo: Problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre: ano 1, n. 2, p. 161-185, jul./ set., 1995.

GUPTA, A.; FERGUSON, J.. Beyond "Culture": Space, Identity, and the Politics of Difference. Source: Cultural Anthropology. **Revista Blackwell Publishing on behalf of the American Anthropological Association Stable.** Vol. 7, No. 1, p. 6-23, fev., 1992.

Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/656518>>. Acesso: ago 2017.

INGOLD, T.. **Making: Anthropolgy, archaeology, art and architecture.** London and New York: Ed. Routledge. 2013.

_____. Jornada ao longo de um caminho de vida – Mapas, descobridor-caminho e navegação. **Religião e Sociedade**, v. 25, n. 1, 2005, p. 76-110.

JEUDY, H.. **Espelho das cidades.** Rio de Janeiro: Casa das Palavras, 2005.

KUSCHNIR, K.. A antropologia pelo desenho: Experiências visuais e etnográficas. **Cadernos de Arte e Antropologia**, Vol. 5, nº 2, pag. 5-13, 2016.

LEITE, R. P.. Margens de dissenso: espaço, poder e enobrecimento urbano. In: FRÚGOLI JR, H.; ANDRADE, L. T.; PEIXOTO, F. A. (Orgs). **A cidade e seus agentes: práticas e representações**. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. PUC Minas/Edusp, 2006.

_____. A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: vol. 25, núm. 72, p. 73-88, fev./ 2010.
Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10713660006>>. Acesso: ago. 2017.

LUCHIARI, M. T. D. P.. Turismo e meio ambiente na mitificação dos lugares. **Turismo em Análise**. São Paulo: v. 11, n. 1, p. 35-43, maio/ 2000.

MAGNANI, J. G. C. Discurso e representação, ou de como os Baloma de Kiriwina podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: CARDOSO, R. (Org.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, p. 127-140, 1986.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas de uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 17, n. 49, p. 13-29, jun./2002.

MAGNANI, J. G. C. ETNOGRAIA COMO prática e EXPERIÊNCIA. **Revista Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./ dez., 2009.

MILLER, M.. Illustrating space as collaborative, socially engaged practice: The first report from the Draw Duke Street residency. **Spatialising Illustration. Varoom! Lab. Online Journal** – Issue Two, p. 24-40. Mar./2014.
Disponível em <https://issuu.com/dialectograms/docs/m_miller_varoomlab>. Acesso: jul. 2017.

NOGUEIRA, A. G. R.. **Inventário e patrimônio cultural no Brasil**. História, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 257-268, 2007.

_____. Diversidade e sentidos do Patrimônio Cultural: uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional. **Anos 90**, v. 15, n. 27, p. 15-27, 2008.

Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/27/27art7.pdf>>. Acesso: ago. 2017

PAES, M. T. D. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo. **GEOUSP** (Online). São Paulo: v. 21, n. 3, p. 667 – 684, set./dez. 2017.

PEIRANO, M. **A favor da Etnografia**. Rio de Janeiro: Ed Relume-damará, 1995.

_____. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v20n42/15.pdf>> Acesso: set. 2017

PELEGRINI, Sandra de Cássia. (Org.). **Patrimônios plurais: iniciativas e desafios**. Rio Grande: Editora da FURG, p. 131-147, 2016.

PELOTAS. As sete maravilhas de Pelotas: Mercado Público. 2017. Câmara de Vereadores de Pelotas:TV Câmara Municipal de Pelotas. Pelotas 2017.

POULOT, D.. Um Ecossistema do Patrimônio. In: CARVALHO, C. S. de; GRANATO, M; BEZERRA, R. Z; BENCHETRIT, S. F. (orgs.). **Um Olhar contemporâneo sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material**. Rio de Janeiro: Ed. Museu Histórico Nacional, p. 26-43, 2008.

RIBEIRO, M. T. R.; SANTOS, A. C. M.. Práticas participativas e conselho de gestão das cidades. **Revista Pensamento Plural**. Pelotas: v. 6, p. 71-95, jan./jun., 2010.

Disponível em:

<<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/viewFile/3656/2992>>. Acesso: ago. 2017.

RICOEUR, P.. Arquitetura e Narratividade. **Urbanisme**, n. 303, p. 44-51 nov./dez. 1998,

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. **Turismo e patrimônio cultural**. Ed. São Paulo: Ed. Contexto, p. 15-26, 2005.

ROUANET, S. P.. **A razão nômade**. Ed. UFRJ. Rio de Janeiro, 156p, 1993.

SAMAIN, E. As imagens não são bolas de sinuca. **Como Pensam as Imagens**. São Paulo: UNICAMP, p. 21-36, 2012.

SANTIAGO JÚNIOR, F. C. F.. **Imagem, raça e humilhação no espelho negro da nação: cultura visual, política e “pensamento negro” brasileiro durante a ditadura militar**. Topoi: v. 13, n. 24, jan./ jun., p. 94-110. 2012.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v13n24/1518-3319-topoi-13-24-00094.pdf>>. Acesso: jul. 2017.

SANTOS, K. **Mercado Central: Pelotas: 1846-2014**. Pelotas: Ed. Fructos da Paiz, 2014.

SILVA, Marcella Carvalho de Araujo. A transformação da política na favela: desconstruindo a “ausência” do Estado. **Revista Antropolítica**, n. 38, Niterói, p. 299-319, 1. sem., 2015.

SILVEIRA, E. M.. A cidade dos “Coronéis”: história e cultura política em Sobral-CE (1962-1970) In: JÚNIOR, M. M.; FREITAS, N. A.; HOLANDA, V. C. C. H. (Orgs.). **Múltiplos olhares sobre a cidade e o urbano: Sobral e região em foco**. Sobral: UECE/UVA, p. 71-92, 2010. 288p.

VELHO, G. Observando o familiar. In: **Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.

VELHO, G. Patrimônio, negociação e conflito. **Revista Mana**, v. 12, n. 1, p. 237-248, 2006.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v12n1/a09v12n1.pdf>>. Acesso: ago. 2017.

WAGNER, Roy. **A invenção da Cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.